

JOSE ANTONIO SPINELLI LINDOSO

*Este exemplar  
destinado à redação final  
Spinelli Lindoso por José Antonio  
da Comissão e aprovado  
Campinas, 29/08/1989.  
Eivaldo Amaro Vieira*

**A REAÇÃO DA OLIGARQUIA POTIGUAR AO MODELO  
CENTRALIZADOR DE VARGAS: 1930/1935**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. EVALDO AMARO VIEIRA

CAMPINAS, SÃO PAULO

1 9 8 9

## AGRADECIMENTOS

Esta monografia não poderia ter sido concluída sem o apoio, a ajuda e o estímulo de muitos amigos e colegas que deram a sua contribuição inestimável nas diversas fases de pesquisa e redação. Eximindo-os previamente de erros e equívocos por acaso cometidos - de minha inteira responsabilidade - quero deixar registrado o meu reconhecimento, embora correndo o risco de cometer alguma injustiça por esquecimento involuntário.

Inicialmente agradeço a minha companheira, CONCEIÇÃO SPINELLI, que esteve presente, em todos os momentos, criticando, discutindo e estimulando; sem sua ajuda este trabalho não teria sido possível; e aos meus filhos (AMARO, MARIANA, JANAÍNA, TIAGO e PABLO) que sacrificaram muitos momentos de lazer.

Ao meu orientador, Prof. EVALDO AMARO VIEIRA, pela orientação paciente e conscienciosa e pelo estímulo crítico constante.

Aos colegas e amigos que leram partes do trabalho e fizeram críticas e sugestões que muito o melhoraram, além do apoio constante que me deram: Profs. JOSÉ WILLINGTON GERMANO, MARIA DO LIVRAMENTO MIRANDA CLEMENTINO, DACIER DE BARROS E SILVA e HOMERO DE OLIVEIRA COSTA.

A APARECIDA QUEIROZ, MARIA LÚCIA PINTO, SALETE MACHADO, RAIMUNDA GERMANO e aos meus colegas do Departamento de Ciências Sociais da UFRN pelo apoio e interesse. A ANDRÉ LAINO, DULCE POMPEO DE CAMARGO LEME e DORACI LOPES, colegas de mestrado na UNICAMP, pelos mesmos motivos.

À Profa. SÍLVIA COUTINHO ABBOTT GALVÃO pela revisão criteriosa da parte gramatical; à Profa. FRANCISCA AURINETE GIRÃO BARRETO DA SILVA pelo trabalho de normalização bibliográfica; à Profa. MARIA ESTELA CAMPELO pela orientação inicial da normalização bibliográfica.

Ao pesquisador e historiador LEONARDO H. BARATA que oportunizou o acesso à documentação do Arquivo Monsenhor João da Matha, em organização na época. Ao Prof. HERMANO MACHADO F. LIMA, a LUÍS DAMASCENO, VICENTE e REJANE SEREJO, pela cessão de livros e documentos raros; a ZULEIDE TEIXEIRA pelo envio de material do Congresso Nacional.

Ao Prof. OTTO DE BRITO GUERRA, ao Desembargador JOÃO MARIA FURTADO, Srs. POTY AURÉLIO FERREIRA e JOÃO DE DEUS pelas entrevistas e informações prestadas.

A MANOEL DO NASCIMENTO, pelo trabalho de datilografia final.

S U M Á R I O

	Pág.
RESUMO	vii
RÉSUMÉ	viii
INTRODUÇÃO .....	01
<u>Notas e Referências</u> .....	04
Capítulo I	
<b>DA OLIGARQUIA MARANHÃO À POLÍTICA DO SERIDÓ (1889-1930)</b>	
1.1 - <u>Alguns esclarecimentos acerca do Estado na Primeira República</u> .....	07
1.2 - <u>A formação do Estado republicano e a consolidação dos Maranhão</u> .....	11
1.3 - <u>O declínio da oligarquia Maranhão e a ascensão do "sistema político do Seridó"</u> .....	29
1.4 - <u>A conjuntura pré-revolucionária: a virola como instrumento de hegemonia</u> .....	44
<u>Notas e Referências</u> .....	53
Capítulo II	
<b>A REVOLUÇÃO E A ALIANÇA TENENTISMO-CAFEÍSMO NO RIO GRANDE DO NORTE (1930-1933)</b>	
2.1 - <u>A Revolução de 1930</u> .....	56
2.2 - <u>A Revolução no Rio Grande do Norte</u> .....	60
2.3 - <u>A queda de Lamartine e a Interventoria Joffily (outubro de 1930/janeiro de 1931)</u> .....	68
2.3.1 - <u>A reação contra a política de Joffily</u> .....	82
2.3.2 - <u>O "caso" M.F. do Monte e a demissão de Joffily.</u>	90
2.4 - <u>A Interventoria Aluísio Moura (janeiro/julho de 1931</u> .....	94

2.5 - <u>A Interventoria Hercolino Cascardo (julho de 1931/ junho de 1932)</u> .....	110
2.5.1 - A ação do Interventor Cascardo na área econômi co-administrativa .....	114
2.5.2 - A seca de 1932 .....	120
2.5.3 - A ação política de Cascardo .....	123
2.5.4 - A reafirmação de alguns princípios .....	126
2.5.5 - Algumas medidas inovadoras: o imposto territo- rial e a reforma do judiciário .....	129
2.5.6 - As tensões entre a política local e a nacional..	136
2.6 - <u>Interventoria Bertino Dutra (junho de 1932/junho de 1933)</u> .....	166
2.6.1 - O cafeísmo finalmente no poder .....	166
2.6.2 - Constituinte à vista .....	182
2.6.3 - A campanha eleitoral para a Assembléia Nacional Constituinte .....	194
<u>Notas e Referências</u> .....	207
 Capítulo III	
<b>INTERVENÇÃO CIVIL E REAÇÃO OLIGÁRQUICA (1933-1935)</b>	
3.1 - <u>Sob o signo da conciliação</u> .....	227
3.1.1 - Mário Câmara: o Interventor civil e potiguar (agosto de 1933 a outubro de 1935) .....	230
3.1.2 - Viagem de Vargas ao Nordeste, programa adminis- trativo de Mário Câmara, aproximação com as "classes conservadoras" .....	236
3.1.3 - A difícil conciliação .....	251
3.1.4 - O rompimento .....	262
3.2 - <u>O confronto político</u> .....	269
3.2.1 - A estratégia da "compressão" .....	269
3.2.2 - As eleições de 14 de outubro de 1934 no Rio Gran- de do Norte .....	280

3.2.3 - As eleições suplementares e a greve geral em Natal .....	301
3.2.4 - Radicalização de posições .....	306
3.2.5 - A luta nos bastidores .....	319
3.2.6 - O Partido Popular no poder .....	324
3.3 - <u>Epílogo</u> .....	330
<u>Notas e Referências</u> .....	334
<b>CONCLUSÕES</b> .....	344
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	350

R E S U M O

Este trabalho é um estudo das relações entre o poder regional e o poder central no pós-30, abordando o caso do Estado do Rio Grande do Norte, através da reconstituição histórica das lutas e conflitos que marcaram a resistência da oligarquia potiguar à implantação do modelo getuliano de Estado centralizado e intervencionista no período compreendido entre os anos de 1930 a 1935. Foi utilizado o método histórico, aproveitando como fontes jornais da época, correspondências, depoimentos, entrevistas e memórias de contemporâneos, mensagens e relatórios de governos e documentos de propaganda política. Resgata aspectos do primeiro período republicano no Rio Grande do Norte, enfatizando o processo de formação da oligarquia estadual. Trata da Revolução de 30 no Estado potiguar com a imposição de um modelo centralizador e a intervenção do poder central na política estadual, através da montagem do sistema de interventorias, ressaltando a mobilização das classes trabalhadoras urbanas, utilizada pelas interventorias e pela facção cafeísta no enfrentamento com as facções oligárquicas tradicionais. Aponta o caráter contraditório das relações entre o poder central e as oligarquias no Rio Grande do Norte, onde se confundem, num só processo, a barganha e o confronto. Por fim, destaca o retorno da corrente oligárquica tradicional ao poder de Estado regional, em condições redefinidas por um novo "pacto de poder" que amplia o intervencionismo do Estado federal.

## R É S U M É

Ce travail étudie les relations entre le pouvoir régional et le pouvoir central dans les années après 1930, examinant le cas de l'Etat du Rio Grande do Norte à travers la reconstitution historique des luttes et des conflits qui ont signalé la résistance opposée par l'oligarchie potiguar à l'implantation du modèle getuliano d'Etat centralisé et interventionniste dans la période comprise entre 1930 et 1935. Adoptant la méthode historique, on utilise ici comme sources d'informations les journaux de l'époque, correspondances, témoignages, interviews et mémoires des contemporains, communiqués et rapports des gouvernements et documents de propagande politique. On met tout d'abord en lumière certains aspects de la première période républicaine dans le Rio Grande do Norte, insistant sur le processus de formation de l'oligarchie estadual. On considère la Révolution de 30 dans l'Etat potiguar, laquelle a imposé un modèle centralisateur et l'intervention du pouvoir central dans la politique estadual, à travers le montage du système d'interventorias, mettant en relief la mobilisation des classes des travailleurs urbains, utilisée par les interventores et par la faction cafeísta dans leur opposition aux factions oligarchiques traditionnelles. On montre ensuite le caractère contradictoire des relations entre le pouvoir central et les oligarchies du Rio Grande do Norte, où se confondent, dans un seul processus, la négociation et l'affrontement. On met finalement en évidence le retour du courant oligarchique traditionnel au pouvoir d'Etat régional, dans des conditions redéfinies par un nouveau "pacte de pouvoir" qui étend l'action de l'interventionnisme de l'Etat fédéral.

## I N T R O D U Ç Ã O

Com este trabalho empreendemos a análise das relações entre o poder central e o poder regional no pós-30 a partir de um caso específico, o do Estado do Rio Grande do Norte. Neste sentido o nosso enfoque privilegia, como objeto de estudo, o processo sócio-político referente à ação das oligarquias potiguares frente às orientações do governo Vargas, traduzidas nas práticas das interventorias e seus aliados.

Esperamos contribuir para a compreensão de aspectos relacionados à chamada Revolução de 1930<sup>(1)</sup> e seus desdobramentos nos Estados da federação. Embora, em época recente, uma série de estudos monográficos tenha sido colocada à disposição do público especializado, analisando precisamente esses desdobramentos da Revolução em alguns Estados federados<sup>(2)</sup>, parece-nos que o assunto não foi esgotado, faltando revelar muito, ainda, da história desse período.

Adotamos esta perspectiva de estudo monográfico, dirigindo o foco de análise para um Estado periférico e pouco estudado. Pretendemos abordar, em ligação com a matéria principal, aspectos que quase sempre são vislumbrados na perspectiva dos grandes Estados. Assim, temas como "tenentismo"<sup>(3)</sup>, "oligarquias"<sup>(4)</sup>, "coronelismo", "populismo", "política de massas" e "modernização" serão revisitados no contexto de um Estado atrasado, de estrutura predominantemente agrária, que se destacou pela resistência que opôs à implantação do modelo getuliano de Estado centralizado.

Acreditamos que esses mesmos temas não se esgotam quando enfocados sob a ótica dos chamados grandes Estados, sob a qual têm sido habitualmente analisados, com poucas exceções. A partir do ângulo de um Estado periférico é possível contribuir para que o conhecimento sobre eles se enriqueça.

O tema central, referente ao padrão de relações que se estabelece entre o Estado no pós-30 e as oligarquias, tem sido abordado freqüentemente considerando-se as chamadas oligarquias "fortes" (de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco).

Para alguns autores, as oligarquias "fracas" (especial

mente as nordestinas), marginalizadas dos "centros de poder" na Velha República, viam nos arranjos do pós-30 a possibilidade de voltar a ter alguma influência sobre o poder central e, por isso, apoiaram as políticas centralizadoras e intervencionistas defendidas pelos tenentes e outros grupos. A nosso ver essa visão peca por excesso de generalização e esquece que as propostas de centralização política (e a atuação dos grupos tenentistas) eram percebidas como ameaça por aquelas oligarquias. Isto tornaria a relação oligarquias "fracas"-poder central, em nossa perspectiva, um processo tenso, em que a barganha e o confronto freqüentemente se confundiam.

Evidentemente a contribuição que se pode dar num trabalho de caráter monográfico como este situa-se concretamente na forma como essas questões se articulam num contexto bastante específico e determinado. Nesta medida, tais questões aparecem implicitamente no material histórico analisado.

O período examinado abrange os anos que vão de 1930 a 1935, tendo, como marcos, a Revolução, que afasta os representantes imediatos da oligarquia algodoeiro-pecuária do poder, e a eleição do primeiro governo constitucional do pós-30 no Rio Grande do Norte (outubro de 1935), que encerra o período interventorial e consagra o retorno daquela facção oligárquica ao poder, em condições redefinidas pelas mudanças econômicas (avanço do processo de industrialização e maior integração das economias regionais) e políticas no país (Estado mais centralizado, mais intervencionista; maior subordinação das oligarquias ao poder federal).

Entretanto sentimos a necessidade de iniciar a análise pela recuperação do período da República Velha no Estado potiguar, face às insuficiências da historiografia local e dada a sua importância para compreender a conjuntura dos anos 30.

Apontamos como a descentralização republicana atendeu às necessidades e aos interesses do latifúndio exportador e do capital comercial locais e serviu para consolidar as oligarquias estaduais, que representavam politicamente os interesses econômicos dessas classes. As oligarquias, para se manter no poder, dependiam internamente do apoio dos "coronéis" e externamente do assentimento das oligarquias "nacionais" que dominavam o aparelho de Estado central através das máquinas dos Partidos Republicanos Paulista, Mineiro e Rio-Grandense (do Sul). O "pacto dos coronéis"

garantia a submissão das massas de trabalhadores rurais, enquanto a cooptação sistemática assegurava o apoio das classes médias "tradicionais" urbanas. A ideologia "liberal" regulava as relações de negociação no interior das "elites" dirigentes e mascarava a exclusão das classes subalternas.

A Revolução de 30 impôs um modelo de centralização verticalizada e inaugurou a era dos interventores. Estes últimos, geralmente "tenentes", vindos de fora, eram portadores de um discurso anti-oligárquico e antiliberal e representavam a intervenção do poder central na política estadual.

Com a Revolução, as classes populares urbanas - proletariado e classes médias<sup>(5)</sup> - foram incorporadas ao processo político, reconhecendo-se como legítimos os direitos de greve e de organização sindical, bem como os de reivindicação dos benefícios da nova legislação trabalhista.

Mas esses direitos deviam ser exercitados nos limites da "mobilização controlada", centrada na idéia de "colaboração de classes" e apoiada no sindicato concebido como aparelho ideológico de Estado. Esta mobilização vai ser utilizada pela facção cafeísta e pelas interventorias como arma para atacar as posições das facções oligárquicas mais tradicionais, agrupadas no Partido Popular.

Durante o período 1930-1935, a violência está presente nas relações entre o poder central e as oligarquias, mas o estilo conciliador e maquiavélico de Vargas, aliado ao instinto de sobrevivência das oligarquias, alternam e misturam, numa verdadeira guerra de posições, a negociação e o confronto.

Quando, após um longo período de lutas, o Rio Grande do Norte se reconstitucionaliza (fins de 1935), a oligarquia tradicional retorna ao poder, mas paga, por isso, o preço de sua submissão a um poder central intervencionista e antiliberal, que promove "de cima", apoiado nas Forças Armadas e nos grupos tecnocráticos, o processo de "modernização" do Estado e da economia do país.

NOTAS E REFERÊNCIAS

- (1) Utilizamos o termo "revolução" para caracterizar os episódios de outubro de 1930, por fidelidade à tradição consagrada na bibliografia que trata do assunto. Na verdade, uma revolução efetiva (como a Francesa de 1789 ou a Russa de 1917) leva a uma ruptura nas bases econômico-sociais da sociedade e a uma mudança da classe dominante a nível do poder político. A Revolução de 1930 não teve como consequência uma reorganização da estrutura econômico-social do país e as mudanças que ocorreram seguiram a via da chamada "modernização conservadora", implicando uma composição de interesses entre a burguesia industrial e os setores agrários ligados aos mercados externos e interno. Por outro lado, na instância política não ocorreu a ascensão de um novo bloco-no-poder, mas uma recomposição do bloco-no-poder que dominava o aparelho de Estado, com uma progressiva e nítida afirmação da hegemonia da fração industrial da burguesia nos anos 30 e seguintes.
- (2) CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul no pós-30. In: GOMES, Ângela Maria de Castro, coord., Regionalismo e centralização política, p. 41-131.
- BOMENY, Helena Maria Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In: Id. *ibid.* p. 133-235.
- GOMES, A.M. de C. et alii. Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização. In: Id. *ibid.* p. 237-337.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: Id. *ibid.* p. 339-425.
- LOVE, Joseph. Autonomia e interdependência: São Paulo e a federação brasileira, 1889-1937. In: FAUSTO, Bóris, dir., História geral da civilização brasileira. São Paulo, t. 3, v. 1, p.53-76.
- WIRTH, John. Minas e a Nação. Um estudo de poder e dependência regional, 1889-1937. In: Id. *ibid.* p. 76-99.
- LEVINE, Robert. Pernambuco e a federação brasileira, 1889-1937. In: Id. *ibid.* p. 122-51.
- DANTAS, José Ibarê. A revolução de 1930 em Sergipe.
- CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. As interventorias estaduais no Maranhão.
- (3) Para alguns analistas (Virgínio Santa Rosa, Nelson Werneck Sodré, Francisco C. Weffort, entre outros), o tenentismo teria sido um movimento de classe média. Já Bóris Fausto, em A Revolução de 1930, ressalta a vinculação dos tenentes ao aparelho de Estado. A tendência mais recente (Maria Cecília S. Forjaz, Décio Saes) é a de integrar as duas dimensões, considerando a origem de classe e a inserção no aparelho de Estado como aspectos que se complementam contraditoriamente. Vera Hercília Pacheco Borges, em sua tese de doutorado, Os sentidos do tenentismo (PUC-SP, 1987), chama a atenção para a diversidade nas práticas dos tenentes e denuncia o esvaziamento de conteúdo histórico e a uniformização do conceito na historiografia que trata do assunto. Em seu mais recente trabalho, Maria Cecília S. Forjaz (Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30) afirma que "apesar da fragmentação do tenentismo no pós-30 em diversas correntes partidárias ou movimentos sociais (integralismo, socialismo, comunismo, aliancismo e etc.), há um núcleo tenentista relativamente coeso e atuante

do politicamente organizado em torno exatamente do Clube 3 de Outubro" (p.98). Esse núcleo tenentista tinha "um projeto político anti-oligárquico, centralizador, estatizante e autoritário" (p.202), além de esposar "propostas explicitamente agraristas e anti-industrialistas (além de distributivistas)" (p.204).

- (4) O termo "oligarquia" tem habitualmente, nas disputas políticas da Velha República ou do imediato pós-30, o significado de grupos no poder, conforme salienta Vera Hercília Pacheco Borges, em sua tese de doutorado já citada. Polemizando contra os "políticos em geral", os revolucionários militares e civis identificados com o "outubrismo" (ou seja, aqueles que colocavam a necessidade de reformas sociais e políticas para "completar" a obra da Revolução) qualificavam-nos pejorativamente como "políticos profissionais", o que, segundo a autora supracitada, teria o mesmo sentido de "oligarquia" numa acepção ampla (p. 123). Décio Saes, em A formação do Estado burguês no Brasil, refere-se à política do período da República Velha como "oligárquica" ou "elitista", relacionando o fenômeno ao "coronelismo", que subordinava a massa dos trabalhadores rurais (a qual então constituía a maioria da população do país) e a uma estrutura política que reduzia as oposições à dissidências no interior das classes dominantes (p. 353). Francisco de Oliveira, em seu livro Elegia para uma re(li)gião, refere-se à "oligarquia açucareiro-têxtil" e "oligarquia algodoeiro-pecuária" (de que trataremos, de forma mais extensa, no capítulo I), como frações distintas de uma classe de grandes proprietários de terras (latifundiários) pré-burgueses ou semi-aburguesados que se caracterizam pela utilização de mecanismos específicos de acumulação de capital e de reprodução das estruturas de poder.
- (5) Por classe média de uma formação social capitalista, Décio Saes entende "o conjunto dos seus trabalhadores predominantemente não-manuais, e não o conjunto da camada dos trabalhadores improditivos" (in: Classe média e política no Brasil, 1930-1964, p.452). Já por "baixa classe média" o mesmo autor entende "a camada inferior da classe média - baixo funcionalismo, empregados do comércio, bancários, etc." (p. 454). Em obra posterior, A formação do Estado burguês no Brasil, p.285-7, Saes apresenta uma conceituação mais elaborada e crítica. Após advertir que a classe média não pode ser definida "como 'grupo intermediário' entre 'classes sociais polares'", agrega à definição anterior um componente ideológico, tomado como "disposição ideológica comum" aos membros da referida classe: "considerar a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual (...) como uma necessidade natural, eterna, e não como um fenômeno histórico". Assim, a classe média das formações capitalistas distingue-se da velha pequena burguesia, tanto pelas posições ocupadas na organização social da produção (a pequena burguesia detém a propriedade de dos meios de produção e executa trabalho predominantemente manual) quanto pelas características ideológicas: no caso da pequena burguesia, o apego à propriedade dos meios de produção; no caso da classe média, o apego à hierarquia entre trabalhadores como uma questão de "dons e méritos". No Brasil, as "classes médias tradicionais" (ou "velha pequena burguesia") estariam ligadas à estrutura social do capitalismo agro-exportador, sendo o seu "tipo social predominante (...) os

primos pobres com uma mentalidade agrarista e antiindustrialista" (Maria Cecília S. Forjaz, op. cit., p.204): nesta camada foram, em geral, recrutados os tenentes. Já as "novas classes médias" estão ligadas ao processo de industrialização que assume papel significativo a partir dos anos 30.

## CAPÍTULO I

### DA OLIGARQUIA MARANHÃO À POLÍTICA

DO SERIDÓ (1889 - 1930)

#### 1.1 - Alguns esclarecimentos acerca do Estado na Primeira República

O primeiro período republicano no Brasil (1889-1930) é comumente designado por historiadores, cientistas políticos e outros cientistas sociais como um período dominado por um Estado oligárquico. Esta caracterização tem sido seriamente questionada por outros tantos autores, como, por exemplo, SAES<sup>(1)</sup>, que qualifica a noção de Estado oligárquico como pré-teórica e, portanto, destituída de estatuto científico.

BOBBIO<sup>(2)</sup>, após várias considerações sobre a origem do conceito de oligarquia entre os escritores políticos da Antiguidade e a renovação de seu uso na ciência política contemporânea, conclui que, em certo sentido, todo Estado é uma oligarquia na medida em que é dirigido por uma minoria. Isto por si só invalidaria a possibilidade de tal conceito vir a especificar qualquer forma ou tipo histórico de Estado. No entanto este mesmo autor faz referência à utilização do termo por estudiosos que, após a Segunda Guerra Mundial, se interessaram pela análise dos regimes político-sociais vigentes em países do Terceiro Mundo, nos momentos de trânsito da sociedade "tradicional" para a sociedade "moderna". Edward Shils, citado por

BOBBIO, qualifica estes regimes, como controlados por:

*"um grupo de poder restrito, homogêneo, estável, com uma boa organização interna e fortes vínculos entre seus membros, pouco confiante na lealdade de quem a ele pertence e cauteloso na admissão de novos membros; é um grupo que governa de modo autoritário, robustecendo o executivo, controlando o judiciário, marginalizando ou excluindo o Parlamento, desencorajando ou eliminando a oposição"*<sup>(3)</sup>.

Outro autor, MARTINS, seguindo orientação distinta da teoria da modernização, que parece informar a análise de Edward Shils, define o que considera Estado oligárquico da Primeira República como uma "coalitions d'élites", um aparelho de dominação que desempenharia a função de "champ exclusif des élites et, simultanément, celle d'instrument d'arbitrage des querelles surgies entre elles"<sup>(4)</sup>.

Todas essas abordagens estão longe da problemática dos tipos de Estado relacionada ao caráter das relações de produção básicas vigentes numa dada formação social, que fundamenta o enfoque de PEREIRA e SAES.

Estes dois autores, partindo de uma problemática teórica comum, inspirada mais diretamente nas obras do cientista político marxista POULANTZAS<sup>(5)</sup>, chegam, todavia, a conclusões diferentes.

PEREIRA, postulando a impossibilidade de "pensar numa temporalidade do jurídico-político diversa da do econômico", conclui que, sendo o período correspondente aos anos 1889-1930 uma etapa de transição de uma formação social escravista

"moderna" para uma formação social capitalista, o Estado teria de ser, necessariamente, um "Estado transitório"<sup>(6)</sup>.

SAES, por sua vez, embora reconhecendo o caráter de transitoriedade da formação social no mesmo período, afirma que a revolução política dos anos 1888-1891 (Abolição, Proclamação da República, Constituinte) implicou na formação de um Estado burguês, que ao invés de ser uma resultante do estabelecimento da dominância de relações de produção capitalistas na sociedade, foi uma condição prévia para que esta dominância se afirmasse nas décadas seguintes<sup>(7)</sup>.

O que importa reter, nesse caso, é que para ambos os autores há um nexu entre as transformações econômico-sociais e políticas do período 1888-1891, importando em profundas mudanças ao nível jurídico-político, em correspondência com o processo de transição que se instaura na esfera econômico-social. "Burguês" ou "transitório", o fato é que, como sugere SAES, a forma que o Estado assume, nas condições de subordinação da indústria à agricultura e de domínio coronelístico, resulta em restrições aos direitos civis e políticos das classes trabalhadoras, o que revela "o caráter oligárquico ou elitista (...) da democracia burguesa existente na Primeira República brasileira"<sup>(8)</sup>.

Se a democracia burguesa existente naquele momento era oligárquica, isto resultava do peso das estruturas econômico-sociais de dominação no campo (marcadas pela dependência pessoal do produtor direto) num país maciçamente agrário, onde, como ressalta MARTINS<sup>(9)</sup>, a propriedade da terra era o eixo de organização da ordem social.

Evidentemente, o debate teórico sobre estas questões

estã longe de ter sido esgotado. Nossa pretensã ao referi-lo de passagem, teve o objetivo de situar nossa opçã por determinada postura (no caso, a de SAES), utilizando-a como "certeza provisória" que orienta a nossa prãpria anãlise, a qual situa-se no terreno concreto de uma situaçã histãrica específica. Isto nã implica, entretanto, na rejeiçã "in totum" das contribuiçõs dadas por autores filiados a outras orientaçõs teóricas ou cujas abordagens preocupam-se basicamente com a questã do funcionamento do sistema políptico da Velha Repãblica.

Apõs estas consideraçõs iniciais relacionamos sucinatamente certos aspectos que caracterizam a Primeira Repãblica ressaltados por diversos analistas, embora alguns tenham enfatizado ou abordado um ou outro desses aspectos <sup>(10)</sup>: 1ª) a debilidade do mercado nacional, acarretando uma relativa autonomia dos vãrios subsistemas regionais e/ou estaduais; 2ª) complementaridade de interesses entre agricultura e indãstria, que nã deve ser entendida como identidade e sim como complementaridade contraditãria; 3ª) subordinaçã do capital industrial ao capital agromercantil, o que supõe ao mesmo tempo identidade e contradiçã; 4ª) inserçã subordinada e "dependente" da economia nacional no sistema econõmico mundial capitalista, como exportadora de bens primãrios e importadora de capitais e bens industrializados; 5ª) a propriedade da terra como eixo da organizaçã social; 6ª) a dependãncia e o favor como traços que permeiam as relaçõs sociais, mascarando as oposiçõs e os conflitos bãsicos; 7ª) regionalizaçã das demandas econõmicas e polípticas das classes dominantes, que confere especificidade a seus conflitos internos; 8ª) "passividade" das massas rurais, sob a tutela do paternalismo coronelístico, cuja ruptura se

dá, em geral, pela "rebeldia primitiva": messianismo, cangaceirismo; 99) liberalismo excludente do sistema político, ou liberalismo meramente formal.

## 1.2 - A formação do Estado republicano e a consolidação dos Maranhão

Analisaremos alguns aspectos da história da Primeira República no Rio Grande do Norte com o objetivo de ressaltar aqueles que sejam mais importantes para a compreensão da conjuntura posterior ao Movimento de 30 no Estado, foco de interesse da dissertação.

Esta história, tanto no aspecto factual quanto interpretativo, está em grande medida por ser escrita, porque além da obra de CASCUDO, que faz uma abordagem fundamentalmente descritiva, e mais uns poucos autores, pouco ou quase nada se fez<sup>(11)</sup>. Existem alguns raros estudos de safra recente, abordando a história econômica da época, que oferecem valiosos subsídios a uma análise da evolução política em sua relação com a estrutura econômica, mas, mesmo nesse terreno, ainda são grandes as insuficiências<sup>(12)</sup>. Deve-se acrescentar a estes, o trabalho de SILVA<sup>(13)</sup>, que, ao investigar a contribuição da representação política potiguar à constituição de um novo complexo ideológico (a ideologia do planejamento como resposta "técnica" aos conflitos políticos e econômicos que geram as desigualdades regionais), traz importantes contribuições ao entendimento da política oligárquica nesse período.

A instauração da República em 1889, pondo fim ao

centralismo monárquico, inaugurou uma nova fase na política nacional que permitiria às frações regionais das classes dominantes uma maior autonomia na condução dos negócios referentes à direção dos aparelhos regionais de Estado (os governos de Estado). Isto interessava, sobretudo, à burguesia comercial e à classe dos grandes proprietários rurais que produziam para o mercado externo e interno.

Em seu início a descentralização e a ampliação do regime representativo<sup>(14)</sup> que constituíam aspectos centrais da estrutura política republicana, exigiram das elites políticas regionais a montagem de uma nova estrutura de poder, encontrando-se aí a raiz da formação das oligarquias republicanas. Este processo, que enfrentou obstáculos no centralismo do período de Deodoro, afirmou-se com Floriano e encontrou sua expressão acabada nas proposições de Campos Sales. Estas firmavam o princípio da continuidade das facções dominantes em cada Estado e condenavam as oposições (oligárquicas) à marginalidade, às quais, para chegar ao poder, só restava a alternativa do uso da força, cujo êxito dependia do apoio, aberto ou tácito, do governo central.

No plano nacional o pacto entre os grandes Estados (Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul), quer dizer, entre as facções hegemônicas de suas classes dominantes, constituía o nó górdio, o fulcro da política republicana nesta fase (1889-1930). Tanto que quando este pacto foi rompido, toda a estrutura se viu ameaçada como aconteceu quando das divergências entre Minas e São Paulo em torno da sucessão de Washington Luís (embora este fosse apenas um aspecto parcial do episódio

de 30). No plano estadual as alianças entre os grandes "coronêis" (chefias municipais e/ou zonais) garantiam a hegemonia da facção dominante. A habilidade dos políticos oligárquicos em soldar essas alianças por sobre a infinidade de querelas pessoais e familiares, e interesses econômicos conflitantes, que caracterizavam a vida política interioriana seria a condição para manter o domínio da máquina político-administrativa estadual. Condição necessária, mas não suficiente. Particularmente no caso dos Estados não-hegemônicos, por sua menor importância econômica e demográfica, o apoio do governo federal seria imprescindível à facção que pretendesse o controle da situação estadual.

Ao ser proclamada a República, o Partido Republicano no Rio Grande do Norte era um pequeno núcleo, pouco significativo em termos numéricos. Embora tenham existido manifestações republicanas isoladas durante todo o período do Segundo Império, parece que o primeiro núcleo efetivamente organizado foi o Centro Republicano Seridoense (em Caicô, na zona sertaneja algodoeira), fundado em 1886 por um jovem acadêmico de Direito, Janúncio da Nóbrega, sob o influxo das idéias republicanas agitadas nos círculos estudantis de Recife, onde Nóbrega estudava<sup>(15)</sup>.

O movimento sobrevivia da abnegação de uns poucos militantes que associavam a luta republicana e abolicionista, como Janúncio da Nóbrega, João Avelino Pereira de Vasconcelos e Almino Afonso, entre outros. Segundo CASCUDO, o movimento republicano não conseguiu sensibilizar a "camada tradicional", nem os políticos dos partidos dominantes (Liberal e Conservação).

dor) no Império<sup>(16)</sup>, embora o Partido Liberal revelasse alguma tolerância, permitindo que se publicassem seções republicanas em seus jornais.

O Partido Republicano do Rio Grande do Norte foi fundado tardiamente, a 27 de janeiro de 1889. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão<sup>(17)</sup>, um jovem médico, membro de família rica e tradicional, foi aclamado presidente da Comissão Executiva do Partido. O jornal A República, órgão oficial do novo partido, começou a ser editado a 19 de julho do mesmo ano, fazendo circular vinte números até a Proclamação.

A adesão de Pedro Velho pareceu contar com o apoio da família, pois vários de seus parentes estavam presentes à reunião de fundação do Partido: entre outros, seu irmão, Fabrício Gomes de Albuquerque Maranhão, deputado provincial pelo Partido Liberal e senhor de engenho na região açucareira, e funcionários da Casa Fabrício Pedrosa, empresa comercial da família, que atuava no ramo exportador (açúcar e algodão), sendo uma das maiores do Estado.

No que se refere a militância abolicionista de Pedro Velho, observe-se que ela se deu, segundo TAVARES DE LIRA, "na última fase do movimento"<sup>(18)</sup>. Num momento, portanto, em que a Abolição já se tornara praticamente inevitável e depois que a própria classe de senhores escravistas já tinha se adaptado ao longo processo de emancipação progressiva.

Coloca-se a seguinte questão: o que representava o movimento republicano no Rio Grande do Norte no momento da fundação do partido? Era um movimento de classe média, voltado para a crítica simultânea da ordem escravista e da forma monárquico-centralizada, ou ligado aos interesses da classe dos

grandes proprietários rurais e da burguesia comercial, defensores de um regime federativo que ampliasse os seus recursos de poder e de uma política econômica de defesa dos interesses agro-exportadores? A hipótese de SAES, ao analisar esse processo, de uma perspectiva nacional, é de que:

*"... uma vez extinta legalmente a escravidão e deflagrado o processo de reorganização burguesa do aparelho de Estado, as classes dominantes paulistas se reorganizaram rapidamente e procuraram intervir na cena política, com vistas a impor ao Estado burguês em formação uma forma (democracia presidencial e federação) e uma política (defesa prioritária da comercialização dos produtos agrícolas e, em particular, do café) conveniente aos seus interesses"<sup>(19)</sup>:*

Logo adiante, o mesmo autor esclarece o sentido que assumiu a participação das "classes dominantes paulistas" na Assembléia Nacional Constituinte de 1891, quando:

*"lograram derrotar politicamente, nessa etapa, as forças sociais (grupo militar, parte da classe média) que lutaram para conferir ao Estado burguês nascente uma forma ditatorial (a 'ditadura republicana') e unitária"<sup>(20)</sup>.*

A nosso ver, a trajetória de Pedro Velho e do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, em particular após a Proclamação da República, traduziu um comprometimento cada vez mais íntimo com os interesses e a perspectiva de classe dos grandes proprietários rurais e da burguesia comercial.

Ao assumir o poder, Pedro Velho marginalizou os repu

blicanos "históricos", justamente o grupo mais consequente, que conduziu a campanha nos momentos mais difíceis e participou ativamente do movimento abolicionista. "Não consultou os poucos republicanos que viviam na capital...", afirma CASCUDO<sup>(21)</sup>. Compôs o seu secretariado com elementos que representavam facções dos Partidos Liberal e Conservador e alguns republicanos mais ligados pessoalmente, como seu primo, João Avelino Pereira de Vasconcelos e fez alianças com os grandes "coronéis" do Seridó e do Oeste do Estado, firmando, assim, bases eleitorais seguras.

Na Assembléia Constituinte, Pedro Velho ligou-se imediatamente ao Partido Republicano Paulista (PRP), apoiando-o em todos os momentos, inclusive em sua luta contra o "jacobinismo" militar. No Rio Grande do Norte foi o representante mais típico do federalismo republicano, da defesa da autonomia estadual e da descentralização, enfrentando a liderança de Amaro Cavalcanti, que representava no Estado a corrente centralizadora e industrialista.

Como foi dito no início, a instauração do regime republicano abriu espaço à consolidação das oligarquias na medida em que a descentralização conferiu maior autonomia ao aparelho regional de Estado, permitindo às frações regionais das classes dominantes um maior controle sobre a máquina administrativo-repressiva (definição da política fiscal, contratação de empréstimos externos, emissão de apólices, criação de novas repartições e serviços, nomeação de autoridades e funcionários estaduais, etc.). Mas a montagem de uma nova estrutura política, implicando a constituição de mecanismos renovados de legitimação e dominação frente às classes subalternas e de negociação

entre as classes dominantes, não ocorreu sem turbulências e conflitos que, no início do regime republicano, muitas vezes desnudavam sua natureza de classe. É o período que SILVA caracteriza como sendo o das "oposições significativas", quando a questão da forma do regime ainda não estava definida, opondo os partidários de uma linha centralizadora e nacionalista (Amaro Cavalcanti) aos partidários da descentralização oligárquica (Pedro Velho):

*"Temerosos de perder sua força política, incapazes de se agrupar em torno de uma mesma posição, os atores lançavam-se à polêmica retratando a realidade, desvendando as contradições mais significativas, enfim desnudando a própria classe a que estavam vinculados" (22).*

A respeito deste período cabem algumas observações. O processo de reacomodação entre os remanescentes das elites egressas do período monárquico e os novos grupos que ascenderam com a República se deu muitas vezes de forma cruenta em torno da definição de qual facção deteria o controle da nova situação; por outro lado, a ausência de mecanismos institucionais claramente definidos para regulamentar o dissídio entre as elites foi responsável, em parte, pelo prolongamento da luta e por sua forma violenta. Ao mesmo tempo a ampliação do corpo eleitoral com a República não influiu decisivamente na capacidade das classes subalternas em interferir politicamente, mas fortaleceu a política de clientela e as chefias coronelísticas que mantinham relações de dominação paternalista com os seus eleitores. Neste sentido, as lutas que caracterizaram o início do período republicano (com suas exceções, como Canudos), embora com participação popular episódica, foram basicamente con

flitos entre facções das classes dominantes.

O impasse que marcou o governo Deodoro, que se expressou, entre outras coisas, no conflito inconciliável entre o grupo militar e os republicanos civis e na ausência de uma "fórmula política viável", só encontrou solução definitiva com a ascensão de Prudente de Moraes e o ordenamento da "política dos governadores" na gestão Campos Sales. É verdade que Floriano Peixoto lançou as bases para a resolução deste conflito na medida em que, consagrando o império da lei e do respeito às instituições, assegurou a sobrevivência do regime. Mas o governo Floriano representaria, ainda, um período de transição, contraditório, no qual as dissidências regionais encontrariam ponto de apoio para a rebelião. Na avaliação de CARDOSO: "As Forças Armadas continuavam divididas, as dissidências brotavam, a Constituição era ainda apenas papel" (23).

O Estado descentralizado, com expressão do poder das oligarquias regionais, só se cristalizou em forma duradoura quando a hegemonia dos republicanos civis, sob a égide dos "paullistas", se instaurou estavelmente nos governos de Prudente de Moraes e Campos Sales. No entendimento que aqui se faz, o período das "oposições significativas" se estendeu até fins do governo Floriano, ao contrário do que entende SILVA, que coloca o seu término em 1892, quando se desarticulou o domínio de Deodoro.

O entendimento de que a fase das "oposições significativas" abrangeu o período de Floriano Peixoto, apóia-se no raciocínio de CARDOSO de que o governo Floriano se caracterizou pela "ausência de um 'sistema' estável para marcar os limites e as regras do jogo de poder" (24).

Como os limites que marcavam a negociação e o dissenso entre as classes dominantes e a dominação (destas sobre as classes subalternas) não estavam definidos, os sinais da transição estariam presentes ainda nesta fase, desnudando nos conflitos que assinalavam a luta pelo poder o seu caráter de classe.

No Rio Grande do Norte a crueza desses conflitos e a indefinição sobre a facção que dominaria a cena política e o aparelho de Estado podem ser ilustrados nas contendas que opuseram os vários grupos (e na constante recomposição no interior desses grupos), culminando no conflito entre pedrovelhistas e bernardistas (seguidores de Pedro Velho e do "coronel" José Bernardo, respectivamente), denominado pelos contemporâneos como a fase do "rompimento":

*"Com a posse de Pedro Velho no Governo abre-se, subsequentemente, a fase do rompimento. Era assim que os antigos políticos citavam a solução de continuidade nas relações políticas de Pedro Velho com o senador José Bernardo" (25).*

No Estado, portanto, o período que marcou a luta pelo poder entre as várias facções e a consolidação das oligarquias republicanas cobriu o interregno que foi da Proclamação até a sucessão de Pedro Velho (1895), quando este, já como chefe supremo e incontestado, designou Ferreira Chaves e garantiu o mando absoluto de sua facção até pelo menos 1913 ou 1914, momento em que as primeiras fissuras mais sérias começaram a regar a oligarquia Maranhão ao ostracismo.

Passaremos a analisar alguns aspectos desta evolução política, enfocando os momentos mais significativos das lutas

entre as facções que tentaram imprimir seus interesses e diretrizes ao aparelho de Estado.

CARONE, analisando o fenômeno oligárquico na Velha República, acrescenta ao sentido originário da palavra oligarquia - governo de poucos - o de "governo baseado na estrutura familiar patriarcal". E comenta que, embora as oligarquias possam ter suas origens tanto no Império como no novo regime, neste, o federalismo conferiu ao fenômeno oligárquico "maior estabilidade" (26). Mas a definição que ele adota é inadequada ao tipo de estrutura política vigente no Brasil naquele período, se atentarmos para a forma como WEBER conceitua o poder patriarcal: "Su germen radica en la autoridad de un dominus dentro de una comunidad doméstica". Em seguida, este último autor aduz que enquanto a dominação patriarcal envolve a submissão pessoal a um senhor e obedece a normas baseadas na tradição, na dominação burocrática tais normas são "racionalmente creadas, recurren al sentido de legalidad abstracta y se basan en un ejercicio técnico..." (27). A estrutura jurídico-política existente no país na época analisada por CARONE era caracterizada pela presença de um direito burguês (tratamento igual dos desiguais, normas que encaram os indivíduos como cidadãos livres sujeitos de direitos) e pela organização de um quadro burocrático que administrava o aparelho de Estado (não-monopolização das tarefas do Estado pelas classes dominantes, meritocracia, hierarquização de tarefas), conforme salienta SAES, embora esse Estado estivesse implantado numa formação social onde a dependência pessoal imprimia a sua marca às relações de produção vigentes no campo (28). Este direito burguês - a "legalidad abstracta" de WEBER - e a existência de um quadro buro

crático que administrava segundo normas fundamentadas em um "ejercicio técnico", certamente não existiam sob uma forma "pura", dadas as características da formação social em transição ao capitalismo.

Não obstante estas ressalvas à conceituação de CARONE, muitas de suas observações sobre o funcionamento da política oligárquica no período são pertinentes.

Ele faz uma distinção entre as oligarquias dos Estados mais adiantados, onde a estrutura social era mais complexa, e a dos Estados "menos ricos". Naqueles, havia maior equilíbrio entre as várias facções e famílias oligárquicas e, por isso, a estrutura partidária era mais forte, funcionando as comissões centrais dos Partidos Republicanos como elemento moderador entre as correntes em luta; ao passo que, nos últimos, "o controle do grupo ou família é quase absoluto"<sup>(29)</sup>.

O Rio Grande do Norte, Estado atrasado e de economia pouco diversificada, se enquadrava obviamente neste último caso. A história política deste Estado de 1889 a 1914 foi, em certo sentido, a história do predomínio absoluto da família Maranhão (Pedro Velho, Tavares de Lyra, Alberto Maranhão e alguns associados) a qual se seguiu a fase de domínio pessoal de Ferreira Chaves, representando do ponto de vista político um momento de equilíbrio instável entre as facções em luta (governos Ferreira Chaves e Antônio de Souza), afastado, nos anos vinte, pelos representantes dos grandes proprietários e comerciantes do Seridó e Oeste (José Augusto, Juvenal Lamartine).

A República encontrou no Estado os partidos monárquicos profundamente divididos e fracionados. O Partido Conserva

dor, fora do poder naquele momento, estava fraturado em duas facções: a Botica e a Gameleira (referência aos locais onde esses grupos se reuniam). O Partido Liberal enfrentara no último pleito do antigo regime uma cisão provocada pela disputa entre Amaro Bezerra, chefe do Partido, e o "coronel" José Bernardo, seu principal lugar-tenente e homem de confiança até então. Este último dominava politicamente toda uma região, o Seridó, e era, segundo CASCUDO, naquele momento, a "única força coordenada e apta para combate" (30).

A República os apanhara de surpresa, e disso se aproveitou habilmente Pedro Velho para dominar rapidamente a situação. Assumindo o governo a 17 de novembro de 1889, formou um secretariado constituído de conservadores do grupo da Botica, sob a liderança do Conselheiro Tarquínio Bráulio Amaranto, de liberais dissidentes, chefiados pelo "coronel" José Bernardo, e dos republicanos mais próximos. Os "históricos", preteridos, se articularam com os liberais amaristas e os conservadores do grupo da Gameleira para formar o Clube Republicano 15 de Novembro, presidido por Hermógenes Tinoco, vice-presidente do Partido Republicano no Rio Grande do Norte (31).

A unanimidade da primeira hora foi corroída pelo descontentamento dos republicanos "históricos", excluídos do secretariado, e pela insatisfação da corrente conservadora com a política de nomeações e demissões do Governador. O governo provisório de Pedro Velho durou poucos dias; a orientação centralizadora do governo Deodoro impôs um nome de fora, estranho aos quadros políticos estaduais, preterindo o grupo republicano local. Iniciou-se um período de contínuas mudanças na administra

ção estadual, ao sabor da instabilidade reinante na política nacional. Assim, a 6 de dezembro de 1889 Adolpho Gordo, nomeado pelo Governo Provisório da República, assumiu o Governo do Estado, ficando até 8 de fevereiro de 1890. A nomeação de Adolpho Gordo e a constituição de seu secretariado, com alguns elementos vindos de fora, causaram profunda insatisfação entre as correntes oligárquicas locais. Mas, com a ascensão de Xavier da Silveira, a 10 de março de 1890, os políticos locais voltaram a ser prestigiados, ocorrendo a aproximação entre o Governador e a facção predovelhista, que recebeu as benesses da máquina do Estado.

No governo de Xavier da Silveira, realizaram-se as eleições para a Constituinte Federal, na qual o Rio Grande do Norte teria sete vagas (cinco de deputados, duas de senadores). Pedro Velho conseguiu reunir, sob a bandeira de seu partido, as maiores expressões eleitorais do Estado, como o "coronel" José Bernardo, maior força eleitoral organizada; o "coronel" José Pedro de Oliveira Galvão, amigo pessoal do Marechal Deodoro; Amaro Cavalcanti, jurista conhecido nacionalmente, precursor do nacionalismo industrialista; Almino Afonso, abolicionista histórico, e Miguel Joaquim de Almeida Castro (que, ao lado de José Bernardo, venceu o prócer liberal Amaro Bezerra na última eleição monárquica, em agosto de 1889).

Esta chapa derrotou integralmente a do Centro Republicano 15 de Novembro, integrada pela facção liberal amarista e pelos republicanos marginalizados.

Xavier da Silveira permaneceu no governo até 19 de setembro de 1890, quando foi substituído por João Gomes Ribeiro, que assumiu a 8 de setembro do mesmo ano. Ribeiro prestigiou os políticos derrotados por Pedro Velho nas eleições para

a Constituinte Federal. Esta situação não demorou muito, pois interessava ao governo central prestigiar as facções que tivessem votos na Constituinte. A 7 de dezembro João Gomes Ribeiro foi demitido e assumiu em seu lugar Nascimento Castro, da facção pedrovelhista.

Nas eleições para Presidente da República, no Congresso Nacional, a 25 de fevereiro de 1891, enquanto a maioria da representação potiguar ficou com o Marechal Deodoro, Pedro Velho e José Bernardo votaram em Prudente de Moraes, candidato perdedor, do Partido Republicano Paulista (PRP).

A reação de Deodoro se abateu sobre os "paulistas" e seus aliados de forma implacável. A 28 de fevereiro de 1891, Amintas Barros foi nomeado governador do Estado, promovendo a derrubada dos elementos pedrovelhistas; em abril, o próprio Pedro Velho foi exonerado do cargo de 1º vice-governador. A cisão era inevitável: Miguel Castro, Antônio Garcia, Almino Afonso e Oliveira Galvão, de um lado, se alinharam nas hostes deodoristas, formando um grupo majoritário que marginalizou Pedro Velho e José Bernardo, aliados aos "paulistas"; Amaro Cavalcanti manteve-se alheio neste momento.

Pedro Velho e José Bernardo publicaram um manifesto em A República, de 15 de março de 1891, justificando sua votação em Prudente de Moraes. Almino Afonso, Miguel Castro, Antônio Garcia e Oliveira Galvão responderam em outro manifesto, apoiando as mudanças políticas no Rio Grande do Norte e censurando a falta de lealdade administrativa de Pedro Velho, o qual, segundo eles, "durante dezoito meses (...) obteve tudo quanto pediu..." (32).

Nesse clima realizaram-se as eleições para o Congres

so Estadual, a 10 de maio de 1891, sendo derrotada a chapa de Pedro Velho. A 12 de junho, o Deputado Federal Miguel Castro foi eleito governador do Estado, assumindo a 9 de setembro de 1891.

A dissolução do Congresso Federal, a 3 de novembro de 1891, redefiniu o quadro estadual. Pedro Velho, José Bernardo e Amaro Cavalcanti se aliaram aos parlamentares que reagiram ao golpe; Miguel Castro e os outros membros da bancada potiguar o apoiaram. Com a reação do Congresso a 23 de novembro e a derrubada dos elementos deodoristas estimulada por Floriano, Pedro Velho e José Bernardo (juntamente com seus aliados em Natal) organizaram a deposição de Miguel Castro, com o incentivo de Amaro Cavalcanti.

A deposição de governantes de Estados suscitou protestos no Congresso Nacional. Floriano adotou uma posição esquiua, reiterando formalmente o respeito à legalidade, mas recusando-se a intervir nos Estados, adotando na prática a política do fato consumado.

Pedro Velho e seus amigos deram cobertura legal à deposição, dissolvendo o velho Congresso Estadual e convocando eleições para um novo que o substituiu. Este, monolítico, excluiu literalmente as facções dissidentes, elegendo e empossando Pedro Velho como governador constitucional.

Mas o domínio da facção pedrovelhista não estava plenamente assegurado; o período crítico, de luta pela hegemonia, perduraria até o final do governo Pedro Velho (1895), enfrentando sérias ameaças até sua consolidação.

As relações entre Pedro Velho e Floriano Peixoto

não eram pacíficas, em virtude das notórias ligações daquele com os "paulistas". Pedro Velho tentou compensar as desvantagens desse fato, na esfera federal, apoiando-se no Almirante Custódio de Melo, a fim de proteger-se de golpes mais contundentes.

O primeiro dissídio sério enfrentado por Pedro Velho após assumir o governo deu-se por ocasião da eleição do sucessor para sua vaga na Câmara Federal, em virtude de ter assumido o governo. Indicando o irmão, Augusto Severo, enfrentou a oposição de José Bernardo e dos "históricos" do Seridó. Nascimento Castro, ex-governador, redator de A República, também se insurgiu. Janúncio da Nóbrega, "histórico" seridoense, apresentou-se como candidato da oposição. Vitória de Augusto Severo. O Congresso Nacional anulou a eleição. Novo pleito, a 23 de abril de 1893. O candidato oposicionista era Tobias do Rego Monteiro, conhecido intelectual e historiador. Nova vitória de Augusto Severo, desta vez reconhecida. O Seridó oferecera oposição tenaz, derrotando o candidato governista, mas Pedro Velho suplantou este revés localizado por uma sólida aliança com "coronéis" do Litoral, do Agreste e do Oeste (Mossorô e região).

Os atritos entre Pedro Velho e Floriano Peixoto se acirraram. Na composição do Superior Tribunal de Justiça do Estado, Floriano pediu a nomeação de um amigo, o ex-deputado estadual "castrista" Tavares de Holanda; negativa de Pedro Velho. Floriano demitiu os amigos do governador da Guarda Nacional.

Na renovação da bancada potiguar no Congresso Nacional, a 19 de março de 1894, a chapa de Pedro Velho foi vitoriosa.

sa. Nas eleições para Presidente e Vice da República seu apoio foi dado à chapa Prudente de Moraes - Manoel Vitorino. Floriano solicitara a Pedro Velho a recondução de Amaro Cavalcanti ao Senado, na renovação da terça parte daquela casa legislativa, que se fazia a cada três anos. Amaro fora peça importante na reação ao golpe do Barão de Lucena e na cobertura jurídica e legislativa ao governo de Floriano. Pedro Velho negou, alegando que o Partido já tinha candidato: Almino Afonso, seu aliado fiel na luta pela eleição de Augusto Severo. Uma circunstância favoreceu a posição de Pedro Velho: a ruptura na coligação oposicionista (constituída de florianistas e antiflorianistas) que lhe dera combate na esfera federal. As contradições da política nacional acabaram por dividi-los: de um lado, Amaro Cavalcanti, florianista, e José Bernardo, que se aproximava de Floriano; de outro lado, Miguel Castro, Antônio Garcia, Oliveira Galvão, fazendo oposição a Floriano. Essas divisões no plano federal enfraqueciam a oposição a nível local.

O Presidente moveu guerra de morte a Pedro Velho. As autoridades federais suspeitas de ligação com o governador foram substituídas. Para o comando do 34º Batalhão (unidade federal sediada no Estado) veio o Coronel Virgínio Napoleão Ramos, com o objetivo de promover a deposição de Pedro Velho. O 34º recebia munição e instruções reservadas do Comandante do Distrito Militar para realizar a deposição, enquanto oficialmente Floriano mandava respeitar a ordem. Pedro Velho também recebeu auxílio: Custódio de Melo lhe enviou trezentas carabinas e Fonseca e Silva, Diretor da Intendência de Guerra, algumas caixas de munição. Os atritos entre o 34º e a po

lícia eram freqüentes, com mortes, brigas e ferimentos.

A oposição se articulou para a tomada do poder. A imprensa oposicionista agitava a opinião pública e pregava a deposição abertamente. Manuel Dantas e Janúncio da Nóbrega fundaram o jornal O Estado, florianista e anti-Pedro Velho, para dirigir a campanha da oposição. O Rio Grande do Norte, jornal da corrente antiflorianista, e O Nortista, de Elias Souto, faziam coro à campanha. Formou-se uma Junta, composta do Comandante do 34º, Virgínio Ramos; Janúncio da Nóbrega e Afonso Barata, para substituir o Governador.

Pedro Velho reagiu: mobilizou o apoio econômico da família (a maior firma de exportação de açúcar, a única fábrica de tecidos do Estado, engenhos, etc.), tentou sensibilizar a opinião pública e criou o Batalhão Patriótico Silva Jardim, para defender seu governo. "Na madrugada de 13 de outubro de 1894 o 34º Batalhão desceu para depor Pedro Velho". A polícia se mobilizou e preparou-se para enfrentar o Exército; os oficiais do 34º Batalhão resolveram recolher a força ao quartel<sup>(33)</sup>. Depois, o Comandante do 34º exigiu o afastamento do Comandante do Corpo Policial e a cessação da agitação política. Pedro Velho resistiu e cresceu o apoio a seu governo com a oferta de armas, homens e dinheiro. O "coronel" José Bernardo recomendou que se aguardasse a marcha dos acontecimentos na esfera federal, pois havia a expectativa de que Prudente de Moraes não tomaria posse e, a partir daí, seria fácil obter o afastamento de Pedro Velho.

Mas Prudente tomou posse, contrariando as expectativas de seus adversários. Pedro Velho, que já fizera todos os deputados estaduais, conseguiu a transferência do Coronel

Virgínio Ramos (Comandante do 34º Batalhão do Exército) e fez voltar os amigos afastados por Floriano.

A 14 de junho de 1895 elegeu seu sucessor o Desembargador Joaquim Ferreira Chaves, que fizera parte da Junta Governativa que substituiu Miguel Castro. A oposição, esfacelada, apresentou como candidato José Moreira Brandão Castelo Branco, que obteve 832 votos contra 10.517 do adversário.

A partir daí o domínio de Pedro Velho tornou-se absoluto. Em 1897 o "coronel" José Bernardo reaproximou-se, garantindo o apoio do Seridó. Pedro Velho, chefe do Partido, impôs sua vontade à política estadual, eliminando qualquer veleidade mais significativa de oposição. Após deixar o governo, foi eleito e reeleito sucessivamente para o Senado, até sua morte prematura em dezembro de 1907.

Na sucessão de Chaves foi eleito o irmão de Pedro Velho, Alberto Maranhão, que governou até 1904. Para sua eleição a Constituição estadual foi modificada, reduzindo-se para 25 anos a idade mínima de acesso ao cargo. Augusto Tavares de Lyra (genro de Pedro Velho) sucedeu-o e governou até 1906, quando renunciou para assumir o Ministério da Justiça do governo Afonso Pena. Em 1908 Alberto Maranhão foi reconduzido ao governo do Estado para um mandato de seis anos (mais uma vez a Constituição fora modificada, ampliando o período governamental). A solidez da oligarquia Maranhão parecia inabalável<sup>(34)</sup>.

### 1.3 - O declínio da oligarquia Maranhão e a ascensão do "sistema político do Seridó"

Em 1913 colocou-se na ordem do dia o problema da

sucessão de Alberto Maranhão no governo do Estado. Naquele momento revelava-se, mais uma vez, a necessidade de "apartar o sangue" (na expressão adequada do próprio Pedro Velho), ou seja, indicar alguém de fora do círculo familiar, porém confiável, a fim de iludir a opinião pública e, ao mesmo tempo, conservar as rédeas do poder. Com essa manobra, tentava-se, em última análise, preparar o caminho para um Maranhão no mandato seguinte (possivelmente Augusto Tavares de Lyra, ex-governador e genro de Pedro Velho), como se fizera em outras ocasiões conforme pode-se ver no quadro abaixo:

QUADRO 1 - Governadores do Rio Grande do Norte - 1892/1914

N O M E	Período
1. Pedro Velho d'Albuquerque Maranhão .....	1892-1896
2. Joaquim Ferreira Chaves (facção de Pedro Velho) .....	1896-1900
3. Alberto Maranhão (irmão de Pedro Velho) .....	1900-1904
4. Augusto Tavares de Lyra (genro de Pedro Velho; renunciou para assumir o Ministério da Justiça) .....	1904-1906
5. Antônio José de Mello e Souza (facção de Pedro Velho; eleito para concluir o mandato de Lyra) .....	1907-1908
6. Alberto Maranhão (irmão de Pedro Velho; reforma constitucional aumentou o mandato para 6 anos) .....	1908-1914

Tudo indica que os nomes da preferência de Alberto Maranhão para realizar a operação de "apartar o sangue" eram os de Pedro Soares ou Antônio de Souza. Mas, até que um desses nomes fosse indicado oficialmente pelo Partido, era necessário vencer cuidadosamente algumas etapas. Começaram, então, a se

apresentar dificuldades que surpreenderam a facção no poder.

Os "coronéis" da região do Seridó passaram a questionar a liderança do governador, fato que ele próprio reconheceu: "no seio do partido havia elementos muito dignos que não aceitavam a minha chefia ..."(35).

Este quadro complicou-se quando o Capitão José da Penha, Deputado Estadual no Ceará, mas potiguar de nascimento, tentou reeditar no Rio Grande do Norte o espírito das "salvações". As campanhas salvacionistas haviam provocado a derrubada de algumas velhas oligarquias do "Norte" do país, substituindo-as por novas oligarquias apoiadas nos grupos militares. Estes movimentos se fizeram com a participação direta do Exército e tinham o consentimento do governo do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914).

O Capitão Penha, com a receptividade de elementos oposicionistas locais (entre os quais contavam-se os Drs. Almeida Castro, Augusto Leopoldo Raposo da Câmara, Érico Souto, Homem de Siqueira, Virgílio Bandeira e João Gurgel) lançou o nome do Tenente Leônidas Hermes da Fonsêca (filho do Presidente da República), ao governo estadual esperando contar com o apoio federal, decisivo no episódio das "salvações" que atingiram outros Estados do Norte e Nordeste do país.

Nestas condições, começou a despontar no seio do partido governamental, articulada pela facção do Seridó, a candidatura alternativa do Desembargador Joaquim Ferreira Chaves que já havia governado o Estado no período 1896-1900. Sentindo-se fraco para impor seu candidato ao partido, o governador resolveu consultar a cúpula federal, na esperança de conseguir

respaldo "de cima". Esta era, aliás, uma etapa necessária do ritual de escolha do candidato naqueles Estados que, como o Rio Grande do Norte, ocupavam uma posição subalterna no seio da federação oligárquica. A indicação do governador teria que obedecer a um complicado jogo de interesses que incluía, além das conveniências dos grupos dominantes locais, as imposições da camada dirigente que dominava a política federal.

Alberto Maranhão enviou ao Rio de Janeiro o Deputado Estadual José Augusto, com a finalidade de consultar o Senador Pinheiro Machado, chefe do Partido Republicano Conservador (PRC), a cuja orientação política se filiava o Partido Republicano potiguar. A inclinação do mais influente chefe político nacional definiu-se em favor de Chaves, a quem se ligava pela amizade pessoal. Não restava ao governador outra saída, a não ser aceitar essa candidatura.

Retornando ao Rio Grande do Norte, José Augusto (que era neto do "coronel" José Bernardo), juntamente com outro político da região, o Deputado Federal Juvenal Lamartine, reorganizou o chamado "sistema político do Seridó", desarticulado desde a morte do velho "coronel" Bernardo, em 1907. José Augusto narra como arregimentou a zona sertaneja e conquistou o apoio de lideranças até então adversária da situação dominante, como os "coronéis" Christalino Costa, Silvino Bezerra, José Bezerra, Felinto Elisio, Clementino de Faria, Joel Damasceno, João Pessôa, João Jásimo e outros<sup>(36)</sup>.

Estavam dadas as condições para a formação da frente coronelística que iria enfrentar o desafio colocado pelo Capitão José da Penha. Este último, a despeito da ressonância popu

lar que encontrou nos raros núcleos urbanos do Estado, depa  
rou-se com a dura escalada repressiva do governo estadual.

O Capitão Penha, em manifesto dirigido ao povo (Ao Eleitorado Norte-Riograndense), denunciou cruamente a apropriação da máquina de Estado pela oligarquia dominante, a corrupçã  
o, o monopólio de atividades econômicas:

"Aqui nunca se tolerou a representaçã  
o constitucional das minorias ...

Aqui não se votam orçamentos, discriminando a receita e a despesa, como si os dinheiros arrecadados dos contribuintes fossem tributos, (...) devidos aos Maranhãos pantagruêlicos. O dinheiro dos empréstimos serve para comprar fábricas de tecido ao sr. Alberto e seus cunhados. O monopólio inqualificável do sal defrauda as rendas do Estado em muitas centenas de contos.

A luz da instrução apagou-se: escolas foram suprimidas, em vez de serem aumentadas.

.....  
Nem uma estrada aberta para o transito. Nem um fio conductor do telegrapho para as cidades do interior. Nem um porto desobstruido, sem embargo das copiosas quantias que a União já dispendeu. Nem um vislumbre, siquer, de hygiene pública. Nem um projecto ao menos de assistencia judiciaria.

.....  
Os poços tubulares para dessedentar os sertanejos nos annos de secca flageladora, abriram-nos todos 20 em Natal, sendo que muitos nas chaccas da família Maranhão.

.....  
Representantes da força federal, que elles abominam, têm-se por egual chafurdado na lama desses engodos, adquirindo casas da noite para o

*dia ....*

*Jornalistas itinerantes que mourejam para ganhar a vida, iscaram também no anzol do suborno... "(37) .*

O Capitão Zacarias Neves (que havia comandado expedições contra o cangaceiro Antonio Silvino) colocou-se à frente de 150 homens armados de trabuco para impedir um comício de Penha na cidade de Nova Cruz; na sua volta a Natal houve incidentes na estação ferroviária. O Diário de Natal, jornal opositorista que dava cobertura à campanha de Penha na imprensa, foi fechado pelo governo. A polícia cercou a casa do Prof. Clementino Câmara, onde o Capitão se refugiara, e provocou um forte tiroteio do qual saíram um soldado e a companheira de Penha feridos e um transeunte morto<sup>(38)</sup> .

O Tenente Leônidas Hermes da Fonseca, ausente e sem raízes políticas no Estado, sequer veio participar da campanha, apesar dos insistentes pedidos de Penha. Para culminar, o próprio presidente da República, em telegrama, condenou a "incontinência" de sua linguagem e o aconselhou a tomar "novos rumos" (39) .

Virtualmente preso na casa onde se hospedara ("protegida" pelo Batalhão de Segurança), Penha saiu do Rio Grande do Norte escudado num "habeas corpus" que a Assembléia Legislativa do Ceará impetrou em seu favor junto ao Supremo Tribunal Federal.

Antes de retirar-se, Penha recomendou ao eleitorado que se abstivesse de votar. No dia 14 de setembro de 1913, Joaquim Ferreira Chaves foi eleito folgadoamente governador do

Rio Grande do Norte para um segundo mandato.

Desta vez, Chaves quebrou a fidelidade que o mantinha ligado à família de Pedro Velho; no poder, dedicou-se a montar seu próprio esquema de sustentação e a desarticular as bases políticas dos Maranhão. Uma de suas primeiras medidas neste sentido foi a rescisão do "contrato do sal", que representou um profundo golpe no poder econômico da facção até então dominante:

*"Este ato representou o fim do monopólio do sal, cujo início ocorrera em 1897, justamente no primeiro Governo do Des. Ferreira Chaves. Vale salientar que foi através deste monopólio, tão prolongado, que a oligarquia Maranhão recebia, em troca das empresas salineiras beneficiadas, o apoio financeiro para as suas campanhas políticas" (40).*

Apesar disto, e mesmo sem a proteção legal, o monopólio continuaria, pois ainda em 1917, segundo debate havido na Câmara Federal, parcialmente transcrito e comentado por SILVA<sup>(41)</sup>, Alberto Maranhão (então deputado federal) era acusado de provocar a alta dos preços do sal nos mercados do Sul do país, ao adquirir grande parte da produção e, sobretudo, a "promessa de praça dos vapores", ou seja, a exclusividade de transporte pelo Loyde em prejuízo dos demais produtores às voltas com dificuldades de escoamento. Coincidentemente o Loyde, empresa estatal, era vinculado ao Ministério da Viação, cujo titular era Tavares de Lyra.

O monopólio da carne, concedido por Alberto Maranhão a um amigo íntimo da família, também foi revogado.

"Apesar de não ter gostado da perda deste monopólio, o Cel. Francisco Cascudo rompeu com a oligarquia Maranhão, a quem devia numerosos favores, e passou a apoiar abertamente, através do seu jornal, 'A Imprensa', o Governo do seu compadre Ferreira Chaves"<sup>(42)</sup>.

A reforma da Constituição estadual, em 1915, deu en sejo a novo ataque contra privilégios acumulados pelos Mara nhão. Entre outras coisas, esta reforma tornou inelegíveis pa ra o mesmo cargo parentes consangüíneos e afins até o terceiro grau; criou a figura do vice-governador, retirando do presidente do Legislativo estadual (função exercida em caráter quase vitalício pelo "coronel" Fabrício Maranhão, irmão de Pedro Ve lho e Alberto Maranhão) a atribuição de substituir o governa dor e reduziu o mandato de governador, nas eleições seguintes, a quatro anos. Algumas concessões foram feitas à magistratu ra - camada de inegável importância na sustentação política das oligarquias, pelo controle que exercia sobre o processo eleitoral<sup>(43)</sup>.

Ao regulamentar o serviço eleitoral do Estado, pela Lei nº 398, de 24 de novembro de 1916, Chaves tornou mais ex plícito o alijamento da oligarquia Maranhão. Um analista, co mentando os alvos atingidos com esta lei, disse:

"Pelo Item I, ele impossibilitou a candidatura de Alberto Maranhão no pleito de 1919, se este pretendesse voltar ao Palácio Potengi. E pelo Item II, ele inviabilizou a possível candidatu ra do Dr. Augusto Tavares de Lyra"<sup>(44)</sup>.

Joaquim Ferreira Chaves era, indubitavelmente, o no vo chefe da política estadual, posição que ele fortaleceu por

sua ascensão à direção suprema do PRF em 1915.

Outra medida que enfraqueceu politicamente os Maranhão foi a campanha contra o cangaceirismo empreendida logo no início do governo Chaves. Em menos de dois anos (janeiro de 1914 a outubro de 1915) seu governo prendeu 318 criminosos, quando em toda a década anterior (1905-14) tinham sido capturados 308<sup>(45)</sup>. Sob esse pretexto foram perseguidos e desarmados os "políticos coiteiros", que davam asilo a cangaceiros, mas, na verdade, atingia-se, com isso, as bases políticas dos Maranhão.

Os remanescentes da velha oligarquia pedrovelhista foram perdendo progressivamente o controle da máquina política, embora tenham conservado, até o final da Primeira República, postos eletivos, cargos e influência na política federal.

O centro da política estadual começou a deslocar-se da região litorânea, açucareira (ou açucareiro-têxtil), para a região sertaneja do Seridó, algodoeiro-pecuária. Estas duas regiões diferenciam-se entre si, segundo a abordagem de OLIVEIRA, nas formas que assumem a reprodução do capital e o processo de acumulação, a estrutura de classes e de poder, e as lutas de classes<sup>(46)</sup>.

Segundo este autor, durante a Primeira República, a evolução de tais regiões estava subordinada às necessidades de expansão e reprodução do capital imperialista (inglês e norte-americano principalmente) e do capital nacional sob a hegemonia da região (ou das regiões) do café e da indústria.

O Nordeste açucareiro-têxtil, que conheceu sua fase de expansão no último quartel do século XIX, entrou em decadên

cia em fins daquele século e no início do século XX. Os setores açucareiro e têxtil constituíam um só complexo na medida em que se identificavam nas mesmas formas de processos técnicos (industriais) e de reprodução e na mesma origem comum do capital, formando, de acordo com OLIVEIRA, "uma poderosa coalisão de interesses (...) que provavelmente não teve paralelo na história da formação da classe burguesa no Brasil"<sup>(47)</sup>.

Ao contrário do cultivo da cana, que se organizava em torno da "plantation", a cultura do algodão se fazia "pela segmentação sem fim de pequenas e isoladas culturas". E se combinava "com a própria pecuária e com as 'culturas de subsistência' na estrutura peculiar, típica, do latifúndio-minifúndio"<sup>(48)</sup>.

O capital internacional apropriava parte desse valor na esfera da circulação, utilizando o próprio fazendeiro como intermediário financeiro e comercial. Este, por sua vez, se apossava do excedente, sob a forma de sobreproduto na meação ou na terça, ou de sobretrabalho, no chamado cambão (trabalho gratuito).

Os "agentes internos" dessa estrutura eram os "coronéis":

*"com exércitos de cangaceiros e jagunços que realizavam a apropriação das terras e reafirmavam, pela força, contra os camponeses recalcitrantes, o preço na 'folha' as obrigações do 'cambão', o pacto da 'meia' e da 'terça', o 'foro' da terra"*<sup>(49)</sup>.

No Rio Grande do Norte (como, de resto, no Nordeste) a economia açucareira começava a enfrentar uma crise que se

acentuou no último quartel do século XIX, agravando-se a partir de 1885 com a queda nas taxas de exportação. O relativo declínio do açúcar comprometia a economia potiguar, refletindo-se na redução do crescimento das exportações gerais do Estado, que apresentava um quadro de retração nos anos noventa. Dessa forma, o valor dos produtos exportados, que tinha ascendido a 8.815 contos no quinquênio 1882-87, caiu para 4.598 contos no quinquênio 1893-97 e 4.815 contos em 1903-07<sup>(50)</sup>.

A perda de posição do açúcar potiguar nos mercados foi determinada por um conjunto de fatores: a concorrência estrangeira nos mercados externos, o atraso tecnológico, a carência de mão-de-obra, as cheias do Rio Ceará-Mirim (que banha a região açucareira do Litoral Norte). A carência de mão-de-obra, particularmente grave, foi determinada não só pela Abolição, mas sobretudo pela emigração devidas às secas periódicas e à atração exercida pelo surto da borracha no Norte do país.

Houve, segundo A'RBocz, uma "retração geral da economia", que se evidenciou no declínio do crescimento populacional, reduzido de 38,7 por mil habitantes, em 1855-70, para 7,6, em 1872-90, e 2,2, em 1890-1900<sup>(51)</sup>.

Os centros urbanos foram sensivelmente afetados por este declínio demográfico, já que eram pólos de comércio e concentradores das atividades de beneficiamento da produção. Natal, a capital do Estado, atesta a assertiva: sua população caiu de 20.000 habitantes em 1872 para 14.000 em 1890, só se recuperando em 1910<sup>(52)</sup>.

Enquanto a economia açucareira entrava num lento processo de estagnação, o algodão começava a se firmar como novo

pólo da economia potiguar:

*"Os anos de 1890 a 1904 indicam não uma preponderância do açúcar, mas uma aproximação entre o valor do açúcar e o do algodão. De 1904 em diante, ao contrário, eles se distanciam - enquanto o valor do primeiro se mantém baixo, sendo mesmo insignificante em alguns anos, o deste último cresce vertiginosamente"* (53).

Ao mesmo tempo que o açúcar era excluído do mercado externo a partir de 1901, o algodão revelava uma progressão contínua, sempre ascendente: "As médias anuais de exportação do algodão ascendem constantemente: 1.992 t no período 1901/05; 7.601 t no período 1915/19 e 9.200 t no período 1921/25". Em 1926/30 a média foi de 13.285 toneladas (54).

O grande crescimento da atividade algodoeira e a penetração do capital industrial na economia potiguar (indústrias de bens de consumo popular, mineração e outras, incentivadas pela política fiscal dos governos estaduais) promoveram uma relativa diversificação das atividades e a expansão dos núcleos urbanos. O número de estabelecimentos fabris, que era de 14, com 560 operários, em 1907, ascendeu para 197, com 2.146 operários, em 1920.

Neste sentido é importante assinalar, como aponta TAKEYA, que todo este desenvolvimento estava, em parte, relacionado com a nova fase do capitalismo em escala mundial (o imperialismo), caracterizada pela exportação de capitais e por uma maior integração das economias chamadas periféricas (ou dependentes) ao sistema econômico internacional do capitalismo. Não faltou a este processo até mesmo uma grande operação de

empréstimo externo, encetada pelo Governador Alberto Maranhão com banqueiros franceses, em 1910, para a modernização da capital: iluminação elétrica, construção de prédios públicos, bondes elétricos, abertura de novas avenidas com expansão do sítio urbano da cidade, etc. (55).

A Primeira Guerra Mundial permitiu a consolidação definitiva da hegemonia da cotonicultura na economia estadual e propiciou um sensível aumento das rendas públicas com o consequente fortalecimento da máquina regional de Estado. Ao mesmo tempo aprofundou-se a reorientação da política econômica do governo estadual para o algodão-pecuária (o Seridó).

Na administração Chaves (1914-20), os efeitos dessa mudança começaram a se fazer sentir:

*"Em termos de política agrícola, propriamente dita, este período se caracteriza pela criação de uma infra-estrutura econômica. Datam desta época as primeiras rodovias, as estradas de ferro intra-estaduais, a construção da rede de telégrafos. O IOCS atua cada vez mais intensamente na (...) construção de açudes e estradas".*

*.....*  
*"A Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte expande suas linhas e são criadas a estrada de ferro Mossoró/São Francisco e a de automóveis para o Seridó, além de uma série de ligações de cidades e vilas aos eixos centrais das duas ferrovias em funcionamento" (56).*

Em 1919 deu-se o rompimento formal de Chaves com Tavares de Lyra e Alberto Maranhão. O motivo imediato foi a não inclusão do nome de Paulo Maranhão (cunhado de Lyra e sobrinho

de Alberto Maranhão) na chapa de deputados estaduais organizada por Chaves<sup>(57)</sup>. Na verdade, o conflito vinha de longe e remontava à época em que Ferreira Chaves, assumindo o governo e a chefia do Partido, consolidou suas posições. O fulcro do dissídio parecia estar relacionado com a pretensão de Augusto Tares de Lyra em voltar à chefia do governo estadual, o que se chocava com as intenções continuístas de Chaves. Alberto Maranhão e Tavares de Lyra, afastados do Estado, com suas bases políticas reduzidas pela ofensiva chavista, levaram a pior.

Em 1920 Joaquim Ferreira Chaves impôs seu candidato à própria sucessão, Antônio de Souza, um ex-aliado dos Maranhão que havia governado o Estado em 1907-08, completando o mandato de Tavares de Lyra, que se afastara para assumir o cargo de Ministro da Justiça e Negócios Interiores no governo Afonso Pena, que então se iniciava. Os Maranhão reagiram, articulando um partido de oposição, o Partido Republicano do Rio Grande do Norte, pelo qual apresentaram a candidatura do Dr. João Dionylsio Filgueira, derrotado por Souza. Chaves fez-se eleger Senador para o período seguinte (1920-28) e conservou a direção do Partido, mantendo-se, assim, na chefia política do Estado. Assim como tinham feito os Maranhão, ele se preparava para voltar ao executivo estadual no quadriênio seguinte.

Em 1923 a convenção do Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte (PRF) sagrou Joaquim Ferreira Chaves como candidato governamental, cargo que deveria ocupar pela terceira vez. Entretanto José Augusto e Juvenal Lamartine reagiram, contando com o apoio dos "coronéis" do Seridó, entre os quais Adonias Galvão, Miguel Teixeira e Joel Damasceno, todos de Caicó, que lideraram a resistência contra as pretensões do

Senador Ferreira Chaves<sup>(58)</sup>.

O longo exercício de mandato federal por parte dos Deputados José Augusto e Lamartine permitiu-lhes construir um esquema de apoios a nível federal. A destacada atuação de José Augusto na Câmara em defesa de Artur Bernardes garantiu-lhe a intervenção do próprio Presidente da República em favor de sua postulação. Com a intermediação dos Deputados Federais Antônio Carlos e Afonso Penna, inicialmente, concluída pelo Senador Bueno Brandão e pelo Deputado Vianna do Castello, líderes do governo no Senado e na Câmara Federais, foi selado um acordo entre as duas facções sob a chancela do governo federal pelo qual José Augusto seria conduzido ao governo do Estado, enquanto os senadores e deputados federais pelo Rio Grande do Norte, naquele momento, teriam seus mandatos preservados desde que prestigiassem o Presidente da República "e não creassem embaraços a política e aos interesses do Estado"<sup>(59)</sup> (isto é, a facção que passava a dominar a política estadual). Nova convenção do Partido homologou o "acordo" e José Augusto foi eleito sem oposição, por cerca de doze mil votos. Logo após, Ferreira Chaves renunciou à chefia do Partido, que passou a ser exercida pelo novo governador.

O afastamento de Chaves e a ascensão de José Augusto/Lamartine representaram o coroamento definitivo do processo de deslocamento da hegemonia da oligarquia açucareiro-têxtil (representada pelos Maranhão, Chaves, Souza e outros) para a oligarquia algodoeiro-pecuária. Neste sentido os períodos de governo Ferreira Chaves (1914-20) e Antônio de Souza (1920-24) representaram uma fase intermediária, na qual a perda de in

fluência e poder por parte dos Maranhão refletia a decadência do complexo açucareiro-têxtil, superado pelo avanço crescente do algodão-pecuária.

O papel decisivo que a rearticulação do "sistema político do Seridô" (refratário aos Maranhão) representou na eleição e na sustentação política do segundo governo Ferreira Chaves, as investidas deste contra as bases coronelísticas dos Maranhão e sua agressiva política de construção de estradas de penetração para o sertão (escoamento da produção algodoeira), atestam essa mudança, ao mesmo tempo econômica e política.

Mas a oligarquia algodoeiro-pecuária, dispondo de seus próprios intelectuais orgânicos, entendeu ser o momento de dispensar a intermediação do "grupo de intelectuais natalenses que alçou ao poder com a proclamação da República (...) substituído pelos representantes imediatos da burguesia agrária sertaneja do Seridô e do Oeste"<sup>(60)</sup>.

Era chegada a hora de completar a virada que havia se iniciado em 1913/14, removendo como um entulho o homem que fora instrumento, agente ativo e beneficiário daquelas mudanças. A oligarquia algodoeiro-pecuária exercia o poder agora sem intermediações, na pessoa de seus representantes diretos, homens afeitos à produção e ao comércio do algodão e à discussão de suas questões técnicas. Foi este o sentido da reviravolta de 1923/24.

#### 1.4 - A conjuntura pré-revolucionária: a virola como instrumento de hegemonia

Por ocasião da indicação da chapa do Partido Republi

cano Federal que concorreria às eleições de 24 de fevereiro de 1927 para o Senado e Câmara Federais, estalou novo dissídio. A chapa oficial estava organizada da seguinte forma: para senador, Juvenal Lamartine de Faria; para deputados federais, Rafael Fernandes Gurjão, Augusto Leopoldo Raposo da Câmara e Dioclécio Dantas Duarte. Em nota posterior, o Governador explicou que a quarta vaga de deputado estava reservada para a minoria. José Augusto justificou a exclusão dos elementos ligados aos Maranhão, sob a alegação de que eles tinham sido "desleais" excluindo o Deputado Juvenal Lamartine (líder da bancada potiguar) das principais comissões parlamentares e obstruindo os pleitos do governo do Estado junto aos Ministérios. Os excluídos publicaram um "Manifesto" assinado pelos Senadores Ferreira Chaves (agora reaglutinado à facção dos Maranhão), Eloy de Souza, João de Lyra Tavares (irmão de Tavares de Lyra), Deputados Federais Georgino Avelino e Alberto Maranhão e o Ministro (do Tribunal de Contas da União) Augusto Tavares de Lyra protestando pela exclusão e invocando os termos do Acordo de 1923, que lhes garantiria a reeleição.

Em sua resposta o Governador afirmou que a tradição política do Estado era a da reeleição dos correligionários que andassem "lealmente" e "se conduzissem dignamente no apoio que devem ao governo federal e ao do Estado", acrescentando que não se comprometia com a reeleição do Senador João de Lyra Tavares e dos Deputados Georgino Avelino e Alberto Maranhão<sup>(61)</sup>. As explicações e os ataques prosseguiram até que a intervenção do Presidente Washington Luís, com a intermediação do Deputado Arnolfo Azevedo, Presidente da Câmara dos Deputados, permitiu

que fosse celebrado novo acordo. Através deste, Eloy de Souza renunciou à sua cadeira no Senado, abrindo espaço para a composição. A chapa para o Senado foi composta com os nomes de Juvenal Lamartine (facção do Seridó) e João de Lyra Tavares (facção dos Maranhão, candidato à reeleição); Ferreira Chaves continuaria como senador, pois fora eleito em 1923 para um mandato de oito anos.

Para a Câmara Federal foram apresentados os candidatos Rafael Fernandes, Dioclécio Duarte (facção do Seridó), Alberto Maranhão e Eloy de Souza (facção dos Maranhão).

José Augusto assinou o "acordo" a contragosto e, pouco tempo depois o Partido Republicano Federal (PRF) indicou Juvenal Lamartine para sucedê-lo no governo, indo ele próprio para o Senado na vaga aberta por Lamartine.

Essa disputa marcou o último dos grandes dissídios entre os representantes da "política do agreste" (como se designava, às vezes, a região sob influência política dos Maranhão), ligados aos interesses da economia açucareira, e os representantes sertanejos, do Seridó e do Oeste, ligados aos interesses do algodão-pecuária.

Nas eleições de 1º de março de 1930, José Augusto foi reconduzido ao Senado, enquanto Rafael Fernandes, Dioclécio Duarte, Cristóvão Dantas e Eloy de Souza foram eleitos para a Câmara; Alberto Maranhão não conseguiu se reeleger. Eloy de Souza, seu aliado em 1927, estava vinculado, agora, à outra facção, da mesma forma que estivera antes a Pedro Velho, ao próprio Alberto Maranhão e a Ferreira Chaves.

José Augusto e Juvenal Lamartine, líderes da nova

facção dominante, eram políticos relativamente jovens, com raízes econômicas e familiares no Seridó, atuação parlamentar de certo destaque, grande conhecimento da economia algodoeira e, pelo menos no caso de José Augusto, militância intelectual que ia além dos limites do Rio Grande do Norte. O sertão, por seu vigor econômico e contando com suas próprias elites orgânicas, afastou os políticos da capital dos centros de poder, impondo-lhes os seus interesses em 1913-14 (rearticulação do "sistema político do Seridó", apoio à candidatura Chaves, imposta a Alberto Maranhão, desarticulação das bases coronelísticas dos Maranhão, política econômica voltada para o algodão); derrotando-os e dispensando sua intermediação política em 1923-24 (eleição de José Augusto após o recuo forçado de Ferreira Chaves) e afastando-os de seus últimos redutos nas eleições de 1927-28 e 1930<sup>(62)</sup>.

No âmbito nacional, os anos vinte assistiram a um processo de mudanças, decorrente do esgotamento do padrão agro-exportador centrado na expansão cafeeira e da crise do sistema de poder oligárquico.

A economia cafeicultora, embora tenha propiciado a expansão do mercado interno e a geração de excedentes de capitais necessários ao incipiente processo de industrialização, esbarrava em limites estruturais precisos. De um lado, a política de valorização, ao defender os preços externos do produto, garantia as margens de lucro, os níveis do emprego e a estabilidade da demanda interna. De outro lado, ao garantir as margens de lucro, dada a relativa inelasticidade da demanda do café, aquela política estimulava a superprodução gestando as condições que a negavam. O equilíbrio precário foi rompido com a

crise mundial de 1929/33, que provocou uma violenta retração de preços, queda dos valores da exportação e recessão da atividade produtora interna, que se refletiu por toda a economia. Por sua vez, a expansão do setor industrial (que, embora dependente da economia cafeeira, ganhava relativa autonomia) e de outros setores de âmbito regional (cacau, algodão, açúcar, carnes) gerava interesses específicos cujas demandas não eram devidamente atendidas pelas frações que dominavam o aparelho de Estado.

A pressão desses setores regionais - representados pelas oligarquias descontentes com o excessivo predomínio paulista - conjugava-se com a insatisfação das classes médias urbanas e da média oficialidade das Forças Armadas com um sistema político excludente e pouco representativo. A isto somavam-se a inquietação operária com suas condições sociais e de trabalho e com a intensa repressão política que se abatia sobre suas entidades sindicais e partidárias.

Essas insatisfações desaguaram no "movimento tenentista" (que pontilhou de rebeliões militares os anos vinte), na atuação dos sindicatos operários, na formação do Partido Comunista e do Bloco Operário-Camponês (BOC), na constituição do Partido Democrático em São Paulo e, finalmente, na campanha da Aliança Liberal, que, articulando a oposição das oligarquias dissidentes, canalizou o descontentamento das massas populares dos grandes centros urbanos e propiciou o clima de receptividade popular ao levante armado de outubro de 1930.

No Rio Grande do Norte este clima esteve presente na constituição de um núcleo oposicionista na capital, formado

por jovens de classe média (Café Filho, futuro Deputado Federal, Vice-Presidente e Presidente da República; Kerginaldo Cavalcanti, futuro Senador e líder do Partido Social Progressista por vários anos) e na articulação desse núcleo com o movimento operário, o qual experimentou um certo impulso a partir da histórica greve dos ferroviários da "Great Western" (de âmbito regional), em 1920.

Esta oposição, sob a ativa liderança de João Café Filho, organizou os trabalhadores da capital no Sindicato dos Operários de Natal, que congregava várias categorias (de lavadeiras a têxteis), e fundou um jornal, o Jornal do Norte. Sob esta direção, realizaram-se importantes mobilizações grevistas nessa década, como os movimentos paredistas dos pescadores, dos estivadores e a greve têxtil de 1923, que conseguiu paralisar a capital pela adesão de outros setores.

A mobilização do operariado da capital, que demonstrava um certo grau de autonomia, enfrentou, no entanto, uma dura ofensiva governamental, cuja face principal era a repressão violenta e direta, mas que envolvia, também, técnicas de cooptação das lideranças operárias, inclusive a reserva de lugares no Legislativo estadual para representante dos trabalhadores que manifestassem a sábia disposição de cooperar na "harmonia" entre as classes.

Em 1921 Café Filho e Kerginaldo Cavalcanti apoiaram a Reação Republicana de Nilo Peçanha. Em 1928 Café Filho foi eleito vereador em Natal, mas o governo queimou as atas, procedendo a novas eleições a "bico de pena". Ainda neste ano, o Sindicato e o jornal foram invadidos e destruídos pela polícia.

ciã do Governador Juvenal Lamartine, e Café Filho foi obrigado a fugir do Estado, indo conspirar com os políticos e militares da Aliança Liberal na Paraíba.

As duas pontas que compunham o espectro da política oligárquica no Rio Grande do Norte (os Maranhão e a "política do Seridó"), apesar das constantes escaramuças e querelas, estavam contraditoriamente unidas pela dependência comum às oligarquias dominantes a nível nacional (sobretudo as dos Partidos Republicanos Paulista e Mineiro) e seus conflitos se expressavam principalmente na disputa por cargos e favores do Governo Federal.

A dependência em relação às oligarquias "nacionais" e ao Governo Federal, aliada à reduzida diferenciação interna da estrutura social em um Estado economicamente atrasado e periférico, onde sobressaíam, de um lado, a imensa massa de dependentes e, de outro, os senhores da terra e do capital (no caso, sobretudo o mercantil), talvez expliquem o fato de que as dissidências não se cristalizassem em opções partidárias duradouras, permanecendo todos (amigos e inimigos) sob as asas complacentes do velho Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte.

Nestas condições, ao fim da década de vinte, a oposição vai se articular com extrema dificuldade. A recessão econômica e a própria crise da forma de domínio político, no entanto, vão contribuir para o desgaste do governo Lamartine e das oligarquias no poder. A queda dos preços do algodão, a redução da receita, as obrigações da dívida externa (fruto do empréstimo contraído em 1910 por Alberto Maranhão) e o atraso no pagamento do funcionalismo público (acumulado em nove meses) amplia

ram a oposição, apesar da repressão policial redobrada.

A Aliança Liberal organizou núcleos na capital e em alguns municípios do interior. Desde o início ela estava dividida em duas correntes com orientações marcadamente divergentes, apesar de unidas na luta comum contra a "oligarquia". Ambas recrutavam seus quadros entre jovens de classe média (advogados, jornalistas, funcionários públicos e outros profissionais liberais). Mas, enquanto uma dessas correntes, a cafeísta, tinha uma militância de oposição mais antiga e participava do movimento sindical (o que lhe dava um certo caráter popular); a outra, que passamos a chamar de liberal, guardava um certo distanciamento da massa popular. Os primeiros não só utilizavam a mobilização popular, como dela dependiam e retiravam sua força; os últimos limitavam-se a reivindicar mudanças a nível do jurídico-político, mantendo-se nos marcos da ideologia liberal.

O surgimento dessa segunda corrente de oposição, que veio juntar-se ao cafeísmo, pode ser creditado à insatisfação de alguns setores de classe média com os métodos de governo dos chefes políticos da Velha República, particularmente os seus excessos de personalismo autoritário, exemplificados na figura do Governador Juvenal Lamartine, que, a exemplo de seus antecessores, desejava fazer suceder-se por um candidato "do peito". Esses métodos fechavam o acesso de grupos emergentes, particularmente jovens, aos centros de poder. Isto explica a participação de um jovem "coronel" sertanejo, Dinarte Mariz (proprietário de terras e comerciante de algodão), uma liderança em ascensão, que participava da Aliança Liberal, articulava-se à conspiração militar em andamento no 29º Batalhão de Caçadores e mobilizava jagunços na Revolução de 30.

A 7 de fevereiro de 1930, um comício realizado em Natal pela Caravana Liberal, chefiada por Baptista Luzardo, resultou em conflito armado, com mortes (inclusive de um menor), ferimentos em várias pessoas e pânico generalizado. A polícia de Lamartine foi acusada pelos oposicionistas de ter provocado as violências.

Apesar do crescimento da oposição, a Aliança Liberal obteve escassos 10 votos em Natal e 80 em Mossoró<sup>(63)</sup>: os currais eleitorais, a intimidação policial e o "bico de pena" - marcos da República oligárquica - silenciaram o protesto da oposição e garantiram a sólida maioria governamental.

- (1) SAES, Décio. A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891), p.350.
- (2) BOBBIO, Noberto et alii. Dicionário de política, p.835-8.
- (3) Id., ibid., p.836.
- (4) MARTINS, Luciano. Politique et developpement economique, p.45.
- (5) POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais.
- (6) PEREIRA, Luís. Primeira República e periodização histórica. In: SILVA, Janice Theodoro da. Raízes da ideologia do planejamento: Nordeste (1889-1930), p.16.
- (7) SAES, D. Op. cit.
- (8) Id., ibid., p.353.
- (9) MARTINS L. Op.cit., cap.1.
- (10) FAUSTO, Bôris. A revolução de 1930.  
 FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil.  
 SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme, org. Brasil em perspectiva, p. 162-226.  
 GORENDER, Jacob. A Burguesia brasileira.  
 CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O Capitalismo tardio.  
 SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.
- (11) CASCUDO, Luís da Câmara. História da República no Rio Grande do Norte.  
 Id., História do Rio Grande do Norte. Texto de consulta obrigatória para quem desejar estudar a história do Rio Grande do Norte desde a época colonial.  
 TAVARES DE LYRA, A. História do Rio Grande do Norte.
- (12) Uma relação não exaustiva incluiria TAKEYA, Denise M. Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880/1915). TAKEYA, Denise M. & LIMA, Hermano M.F. História político-administrativa da agricultura do Rio Grande do Norte -1892-1930.  
 A'RBOCZ, István I.L. Ensaio sobre a história econômica do RN. Entre os antigos destaque-se o trabalho de CARVALHO FILHO, Joaquim Ignácio de. O Rio Grande do Norte em Visão Prospectiva.
- (13) SILVA, Janice Theodoro da. Raízes da Ideologia do planejamento: Nordeste (1889/1930).
- (14) "Federalismo, presidencialismo e ampliação do regime representativo são as três grandes coordenadas legais da Primeira República, (...) associadas às características de uma estrutura econômica definida pela grande propriedade." SOUZA, M. do C.C. de. Op.cit., p.163.
- (15) CASCUDO, L. da C. Op.cit., p.205.  
 MARIZ, Marlene da Silva. A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte: 1930-1934, p. 42.  
 CASCUDO, L. da C. Hist. da Rep. no Rio Grande do Norte, p. 110.
- (16) Id., Hist. do Rio Grande do Norte, p. 207-8.
- (17) Pedro Velho de Albuquerque Maranhão nasceu em Natal no ano de 1856 e faleceu em Recife em 1907. Seu pai, Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão, era comerciante e senhor de engenho. Casou com uma tia, filha de seu avô, Fabrício Gomes Pedrosa, proprietário da "Casa de Guarapes", empresa que atuava no ramo de importação e exportação. Seu cunhado, Juvino Barreto, era proprietário da "Fábrica Natal", única fábrica de tecidos do Estado.

Fez o curso de medicina no Rio de Janeiro e clinicou em São José de Mipibú, interior do Rio Grande do Norte, estabelecendo-se depois em Natal. Assumiu a cátedra de História do Ateneu Norte Riograndense, principal instituição educacional da província e, em 1885, o cargo de Inspetor da Saúde Pública. Permaneceu na chefia do Partido Republicano do Rio Grande do Norte até sua morte, desempenhando os cargos de governador provisório, deputado federal, governador constitucional e senador da república, Cf. CASCUDO, L. da C., org. Antologia de Pedro Velho.

- (18) TAVARES DE LYRA, A. Op.cit., p. 352.
- (19) SAES, D. Op. cit., p. 266.
- (20) Loc. cit.
- (21) CASCUDO, L. da C. Hist. do Rio Grande do Norte, p. 209.
- (22) SILVA, J.T. Op.cit., p.29.
- (23) CARDOSO, Fernando H. Dos governos militares a Prudente-Campos Sales. In: FAUSTO, Bóris, dir. História geral e civilização brasileira, t.3, v.3, p.43.
- (24) CARDOSO, F.H. Op.cit., p. 43.
- (25) CASCUDO, L. da C. Uma história da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, p.23.
- (26) CARONE, Edgard. A República Velha (instituições e classes sociais), p. 269.
- (27) WEBER, Max. Economia y sociedade, p.753
- (28) SAES, D. Op.cit., p.349-54.
- (29) CARONE, E. Op.cit., p.273.
- (30) CASCUDO, L. da C. Op.cit., p. 394.
- (31) Id., Hist. do Rio Grande do Norte, p. 211-2.
- (32) Id., Hist. da Repúb. no Rio Grande do Norte, p. 127 e segs.
- (33) Id., ibid., p. 238.
- (34) Id., ibid., passim.  
CASCUDO, L. da C. Hist. do Rio Grande do Norte, passim.
- (35) MARANHÃO, Alberto. Na Câmara e na imprensa, apud CHAVES, Joaquim Ferreira. Comentários do Desembargador Ferreira Chaves à "Carta aberta" do Dr. Tavares de Lyra, p. 497-8.
- (36) AUGUSTO, José. Política do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 26 jan. 1927.
- (37) PENHA, José da. Ao eleitorado norte-rio-grandense. In: ALVES, Aluizio. A primeira campanha popular no Rio Grande do Norte, anexo, p. 85-94.
- (38) Id., ibid.
- (39) Id., ibid., p. 63.
- (40) SOUZA, Itamar de. O rompimento de Ferreira Chaves com os Maranhões. Vivência, Natal, 2(1):48-66, 1984, p. 48.
- (41) SILVA, J.T. da. Op.cit., p. 101-4.
- (42) SOUZA, I. de. Op.cit., p. 50.
- (43) A REFORMA constitucional do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 16 jun. 1916, p. 1.

- (44) SOUZA, I. de. Op.cit., p. 51.
- (45) CASCUDO, L. da C. Op.cit., p. 219.
- (46) OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião, cap.2 e 3.
- (47) Id. ibid., p. 62.
- (48) Id. ibid., p. 48.
- (49) Id. ibid., p. 49.
- (50) Cf. A'RBOCZ, I.I. L. Op.cit., p. 28. Os dados estatísticos foram extraídos de TAVARES DE LYRA, A. O Rio Grande do Norte em 1911, apud A'RBOCZ, I.I.L. Op.cit., p. 36.
- (51) A'RBOCZ, I.I.L. Op.cit., p. 31.
- (52) RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Planejamento, Diagnóstico estrutural do Estado, v.1, p. 22.
- (53) TAKEYA, D.M. Op.cit., p. 14.
- (54) A'RBOCZ, I.I.L. Op.cit., p.45.
- (55) TAKEYA, D.M. Op. cit.
- (56) TAKEYA, D.M. & LIMA, H.M.F. Op.cit., p. 77 e 81.
- (57) TAVARES DE LYRA, A. Carta aberta aos meus velhos correligionários e amigos do Rio Grande do Norte. Neste documento Lyra deu as suas razões e a sua versão do rompimento. Acusou Chaves de enfeixar em suas mãos a ditadura partidária. A resposta do Governador Chaves veio também em manifesto público: CHAVES, J. F. Op. cit.
- (58) AUGUSTO, J. Op.cit. A República, Natal, 21 jan. 1927.
- (59) Id. ibid.
- (60) TAKEYA, D.M. & LIMA, H.M.F. Op.cit. p. 96.
- (61) AUGUSTO, J. Op.cit. A República, Natal, 22 jan. 1927.
- (62) TAKEYA, D.M. & LIMA, H.M.F. Op.cit., p. 95-6.
- (63) GÓES, Moacyr de. De pé no chão também se aprende a ler (1961-64), p. 16. De 23.864 eleitores registrados, a chapa Júlio Prestes - Vital Soares obteve 17.499 votos, cabendo à chapa Getúlio Vargas-João Pessoa 472 votos. Cf. MARIZ, M. da S. Op.cit., p. 65.

## CAPÍTULO II

### A REVOLUÇÃO E A ALIANÇA TENENTISMO-CAFEÍSMO NO RIO GRANDE DO NORTE (1930-1933)

#### 2.1 - A Revolução de 1930

A Revolução de 1930 foi um episódio dentro de um processo mais amplo de mudanças políticas, sociais e econômicas que se aceleraram nos anos vinte e trinta deste século e marcaram profundamente o desenvolvimento ulterior da sociedade brasileira.

Como episódio, 30 se caracterizou muito mais como um momento de mudança do que de ruptura<sup>(1)</sup>. Neste sentido, a observação de MARTINS de que naquele momento estava em jogo não a "dominação oligárquica mas a confederação oligárquica" (grifos do autor)<sup>(2)</sup> é extremamente pertinente, iluminando tanto a significação do episódio em si, quanto dos seus desdobramentos políticos nos agitados anos daquela década.

Tratava-se, do ponto de vista dos setores que participaram ativamente do processo revolucionário - tenentes, oligarquias dissidentes, classes médias urbanas - de questionar a forma política que assumiu a dominação e não a dominação em si, seja no seu aspecto econômico-social, seja mesmo no seu aspecto político, já que não se pôs em causa o poder das frações dominantes, mas a forma desse poder (a confederação oligárquica, na formulação de MARTINS) e o peso das distintas frações no aparelho de Estado.

O "sistema oligárquico" vigente na Velha República

(1889-1930), assentado na "política dos governadores" sob a hegemonia do eixo São Paulo/Minas tinha no voto a descoberto, nas atas falsas, confeccionadas a bico-de-pena, no mecanismo de verificação de poderes<sup>(3)</sup> e na exclusão de mulheres e anal<sup>u</sup>fabetos do direito de voto, as fontes de sua permanência e es<sup>u</sup>tabilidade.

Esse sistema, ao ser montado no início da República, respondera às necessidades de uma economia agro-exportadora com frágeis vinculações internas, sob a hegemonia da cafeicul<sup>u</sup>tura; e aos anseios de autonomia regional das oligarquias esta<sup>u</sup>duais. O desenvolvimento subsequente do país propiciou uma re<sup>u</sup>lativa diversificação da atividade econômica, com a consolida<sup>u</sup>ção de alguns núcleos regionais não vinculados diretamente ao café (e, portanto, com interesses específicos e diferenciados)- como no Rio Grande do Sul para citar um exemplo marcante - e, sobretudo, com o crescimento e fortalecimento de um setor in<sup>u</sup>dustrial que, embora estimulado pela geração de renda e divi<sup>u</sup>sas na cafeicultura, acelerou a diferenciação da estrutura pro<sup>u</sup>dutiva do país, consolidando uma economia e uma sociedade urba<sup>u</sup>nas extremamente dinâmicas.

Aos grupos dominantes tradicionais veio associar-se uma burguesia industrial preocupada com o protecionismo e a contenção do movimento operário. Ao lado do bacharel tradicio<sup>u</sup>nal, ligado por parentesco e interesses ao proprietário de ter<sup>u</sup>ras, surgiu uma nova pequena burguesia (empregados de escritô<sup>u</sup>rio, pequenos comerciantes, funcionários), gerada nas ativida<sup>u</sup>des urbanas, atenta aos efeitos das flutuações da política cam<sup>u</sup>bial sobre o seu nível de vida e ciosa de seus direitos esbu<sup>u</sup>lhados nas eleições a bico-de-pena. Em contrapartida às sedia<sup>u</sup>

ções e rebeliões esporádicas e desarticuladas do campesinato, surgiu um movimento operário organizado que utilizava a greve como instrumento de luta e defesa, chegando a paralisar, em certos momentos, os principais centros industriais do país.

Essa diversificação estrutural, essa eclosão de novas forças sociais, esse acúmulo de demandas sobre um sistema político com pouco grau de flexibilidade puseram a nu a inadequação da forma vigente de domínio político em relação ao processo de desenvolvimento em curso.

Setores dissidentes dos tradicionais partidos das classes dominantes chegaram a perceber essas contradições e se esforçaram pela abertura do sistema político. São exemplos disso a Campanha Civilista de Rui Barbosa, em 1910, e a Reação Republicana, de Nilo Peçanha, em 1922. Essas iniciativas que apelavam ao apoio de massa e encontravam ressonância nas camadas médias urbanas limitaram-se, entretanto, aos momentos eleitorais e não geraram formas organizativas que dessem continuidade ao protesto e o vinculasse aos movimentos sociais da época.

Formas mais radicais de contestação foram encetadas pelo operariado dos grandes centros urbanos (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, entre outros), que se organizava em sindicatos independentes. Apesar do vigor de suas mobilizações, de que seria exemplo a generalização de greves econômicas no ano de 1917, e da complexidade de suas formas organizativas, o movimento operário permaneceu relativamente isolado, durante a Primeira República. Isto aconteceu, em parte, pelas próprias limitações do processo de industrialização nesse período, conferindo à classe operária um peso pouco significativo no conjunto da força de trabalho do país; em parte por sua dificulda

de em estabelecer vínculos com as classes médias, com as quais não se identificava no terreno cultural e político-ideológico.

Este quadro se completou com o movimento tenentista que, sobretudo nos anos vinte, contestava o caráter excludente do sistema de dominação política de dentro do próprio aparelho de Estado. Embora os aspectos especificamente militares do protesto tenentista tenham sido importantes, assim como relevante era a especificidade desses oficiais enquanto categoria social secretada no âmbito burocrático-repressivo do Estado, é interessante relacionar essa dimensão com a origem de classe média dos próprios tenentes, o que imprimiu ao seu movimento um conteúdo social que o identificava, de forma mediatizada, embora, como ressalta SAES<sup>(4)</sup>, com as aspirações e insatisfações daquela classe.

A formação da Aliança Liberal em 1929 foi uma tentativa, por parte dos setores dissidentes da oligarquia, em canalizar toda essa insatisfação pela via eleitoral. Prometendo voto secreto e leis sociais, a Aliança Liberal, de certa forma, ultrapassava os limites do sistema oligárquico excludente, rompendo com a ortodoxia estrita do liberalismo oligárquico, que não admitia a intervenção do Estado nas relações de trabalho, e propondo mudanças significativas no sistema eleitoral vigente<sup>(5)</sup>.

Embora a Aliança Liberal tivesse em grande medida se originado de disputas regionais envolvendo os grandes Estados e suas respectivas oligarquias, fazendo com que o confronto eleitoral de março de 1930 se inscrevesse perfeitamente na lógica de funcionamento do próprio regime político vigente na República Velha, sua derrota - a despeito da ressonância popular

que encontrou nos centros urbanos - ilustra de forma dramática a impossibilidade, para as oposições, de chegarem ao poder nos marcos do próprio regime, desnudando, assim, sua natureza oligárquico-excludente contraposta ao verniz liberal<sup>(6)</sup>, de forma ainda mais evidente do que acontecera com as derrotas de Rui Barbosa, em 1910, e de Nilo Peçanha, em 1922. A força do Partido Republicano Paulista-PRP e da oligarquia paulista, a dependência dos pequenos Estados em relação ao Governo Central e o domínio da máquina eleitoral tornavam o situacionismo imbatível. Restava à Aliança Liberal o caminho da conspiração.

Se a divisão entre as facções oligárquicas dominantes favoreceu o clima para o desfecho revolucionário, deve-se acrescentar a circunstância básica de que a perda de legitimidade do próprio regime foi acentuada, não apenas por seu caráter fechado, mas sobretudo por sua incapacidade de encaminhar soluções para os problemas colocados pela diversificação econômica e pelo crescimento urbano do País. Estes problemas foram seriamente agravados pela crise de 1929, a qual se refletiu na queda das receitas de exportação do café, com efeito depressor sobre o conjunto da atividade econômica, deixando o governo Washington Luís impotente e desarticulado<sup>(7)</sup>.

A partir daí estavam dadas as condições objetivas para que se fizesse a costura de um grande acordo entre as várias facções oligárquicas na oposição e entre o conjunto destas e o tenentismo, para viabilizar o golpe armado de outubro.

## 2.2 - A Revolução no Rio Grande do Norte

A insatisfação popular estendia-se aos governos dos Estados, gerando um clima de inquietação, enquanto a conspira

ção se alastrava pelos quartéis.

Governava o Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine de Faria, que assumira o governo em 1928, indicado por José Augusto, a quem sucedia. Lamartine, perfeitamente integrado às diretrizes do Governo Washington Luís, dera ajuda aos revoltosos de Princesa<sup>(8)</sup> e apoiara a chapa oficial à Presidência da República, assegurando-lhe maioria esmagadora no Estado.

Representava uma facção oligárquica cujas bases de sustentação se localizavam na "região" do algodão-pecuária, que, em termos de Rio Grande do Norte, confundia-se com a zona do Seridó, onde se concentrava o grosso das atividades da cotoni cultura potiguar. Foram os "coronéis" do Seridó que sustentaram a reação ao continuísmo da oligarquia Maranhão em 1913/14 e, mais tarde, em 1923/24, deram respaldo à ascensão de José Augusto e Juvenal Lamartine. Os conflitos que marcaram essas mudanças opunham a "política do agreste" (chefias políticas mais vinculadas aos interesses do açúcar) à "política do Seridó" (chefias políticas mais ligadas aos interesses do algodão). E apesar do caráter ora mais aberto, ora mais conciliador dessas lutas, elas nunca chegaram a significar uma ruptura mais radical entre as duas facções. Prova disso é que os Maranhão, apesar de afastados dos centros de poder locais, conservaram posições no aparelho de Estado até 1930, ano em que Alberto Maranhão foi derrotado em sua pretensão de reeleger-se à Câmara Federal.

Se na relação entre as facções mais poderosas dominava a dialética peculiar da conciliação/confronto, concluindo-se o conflito na acomodação final entre vencidos e vencedores, na relação da facção no poder com segmentos de oposição

que mantivessem alguma forma de articulação com as classes populares o conflito tinha um caráter mais cruento, com uma utilização bem mais ampla do aparato repressivo, envolvendo, no limite, a eliminação física do adversário.

A ilustrar o primeiro caso temos os conflitos que envolveram os Maranhão e os políticos do Seridó nos momentos que marcaram as sucessões governamentais de 1913, 1923 e 1927. Em todos esses casos a oligarquia Maranhão saiu perdendo, mas, ao final, acordos e arranjos garantiram uma acomodação entre as várias facções. É importante ressaltar que, invariavelmente, houve uma intervenção do Catete (o Governo Federal), tanto para impor os interesses de determinada facção, como para patrocinar a conciliação garantidora da "paz pública", do acordo de elites. É assim que, em 1913, as ligações de Ferreira Chaves com Pinheiro Machado asseguraram sua indicação à sucessão de Alberto Maranhão contra a vontade deste; em 1923, a intervenção do Presidente Artur Bernardes obrigou o Partido Republicano potiguar a rever decisão já tomada em Convenção, indicando o Senador José Augusto ao governo estadual em substituição ao nome do Senador Joaquim Ferreira Chaves; em 1927, mais uma vez, a intervenção do Catete, através dos Presidentes da Câmara e do Senador, constrangeu o Governador José Augusto a refazer a chapa do Partido à senatória e à deputação federal, incluindo nomes da facção dos Maranhão.

As formas de mobilização a que esses conflitos levavam, envolviam fundamentalmente as chefias políticas dos municípios ou regiões do Estado, os famosos "coronéis" com seus currais eleitorais. Neste sentido, o papel desempenhado pelos "coronéis" do Seridó seria decisivo. Ao início do período re

publicano a maior liderança da região era o célebre "coronel" José Bernardo, eleito Senador da República por várias legisla-  
 turas e um dos principais braços políticos de Pedro Velho de  
 Albuquerque Maranhão. Após a morte do "coronel" José Bernardo  
 em 1907, o chamado "sistema político do Seridó" se desorgani-  
 zou, para ser rearticulado anos mais tarde, precisamente a par-  
 tir de 1913, pela ação de dois jovens políticos e intelectuais  
 da região, José Augusto (neto materno de José Bernardo) e Juve-  
 nal Lamartine, parentes afins. Foi essa rearticulação, junta-  
 mente com o apoio dado "de cima", pelo caudilho Pinheiro Macha-  
 do, que permitiu cortar as pretensões do governador Alberto Ma-  
 ranhão em impor um sucessor de sua escolha pessoal. A partir  
 daí, os "coronéis" do Seridó e suas lideranças tiveram audiên-  
 cia privilegiada na formulação dos destinos políticos do Esta-  
 do, o que ocorreu, mais uma vez de forma decisiva, em 1923/24,  
 quando José Augusto assumiu o governo e a chafia partidária.

Outro era o caso quando a oposição se fazia envolven-  
 do uma mobilização de massa nos centros urbanos, com participa-  
 ção das classes populares, mesmo quando seu referencial ideoló-  
 gico não ultrapassava, em última análise, os limites do ideá-  
 rio liberal das classes dominantes. Foi o que ocorreu com José  
 da Penha, nos anos dez e com Café Filho, nos anos vinte.

O Capitão José da Penha ao tentar opor-se ao domínio  
 da oligarquia Maranhão, em 1913, percorreu as principais cida-  
 des do Estado, apelou à mobilização de massas e denunciou o ca-  
 ráter patrimonial do aparelho de Estado (obviamente ele não es-  
 tendeu sua crítica ao Estado Nacional, no qual, inclusive, pre-  
 tendia se apoiar, limitando-a ao aparelho regional de Estado)  
 e sua utilização como instrumento privado pela oligarquia domi-

nante. Contra Penha todos os poderes do arsenal repressivo de então foram jogados: a polícia, o trabuço, a intimidação, a censura, a proibição de comícios, numa série infundável de desmandos e prepotência. Cercado, sem apoio, humilhado, tiroteado, o Capitão Penha não resistiu e se retirou do Estado.

Café Filho, nos anos vinte, avançou nas formas de mobilização: organizou os trabalhadores em sindicatos, liderou greves, identificou-se com o tenentismo, concorreu às eleições. O governo fechou o sindicato, espancou trabalhadores, empastelou jornais, usou o "bico-de-pena" e as atas falsas para fraudar as eleições. Café também foi obrigado a retirar-se indo conspirar fora do Estado.

Mas, ao mesmo tempo, e sem que a repressão deixasse de ser o aspecto principal na relação dos governos de então com a classe operária, tentou-se sofisticar um pouco as têcnicas de dominação, objetivando ao menos conferir-lhe uma aparência "consensual", abrindo espaços no Legislativo estadual para representações da Igreja, do operariado e da "oposição"<sup>(9)</sup>. Essa aparência de abertura se desfaz quando se sabe que a Igreja comungava com os políticos dominantes a mesma visão conservadora e elitista, enquanto a "oposição", ou passava pelo reconhecimento do próprio governo, descaracterizando-se enquanto tal, ou se tratava de dissidências no interior da facção dominante. No que diz respeito à representação do operariado, era ela indicada nos quadros daquelas associações operárias que guardavam perante os poderes constituídos uma atitude reverencial, congratulando-se ou solidarizando-se com estes por qualquer pretexto<sup>(10)</sup>.

Foi também nos anos vinte que o Partido Comunista se

organizou no Rio Grande do Norte, formando núcleos em Natal e Mossoró, tentando se expandir e participando do trabalho de organização sindical, ao lado dos cafeístas.

Num Estado praticamente sem indústrias de grande ou médio portes, com exceção das salinas<sup>(11)</sup>, e sob um governo que reprimia rudemente qualquer tentativa de organização das classes subalternas, o trabalho do Partido enfrentou grandes limitações. Ao lado disso, havia a ascendência ideológica do cafeísmo sobre a classe operária e setores da pequena burguesia e da classe média, limitando a capacidade de penetração ideológica e organizativa dos comunistas, e obrigando-os a alianças com os cafeístas, nas quais em geral se colocavam como força subordinada.

Em 1930 os sindicatos operários estavam fechados, a imprensa oposicionista proibida, a própria oposição esfacelada.

Silenciando a oposição, o Governo Lamartine não se livrava do agravamento da situação econômica e financeira. A queda de produção do algodão (principal produto de exportação) na safra que se iniciou em julho de 1930<sup>(12)</sup> e a retração do mercado externo para este produto, em consequência dos efeitos sobre a demanda da crise de 1929, afetaram seriamente as rendas de exportação e a receita pública, que sofreu um decréscimo de 33% em relação a 1929, agravando ainda mais o déficit público que vinha se mantendo com uma tendência permanente nos últimos anos da década de vinte<sup>(13)</sup>.

Além dos óbvios efeitos da queda do algodão sobre os níveis de renda e emprego, a redução da receita pública ocasio

nou um brutal atraso no pagamento do funcionalismo estadual (acumulado em nove meses) e nas contas do governo, obrigando-o, ainda, a ampliar o seu endividamento através de empréstimos e emissão de apólices.

É desta situação que vão se valer correntes situadas no próprio partido do governador no sentido de agitar a questão da sucessão estadual (que ocorreria em 1931), tentando prevenir a imposição de um nome a ele ligado. O governador tomou suas precauções, planejando a reorganização do Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte (PRF) com o objetivo de dar-lhe um programa, estatutos, eleger a Comissão Executiva e diretórios em cada município<sup>(14)</sup>. Paratanto, Lamartine convocou uma assembléia partidária para o dia 12 de outubro de 1930, que obviamente não chegou a realizar-se, pois sua deposição se deu neste mesmo mês, no dia 8.

Lamartine objetivava com esta reorganização controlar o partido (ele detinha o governo, mas não a chefia do partido que continuava em mãos do Senador José Augusto desde 1923) e conduzir o processo sucessório impondo o nome de seu sobrinho e ex-auxiliar de governo, Deputado Federal Cristóvão Dantas<sup>(15)</sup>.

Surgiu então a candidatura dissidente do Desembargador Silvino Bezerra Neto, irmão do Senador José Augusto e, portanto, parente por afinidade do governador.

Silvino Bezerra Neto rompeu com Lamartine durante a campanha presidencial, em 1929, por discordar da inclusão de seu nome em um documento de adesão à candidatura Júlio Prestes, divulgado pelo governador<sup>(16)</sup>. Seu irmão, José Augusto,

manteve o apoio às candidaturas oficiais por solidariedade à administração Lamartine (o Rio Grande do Norte, como de resto os pequenos Estados, temia represálias do governo central, caso apoiasse as candidaturas de oposição), embora estivesse ligado ao Rio Grande do Sul por laços políticos e de parentes-  
co<sup>(17)</sup>.

Estes fatos que agitaram a campanha sucessória no Rio Grande do Norte datam, mais ou menos, de julho de 1930. Em vários municípios foi lançada a candidatura Silvino Bezerra Neto, partindo de Natal e Currais Novos a distribuição de boletins de propaganda. Na capital, em agosto, houve uma manifestação estudantil de apoio ao seu nome. Chefias municipais se manifestaram. Do Acari, município do Seridó onde nasceu o Desembargador Silvino Bezerra, o "coronel" Antônio Bazílio, em carta de 25 de agosto, reivindicou o privilégio do lançamento oficial da candidatura<sup>(18)</sup>.

O que se configurava, portanto, era uma cisão no partido governamental tendo em vista a sucessão estadual. Esta cisão, como vimos, embora tivesse uma certa ligação com a campanha presidencial, obedecia a poderosas motivações locais, vez que estava em jogo a luta pelo poder estadual entre facções ou correntes de um mesmo partido. O desgaste político do governador conferia à candidatura do desembargador um certo apelo popular. Alguns elementos da Aliança Liberal, particularmente da corrente liberal, pareciam nutrir discretas simpatias pelo nome de Silvino Bezerra Neto.

Estes fatos são importantes porque vão influir na disposição das forças políticas no Estado no pós-30.

Enquanto a disputa pela sucessão estadual agitava as hostes do Partido Republicano mobilizando os "coronéis" e chegando às ruas, avançava a conspiração entre as forças do 29º Batalhão de Caçadores, sediado em Natal, mas acantonado em Santa Luzia do Cabugi (município limítrofe à Paraíba), em razão da conflagração de Princesa.

O Capitão Abelardo de Castro recebeu de Juarez Távora a missão de sublevar o batalhão e se encaminhou para o Rio Grande do Norte com esse objetivo. Aqui estabeleceu contacto com o "coronel" Dinarte Mariz, fazendeiro e comerciante no Seridó, que mantinha ligações com um grupo de sargentos que também conspirava, conhecendo, através deles, as tendências políticas da oficialidade, pouco favoráveis à Revolução<sup>(19)</sup>.

O "coronel" Dinarte Mariz, bastante influente na região, tinha sob seu controle 200 fuzis distribuídos às prefeituras na época do combate à Coluna Prestes<sup>(20)</sup> e dispunha de jagunços e caminhões para eventualmente apoiar o levante. Estava em contacto com elementos da Aliança Liberal da corrente liberal em Natal.

Os cafeístas estavam organizados principalmente na capital (Natal) e em Mossoró e Areia Branca. Café Filho participava ativamente das articulações revolucionárias na Paraíba, onde se exilou em virtude da perseguição da polícia de Lamartine.

### 2.3 - A queda de Lamartine e a Interventoria Joffily (outubro 1930/janeiro 1931)

A 3 de outubro de 1930, a Revolução estourou no Rio Grande do Sul, Minas, Paraíba e Pernambuco. Rapidamente se

alastrou por outros Estados. No Nordeste os "tenentes" Juarez Távora, Juraci Magalhães, Jurandir Mamede e outros se encarregaram de sublevar os batalhões, fazendo a deposição dos governantes estaduais sob as vistas da população que apoiou o movimento e a ele aderiu, mas sem ter participação decisiva e organizada<sup>(21)</sup>.

A 5 de outubro, o 29º Batalhão de Caçadores marchou sobre Natal e efetivou a deposição sem resistência do governador Juvenal Lamartine. No interior, os "coronéis" Dinarte Mariz (região do Seridó) e Joaquim Saldanha (região do Apodi) secundaram o levante, mobilizando homens em armas. O desgaste político dos governantes da Velha República lhes tirara a legitimidade e afastara a possibilidade de apoio popular para uma resistência.

Os dirigentes da Aliança Liberal no Estado se dividiram quanto à questão do poder. De um lado, os cafeístas queriam empossar seu líder, Café Filho, na presidência provisória, enquanto os "liberais" da Aliança patrocinavam o nome do Desembargador Silvino Bezerra Neto, com apoio dos oficiais que comandaram a sublevação.

O impasse foi momentaneamente contornado com a instituição de uma Junta Governativa Militar<sup>(22)</sup>, que aguardaria a chegada de Juarez Távora para definir a situação.

Neste curto espaço de tempo, as preocupações da Junta foram no sentido de consolidar a mudança de poder, remanejando o aparelho regional de Estado, e garantindo a ordem pública, restando possíveis excessos populares contra os políticos depostos. Nessa medida, fechou a Assembléia Legislativa e

as Câmaras Municipais, nomeou novos diretores de serviços extinguiu mandatos de prefeitos e intendentes, indicando outros titulares para os cargos, e afastou oficiais do Regimento Policial, substituindo-os por outros de sua confiança.

A preocupação com a manutenção da ordem e a defesa da propriedade se manifestou nas medidas que a Chefia de Policia tomou na capital, impedindo as pessoas de andarem armadas, e nas circulares expedidas pela Junta às prefeituras do interior, recomendando garantias à vida e propriedade dos adversários políticos <sup>(23)</sup>. O "coronel" Dinarte Mariz, tomando a si a supervisão dos municípios da região do Seridó, implantou ali a execução dessas medidas, engariando o respeito e a gratidão das chefias ligadas à situação deposta <sup>(24)</sup>. Por fim, como medida de legitimação, a Chefia de Polícia fez distribuir víveres entre os estivadores e as camadas mais pobres <sup>(25)</sup>.

A Junta fez algumas nomeações tentando compor as diviersas correntes no seio da Aliança Liberal. É assim que, da corrente cafeísta, foram nomeados o próprio Café Filho para a Chefia de Polícia (substituindo o Coronel Theodoretto de Castro); Pedro Dias Guimarães, para a Prefeitura de Natal; o jornalista Sândoval Wanderley para o cargo de Redator do Jornal A República, e o "coronel" Francisco Solon Sobrinho, para a Prefeitura de Areia Branca, importante município salineiro.

Da corrente liberal foram nomeados o Dr. José Tavares, para a Diretoria de Saúde Pública; Dr. Luís Antônio, para a Diretoria de Instrução; jornalista Joaquim de Fontes Galvão, para a Diretoria de Imprensa Oficial (que editava o jornal A República); Cônego Amâncio Ramalho, para a Prefeitura de

Mossorô (o segundo município do Estado); funcionário federal Mário Cavalcanti, para a Diretoria do Banco do Rio Grande do Norte; Dr. Gentil Ferreira de Souza, para a Prefeitura de Santa Cruz; Dr. Jorge Calafange, para a Prefeitura de Canguaretama; o contabilista Carlos Manoel Ribeiro Dantas, para a administração da Recebedoria de Rendas, e o "coronel" Dinarte Mariz, para a Prefeitura de Caicó, cidade mais importante do Seridó<sup>(26)</sup>.

Juarez Távora chegou a Natal no dia 12 de outubro de 1930, acompanhado de José Américo de Almeida, Irineu Joffily (Secretário de Segurança da Paraíba) e outros líderes aliancistas.

Recolocou-se, então, a questão da indicação do Presidente Provisório do Estado (as Interventorias ainda não haviam sido criadas). Távora e José Américo inclinavam-se pelo nome do Desembargador Silvino Bezerra Neto, chegando até a convidá-lo. A recusa deste, alegando seu parentesco com José Augusto e Lamartine, levou Juarez Távora a levantar outros nomes que sofreram vetos sucessivos de uma e outra corrente<sup>(27)</sup>, o que o obrigou a fazer uma escolha pessoal que recaiu na pessoa do Dr. João Lindolfo Câmara, antigo Deputado Federal pelo Rio Grande do Norte (1909-11), que exercia altas funções no Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, e era pai de um companheiro de farda de Távora. Na impossibilidade da vinda imediata do Dr. Lindolfo Câmara, foi escolhido o Dr. Irineu Joffily para exercer interinamente o cargo. Esta indicação contou com o apoio ostensivo da corrente cafeísta que articulou o nome de Joffily nas ruas, em passeatas e comícios.

A solução Joffily antecipou de certa forma uma norma

que o futuro Governo Provisório de Vargas adotaria na indicação dos Interventores nos Estados: a de serem "estrangeiros", pessoas alheias às facções políticas locais, condição considerada indispensável à execução das diretrizes centralizadoras do governo da República. A esta condição, com o tempo, se acrescentaria uma outra: a de que o escolhido fosse militar, recrutado entre os quadros do tenentismo. Estes requisitos garantiriam a suposta "neutralidade" política do Interventor, imprimindo à sua ação um hipotético caráter de racionalidade e apoliticismo, ingredientes essenciais à ideologia tenentista dos anos 30.

Decerto este era o modelo ideal ao qual só muito imperfeitamente se adequavam os casos concretos.

No caso de Joffily, apesar da circunstância de ser um paraibano desvinculado da política potiguar, havia um dado que seria posteriormente explorado: era casado com uma filha do falecido industrial Juvino Barreto (proprietário de uma fábrica de tecidos em Natal, fechada em 1925), sobrinha por sua vez do ex-governador Alberto Maranhão.

No entanto, num primeiro momento, a indicação do Presidente Provisório do Estado "serviu" para acalmar os ânimos exaltados das correntes que disputavam entre si o poder. Além de Joffily, Távora nomeou, por escolha pessoal, o Dr. Nestor dos Santos Lima para o cargo de Secretário Geral (uma espécie de coordenador da ação do governo). O Dr. Santos Lima foi Diretor da Instrução no Governo José Augusto (1924-27) e era conhecido por suas inclinações conservadoras<sup>(28)</sup>. Sua indicação, certamente, tranquilizava os temores das camadas mais tradicionais.

Joffily manteve as indicações feitas anteriormente pela Junta Governativa Militar, fazendo apenas uma de sua escolha, a do tenente comissionado da polícia paraibana, José de Borja Peregrino, para Ajudante de Ordens da Presidência do Estado. Com esta composição governamental, que contemplava praticamente todas as correntes, ele iria inicialmente governar.

O Decreto Federal que institucionalizava o Governo Provisório da República, de 11 de novembro de 1930, criou também as Interventorias nos Estados, entre cujas atribuições estavam as de acumular o exercício dos poderes executivo e legislativo e as de nomear e exonerar prefeitos municipais<sup>(29)</sup>. Joffily, que até então exercia o cargo de "Presidente Provisório" do Estado, foi empossado como Interventor Federal, a 22 de novembro de 1930, por nomeação de Vargas, atendendo solicitação de Juarez Távora<sup>(30)</sup>. Nesse ínterim, o nome de João Lindolfo Câmara fora afastado, em virtude da divulgação de telegramas trocados entre ele e figuras do governo passado no Rio Grande do Norte.

O que caracterizou essa fase inicial da Interventoria Joffily foi a manutenção do equilíbrio político entre as distintas facções, e o movimento de adesão à nova situação por parte das camadas tradicionais. Embora não haja limites cronológicos rígidos, poderíamos afirmar que o encerramento desta fase teve como um de seus fatos marcantes a renúncia do Dr. Nestor dos Santos Lima da Secretaria Geral do Estado, a 21 de novembro de 1930. Este afastamento simbolizou a ruptura do equilíbrio de forças que dava sustentação política à Interventoria. Esta ruptura não foi gratuita, mas resultou da própria orientação política posta em prática pelo Interventor (corte de despe

sas, demissão de pessoal, devassas nas administrações passadas, "desconsideração" aos chefes políticos), que encontrou resistência nos setores tradicionais e na ala liberal". O leque de oposição se ampliou, os conflitos se multiplicaram, a campanha contra o Interventor acirrou-se e, entre os dirigentes nacionais, alguns (José Américo, Oswaldo Aranha) se tornaram favoráveis à sua substituição.

Mas a postura do Interventor Joffily correspondia às preocupações do Governo Provisório com a "moralização" da máquina administrativa, que fora tema da campanha da Aliança Liberal. Isto significava, segundo o que propunham os revolucionários no poder: apurar as irregularidades dos governos do regime deposto; punir os culpados por essas mesmas irregularidades; promover o saneamento financeiro da administração pública, controlando despesas e cortando gastos; prestar contas publicamente das receitas e despesas. Ressaltava-se a necessidade de extirpar os "vícios" do regime "decaído" e restaurar a "pureza" dos princípios republicanos, corrompidos pela prática de políticos inescrupulosos, na avaliação dos revolucionários. Neste sentido, o Governo Provisório criou, inclusive, um Tribunal Especial (Decreto nº 19.398, de 11/11/1930) para julgar os "crimes políticos e funcionais" dos governos anteriores<sup>(31)</sup>.

A esta orientação se ateve rigorosamente o primeiro Interventor potiguar. Sua plataforma podia ser resumida num tópico: reforma dos "costumes" políticos, entendida sobretudo como austeridade administrativa e repressão aos "vícios" que corrompiam a Velha República.

Nessa perspectiva recebeu destaque especial a apuração dos atos das administrações anteriores à Revolução e, com

relevo, a de Juvenal Lamartine, governador deposto. A Chefia de Polícia instaurou dois inquéritos que chamaram atenção pela repercussão que tiveram os fatos envolvidos: o inquérito sobre o tiroteio que dissolveu o comício da Caravana Luzardo, na noite de 7 de fevereiro de 1930, e um outro sobre o fuzilamento de presos em Mossoró. Ambos dirigiram suas conclusões no sentido de apontar a responsabilidade do governador Lamartine nos fatos ocorridos<sup>(32)</sup>. Além disso, o Interventor determinou a rigorosa apuração dos gastos efetuados na administração Lamartine, responsabilizando-o pecuniariamente. Também o ex-governador José Augusto (1924-27) foi intimado a prestar contas de importâncias recebidas do Governo Lamartine, quando exercia seu mandato de Senador (1928-30)<sup>(33)</sup>.

O Interventor ampliou o campo da ação "moralizadora" à administração estadual, demitindo funcionários, reduzindo salários e determinando às Prefeituras Municipais rigor na arrecadação de impostos e prestação pública e periódica de contas. Entre as demissões com caráter político, contavam-se as de antigos diretores do jornal oficial, A República, e a do ex-governador Alberto Maranhão (1900-04 e 1908-14) do cargo de representante do Estado junto ao Instituto de Expansão Comercial do Rio Grande do Norte, no Rio de Janeiro<sup>(34)</sup>. Outras demissões atingiram funcionários da Fiscalização do Sal e dos Departamentos da Fazenda e do Tesouro<sup>(35)</sup>, estas com caráter mais administrativo, tendo como objetivo reduzir despesas e racionalizar serviços.

Estas medidas encontraram oposição e criaram áreas de atrito que cresceram muito rapidamente.

A essas preocupações somaram-se os problemas econô

mico-administrativos decorrentes da péssima situação financeira do Estado e da estiagem que, atingindo a lavoura do algodão e as de subsistência, provocou a desorganização da economia (assentada justamente na cotonicultura), o êxodo rural, a fome e a drástica redução das rendas públicas.

A esta altura a dívida do Estado do Rio Grande do Norte ascendia a mais de vinte mil contos, sendo aproximadamente, quinze mil contos de dívida externa e sete mil contos de dívida flutuante. Esta última incluía o atraso no pagamento do funcionalismo (herança do governo Lamartine), e no fornecimento aos serviços de assistência aos "pobres". O Estado tinha em cofre pouco mais de 300 contos, enquanto as despesas ordinárias chegavam a 400 contos mensais, inclusive o pagamento de juros e apólices. O Interventor tinha uma previsão de despesas da ordem de 3.500 contos até o mês de julho de 1931; mas, a arrecadação não chegaria à metade dessa importância. Como o imposto de exportação, particularmente sobre as vendas de algodão, era a principal fonte de renda do Estado, esta situação só tenderia a melhorar a partir de julho, quando começaria a renda do algodão, cuja colheita, no período 1930/31, seria reduzida pela seca, de acordo com as estimativas, para cerca de 40% em relação aos anos anteriores. Toda essa situação gerou um clima de inquietação social, agravada pela afluência dos retirantes para as cidades; por isso o Interventor solicitou a Juarez Távora providências no sentido de conseguir liberação de recursos que propiciassem a abertura de frentes de trabalho para os "desocupados" (36).

A demora nessas providências agravou a situação, de terminando uma nova comunicação do Interventor Joffily ao Mi

nistro da Viação (que, por essa ocasião, já era o Sr. José Américo de Almeida) em que denunciou a extensão da seca à zona polarizada pela cidade de Mossoró, abrindo espaço para a "ação comunista" naquela área. Informava que o construtor Vicente Sa**u** bôia esperava a autorização do Ministério para atacar as obras da Estrada de Ferro de Mossoró. Segundo Joffily era conveniente iniciar os serviços onde houvesse possibilidade de empregar muitos trabalhadores<sup>(37)</sup>.

Há notícias sobre algumas dessas providências, como o início dos serviços da estrada de rodagem Caicó-Lages e de conservação e reparos na estrada tronco da linha do Seridó, este em cooperação entre a Diretoria de Obras Públicas do Estado e a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS<sup>(38)</sup>. Note-se que todas essas obras estavam situadas justamente na região do Seridó.

Outra velha questão, aliás, sempre renovada, era a que dizia respeito a luta empreendida pelos produtores do sal potiguar para se firmarem no mercado nacional. O jornal oficial, A República, abordava o problema no momento em que os charqueadores do Rio Grande do Sul pediram ao Governo Provisório a "extinção dos direitos para o sal estrangeiro destinado à conserva das carnes". A indústria do sal era a segunda fonte de renda para o erário estadual e empregava milhares de trabalhadores assalariados durante grande parte do ano, resultando daí sua importância na ótica dos administradores. O jornal articulava toda a sua argumentação segundo o enfoque da ideologia do "progresso nacional", que era a forma encontrada pelas oligarquias de Estados periféricos para defender seus interesses econômicos contrariados por uma política que sanciona

va e reproduzia as desigualdades regionais em favor da região economicamente hegemônica, o Centro-Sul; essa forma assumida pelo discurso, tornava-o assimilável, mas, ao mesmo tempo, deslocava o eixo da questão do terreno da política para o campo "neutro" da técnica e do planejamento<sup>(39)</sup>.

Como já aludimos, a indicação de Joffily atendeu à necessidade de contornar as divergências entre as correntes políticas que apoiavam a Revolução no Rio Grande do Norte, ou a ela aderiram.

No entanto, desde o início, levantaram-se prevenções contra o Interventor, confirmadas inclusive por José Américo. Essas prevenções referiam-se à sua condição de "estrangeiro" e à humilhação imposta à terra potiguar em ter por governante alguém alheio às suas "tradições", não obstante os laços de parentesco que, conforme já ressaltamos, Joffily tinha no Rio Grande do Norte. Apesar disso, ele, mantendo as nomeações anteriores, inclusive do secretariado, tentava garantir o equilíbrio e o apoio a seu governo.

Mas a sua política de austeridade, de redução de despesas e do corpo de funcionários gerou ressentimentos que foram explorados pelo jornal católico Diário de Natal. Este jornal, que contava em seu corpo de colaboradores homens como Alberto Roselli e José Ferreira de Souza, ligados à "política de caída"<sup>(40)</sup>, começou por fazer uma série de críticas ao Interventor, atacando em particular sua política de demissões<sup>(41)</sup>.

Outras duas sérias frentes de atrito foram criadas com as chefias políticas locais e os oficiais do 29º Batalhão de Caçadores.

Vitoriosa a Revolução, os chefes políticos municipais trataram de aderir, enviando telegramas de apoio ao Interventor ou indo pessoalmente a palácio. O órgão oficial noticiava discretamente essas adesões. Joffily, porém, nem sempre as aceitava e chegou, em alguns casos, a repeli-las com rispidez<sup>(42)</sup>. Com os oficiais do 29º Batalhão de Caçadores, muitos deles ligados aos políticos tradicionais, tinha uma relação tensa e pouco amigável<sup>(43)</sup>.

Esses incidentes vão ampliando a oposição ao Interventor, a qual rapidamente assumiu um caráter sistemático, ganhando a dimensão de uma campanha de opinião pública.

Neste momento (entre fins de 1930 e o início de 1931) vai ficando evidente para as novas administrações estaduais a necessidade de criar bases políticas próprias, livres da tutela das facções locais. Isto coincidia com a articulação entre revolucionários civis e militares, a nível nacional, com o propósito de coordenar idéias e elaborar programas que dessem continuidade à sua ação<sup>(44)</sup>. As idéias iniciais, não obstante seu caráter confuso, convergiam para a necessidade de uma organização partidária de âmbito nacional que devia lutar por reformas nos campos econômico, político, administrativo, social e educacional e se impor às tendências regionalistas dos partidos da Velha República e ao seu enredamento na política estreita de "interesses pessoais". Essas idéias, no entanto, não ganharam imediatamente uma expressão sistemática e orgânica.

Antes que fossem dadas a conhecer suas primeiras formulações, ainda ambíguas e imprecisas nos programas das le

giões, algumas correntes revolucionárias no Rio Grande do Norte tentaram se organizar. É assim que, ainda em outubro de 1930, um grupo de Natal entrou em entendimento para fundar um partido político que se norteasse pelos princípios de José da Penha e João Pessoa; seu objetivo seria "defender os legítimos direitos do povo"<sup>(45)</sup>. Ao que tudo indica a idéia não se concretizou.

Outro grupo, de militantes cafeístas da Aliança Liberal, fundou o Partido Liberal de Mossoró a 26 de outubro de 1930<sup>(46)</sup>. Este Partido editou um jornal em Mossoró, Correio do Povo, que circulou na condição de órgão partidário até 29 de março de 1931, quando se desligou dessa orientação, continuando, porém, a ser dirigido pelo mesmo grupo, que persistiria em sua atuação política, instituindo, em maio de 1932, o Clube 3 de Outubro local e se integrando, em abril de 1933, ao Partido Social Nacionalista, de Café Filho.

Como dissemos mais acima, as legiões foram a primeira tentativa mais concreta, por parte dos revolucionários, de formar um partido nacional. Oswaldo Aranha e Juarez Távora, entre outros, foram seus idealizadores. Legião Revolucionária, na versão de Aranha e dos legionários paulistas, ou Legião de Outubro, nos manifestos de Távora, seu objetivo era no sentido de "destruir o sistema coronelista, de transformar as estreitas lealdades estaduais pela adesão a um partido reformista verdadeiramente supra-estadual, de âmbito nacional"<sup>(47)</sup>.

As idéias em que se baseavam os programas das legiões eram uma amostra do que viria a ser, por toda a década de trinta, o conteúdo programático da denominada corrente te

mentista: um aglomerado eclético, inconsistente, extraído dos programas da Aliança Liberal e do Partido Democrático paulista, de mescla com as declarações dos movimentos sediciosos militares dos anos vinte, combinados com o nacionalismo de escritores como Oliveira Viana, Alberto Torres, Euclides da Cunha e as novas idéias do ascendente fascismo europeu<sup>(48)</sup>.

FLYNN aponta as contradições que vão minar esse primeiro projeto de um partido revolucionário nacional: 1º) proclamando a necessidade de reformas estruturais, declarava, ao mesmo tempo sua fidelidade ao programa da Aliança Liberal, que nada avançou nesta direção; 2º) propondo-se como organização supra-regional, explicitava, no entanto, intenções de colaborar com os partidos existentes que tinham reconhecidamente um caráter local, estadual.

A vida das legiões seria efêmera. Seus idealizadores subestimaram o peso da estrutura coronelística, do facciosismo local e do clientelismo como força aglutinadora. As próprias legiões foram rapidamente envolvidas por esse clima e se transformaram em instrumentos de disputas entre facções. Em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, essa história se repetiu com algumas poucas nuances diferenciadoras.

A legião paulista, monopolizada pelo "tenente" Miguel Costa e seus partidários, foi utilizada em suas contendas contra os "democráticos".

Em Minas Gerais, Francisco Campos e outros a empregaram para tentar eliminar a influência política do ex-Presidente Artur Bernardes, líder da ala majoritária do Partido Re

publicano Mineiro. Foi, aliás, o exemplo da legião mineira que, segundo FLYNN, lançou o descrédito à experiência das legiões. Sua lealdade declarada à Igreja Católica e a identificação ostensiva com o fascismo europeu seriam duramente criticadas pela ala "esquerda" dos revolucionários<sup>(49)</sup>.

No Rio Grande do Norte, a Legião Revolucionária foi fundada a 7 de dezembro de 1930 pelo Interventor Irineu Joffily, na presença de autoridades estaduais e representações do interior. Joffily ressaltou em seu discurso o caráter patriótico e apartidário da legião e proclamou como seu objetivo garantir as instituições e restaurar os princípios republicanos. Café Filho, por sua vez, sublinhou que a legião era a garantia e salvaguarda dos direitos vitoriosos com a Revolução<sup>(50)</sup>.

A Legião Revolucionária do Rio Grande do Norte abriu sucursais nos municípios de Areia Branca, Mossoró e Macau<sup>(51)</sup>. A Legião, porém, não teria maior relevância no contexto político estadual. Aliás, ao contrário do que aconteceu nos Estados do Centro-Sul onde, apesar da brevidade de sua existência, elas imprimiram sua marca na cena política; na região Nordeste, a passagem das legiões foi quase despercebida, apesar dos esforços de Juarez Távora, conclamando os interventores a organizarem a Legião de Outubro em seus Estados. No Rio Grande do Norte, em particular, ela sequer seria absorvida pelos interesses da política local: passaria, simplesmente, ignorada e esquecida.

### 2.3.1 - A Reação contra a política de Joffily

As dificuldades encontradas pelo Interventor para com

por as forças políticas e atender às expectativas clientelísticas das chefias locais se avolumaram a ponto de conjurar contra seu governo uma oposição que os velhos governantes da Primeira República só conheceram no período das "oposições significativas" (1889-1895) ou em momentos de crise política aguda, como na campanha oposicionista do Capitão José da Penha na sucessão governamental de 1913/14. Esta oposição deu lugar a uma primeira reaproximação mais efetiva entre a corrente "liberal" que apoiou a Revolução e as chefias políticas remanescentes da "situação decaída", embora tal processo ainda encontrasse resistências e obstáculos que só viriam a ser superados ao longo do tempo e dos embates políticos que conduziram, por fim, à formação de uma "frente única" entre as duas facções. Isto só ocorreu quando da eclosão da Revolução Constitucionalista de São Paulo, em julho de 1932 e, logo depois, com a fundação do Partido Popular do Rio Grande do Norte, em janeiro de 1933.

Politicamente isolado, o Interventor não conseguiu mobilizar em seu apoio qualquer camada social significativa. No início, ele contava com a mobilização desenvolvida por Café Filho entre as camadas populares de Natal, mas, ao que parece, recusou voluntariamente este apoio, ou a forma como se dava<sup>(52)</sup>, a qual tendia a possibilitar conflitos com as outras correntes.

O dado central que determinou esse isolamento, porém, foi a orientação política do Interventor no sentido de imprimir "austeridade" e "racionalidade" à ação governamental e não levar em conta os interesses clientelísticos das chefias tradicionais. Isto se chocava com a persistência da estrutura coronelística herdada dos tempos de Pedro Velho e José Bernardo,

pacientemente reestruturada por José Augusto e Juvenal Lamartine desde os anos dez, a qual se mantinha, no essencial, de pé, apesar do ostracismo de suas principais lideranças.

Ao demitir Mariano Coelho, um militante aliancista, da Prefeitura de Currais Novos, Joffily anunciou sua intenção de tomar uma medida extrema: nomear para as prefeituras pessoas estranhas aos municípios<sup>(53)</sup>.

Aos poucos o Interventor foi substituindo seus auxiliares e colocando paraibanos em seus lugares. A saída de Nestor Lima da Secretaria Geral levou-o a nomear seu Ajudante-de-ordens, José de Borja Peregrino, para o cargo. Este remanejamento desagradou os setores tradicionais.

Em dezembro de 1931, Joffily negociou o afastamento de Café Filho da Chafia de Polícia, após ter a anuência de Juarez Távora<sup>(54)</sup>. É possível que tentasse, com isso, reforçar a "neutralidade" política de seu governo. Mas a indicação de paraibanos para ocupar os cargos que iam vagando ensejou acusações de "paraibanização", acirrando os sentimentos regionalistas e oferecendo um forte alibi para a oposição.

Também em Mossoró, o Interventor encontrou dificuldades. Os cafeístas, agrupados em torno do jornal Correio do Povo, acusaram o Prefeito, Cônego Amâncio Ramalho, de ligações com elementos da situação deposta e de ter aceito um jornal "perrepista", O Mossoroense, como órgão da prefeitura<sup>(55)</sup>. Pediram a interferência de Baptista Luzardo, que se comunicou com Joffily<sup>(56)</sup>.

O Prefeito foi, então, substituído pelo "coronel" Amâncio Leite, comerciante, militante da Aliança Liberal e re

dator-chefe do jornal "Correio do Povo". A demissão do Cônego Ramalho levou o Diário de Natal a romper com a Interventoria<sup>(57)</sup>.

Ao definir o orçamento para o ano de 1931, o Interventor resolveu prorrogar o orçamento anterior, referente a 1930. Introduziu, no entanto, algumas modificações que tiveram duas conseqüências importantes: 1º) redundaram em aumento de impostos; 2º) visaram concentrar o comércio de exportação e importação na capital e em poucas cidades do interior, como Mossoró e Macau, que tinham portos marítimos e exerciam antigas funções comerciais, para as quais contavam com casas tradicioniais e vias de comunicação com cidades vizinhas.

A inspiração do orçamento promulgado por Joffily era a mesma que levara o governador João Pessoa, da Paraíba, a introduzir modificações no sistema fiscal de seu Estado. O objetivo era evitar a evasão de impostos, concentrando as atividades de exportação na capital e em poucas cidades, racionalizando os mecanismos de arrecadação e fortalecendo a capacidade tributária da fazenda estadual. Certos interesses poderosos naturalmente seriam contrariados e a reação não se faria esperarar. A diretoria da Associação Comercial protestou e solicitou ao Interventor a manutenção integral do orçamento referente ao exercício de 1930<sup>(58)</sup>. A questão do orçamento converteu-se num dos cavalos de batalha da oposição a Joffily.

O Interventor reagiu a todas essas manifestações de oposição com firmeza, lançando mão de algumas dos instrumentos excepcionais que a "situação revolucionária" lhe conferia: poder de baixar decretos, demitir funcionários, censurar jornais, interferir em transferências de militares. Tentou quebrar aunida

dade entre os elementos da oposição civil e da oposição militar, representada pela oficialidade do 29º Batalhão de Caçadores, solicitando a Juarez Távora o afastamento de oficiais e colocando em seu lugar pessoas confiáveis. Os militares afastados eram os mesmos que tinham dirigido o levante do 29º Batalhão de Caçadores contra o governo Lamartine e mantinham ligações com os partidários de Silvino Bezerra Neto, Dinarte Mariz e a corrente liberal. Joffily conseguiu o afastamento dos três integrantes da Junta Governativa que substituiu o governador deposto: o Capitão Abelardo de Castro, o Comandante Tavares Guerreiro e o Tenente Júlio Perouse Pontes, transferidos respectivamente para Minas Gerais, Pernambuco e Bahia; o embarque do Comandante Guerreiro ofereceu ocasião para uma manifestação pública de protesto contra a Interventoria<sup>(59)</sup>. Para o comando do 29º Batalhão de Caçadores foi indicado, em acordo com Joffily, o Tenente Evrardo Vasconcelos e para o comando do Regimento Policial Militar, o Tenente Aluísio Moura<sup>(60)</sup>.

Apesar dessas medidas, a oposição continuou. O jornal oficial fazia advertências, ameaçando com punições aqueles que criticassem o Interventor "usando linguagem menos digna e acorrendo à ofensa pessoal". E adiantava que não levaria em conta a "posição social" dos adversários<sup>(61)</sup>. As demissões de funcionários, tanto no interior como na capital, eram constantes, atingindo principalmente juizes, promotores, escrivães, professores, médicos, dentistas<sup>(62)</sup>. Era freqüente que as demissões tivessem como justificativa a oposição dos punidos "à ordem de coisas do Estado"<sup>(63)</sup>. Em Natal, a demissão do juiz da 2ª. Vara, Régulo da Fonseca Tinôco, gerou protestos<sup>(64)</sup>.

Em editorial de 23 de janeiro de 1931, o jornal a Re-

pública reconheceu o isolamento e a impotência de Joffily para enfrentar a crescente oposição. A campanha contra o Interventor se fazia nas ruas, na imprensa, nas repartições, nos quartéis. Contra ele estariam, segundo o jornal, "pretensos revolucionários" que teriam se rebelado por não obterem cargos; os que "serviram ao governo já nesta phase e viram emendados seus atos arbitrários e injustificáveis" e os da "situação decaída"<sup>(65)</sup>.

Traduzindo, isto incluía quase todas as correntes políticas ativas no Estado, à exceção dos cafeístas, que mantinham seu apoio ao Interventor.

Esse isolamento poderia ser ilustrado com a posição do advogado e jornalista Bruno Pereira, o qual havia representado o Rio Grande do Norte na convenção aliancista que indicou o nome de Vargas como candidato à presidência. Pereira, um típico representante da corrente liberal, em carta ao Chefe de Governo, tachou Joffily de "energúmeno", "louco" e afirmou que sua "idéia fixa era colonizar o Rio Grande do Norte, como simples burgo submisso à suzerania do seu Estado - a Parahyba". Na mesma carta criticou a aliança de Joffily com Café Filho, qualificando este último de "chantagista" e "comunista confesso"<sup>(66)</sup>.

O frágil equilíbrio político montado para sustentar a Interventoria estava rompido. As correntes políticas que momentaneamente se uniram com o beneplácito e a aquiescência de Juarez Távora estavam divididas em face da política posta em prática pelo Interventor.

A devassa nas administrações passadas, as demissões de funcionários, a política orçamentária e fiscal, os atritos com a oficialidade do Exército e a hostilidade às chefias polí

ticas municipais foram as causas que fizeram desabar sobre o Interventor o vendaval oposicionista. Interesses poderosos contra ele se coligaram.

José Américo, percebendo a perda de base política por parte de Joffily, tentou sem êxito afastá-lo da Interventoria, oferecendo-lhe o cargo de juiz federal na Paraíba. Esta oferta, de fins de dezembro, teve o apoio de Juarez Távora e Oswaldo Aranha, segundo as declarações de José Américo<sup>(67)</sup>. Távora, no entanto, em declarações aos jornalistas, afirmou ser necessária a permanência de um Interventor estranho à política local "por que os elementos nativos eram todos comprometidos com governos anteriores"<sup>(68)</sup>. José Américo fez elogios a Joffily, mas deixou bem claro seu julgamento sobre a incapacidade daquele em conseguir acomodar as diversas correntes da política potiguar e sugeriu a idéia de afastá-lo do cargo<sup>(69)</sup>.

Não era apenas o Interventor Joffily que sofria pressões de políticos locais. Para citar um exemplo, uma comissão de políticos fluminenses solicitou ao Ministro Oswaldo Aranha a substituição do Interventor do Estado do Rio, Plínio Casado. Aranha respondeu que continuariam este e outros Interventores até que se modificasse a velha mentalidade de luta por posições e interesses pessoais<sup>(70)</sup>.

Apesar dessas declarações, cogitava-se o afastamento de Joffily, e ao menos José Américo expôs francamente essa posição.

A campanha na imprensa do Sul do País contra o Interventor do Rio Grande do Norte assumiu proporções inquietantes. O Diário Carioca e o Diário de Notícias, ambos do Rio de Janeiro

ro, eram seus porta-vozes mais constantes e autorizados. O primeiro jornal ficaria conhecido por suas posições antitenentistas e pelo episódio de seu empastelamento em 1932 por um grupo de militares ligados ao Clube 3 de Outubro, o que determinaria a mais séria crise ministerial do Governo Provisório. O segundo jornal era dirigido por um irmão de Heráclio Vilar, pessoa ligada à situação dominante na política potiguar até 1930; um de seus acionistas era Dioclécio Duarte, Deputado Federal pelo Rio Grande do Norte, eleito no último pleito da Velha República (março de 1930), por indicação do grupo José Augusto/Lamartine<sup>(71)</sup>.

As acusações levantadas contra Joffily eram as de realizar um governo despótico e arbitrário e de marginalizar os políticos locais em favor de elementos egressos da Paraíba, entre os quais inúmeros parentes seus. O Diário Carioca afirmou que o Interventor perseguia "o fim exclusivo de garantir em cargos mais rendosos a sua parentada, criando, ao mesmo tempo, outros para os amigos desempregados que o acompanharam".

Noutra edição, o mesmo jornal transcreveu o Decreto nº 16, de 26 de novembro de 1930, do Interventor do Rio Grande do Norte, como uma prova da sua "morbidez mental". Neste Decreto o Interventor determinava a "revisão de todos os atos dos poderes Legislativo e Executivo, Estaduais e Municipais" a fim de declarar sua nulidade quando colidissem com as formalidades legais ou com os interesses do Estado e dos Municípios. Essa revisão poderia retroagir até o ano de 1920 e obrigaria os responsáveis pelo ato anulado, em caso de prejuízo à Fazenda, à restituição das importâncias devidas<sup>(72)</sup>.

O jornal oficial fazia a defesa do Interventor, enquanto os jornais cariocas A Esquerda (ligado ao tenentismo) e

A Pátria, assim como o Diário da Noite, de São Paulo, tentavam, por sua vez, denunciar o que consideravam as motivações implícitas da campanha contra Joffily. A Esquerda, por exemplo, afirmava que alguns jornais "inscrevem a hostilidade sistemática aos interventores do Norte como 'item' obrigatório do seu programa político e comercial"<sup>(73)</sup>. Por trás de toda a campanha existiam interesses de políticos vinculados ao governo deposto no Rio Grande do Norte, objetivando, com o afastamento de Joffily, colocar na Interventoria alguém confiável. A Pátria (do Rio) em editorial, afirmava que a campanha escondia "os despeitos subalternos e os terrores angustiados daqueles que foram apanhados em flagrante pelas devassas administrativas do Estado" e que ainda "é preciso não esquecer que está também insidiosa e sutil a ambição dos insaciáveis mandões do Estado, que a Revolução enxotou do poder"<sup>(74)</sup>.

### 2.3.2 - O "caso" M.F. do Monte e a demissão de Joffily

No entanto, o episódio que detonou o afastamento do Interventor Irineu Joffily esteve ligado a uma luta judicial envolvendo a Interventoria e a firma M.F. do Monte.

A firma M.F. do Monte & Cia. tinha sua matriz em Mosoró e escritórios em Natal e Rio de Janeiro. Dedicava-se à compra e à venda de algodão e de outros produtos há cerca de meio século. Não era uma simples firma comercial, pois suas atividades a levavam a firmar estreitos laços de interesses com os "coronéis" e grandes proprietários sertanejos através do financiamento de culturas, rebanhos e maquinismos para o beneficiamento de algodão<sup>(75)</sup>.

Ao assumir a Interventoria, Joffily tomou conhecimento de um processo existente contra esta firma ao tempo do governo Lamartine, no qual ela era condenada pela Recebedoria de Rendas estadual ao pagamento de 2:400:000\$000 (dois mil e quatrocentos contos), por sonegação de impostos e multas correspondentes. Recorrendo ao Diretor do Departamento da Fazenda da época, este reduziu a condenação para 1:700:000\$000 (um mil e setecentos contos). Mais uma vez a firma recorreu, agora ao governador Lamartine, que determinou a prescrição da dívida.

Irineu Joffily anulou o despacho de Juvenal Lamartine por entender que este havia exorbitado de sua competência legal e "pela existência evidente do dolo". M.F. do Monte encaminhou petição ao Interventor solicitando reconsideração do ato anulatório, mas não foi atendida. Deu-se início à execução fiscal quando correram rumores de que a firma moveria ação especial na justiça contra a medida da Interventoria.

Entendendo que a ação não tinha procedência na fase de exceção revolucionária em que se estava vivendo, mas temendo que o judiciário, "em sua mentalidade", não houvesse acompanhado as mudanças desencadeadas pelo Movimento de Outubro, o Interventor resolveu baixar o Decreto nº 9, de 7 de novembro de 1930, "vedando que o judiciário apreciasse os atos do poder executivo revolucionário, e mandando que ficasse circunscrito ao mérito da causa e não estudasse a regularidade dos atos administrativos" (76).

A diretoria da firma estabeleceu como seu advogado em Natal o Dr. Alberto Roselli (77), o qual aconselhou-a a recorrer ao governo federal, no Rio (78). Para isto, foi constituído como

advogado na capital federal o Dr. João Neves da Fontoura, um dos mais importantes próceres da Aliança Liberal e pessoa das mais influentes nos negócios da Nova República.

O recurso obteve êxito, recebendo despacho favorável do Ministro da Justiça Oswaldo Aranha e aprovação do Presidente Vargas, a 12 de janeiro de 1931. Anulado o decreto do Interventor pelo despacho ministerial, este só veio tomar conhecimento do fato no dia 18 de janeiro, quando "encheu-se Natal de estrondosa vitória de M.F. do Monte & Cia.", e veio a ler o próprio despacho no jornal Correio da Manhã, do Rio<sup>(79)</sup>.

O desfecho tomado pelo "caso" M.F. do Monte levou ao seu auge uma crise que vinha se avolumando. Aos inimigos do Interventor, interessados numa substituição sobre a qual viessem a influir, sobravam razões para comemorar o feito e explorá-lo politicamente a seu favor.

Joffily, imediatamente, emitiu um longo despacho telegráfico ao Capitão Juarez Távora, Delegado Federal do Norte, enumerando suas razões e renunciando ao cargo, por se achar incompatibilizado com a orientação do Governo Federal. Sentia-se desprestigiado e diminuído em sua autoridade: "O que temores e difamações não conseguiram fazer vir um fraudador conseguiu"<sup>(80)</sup>.

A demissão de Irineu Joffily da Interventoria do Rio Grande do Norte deu ensejo talvez a uma das primeiras divergências abertas entre membros do Governo Provisório de Getúlio Vargas.

Em telegrama dirigido a Oswaldo Aranha, Távora expôs de forma franca e desabrida seu pensamento, discordando politicamente do critério que tinha orientado seu despacho, conside-

rando a questão do mérito jurídico como secundária. Destacava que as "fórmulas legais" não deveriam se sobrepor aos "interesses da nacionalidade" nem acobertar os "desvarios impatrióticos" dos antigos detentores do poder que procuravam favorecer suas conveniências pessoais em desfavor do bem coletivo. Apelava, por fim, para uma revisão do ato do Ministro<sup>(81)</sup>.

Em outro despacho, no dia seguinte, Távora reiterou suas razões e manifestou sua apreensão com as conseqüências do posicionamento do Ministro da Justiça, temendo pelo próprio futuro da Revolução, "si tivermos de respeitar as monstruosidades legais com que os governos decahidos consagravam direitos aos seus apaniguados". Exteriorizou, ainda, seu estranhamento com o fato de João Neves da Fontoura ter se constituído em advogado da firma fraudadora<sup>(82)</sup>.

Em telegramas dirigidos ao Interventor Joffily e ao Interventor da Paraíba, Antenor Navarro, Távora reafirmou sua solidariedade ao Interventor potiguar e sua discordância quanto à atitude de Oswaldo Aranha<sup>(83)</sup>. Pediu a Joffily que permanecesse no posto "até definitiva resolução do Ministro da Justiça" e recomendou cuidados para que sua substituição não "se faça em detrimento verdadeiros princípios revolução e em benefícios interesses pessoais qualquer espécie"<sup>(84)</sup>.

A resposta do Ministro da Justiça ao telegrama do Interventor do Rio Grande do Norte foi rascunhada pela jurista Levi Carneiro que, sintomaticamente, afirmava em carta a Aranha, ser "conveniente aproveitar a ocasião para dizer umas tantas coisas e fixar certos princípios"<sup>(85)</sup>.

O "caso" M.F. do Monte e seu desfecho previsível -

substituição do Interventor - deram nova dinâmica ao jogo político no Estado. As articulações para indicar o substituto se fizeram rapidamente. Juarez Távora como Delegado do Governo Federal no Norte detinha a prerrogativa de fazer as indicações dos Interventores na vasta região que ia da Bahia ao Pará. À sua mesa e aos seus ouvidos chegavam as sugestões. Um dos candidatos era o engenheiro Luciano Veras, que chegou a ter uma conferência com Távora, o qual diria a seu respeito que seria "um dos convidados que mais provavelmente conseguirá 'aquietar' aquella gente...". Outro candidato era o Coronel Alípio Bandeira, segundo Juarez "menos cotado - por ser militar"<sup>(86)</sup>.

A preocupação do Delegado Federal do Norte era que não fosse indicado "político ou pessoa ligada, por qualquer forma aos concluídos da terra"<sup>(87)</sup>. Por isso, seria indicado para substituir provisoriamente Irineu Joffily, um militar, oficial do Exército, o Tenente Aluísio Moura, colaborador do Interventor na qualidade de Comandante da Polícia Militar do Estado e membro da rede de informações de Juarez Távora no Rio Grande do Norte.

A 28 de janeiro de 1931 Joffily retirou-se para a Paraíba entregando o cargo a Aluísio Moura<sup>(88)</sup>.

#### 2.4 - A Interventoria Aluísio Moura (janeiro/julho de 1931)

Durante a interinidade do Tenente Aluísio Moura, que se estendeu de 28 de janeiro a 3 de março de 1931, quando foi oficialmente indicado para o cargo de Interventor, prosseguiram as articulações para a indicação de um Interventor efetivo. A facção ligada a José Augusto<sup>(89)</sup> continuava defendendo o nome

do engenheiro Luciano Vêras e acusando Moura de pôr em prática o oligarquismo, com favorecimento do seu grupo familiar<sup>(90)</sup>; o porta-voz da facção zé-augustista na imprensa era o Diário de Notícias, do Rio. Outros nomes continuavam em foco, como o do Coronel Alípio Bandeira, o do desembargador Felipe Guerra e o de André Rocha<sup>(91)</sup>.

Para solucionar essa situação, que começava a se tornar incômoda, Juarez Távora veio ao Estado em fins de fevereiro, acompanhado dos Tenentes Ernesto Geisel e Agildo Barata<sup>(92)</sup>. Dos contactos aqui mantidos saiu a recomendação para a efetivação de Moura, confirmada a 2 de março<sup>(93)</sup>.

De início, Aluísio Moura conseguiu o apoio quase unânime das correntes políticas locais, à exceção do grupo de José Augusto, que continuava fustigando-o através das páginas do Diário de Notícias.

Setores que tinham feito séria oposição ao Interventor Irineu Joffily ou dele tinham se afastado, apoiavam a ascensão do jovem tenente. Era o caso do Diário de Natal, órgão vinculado à Igreja através do Centro de Imprensa Católica, que contava em sua redação figuras como o Monsenhor João da Matha e o advogado Alberto Roselli, defensor de M.F. do Monte. Também o Dr. Nestor Lima, antigo Secretário Geral de Joffily, apoiava a indicação de Moura. No outro espectro o jornal Correio do Povo, de Mossoró, vinculado à ala cafeísta, dava o seu apoio, rememorando a transferência de Moura do 299 Batalhão de Caçadores por insubordinação contra o governo Lamartine. Para se ter uma idéia das contradições que dividiam esses grupos, basta lembrar que enquanto o Diário de Natal propunha o retorno imediato ao regime constitucional e defendia os princípios

federativos, o Correio do Povo advogava a permanência da dita dura até a realização cabal do programa revolucionário. Essa conjunção de forças em torno do novo Interventor levou o Ministro da Justiça, Oswaldo Aranha, a parabenizá-lo por ter conseguido pacificar a família potiguar<sup>(94)</sup>.

Certamente o Capitão Távora, que temia a indicação de alguém ligado aos grupos políticos locais, deve ter ponderado tanto o passado revolucionário de Moura (sua insurgência contra Lamartine, a participação no movimento armado), quanto seu relativo distanciamento das correntes que se enfrentavam na cena política do Rio Grande do Norte. Porém, temendo a inesperienza de Aluísio Moura, Távora deixou no Estado, para assessorá-lo, dois auxiliares de sua estrita confiança, os Tenentes Ernesto Geisel e Paulo Cordeiro.

Apesar do apoio de um amplo setor da ala mais conservadora à sua investidura, a composição política do governo do segundo Interventor potiguar privilegiou o setor que, naquela conjuntura, poderia ser considerado mais à "esquerda". Em particular, a ala cafeísta e o setor vinculado aos revolucionários militares detiveram os postos mais importantes da administração. Da primeira corrente, tínhamos Pedro Dias Guimarães, ocupando a Prefeitura da capital e Sandoval Wanderley, na direção da Imprensa Oficial, além de Amâncio Leite (Prefeitura de Mossoró) e Francisco Solon Sobrinho (Prefeitura de Areia Branca). Da ala dos revolucionários militares foram designados por Juarez Távora o Tenente Ernesto Geisel, que acumulava os cargos de Secretário Geral e Chefe de Polícia (Departamento de Segurança Pública), e o Tenente Paulo Cordeiro, no comando da Polícia Militar<sup>(95)</sup>. Vê-se, assim, que os cargos estratégicos es

tavam nas mãos dessas duas correntes.

No plano nacional, embora ocorressem alguns conflitos localizados (como o rompimento do Partido Democrático paulista com o Interventor João Alberto a 24 de março de 1931), o poder central continuava prestigiado por todas as correntes revolucionárias. Por seu lado, temerosos de que os "políticos" reunidos em torno do novo governo impedissem a obra de reformas por eles pretendida, os militares revolucionários que se aglutinavam sob a liderança de Juarez Távora decidiram dar maior coesão à sua atuação no "Norte" do País, na impossibilidade de exercer uma influência mais decisiva nos centros de poder.

Assim foi criada, em princípios de 1931, a Delegacia Federal do Norte, sob o comando de Juarez Távora, com o objetivo de "dar uma orientação própria e isolada da influência direta do Catete, aos Estados do setentrião brasileiro"<sup>(96)</sup>.

Essa preocupação de uma certa ala do movimento tenentista tinha suas razões. Embora Vargas precisasse dos tenentes para manter o equilíbrio de poder no interior da coalizão heterogênea que o sustentava, ficava claro que os projetos mais ambiciosos de alguns setores do movimento tenentista no sentido de reformas sociais e econômicas não seriam contemplados. A indicação do banqueiro paulista José Maria Whitaker para o Ministério da Fazenda, por exemplo, garantia a preservação dos interesses da cafeicultura paulista e do capital financeiro internacional.

Apesar da proximidade de alguns representantes ou aliados do tenentismo junto ao governo federal (Oswaldo Aranha, Ministro da Justiça; José Américo de Almeida, Ministro da Via

ção e Obras Públicas; o General Góis Monteiro; o médico Pedro Ernesto Batista, para citar os mais conhecidos), alguns dos quais faziam parte do círculo mais íntimo de conselheiros do Presidente, o fato é que essa influência se reduzia em grande medida a um apoio que Vargas manipulava de acordo com seus interesses e garantindo a si próprio uma grande margem de arbítrio.

Por outro lado, o tenentismo não lograra se implantar nos grandes Estados da federação, enfrentando aí a resistência poderosa de estruturas políticas tradicionais.

A preservação de suas posições no "Norte" do País era, portanto, uma condição essencial à sobrevivência do movimento. Por esse motivo a situação do Rio Grande do Norte seria atentamente acompanhada com a preocupação de conservar a unidade da região.

Esse reforço de posições no "Norte", entretanto, estava articulado a ações que se desenvolviam ou tentavam atingir o âmbito nacional. Em novembro de 1930, um grupo em que se destacavam Oswaldo Aranha, Juarez Távora, João Alberto e Góes Monteiro firmou um documento, que ficaria conhecido como o Pacto de Poços de Caldas, no qual se comprometia a garantir o estado de ditadura até que se alterasse radicalmente a estrutura político-administrativa, prestar apoio integral a Vargas e subordinar as forças armadas à direção dos oficiais revolucionários.

O documento fazia uma ligeira referência aos "problemas sociais brasileiros, especialmente os que se referem ao proletariado rural e urbano", mas não aprofundava a questão

nem explicitava o seu entendimento do que fossem as reformas nos planos econômico e social<sup>(97)</sup>.

Isto parece indicar as dificuldades que o movimento enfrentava para compor suas alas internas, quando se sabia que Gões Monteiro, por exemplo, aderira à conspiração para o levante armado à última hora e se afastaria do tenentismo à medida que sua própria ascensão na carreira militar (Tenente-Coronel, em 1930; Coronel, em março de 1931; General-de-Brigada, em maio do mesmo ano e General-de-Divisão, em outubro de 1932) o fazia comprometer-se cada vez mais com a unidade da corporação e os princípios da hierarquia.

WIRTH ressaltava a indecisão do Pacto de Poços de Caldas em relação às reformas econômicas e sociais e identifica elementos de nacionalismo autoritário e autoritarismo militar no documento<sup>(98)</sup>.

Outra iniciativa que ocorria neste mesmo momento era a organização de Legiões Revolucionárias em vários Estados (São Paulo, ainda em 1930; depois Minas Gerais, onde levaria 15 mil homens às ruas; e Rio de Janeiro), lançando manifestos que esboçavam um programa para a Revolução e apelavam à mobilização de massas. No início de 1931 Távora proclamou a Legião de Outubro nos Estados do Nordeste (da Bahia ao Rio Grande do Norte), delegando aos Interventores sua organização.

A orientação política do Interventor Aluísio Moura definia-se inicialmente por uma certa imprecisão, embora declarasse formalmente sua fidelidade à Revolução: "O Sr. Interventor Aluísio Moura não tem programa escrito. Nada prometeu. O seu programa é o da Revolução. Dele não se afastará, tenha em

bora de ferir preconceitos e de contrariar pretensões" (99).

Uma consequência desse posicionamento foi a instituição de uma Comissão de Sindicância nos moldes da Junta de Sanção Federal, encarregada de fazer a devassa dos gastos efetuados pelas autoridades do antigo regime no Estado. Compunham-na Luís Potiguar Fernandes, Alberto C. Martins e Josias Câmara, todos eles identificados com a orientação das correntes outubristas (100). Esta Comissão instruiria processos por enriquecimento ilícito contra o ex-Governador Juvenal Lamartine e vários de seus auxiliares diretos, como o Deputado Federal e Secretário Geral de seu governo, Cristóvão Dantas, que, além de ser sobrinho de Lamartine, era seu presumido candidato à sucessão governamental; o Diretor da Fazenda e Tesouro, Cícero Aranha; o Vice-Governador, Joaquim Ignácio de Carvalho Filho e outros, além do Prefeito da capital, Omar O'Grady (101).

Outra atitude tomada pelo Interventor Moura em acordo com a orientação revolucionária foi a visita que fez, acompanhado por Café Filho e vários auxiliares de seu governo, ao Sindicato dos Estivadores Natalenses, no bairro operário das Rocas, sendo recebido por uma multidão calculada pelo jornal A República em três mil pessoas. Discursaram Aluísio Moura, o Tenente Ernesto Geisel e Café Filho. Este último foi quem melhor traduziu a orientação do novo regime no sentido de utilizar o operariado urbano como base de legitimação política.

*"Disse o orador, entre outras coisas, que as Rocas ressuscitava naquele dia. Bairro de humildes e desprotegidos da sorte, as suas portas sempre estiveram trancadas para os governos oligarcas que apenas mandavam os seus esbirros*

*vergastar as costas do operário. Hoje, não, continua o orador, eram os representantes maiores dos poderes do Estado, era o próprio governo revolucionário que se ia confraternizar com o operário descalço, com o homem humilde do trabalho" (102).*

Do ponto de vista administrativo suas preocupações fundamentais eram com o agravamento da seca e a questão da importação do sal estrangeiro, colocada como ameaça à indústria salineira potiguar.

No primeiro caso, a desorganização econômica resultante conduzia levadas de retirantes para a capital e para a cidade de Mossoró, obrigando a Interventoria a providenciar acomodações e alimentos e a solicitar do Governo Federal recursos para abrir frentes de trabalho, sobretudo a continuação de estradas de ferro e a construção de açudes e rodovias.

Café Filho, numa estimativa por baixo, feita em meados de maio de 1931, calculou em 100 o número de mortos em consequência das implicações do fenômeno da estiagem<sup>(103)</sup>. Por sua vez, o jornal Correio do Povo, de Mossoró, numa avaliação do mês de abril, estimou em 1.000 o número de famintos que acorreu à cidade<sup>(104)</sup>.

Deve-se assinalar a mobilização de amplos segmentos da sociedade civil no sentido de solicitar ao Governo Federal a reativação de obras públicas com a finalidade de deter o êxodo rural e minorar a fome dos contingentes de flagelados que, em geral, eram trabalhadores pobres sem recursos. Destaque-se, no entanto, a preocupação das autodenominadas "classes conservadoras" com as consequências que poderiam advir para a manuten

ção da "ordem pública" e, sobretudo, para a "segurança das propriedades" em virtude da concentração de famintos nas cidades, como se pode deduzir do teor do telegrama dirigido pela Associação Comercial de Natal ao Presidente Vargas e ao Ministro da Viação, José Américo de Almeida<sup>(105)</sup>.

Quanto ao segundo caso, o da ameaça à produção salinera potiguar, representada pela reivindicação dos charqueadores gaúchos no sentido de se isentar de impostos o sal estrangeiro importado, o Interventor apelou a Vargas, ressaltando o compromisso do governo revolucionário com a defesa da "indústria nacional". O Chefe do Governo Provisório respondeu-lhe que a pleiteada isenção estava fora de suas cogitações; mencionou, entretanto, a necessidade de adequar a qualidade do sal às exigências da indústria do charque<sup>(106)</sup>.

O principal "caso" político desta Interventoria ocorreu em meados de março, com a prisão de Café Filho e vários cor-religionários, entre eles, Sandoval Wanderley, Pedro D. Guimarães, José Anselmo, Edgar Siqueira, sob a acusação de conspirar contra o governo do Estado. O "caso", no entanto, teria um desfecho inesperado: o Tenente Geisel, Chefe de Polícia, dirigiu pessoalmente as investigações para apurar as denúncias e, em 36 horas, deu por concluído o seu trabalho, considerando-as improcedentes. A seguir, exigiu do Interventor a publicação de uma nota oficial de reparação no jornal do governo<sup>(107)</sup>.

Esse fato, ao que tudo indica, selou a sorte de Moura. A partir daí se estreitaria a aliança entre os cafeístas e os Tenentes Geisel e Cordeiro. De outro lado, o Tenente Aluísio Moura cedia cada vez mais às pressões dos setores vinculados ao "antigo regime", favorecendo as chefias políticas tradicionais

nos municípios do interior.

Criou-se então uma situação esdrúxula: a execução do programa revolucionário dependia cada vez mais da tutela exercida pelo Tenente Geisel sobre o Interventor.

Em maio a tensão resultante dessas condições chegou ao clímax, e o Tenente Geisel e Café Filho viajaram ao Rio de Janeiro para discutir com os dirigentes revolucionários os rumos políticos do Estado do Rio Grande do Norte. Na capital federal fizeram intensos contactos, participando de encontros com Juarez Távora, Oswaldo Aranha, Baptista Luzardo, Lindolfo Collor e outros líderes, mas se resguardaram de fazer comentários à imprensa sobre a situação potiguar.

Apesar disso, transpiravam boatos sobre a substituição do Interventor. Os jornais cariocas especulavam sobre estes fatos, enquanto um dos apontados para ocupar a Interventoria, o Capitão do Exército Sandoval Cavalcanti, conferenciava com Oswaldo Aranha e Vargas<sup>(108)</sup>.

É dessa mesma época a decisão do Superior Tribunal de Justiça do Estado absolvendo a empresa M.F. do Monte na demanda que motivara a saída de Irineu Joffily da Interventoria potiguar.

Na interpretação dos adversários alguns atos de Aluísio Moura teriam contribuído de forma direta ou indireta para esse desfecho favorável a M.F. do Monte. Assim, nas vésperas de seu casamento, Moura nomeou para o Superior Tribunal de Justiça do Estado o seu futuro cunhado, o que, segundo o escritor Peregrino Júnior, fez que o Interventor perdesse "a autoridade moral deante dos membros daquela côrte". Ainda segundo Peregrino

Júnior, o Dr. Luís Antônio, enviado como representante de Moura ao Rio de Janeiro, seria contra-parente dos proprietários da empresa, a serviço da qual já estivera na capital federal em campanha contra o então Interventor Irineu Joffily<sup>(109)</sup>.

O próprio jornal oficial, dirigido ainda pelo cafeísta Sandoval Wanderley, levantou suspeitas que atingiram Moura, ao criticar a atuação do Procurador Geral do Estado (cargo preenchido por nomeação da Interventoria), o qual, "na qualidade de advogado dos interesses do Estado, deixou a assistência estupefata ante a leitura do seu longo parecer, como se ali estivesse exercendo a missão de auxiliar do defensor de M.F. do Monte<sup>(110)</sup>.

No início de junho de 1931, Geisel retornou ao Estado, quando foi organizada uma manifestação pública para recebê-lo. Declarou que "o Rio Grande do Norte há de entrar também na verdadeira fase de regime revolucionário custasse embora a oposição e a revolta dos inacomodáveis". Asseverou que trazia da capital federal a convicção de que continuava viva a "chama revolucionária"<sup>(111)</sup>.

Logo depois, afirmando sua "incompatibilidade" com o governo de Aluísio Moura e informando haver se desligado dos compromissos assumidos com o Delegado Federal do Norte, demitiu-se dos cargos que ocupava, sendo seguido, com as mesmas declarações de motivos, pelo Tenente Paulo Cordeiro, que se afastou do comando da Polícia Militar.

Os cafeístas também se afastaram: Pedro Dias Guimarães entregou a Prefeitura de Natal e Sandoval Wanderley, a direção da Imprensa Oficial<sup>(112)</sup>.

O Interventor iniciou, então, uma "derrubada" geral dos cafeístas e outros revolucionários ainda em cargos de confiança. Demitiu o Delegado Auxiliar da capital, Edgard Homem de Siqueira; o Inspetor de Polícia Marítima, Lauro Lago (que participaria da Insurreição Comunista de novembro de 1935); e o Escrivão do 3º Cartório, Enzo Bentes de Gusmão.

No interior, os prefeitos revolucionários foram substituídos por representantes das correntes afastadas pela Revolução, ou que contavam com o seu apoio. Os prefeitos de Mossoró (Amâncio Leite) e Areia Branca (Tertuliano Ayres), velhos militantes da Aliança Liberal, ambos cafeístas, foram afastados e, em seu lugar, foram nomeadas figuras da antiga situação "decaída", respectivamente, o Cônego Amâncio Ramalho e Jorge Caminha.

O Cônego Ramalho, embora tenha participado da conspiração da Aliança Liberal, recebia apoio do jornal O Mossoroense vinculado à corrente que detivera o poder no município oesteano até 1930. Jorge Caminha também recebia apoio da facção do prefeito deposto em Areia Branca, o qual dominara a política municipal por 16 anos.

Mas foi sobretudo na recomposição do secretariado que ficou evidente a aproximação de Aluísio Moura com representantes da facção republicana no poder até 1930.

Para a Secretaria Geral, ele convocou Nestor dos Santos Lima, antigo auxiliar da administração José Augusto, que ocupara o mesmo cargo no início da Interventoria Joffily, tendo se afastado por incompatibilidade com a orientação política daquele Interventor. Para a Chefia de Polícia, indicou o juiz Régulo da Fonseca Tinôco, demitido anteriormente por Joffily. Pa

ra a Prefeitura de Natal foi nomeado o engenheiro Gentil Ferreira de Souza, da corrente liberal, filho do chefe político republicano no município de Santa Cruz. Na direção da Imprensa Oficial, colocou o historiador e folclorista Luís da Câmara Cascudo, Deputado Estadual no período pré-30, eleito às vésperas da Revolução, em chapa oficial confeccionada por Lamartine<sup>(113)</sup>.

A polarização política se deu, então, de forma clara. De um lado, o Interventor Moura, com o apoio ostensivo das chefias políticas ligadas ao Partido Republicano e a parcela majoritária dos anticafeístas da Aliança Liberal; de outro, cafeístas e tenentes.

Um expressivo contingente de militantes aliancistas da corrente liberal assumiu a defesa da permanência de Aluísio Moura: os médicos Luís Antônio, José Tavares e Mariano Coelho (este, do município de Currais Novos); os funcionários federais Augusto Bacurau (cunhado de Juarez Távora) e José de Macedo (membro da Junta Governativa que assumiria o poder a 23 de novembro de 1935); o Dr. Gentil Ferreira de Souza e outros.

A este grupo vieram somar-se chefias perrepistas tradicionais, como os "coronéis" Vivaldo Pereira e Aproniano Pereira, de Currais Novos, que ergueram sua voz em defesa de Moura.

Os partidários do Interventor levantaram a bandeira, cara ao liberalismo oligárquico, da autonomia estadual e da intocabilidade dos princípios federativos.

O jornal carioca Diário de Notícias, porta-voz habitual do círculo mais íntimo a José Augusto, e que até então oferecera um combate sem tréguas ao Tenente Aluísio Moura, mudou sintomaticamente de posição quando este começou a se aproximar

mar dos setores representativos do "antigo regime": advogou a sua permanência em nome daqueles mesmos princípios e denunciou um "complô político" contra o Rio Grande do Norte, no qual estariam inseridas as declarações do Tenente Juracy Magalhães, assessor de Távora, no sentido de que o Estado teria de acatar o nome que fosse indicado pelo Governo Federal.

No entanto dois dos mais importantes elementos da corrente liberal assumiram posição divergente em relação a seu grupo: o advogado Bruno Pereira e o jornalista Joaquim de Fontes Galvão. Ambos denunciavam o abandono da orientação revolucionária por parte de Moura e seu envolvimento por políticos da antiga "situação decaída". Mas, ao mesmo tempo em que defendiam o imperativo de dar continuidade à obra "revolucionária" (o que implicava, naquelas condições, em ditadura e centralismo), reafirmavam a questão da "autonomia estadual", opondo-se à indicação de um Interventor "estrangeiro".

O jornalista Fontes Galvão fora Secretário do Comitê Central Liberal Norte-Rio-grandense e Diretor da Imprensa Oficial na Interventoria Joffily. Em carta a Oswaldo Aranha, apontou a "obra de politicalha reacionária" do Interventor e sugeriu a nomeação do Tenente Sandoval Cavalcanti, invocando sua condição de norte-rio-grandense a fim de não submeter o Rio Grande do Norte "à humilhação de não possuir um filho que o dirija..." (114).

O advogado Bruno Pereira, lembrando em sua carta a Vargas os contactos que manteve com Oswaldo Aranha, João Neves da Fontoura e Simões Lopes (Presidente da Comissão Executiva da Aliança Liberal), denunciava a restauração da "máquina do

lamartinismo" que se estaria fazendo pela inexperiência e primarismo do Interventor, "manejado" pelo bacharel Alberto Roselli (que teria, inclusive, indicado Nestor Lima para a Secretaria Geral). Pereira, um anticafeísta e anticomunista visceral, afirmou também que os Tenentes Geisel e Cordeiro foram utilizados por Café Filho, a quem considerava comunista. Ao fim, sugeriu os nomes do Dr. Enéas Couto ou do Capitão Sandoval Cavalcanti, enfatizando sua condição de filhos da terra (115).

Moura jogou o peso da máquina governamental em favor de sua permanência: as prefeituras do interior lideravam os telegramas de solidariedade ao seu nome. A oposição denunciou a compressão da Interventoria, utilizando a autoridade de chefes políticos e delegados de polícia para angariar assinaturas de apoio; os funcionários públicos estariam sendo pressionados a aderir sob pena de demissão (116). O ex-Prefeito de Mossoró, Amâncio Leite, apontou as pressões contra o jornal Correio do Povo e o apoio do Interventor a autoridades ligadas ao "perre-pismo", como o juiz e o escrivão de seu município (117).

Para o Governo Provisório ficava evidente o afastamento do Interventor em relação ao "programa da Revolução", entendendo-se por tal afastamento a restauração da máquina política derrotada pelo Movimento de Outubro. Esta consciência, aliás, foi muito bem expressa nas cartas de Bruno Pereira e Peregrino Júnior. Este último afirmou que "não valia a pena fazer uma Revolução para entregar afinal o Estado aos mesmos homens que já eram donos dele há tanto tempo" (118).

Távora, em carta a Vargas, julgou o Interventor incapaz de dirigir o Estado sem ajuda dos elementos que demitiu. Ma

nifestou-se contrário à indicação de um político civil do próprio Estado e sugeriu os nomes de Hercolino Cascardo ou Djalma Pevit, ambos militares, ambos "estrangeiros", ambos alheios às facções políticas locais<sup>(119)</sup>. Moura tentou, por todas as formas, assegurar-se o cargo.

Além de mobilizar o apoio dos prefeitos nomeados, autoridades municipais (juizes, escrivães, delegados de polícia, todos, de certa forma, dependentes da autoridade interventorial) e velhas chefias "perrepistas", contou com a solidariedade das Associações Comerciais de Natal e Mossoró, que tradicionalmente representavam o pensamento das "classes conservadoras" (grandes proprietários de terras, comerciantes e industriais<sup>(120)</sup>). Enviou ao Rio de Janeiro, para conferenciar com Vargas, o médico Luís Antônio, o qual também se encontrou com Oswaldo Aranha e Juarez Távora.

Do Desembargador Silvino Bezerra houve uma entusiástica manifestação, em carta dirigida a Vargas, afirmando que Moura "está agora acercando-se de elementos capazes de auxiliar eficientemente a administração do Estado"<sup>(121)</sup>.

Como vimos, não era este o entendimento do Governo Provisório. Tanto Juarez como Aranha fizeram sentir a Vargas a necessidade de substituição do Interventor. Aranha, mesmo em cumprimento de missão política no Rio Grande do Sul, escreveu ao Chefe do Governo pedindo urgência na solução do caso potiguar<sup>(122)</sup>. Como sempre, nestes momentos, as diversas facções políticas se articularam para pressionar a decisão. Se os perrepistas e a ala majoritária dos liberais defendiam a continuidade do Interventor no poder, as outras correntes se dividiram. Café Filho, por exemplo, tentou articular no Rio o apoio ao no

me de Ernesto Geisel<sup>(123)</sup>. Bruno Pereira e Joaquim de Fontes Galvão bateram-se pelo nome do Capitão Sandoval Cavalcanti (po<sub>u</sub>tiguar que servia no Estado-Maior do Coronel Gões Monteiro, du<sub>u</sub>rante a Revolução) ou do Dr. Enêas Couto<sup>(124)</sup>.

Nenhuma das facções, porém, seria contemplada na esco<sub>u</sub>lha do novo Interventor. Na avaliação das correntes revolucioná<sub>u</sub>rias nacionais, a incapacidade de Aluísio Moura em se manter i<sub>u</sub>mune ao facciosismo pusera em risco a sorte da Revolução no Rio Grande do Norte. Por isso seria necessário impor um nome desliga<sub>u</sub>do desses interesses.

#### 2.5 - A Interventoria Herculino Cascardo (julho de 1931/junho de 1932)

A nomeação do Capitão-Tenente da Marinha Herculino Cascardo, para a Interventoria do Rio Grande do Norte, obedeceu à necessidade, sentida pelo Governo Provisório e o tenentismo, de garantir suas posições no Estado. Juarez Távora, alertado pe<sub>u</sub>los Tenentes Ernesto Geisel e Paulo Cordeiro, expressara a Var<sub>u</sub>gas o entendimento de que o nome a ser indicado deveria ser o de alguém completamente desvinculado das facções políticas lo<sub>u</sub>cais, capaz de retomar o programa da Revolução, abandonado pelo Interventor Aluísio Moura.

Revolucionário "histórico", líder da revolta do encou<sub>u</sub>raçado São Paulo em 1926, conspirador, figura de proa do Clube 3 de Outubro, Cascardo correspondia plenamente ao modelo de In<sub>u</sub>terventor construído pelo movimento tenentista: militar, "es<sub>u</sub>trangeiro" e neutro politicamente.

O período interventorial de Cascardo (11 de julho de

1931 a 02 de junho de 1932) assistiu ao progressivo agravamento das tensões entre os grupos que fizeram a Revolução, com destaque para os conflitos que opunham os setores tenentistas aos elementos civis das oposições oligárquicas que com eles participaram da deposição de Washington Luís.

A nível nacional, enquanto os tenentes apoiavam a continuidade do regime discricionário até a conclusão da obra de "saneamento" administrativo, político e financeiro do país, as oligarquias dissidentes propunham a imediata reconstitucionalização e assumiam a defesa da autonomia estadual - ou seja, o "direito" que cada Estado tinha de ser governado por elementos oriundos das classes dominantes locais e não por interventores "estrangeiros".

O aguçamento desses conflitos acabaria por produzir a reaproximação entre as facções oligárquicas que, em outubro de 1930, se colocavam em campos opostos. Este processo que se acentuou a partir de fins de 1931, culminou na formação da Frente Única Paulista em fevereiro de 1932 e na sua articulação com as Frentes Única Gaúcha e Mineira, para obrigar Vargas a conceder a imediata constitucionalização do País<sup>(125)</sup>.

O empastelamento do jornal constitucionalista Diário Carioca, a 24 de fevereiro de 1932, por elementos do Clube 3 de Outubro do Rio de Janeiro, ocasionou o afastamento de representantes dos Partidos Libertador e Republicano gaúchos do Ministério, e tornou inevitável o confronto entre as Frentes Únicas e o próprio Vargas. A principal exigência das Frentes era o inquérito e a punição dos culpados pelo atentado e a convocação de eleições para a Constituinte até o final do ano<sup>(126)</sup>.

A Interventoria Cascardo sofreu a influência direta de todos estes acontecimentos. Ao assumir, o Interventor encontrou um clima ainda convulsionado pelas disputas que marcaram as últimas interventorias e enfrentou a hostilidade ao nome imposto de fora (a campanha pela permanência de Aluísio Moura, como se viu. levantara a bandeira da autonomia estadual). Ainda no Rio de Janeiro Cascardo iniciou um intenso processo de consultas e negociações, envolvendo todas as correntes, antes de montar sua equipe administrativa. A missão que recebeu de Vargas foi a de "aplacar dissensões". Para isso, estabeleceu como objetivo governar "alheio às competições políticas", à margem dos grupos e facções, priorizando as questões de administração e os interesses do Estado. Esclareceu, no entanto, que asseguraria liberdade a todas as correntes políticas para fazerem a sua propaganda. Outro compromisso que assumiu neste primeiro momento foi o de não provocar "derrubadas".

A composição de sua equipe de governo incluía, de um lado, antigos dirigentes políticos, intelectuais e altos funcionários afastados da política militante e, de outro, representantes do tenentismo. No primeiro caso podia-se incluir o Dr. Antônio de Souza, nomeado para o cargo de Secretário Geral. O Dr. Souza fora governador na Primeira República por duas vezes. A primeira, em 1904-1906, e a segunda, em 1920-1924. Tomou atitudes independentes, como o apoio à "Reação Republicana" de Nilo Peçanha, nas eleições presidenciais de 1922, em dissonância com a postura dos setores dominantes do Partido Republicano local. Após sua saída do governo, Souza não voltou a se envolver em política, ficando marginalizado nas administrações José Augusto e Lamartine. Era autor de vários romances, editados sob o pseudônimo de

Policargo Feitosa.

Também se incluíam nessa primeira categoria os Desembargadores Felipe Guerra, um profundo conhecedor do fenômeno das secas, com vários livros publicados sobre o assunto, convidado para o Departamento de Educação, e Sinval Moreira Dias, designado para a chefia da Segurança Pública. Ambos eram considerados apolíticos.

O Diretor da Fazenda era o Dr. Augusto Leopoldo Raposo da Câmara, Deputado Federal pela oposição aos Maranhão em 1912, Vice-Governador de José Augusto (1924-1927), também marginalizado logo depois.

No tenentismo, destacavam-se o Comandante da Polícia Militar, Capitão do Exército Sandoval Cavalcanti (anteriormente cogitado para a Interventoria) e o jornalista Joaquim de Fontes Galvão, que participaria mais tarde da Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Norte.

No entanto, seriam conservados alguns nomes indicados anteriormente por Aluísio Moura, como o engenheiro Gentil Ferreira de Souza, na Prefeitura de Natal, da corrente liberal, mas filho de conhecido chefe perrepista no município de Santa Cruz; o médico Adolfo Ramires, na Saúde Pública (logo depois substituído por um médico carioca); além de Paulo Fernandes, industrial salineiro, adversário dos cafeístas, na Prefeitura de Mossoró.

A corrente cafeísta não foi contemplada com nenhum cargo e continuou afastada da Prefeitura de Mossoró, seu principal reduto no interior. Cascardo interessou-se em manter Café Filho "a margem do governo", mas sem criar uma área de atrito

com o cafeísmo; o que parece ter conseguido<sup>(127)</sup>.

O acordo com o cafeísmo talvez tenha sido o lance mais importante de Cascardo nesse primeiro momento, vez que não implicava nem exclusão, nem incorporação desta facção, afastando os focos mais óbvios de tensão. Por outro lado, sua promessa de assegurar liberdade política a todas as correntes era um elemento de novidade que também contribuía para reduzir as tensões.

Estava "aplainado" o terreno da política e o Interventor podia iniciar a sua obra com uma avaliação otimista<sup>(128)</sup>.

#### 2.5.1 - A ação do Interventor Cascardo na área econômico-administrativa

Obtida a "pacificação" inicial, Cascardo podia dar seguimento ao seu objetivo de deslocar o foco da política para as questões administrativas e econômicas, que passaram a ocupar um espaço relativamente grande em seu discurso.

A necessidade de controlar o déficit público, tornado crônico no velho regime, avultava como um dos problemas mais importantes da administração. Analisando a evolução da receita e despesa entre os anos de 1911 e 1930, tomando o primeiro ano como base, LIMA e TAKEYA constataam que a receita aumentou em 251%, e a despesa, em 270%. E observam que, se nos anos vinte a receita sofreu o impacto positivo do "aumento da produção agrícola (algodão, carnaúba, etc.)" e da criação de novos impostos, ocorreu também o aumento dos encargos assumidos pelo aparelho governamental para atender às próprias necessidades da agricultura em expansão, assim como para fazer face à instabilidade

financeira decorrente de acidentes climáticos e de concessões clientelísticas do Estado aos aliados políticos<sup>(129)</sup>.

Ao ascender ao poder, tenentes e oposições oligárquicas fizeram a denúncia do "regime de déficits" e assumiram o compromisso público de realizar o saneamento financeiro. A administração Lamartine deixara o pagamento do funcionalismo em atraso de mais de oito meses, além de débitos em apólices e aos fornecedores do Estado, para não falar da dívida externa de oito milhões de francos<sup>(130)</sup>.

Cascardo propôs a redução das despesas, com o enxugamento da máquina administrativa e a racionalização do mecanismo arrecadador. Neste sentido tomou algumas medidas concretas: reduziu o efetivo policial, transformando o Regimento Policial Militar em Batalhão; demitiu funcionários; extinguiu serviços; cortou salários<sup>(131)</sup>.

Na área fiscal pensava em reforma tributária; de imediato, encaminhou providências para impedir a evasão de mercadorias pelas fronteiras do Estado sem o pagamento dos respectivos impostos e atendendo a este objetivo firmou um acordo de cooperação fiscal com a Paraíba<sup>(132)</sup>.

O superávit alcançando ao final de 1931 permitiu saldar o atraso com o funcionalismo e parte da dívida interna<sup>(133)</sup>. Isto autorizou Cascardo a fazer um confronto entre as administrações tenentistas e as administrações civis, apontando que, enquanto os Estados do Norte - governados em sua maioria por militares - reduziram suas dívidas em mais de dez mil contos, a administração mineira (civil) ampliou a sua<sup>(134)</sup>. Como resultado desta orientação administrativa foi possível, ainda nesta

Interventoria, realizar o pagamento dos débitos referentes à divida interna, além de deixar-se um saldo de quase mil contos no Tesouro<sup>(135)</sup>.

Na área da infra-estrutura as atenções do Interventor voltaram-se, sobretudo, para a questão dos transportes. As principais ferrovias do Rio Grande do Norte, cujas obras vinham se arrastando há longas décadas, estavam inconclusas, dependendo de recursos do Governo Federal. A Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, que ligava Natal aos municípios da região do Seridó, e a Estrada de Ferro de Mossoró, que deveria interligar esta cidade aos sertões de três Estados (além do Rio Grande do Norte, a Paraíba e o Ceará), eram velhas aspirações dos rio-grandenses-do-norte.

Em março de 1932 Vargas autorizou, pelo Decreto nº 21.183, o prolongamento da Estrada de Ferro de Mossoró até o distrito de Boa Esperança (atual município de Antônio Martins), na zona Oeste potiguar<sup>(136)</sup>. Os trabalhos de prolongamento da Estrada foram imediatamente iniciados, em fins de fevereiro, ou seja, antes mesmo do decreto governamental, em vista dos problemas criados pela seca, multiplicando as levas dos "sem-trabalho" que perambulavam pelos sertões. Em pouco tempo perto de mil homens estavam envolvidos nas obras<sup>(137)</sup>.

Com relação aos portos existentes no Estado (Natal, Macau e Areia Branca) todos necessitavam de, entre outros serviços, desobstrução das respectivas barras para permitir o acesso de navios de maior porte. O Porto de Areia Branca, em particular, por ser o principal escoadouro da produção salineira (e de outras mercadorias de grande parte dos sertões nordestinos)

era objeto de maior atenção. Na viagem que fez ao Rio de Janeiro, entre os meses de setembro e outubro de 1931, Cascardo tentou conseguir recursos para fixação das dunas do Porto, cujos problemas persistiriam até a construção do Porto-Ilha nos anos 60 (138).

Pouco depois de assumir a Interventoria, no início de agosto de 1931, Herculino Cascardo apresentou a idéia de criação de uma Bolsa do Algodão. Advertiu que o projeto era "isento de qualquer intensão de financiamento ou de valorização" e que objetivava apenas facilitar o "comércio entre compradores e vendedores daquelle producto" (139). Não há indícios posteriores de que a proposta tenha sido concretizada. Isso revela o relativo desconhecimento de Cascardo sobre a realidade sócio-econômica da região e do Estado. O algodão no Rio Grande do Norte era em grande medida cultivado por pequenos lavradores não-proprietários; moradores "de condição" ou arrendatários; sua relação com o proprietário de terras estava marcada pela dependência pessoal. TAKEYA, analisando as relações de trabalho na cotonicultura potiguar, afirma:

*"No Rio Grande do Norte (...) a mais generalizada era o regime de meia, mediante a qual, de todo o algodão plantado, tratado e colhido pelo lavrador, metade era apropriado pelo proprietário, como pagamento pelo direito de utilização de suas terras, e metade pertencia ao lavrador"* (140).

E, em seguida, define essa relação como "uma forma de arrendamento amonetário" (141).

Algumas páginas adiante esclarece:

"O algodão cultivado pelos lavradores, fossem eles meeiros ou moradores de condição, era, não raro, obrigatoriamente vendido ao proprietário das terras, por preço inferior ao que ele venderia mais tarde". (142),

Por sua vez, o proprietário vendia o algodão à casa exportadora, geralmente estabelecida na capital ou em Mossoró, mas com agentes espalhados por todo o interior. Não mais que meia dúzia de grandes empresários controlava a comercialização do algodão potiguar nos anos 30, mantendo, com os grandes proprietários, laços comerciais e financeiros.

Portanto, à estrutura produtiva do complexo latifúndio-minifúndio, com segmentação da produção em pequenos cultivos por lavradores submetidos a várias formas de coerção extra-econômica, sujeitos à venda "na folha" e/ou à prestação de serviços gratuitos, correspondia uma estrutura de comercialização monopolizada por grandes firmas, que faziam a intermediação com o capital financeiro internacional ou nacional<sup>(143)</sup>. As próprias condições econômico-sociais, assim, inviabilizavam o funcionamento da "Bolsa do Algodão", que, ao que parece, ficou restrita aos limites do discurso oficial.

Ainda a propósito de algodão o Interventor manifestou sua preocupação com a hibridação de tipos, propondo ao Ministério da Agricultura a abertura de uma estação de sementes e de campos de cooperação para permitir a melhoria da qualidade do algodão e a difusão de técnicas modernas de cultivo. Outra preocupação dizia respeito ao crédito para o pequeno agricultor, através da reativação das caixas rurais, o que no entanto, só ocorreria em 1933, na administração Bertino Dutra<sup>(144)</sup>.

A questão do sal também mobilizou o interesse do Interventor, pois o Rio Grande do Norte possuía o maior parque sa lineiro do Brasil. Segundo estimativas da época, a exportação anual atingia a casa das 250.000 toneladas<sup>(145)</sup>. O principal mercado consumidor era constituído pelas charqueadas do Rio Grande do Sul, onde era utilizado na salga das carnes. Algumas grandes empresas, de capital nacional (com sede no Centro-Sul) ou internacional, dominavam a produção, o transporte e a comercialização do produto, em alguns casos em associação com os empresários locais mais fortes<sup>(146)</sup>. Cascardo preocupava-se com três problemas quanto ao sal, naquele momento: 1) o da qualidade do produto, questionada pelos charqueadores; 2) a barra de Areia Branca, principal escoadouro, cuja desobstrução era necessária para tornar mais rápido e fácil o transporte; 3) o monopólio da produção e comercialização por grandes empresas, que marginalizava os pequenos e médios produtores locais.

Quanto ao primeiro problema, ele solicitou o empenho de Oswaldo Aranha junto ao Ministério da Agricultura no sentido de enviar técnicos para realizar a análise do sal, a fim de enfrentar o "desafio dos xarqueadores"<sup>(147)</sup>. Esta pendência, entretanto, se arrastaria por vários anos. Quanto ao segundo problema, Cascardo tentaria conseguir, em sua viagem de setembro de 1931 ao Rio, recursos para fixação das dunas. Era uma solução provisória, precária, e o problema só seria resolvido em definitivo com a construção do porto-ilha várias décadas depois. O terceiro problema ele tentou enfrentar propondo a formação de um Sindicato do Sal, para cuidar da comercialização e determinar cotas para cada produtor. Em setembro e outubro de 1931, no Rio de Janeiro, fez contactos com os grandes produtores e anun

ciou que a idéia encontrou receptividade positiva<sup>(148)</sup>. Em seguida, informou que o Sindicato dependia apenas de um acordo entre as firmas Pereira Carneiro e Wilson Sons sobre cotas de distribuição<sup>(149)</sup>.

O Sindicato do Sal, entretanto, seria mais uma tentativa frustrada. Um analista da época, escrevendo sobre o assunto no jornal Correio do Povo, denunciava o monopólio dos grandes produtores como o principal entrave à criação do Sindicato. Dispondo de armazéns e frotas mercantes, eles dificultavam o acesso dos pequenos produtores aos mercados, contando com a cumplicidade da empresa estatal de cabotagem, Loyde, que obstava a concessão de vapores para o transporte. O autor propôs, então, um acordo entre os pequenos, com seu próprio Sindicato, para enviar seu produto diretamente aos mercados do Sul, estabelecendo armazéns no Rio, Santos e Porto Alegre, arrendando vapor e defendendo os preços das manobras baixistas das grandes companhias<sup>(150)</sup>.

#### 2.5.2 - A seca de 1932

Em 1931 a estiagem já se anunciava. Em outubro deste ano Vargas e José Américo comunicavam a abertura de um crédito de três mil contos para combater as secas no Nordeste. Estes, José Américo informava destinar mil contos ao Rio Grande do Norte, para intensificar trabalhos anteriormente iniciados: estradas de rodagem e açudes na região sertaneja<sup>(151)</sup>. Pelo Decreto nº 158, de 14 de novembro de 1931, o Interventor estabeleceu um convênio entre o Estado, a Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS) e diversas prefeituras, para abertura de poços

tubulares em Mossoró, Areia Branca, Angicos e Açú e autorizou a Prefeitura de Mossoró a abrir 50 km de uma estrada carroçável até a Serra do Carmo<sup>(152)</sup>.

Mas o fato é que a estiagem só assumiu proporções realmente dramáticas a partir de 1932. Ondas de flagelados invadiam as cidades e saqueavam o comércio<sup>(153)</sup>. Prefeitos, associações comerciais, sindicatos de trabalhadores e autoridades locais dirigiam mensagens aflitas aos governos do Estado e Federal, suplicando ajuda.

Apesar da política de contenção dos gastos públicos seguida naquele momento pelo Governo Provisório, em observação às recomendações do Relatório Niemeyer, foram abertos créditos especiais para enfrentar a calamidade, e o Ministro da Viação veio pessoalmente ao Nordeste supervisionar a ajuda. Por essa época anunciou-se a intenção dos Ministérios da Viação e Agricultura em transferir flagelados nordestinos para campos agrícolas no Maranhão, Pará e Piauí<sup>(154)</sup>. E efetivamente, o Ministro José Américo, em comunicação feita do Ceará ao Presidente Vargas, após reconhecer a calamidade que, segundo suas palavras, desorganizou a economia da região e deixou sem trabalho um terço de sua população, informava, entre outras providências, que tinha embarcado 500 retirantes para o Pará e estaria enviando outros 1.000 no dia seguinte ao mesmo destino, usando recursos do crédito das secas para implantar a colonização naqueles Estados<sup>(155)</sup>.

Essa medida representava uma dupla ameaça para a classe dominante regional. No imediato, canalizava verbas que já estavam destinadas à região para outras áreas. Por outro lado, superada a estiagem, esta sangria de homens representaria escas

sez de força de trabalho e de votos, essenciais à reprodução das estruturas de dominação aos níveis econômico, político e social.

O problema do êxodo da mão-de-obra, principalmente em épocas de seca, não era novo e já preocupara os governantes durante todo o período da República Velha, levando-os a adotarem medidas destinadas a contê-lo<sup>(156)</sup>. No quadriênio Campos Sales (1898-1902), o governo federal pretendeu financiar o deslocamento de flagelados cearenses para o Sul do País, gerando grande oposição<sup>(157)</sup>.

Como seria de se esperar houve reação contra o êxodo forçado. Um artigo no jornal oficial qualificou a resolução de "exportar flagelados" como medida "impatriótica", que "enfraquecerá a nossa agricultura, o nosso comércio, aumentará a carestia de tudo, com a falta absoluta de produção e de consumo"<sup>(158)</sup>. O Interventor Interino, Dr. Souza, expôs ao próprio José Américo seu ponto de vista contrário à medida, obtendo a concordância deste<sup>(159)</sup>.

Percorrendo o interior do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, o Ministro determinou o início ou intensificação de uma série de obras e assegurou providências para impedir a "debandada" de flagelados para as regiões urbanas. As Estradas de Ferro Central e Mossoró, que penetravam a zona da seca, tiveram em maio de 1932 os seus trabalhos reativados, assim como rodovias (entre outras, a Mossoró-Açú e a Parelhas-Currais Novos no Seridó), açudes e poços. Uma estimativa do 2º Distrito da Inspeção Federal de Obras contra as Secas - IFOCS, com jurisdição no Estado, apontava 10.000 operários envolvidos nas obras de emergência. Essa estimativa, no entanto, computou apenas os ho

mens mobilizados nas obras dos açudes Itans e Morcego e nas rodovias Currais Novos-Entroncamento e Mossorô-Açú<sup>(160)</sup>. Se se levasse em conta os operários empregados na Estrada de Ferro Mossorô (2.500 aproximadamente, embora outras estimativas, menos realistas, falassem em 10.000), na Estrada de Ferro Central (3.700, também aproximadamente) e em açudes públicos, em obras na capital e em açudes particulares (por força de convênio União-proprietários), o número seria bem mais avultado.

### 2.5.3 - A ação política de Cascardo

Ao lado de propostas na área econômica em que tentava enfrentar problemas cruciais à reprodução do capital (escoamento e comercialização do sal, qualidade do algodão, combate às secas, transportes, etc.) e mobilizar atenções, Cascardo procurou implementar um projeto político que foi percebido como ameaça às estruturas de dominação.

Para entender sua ação política no Estado é necessário apreender a forma como ele se situava entre as correntes revolucionárias da época e como traduziu concretamente o "espírito revolucionário" para a realidade estadual. Definindo-se, explicitamente, como membro das "esquerdas", ele estava identificado com a corrente tenentista, opondo-se, portanto, naquele momento, à outra corrente revolucionária, as oligarquias dissidentes.

O conflito envolvia, em termos imediatos, a questão da futura reconstitucionalização do País, com os tenentes exigindo o seu adiamento "sine die", até o cumprimento do programa revolucionário, e as oligarquias agrupadas nos velhos partidos exi

gindo sem demora a convocação da Constituinte.

Obviamente, sob este conflito "conjuntural" existia um pano de fundo ideológico e político. O apoliticismo (aparente) dos tenentes recobria a necessidade de manter afastados dos centros decisórios os "políticos tradicionais", tecnicizando a política e conferindo ao Estado um caráter arbitral, supostamente acima dos conflitos de classes. Isto exigiria um aparelho de Estado controlado por burocratas militares e técnicos civis.

Já a postura das oligarquias dissidentes usava da sua fidelidade ao ideário liberal, na forma como o definia SOUZA em seu clássico estudo<sup>(161)</sup>, e apontava a necessidade de recompor máquinas políticas assentadas nas relações de dependência radicadas na grande propriedade latifundiária e no clientelismo de Estado.

A segunda metade de 1931 e a primeira de 1932 assistiram à agudização do conflito entre as duas correntes, a nível nacional. Na medida em que a frente revolucionária se esfacelava, os representantes da "política tradicional", divididos em 30, se reaproximavam, constituindo no início de 1932 as Frentes Únicas para levar a luta comum pela reconstitucionalização, mobilizando para isso as massas urbanas, principalmente as classes médias, e lançando mão do sentimento regionalista.

Apesar de o Governo Provisório ter adotado medidas jurídico-legais encaminhando a restauração da ordem constitucional - como a promulgação do novo Código Eleitoral pelo Decreto nº 20.076, de 24.03.1932, e a fixação da data das eleições para 3 de maio de 1933 (Decreto nº 21.402, de 14.05.1932) - havia dados que contraditavam essa disposição: 1º) a inarredável postu

ra dos tenentes na defesa do "status quo", da continuidade da situação de arbítrio; 2º) a posição influente que os mais destacados próceres do tenentismo continuavam a desfrutar no seio do aparelho governamental. Após o empastelamento, no Rio de Janeiro, do jornal constitucionalista Diário Carioca, por elementos ligados ao Clube 3 de Outubro e a decorrente crise ministerial, com a saída do governo de líderes dos Partidos Libertador e Republicano gaúchos, a atmosfera política entraria em ebulição, sem que as tentativas conciliatórias pudessem evitar o desfecho da guerra civil paulista, em julho de 1932.

Ao lado dessas cisões mais amplas é preciso acrescentar as divisões que perpassavam o próprio movimento tenentista e seu principal instrumento político, o Clube 3 de Outubro, com prometendo sua coesão e eficácia políticas. Segundo a análise de CARVALHO, o Exército, no início dos anos 30, estava dividido entre intervencionistas reformistas e neutralistas ou profissionalizantes: os primeiros, representados principalmente por oficiais subalternos, os tenentes do Clube 3 de Outubro, adeptos da politização do Exército e defensores de reformas sociais; os segundos, representados por oficiais defensores do princípio da hierarquia, da coesão da corporação e do afastamento em relação à política.

Para CARVALHO, a evolução dos fatos políticos nos anos 30 tornou inviável, no seio das forças armadas, a manutenção de posições neutralistas ou do intervencionismo reformista. Foi surgindo uma terceira posição que preservava o princípio de hierarquia e a coesão organizacional, incorporando o intervencionismo e modificando seu conteúdo de reforma social: o intervencionismo controlador.

Este processo esvaziaria progressivamente o Clube 3

de Outubro e a ação autônoma do tenentismo, afirmando a hegemonia da nova liderança militar que emergiu da Revolução, o grupo de oficiais que ascendeu ao generalato no pós-30<sup>(162)</sup>.

Cascardo era um representante típico do intervencionismo reformista, que sofreria um processo acentuado de marginalização a partir de 1932. Sua passagem pela Interventoria do Rio Grande do Norte refletiu precisamente esse drama.

#### 2.5.4 - A reafirmação de alguns princípios

Como já afirmamos um pouco acima, logo em suas primeiras manifestações, em discursos ou declarações à imprensa, o Interventor enunciou sua intenção de situar-se à margem das facções políticas estaduais. Pretendia governar "sem fazer política"<sup>(163)</sup>. Neste sentido, sua preocupação fundamental era manter-se equidistante das duas principais correntes em luta, cafeístas e perrepistas, evitando um envolvimento que tinha sido a principal causa de agitações políticas nas interventorias Jofily e Aluísio Moura. Este objetivo foi em grande medida alcançado, inicialmente, com a escolha de um secretariado "apolítico".

Tal princípio vai ser reafirmado em outras ocasiões. Em viagem ao Rio de Janeiro, no mês de setembro de 1931, entrevistado pelos Diários Associados, afirmou que administrava "sem preocupações políticas, com a colaboração dos representantes de todas as facções"<sup>(164)</sup>. E, mais tarde, diria que seu "governo tem estado alheio às competições partidárias"<sup>(165)</sup>. Para reforçar esta orientação procurou deslocar as atenções da política para as questões administrativas e econômicas.

Também manifestou sua preocupação com os trabalhadores e o propósito de realizar a reforma agrária através do imposto territorial. Na área econômica voltou-se para as questões do algodão, sal, estradas de ferro e combate às secas<sup>(166)</sup>. No discurso de posse ressaltou sua fidelidade ao programa revolucionário, a necessidade de distribuir justiça e ter critério com o dinheiro público e o fomento às atividades econômicas<sup>(167)</sup>.

Em dezembro de 1931, expôs de forma mais detalhada seu programa: dar eficiência ao aparelho administrativo; punir os atos lesivos dos agentes das administrações anteriores; dar garantias à justiça, tornando-a barata, rápida e ao alcance das "classes mais desprotegidas"; fomentar a economia; combater a malária e reorganizar os serviços de saúde; criar um ambiente de ordem e trabalho<sup>(168)</sup>. No entretanto, a continuidade da seca exigiu a atenção permanente do governo, e a eclosão de um surto de malária em Natal, com alto índice de mortalidade, induziu o Interventor a substituir o Diretor da Saúde Pública por um médico carioca, especialista em doenças tropicais, que concebeu um plano geral de combate à epidemia e reorganizou os serviços de saúde, dando prioridade às condições sanitárias e às doenças de massa<sup>(169)</sup>.

Em várias ocasiões o Interventor manifestaria sua inquietação face aos rumos da política federal e seus efeitos sobre a administração local. No início de 1932, sugeriu ao Ministro Oswaldo Aranha um Congresso de Interventores no Rio de Janeiro para tratar de um plano geral de administração. Justificou a sugestão pelo fato de o Código dos Interventores não estar sendo cumprido na prática. Introduziu no Rio Grande do Norte uma série de medidas previstas no Código, mas não imple

mentadas na maioria dos Estados, como, por exemplo, a quota de sacrifício ao funcionalismo (imposto progressivo sobre salários), a reforma da polícia e o imposto territorial progressivo, só adotado no Rio Grande do Norte e em Santa Catarina<sup>(170)</sup>.

De um ponto de vista mais amplo, essas diretrizes estavam em acordo com a visão mais geral do tenentismo e a ela se subordinavam. Antes de tudo, isto significava "desmontar" as máquinas políticas das oligarquias, para o que era necessário prolongar a ditadura, centralizar as diretivas político-administrativas, estimular a organização das "classes", manter a "neutralidade" em relação às facções políticas. Isto implicava numa certa militarização da política, mas não eximiria os "tenentes" de fazer também a sua "politicalha", como observará aguda e humoradamente SANTA ROSA<sup>(171)</sup>.

O neutralismo e a visão arbitral estavam, portanto, aqui presentes no discurso de Cascardo, como um componente essencial da ideologia tenentista, traduzindo a percepção enviesada que tinham de seu papel político esses agentes do aparelho de Estado.

Por certo, Cascardo repudiava a acusação de militarismo, brandida pela oposição liberal, fazendo profissão de fé republicana<sup>(172)</sup> e dizendo-se contrário ao predomínio da "classe militar"<sup>(173)</sup>. No entanto a própria forma como ele confrontava as administrações militares dos Estados do "Norte" com as administrações civis de outros Estados, mostrando a superioridade em bloco das primeiras sobre as últimas, traía claramente a prevenção militarista<sup>(174)</sup>. Da mesma forma a sua afirmação de que a Constituinte traria consigo a instituição de "governos fracos", "sujeitos às injunções partidárias", denunciava elementos de uma visão autoritária da política<sup>(175)</sup>.

As diretrizes mais estritamente administrativas, tais como sanear as finanças, reduzir o déficit público, reorganizar o aparelho fiscal, aumentar as receitas, cortar despesas e reduzir o funcionalismo, obedeciam por um lado ao propósito de moralização e decorriam da crítica dos tenentes e da oposição liberal à decomposição e corrupção do velho regime; mas, por outro lado, esta política também tinha a ver com os efeitos da crise do capitalismo agro-exportador num contexto de depressão mundial, obrigando o governo central a, num primeiro momento, efetivar medidas de contenção dos gastos. Acrescente-se, no caso específico do Rio Grande do Norte, a seca, que deprimiu violentamente as receitas de exportação do algodão, principal fonte de arrecadação fiscal.

#### 2.5.5 - Algumas medidas inovadoras: imposto territorial e reforma do judiciário

Dar autonomia ao judiciário, libertando-o das imposições do executivo e das chefias políticas, era um dos postulados do tenentismo como medida para limitar o poder oligárquico. Um dos primeiros atos de Cascardo na interventoria foi criar uma comissão de juristas, cujo relator foi o Dr. Memetério Fernandes, para elaborar um anteprojeto de reforma do judiciário estadual. A reforma teria como objetivos conferir autonomia à magistratura e prover justiça mais rápida, barata, melhor distribuída e menos onerosa<sup>(176)</sup>.

A 24 de outubro de 1931, o Interventor baixou o Decreto nº 154, reorganizando o judiciário estadual<sup>(177)</sup>. Pela nova lei, que entraria em vigor a partir de 12 de novembro, o ingres

so na magistratura e a promoção a desembargador far-se-iam por nomeação do Superior Tribunal de Justiça do Estado, composto por nove membros. No caso dos juizes de comarca, a escolha seria feita por escrutínio secreto. Os cargos de Procurador Geral (indicado entre os desembargadores) e de Promotor Público seriam de nomeação do poder executivo.

Ficavam restabelecidos o instituto da conciliação (a chamada justiça dos pobres), a cargo de juizes distritais (espécie de juizes de paz), e o processo verbal para causas até 500 mil réis<sup>(178)</sup>. O Rio Grande do Norte foi o primeiro Estado a fazer a reforma do judiciário sob o novo regime<sup>(179)</sup>.

Não faltaram encômios por parte da imprensa mais conservadora. Eloy de Souza, velho parlamentar do Partido Republicano local, em artigo no Diário de Natal, parabenizou o Interventor por ter retirado do executivo a competência para nomear magistrados<sup>(180)</sup>. Outro jornal da mesma linha ideológica, O Mosoroense, asseverou que Cascardo fazia ao Tribunal "a reparação mais significativa às graves injustiças de que foi vítima, em meses passados, pelos que se diziam arautos de uma nova orientação no nosso país". E alinhou a avaliação feita pelo Procurador Geral da República e pelo Ministro Oswaldo Aranha ao novo estatuto<sup>(181)</sup>.

Posteriormente o Interventor Bertino Dutra, sucessor de Cascardo, revogaria o Decreto nº 154, restabelecendo o controle do executivo sobre o judiciário. Na avaliação do Capitão Bertino Dutra, a reforma contava-se entre os fatores que haviam favorecido a vitória das "oligarquias" nas eleições de 3 de maio de 1933. Ao dar independência à magistratura, esta pôde manipular o alistamento eleitoral em favor da facção zê-augus

tista sem que o Interventor pudesse interferir. Assim, se um dos objetivos era subtrair os magistrados da influência dos poderes locais, o que se conseguiu foi apenas reforçar essa mesma influência, não obstante a reforma tivesse outros aspectos progressistas, como o instituto da conciliação e o processo verbal para pequenas causas.

Outra reforma polêmica da administração Cascardo foi a que se referia ao imposto territorial, a qual provocou intensa reação da imprensa oposicionista. O imposto territorial no Rio Grande do Norte, como medida legislativa, não era novidade. O governador José Augusto havia instituído sua cobrança através da Lei nº 659, de 25 de outubro de 1927. A medida permaneceu, entretanto, no papel.

Ao promulgar o Decreto nº 183, em 23 de dezembro de 1931, que reformulou a cobrança do imposto territorial no Estado, Cascardo cumpria, ao mesmo tempo, promessa feita ao assumir a interventoria e colocava-se em acordo com as proposições do Clube 3 de Outubro neste sentido.

CAMARGO, analisando o enfoque da questão agrária no programa do Clube, diz que ele se faz

*"sob a inspiração provável de Alberto Torres, que, décadas antes, vira na monocultura exportadora e no baixo aproveitamento da terra a origem de nossos males..."*.

E, mais adiante:

*"Diz o programa, no mesmo espírito com que o fez Rebouças, no passado, que deve o governo: 'reduzir ao mínimo possível todas as formas de latifúndio'..."*.

Em seguida acrescentava: "A filosofia do programa tem como contrapartida da limitação dos latifúndios o estímulo à formação e à manutenção da pequena propriedade rural..."

Prevenindo-se contra as reações que pudessem ver nessa postura um ataque ao direito de propriedade, "o Clube 3 de Outubro realça a intenção de respeitá-lo, desde que isso não venha a favorecer o 'parasitismo negociasta, insaciável e dissimulado'..." (182).

É interessante perceber como, linha por linha, toda a argumentação do Interventor e do jornal oficial em defesa do novo imposto territorial foi calcada nos mesmos pontos, com um detalhe interessante: isto se deu antes da publicação do "Esboço do programa..." analisado por CAMARGO.

Defendendo a nova tributação agrícola, o editorial do jornal A República afirmou que a Revolução não podia se limitar "a simples reformas burocráticas". Invocou-se a autoridade do próprio Presidente Vargas para concluir que o "combate ao latifúndio" tinha como objetivo "o completo desenvolvimento de nossas riquezas agrícolas".

Colocando-se no ângulo da defesa dos interesses do país e da necessidade do aumento da produção, o editorial propugnava a repartição das terras "por arrendamento ou módica indenização" e negava que houvesse "ameaça à propriedade privada" (183).

Por essa época a imprensa deu notícia de conflitos envolvendo questões de terras e a Interventoria fez publicar nota oficial na qual, por ter recebido inúmeras queixas denunciando a turbação de posses ocupadas pacificamente, chamava a atenção dos posseiros para o Artigo 502 do Código Civil, que lhes conferia o direito de resistir, inclusive pela força (184). Na localidade de Coqueiros, em Mossoró, um grupo de posseiros

localizado em área de terras devolutas denunciou ao Interventor o cercamento de suas posses, tendo este determinado garantias policiais até que houvesse demarcação judicial ou amigãvel<sup>(185)</sup>.

O objetivo pretendido pela Interventoria ao promulgar o decreto era promover a redistribuição das terras e substituir progressivamente o imposto de exportação. O imposto recaia exclusivamente sobre as terras, incidindo sobre o seu valor corrente e atingindo em dobro as consideradas inexploradas. Em cada município "serão criados Conselhos do Imposto Territorial, constituídos pelo Administrador da Mesa de Rendas ou o Agente Fiscal, pelo Prefeito do município e por três contribuintes"<sup>(186)</sup>.

A partir daí travou-se uma verdadeira batalha entre o jornal oficial e a imprensa de oposição<sup>(187)</sup> em torno do novo imposto. Para a oposição, em resumo, o imposto obedecia a inspirações comunistas e era impraticável; argumentava-se, includive, que no Rio Grande do Norte não existiam latifúndios.

O jornal A República assumiu a defesa da nova tributação de forma didática. Comparou-o com a velha legislação do imposto territorial, a Lei nº 659, de 1927 (época do governo José Augusto), mostrando os avanços alcançados. Enquanto a Lei nº 659 estabelecia um índice único de taxaçao, 0,25% sobre o valor das terras e "fixava em 6\$000 anuais o imposto mínimo para qualquer propriedade, por menor que fosse..."<sup>(188)</sup>, a nova legislaçao, além de tomar por base o valor venal das terras, levava em conta a dimensão e o grau de utilização da propriedade, sobretaxando as áreas consideradas improdutivas. Dessa forma os terrenos até 100 hectares estavam sujeitos a uma taxaçao de 0,50% sobre o seu valor; até 500 hectares a taxa era de 0,60%; até

1.000 hectares aumentava para 0,70% e, a partir daí, por cada 1.000 hectares a mais, acrescentava-se mais 0,10%. As áreas improdutivas, no entanto, eram taxadas pelo dobro da tabela<sup>(189)</sup>. Além do mais, à medida que crescessem as rendas do novo imposto, este iria substituindo paulatinamente o imposto de exportação, principal fonte de renda do erário estadual.

Os articulistas de A República procuravam sobretudo ressaltar as implicações econômico-sociais, e não apenas financeiras, da nova tributação. No auge do entusiasmo chegou-se a falar até mesmo em "revolução agrária" ou, mais moderadamente, embora de forma não menos entusiástica, em "reforma agrária". Esperava-se, entre os seus efeitos, que se produzisse o parcelamento da propriedade do solo.

É evidente que Cascardo e aqueles colaboradores mais identificados com sua perspectiva (entre os quais se incluía o jornalista Fontes Galvão, diretor de A República) esperavam da nova tributação resultados transcendentais - nada menos que o reordenamento da estrutura agrária com a disseminação da pequena propriedade e todas as implicações sociais e políticas que isto teria.

O "capitalismo estéril" deveria produzir ou ceder lugar ao pequeno agricultor. Em entrevista ao jornal A Batalha, do Rio, Cascardo afirmou que, com o imposto territorial, dentro de dez anos ninguém iria possuir mais de 10 léguas de terras no Estado, e prevaleceria o regime da pequena propriedade<sup>(190)</sup>.

Diante da intensa crítica da oposição, o jornal procurou apaziguar a opinião conservadora. Ressalvava-se, como sempre, o respeito ao direito de propriedade, que, aliás, não era questionado nos pressupostos ou nas consequências da legisla-

ção. Invocava-se, freqüentemente, o testemunho de "autoridades", sobretudo do passado. O Visconde de Taunai, o Barão de Cotegipe, o Dr. Veiga Filho (antigo catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo), eram abundantemente citados em estudos, artigos e pareceres, nos quais se apontava o caráter economicamente contraproducente e socialmente injusto do latifúndio e as implicações positivas do imposto territorial, promovendo o aumento e a diversificação da produção agrícola e a subdivisão da propriedade do solo. Em longa série de artigos, o editorialista de A República polemizou com Bruno Pereira (A Tarde), Eloy de Souza (Diário de Natal) e Augusto Meira, professor da Faculdade de Direito do Pará (O Jornal), tentando demonstrar a racionalidade econômica do novo tributo e o seu caráter avançado, progressista, de reforma social.

Ao mesmo tempo, procurou-se negar que ele constituísse inovação "perigosa", afirmando-se que o Visconde de Taunai, à frente da Sociedade Central de Imigração, propunha não só a adoção do imposto territorial, mas a isenção de impostos para "todo lote rural inferior a dez hectares, considerado o mínimo indispensável para o sustento do proletário e sua família". Informava-se, ainda, que os Estados do Rio e Minas Gerais incluíram esse imposto em seu sistema de tributação nos anos de 1903 e 1904<sup>(191)</sup>.

Como se vê, não havia nos pressupostos ideológicos que inspiravam a nova tributação, qualquer veleidade de "comunismo". O Interventor, quando se referia à generalização da pequena propriedade, chegava, por vezes, a falar em "socialismo". Este socialismo, no entanto, que cultuava o respeito à propriedade privada baseada no trabalho pessoal, seria no máximo um

socialismo pequeno-burguês, em nada contraditório com a ideologia nacionalista que inspirava o movimento tenentista.

Neste sentido, já Alberto Torres (um dos pensadores cujas idéias sustentavam teoricamente a formulação dos programas políticos dos tenentes), segundo a análise de MARSON, apontava os males do latifúndio e preconizava a redistribuição da propriedade da terra como um corretivo para restaurar as forças combatidas do "organismo nacional" (192).

#### 2.5.6 - As tensões entre a política local e a nacional

Toda a ação política de Cascardo no plano estadual estava referenciada ao seu envolvimento com a política nacional, a "grande política", que se fazia no Distrito Federal e nos grandes Estados: São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais.

Neste sentido, houve dois momentos distintos em seu período interventorial: o primeiro, que foi de sua posse na Interventoria a 31 de julho de 1931, até sua viagem para o Rio de Janeiro, a 6 de fevereiro de 1932, após sua primeira renúncia (período caracterizado por algumas realizações no plano político-administrativo); o segundo, desta última data, até a concessão da renúncia definitiva, a 2 de junho do mesmo ano. Neste segundo momento, sua participação intensa destacou-se no debate político nacional (crise ministerial, Constituinte, Frentes Únicas) sem que, no entanto, ele tivesse deixado de exercer forte influência na política local seja encaminhando os pleitos do Estado junto aos ministérios e órgãos federais, seja intervindo e orientando a ação do governo estadual, como, por exemplo, no que se referia à "sindicalização das classes".

Os fatos marcantes do primeiro momento, do ponto de vista legislativo, foram a instituição da reforma do judiciário (outubro de 1931) e a do imposto territorial progressivo (dezembro de 1931), já analisados acima. No aspecto especificamente administrativo, foi o saneamento das finanças, com a regularização da dívida interna (inclusive aos fornecedores do Estado) e do pagamento ao funcionalismo, além da eliminação do "déficit" orçamentário.

A administração Cascardo tomou providências para enfrentar a epidemia de malária e a seca. Quanto a esta última, além da mobilização de dez mil homens em importantes obras públicas (estradas de ferro, açudes, rodovias, poços), procurou-se a fixação dos retirantes em colônias agrícolas, nas Serras do Carmo e Apodi.

Na economia, deu-se continuidade à modernização da cultura do algodão, com a multiplicação dos campos de cooperação (de 3 em 1930, passaram a 22) e a distribuição de sementes selecionadas, além da tentativa frustrada de criação da Bolsa do Algodão. Incentivou-se a diversificação da produção agrícola, com o objetivo de desviar o Estado da monocultura, implantando-se nos campos de cooperação o cultivo de mamona, abacaxi, cana, alho, entre outros, e mandando-se distribuir sementes variadas, formicidas e ferramentas. O Interventor esforçou-se, no entanto sem êxito, no sentido de disseminar caixas rurais e bancos agrícolas para atender às necessidades de crédito para o pequeno agricultor. Quanto ao sal, foram pleiteados recursos para a desobstrução da barra de Areia Branca; conseguiu-se a vinda de uma comissão de técnicos para fazer estudos sobre a composição química do produto e traçar normas de fabricação, e

intentou-se, sem êxito, a criação de um sindicato de produtores.

Em fins de agosto de 1931, o Governo Provisório baixou um decreto que ficaria conhecido como o Código dos Interventores. A principal inovação introduzida pelo decreto foi a criação, nos estados e municípios, de Conselhos Consultivos, com a atribuição de fiscalizar a ação dos Interventores nos seus mínimos detalhes. Estes teriam de ouvir o Conselho quando se tratasse de criar novos impostos; contrair empréstimos internos; criar cargos ou empregos; fazer concessão de serviços públicos, minas ou terras; conceder isenção de impostos ou subvenções e auxílios, e elaborar orçamentos. O Conselho servia, ainda, como instância de recursos contra atos do Interventor, não apenas do ponto de vista jurídico, mas também daquele de "sua equidade ou conveniência". Cabia, também, ao Conselho Consultivo, emitir parecer sobre atos do Interventor dependentes de aprovação prévia do Governo Provisório, como a contratação de empréstimos externos, emissão de bônus ou títulos, rescisão de contratos ou concessões e modificação da Constituição estadual ou de lei orgânica.

Outras medidas importantes do Código dos Interventores diziam respeito à abolição imediata dos impostos interestaduais ou intermunicipais, extinção gradual dos impostos de exportação e adoção do imposto territorial progressivo. Todas essas medidas, como se vê, visavam conferir mais racionalidade ao sistema tributário e arrecadador, tornando-o inclusive mais unificado nacionalmente: abolindo as barreiras à circulação interna de mercadorias e criando um espaço econômico que favorecia, a nível nacional, a produção mercantil de realização interna<sup>(193)</sup>.

Não ficava aí, entretanto, o Código. Estabelecia o limite de 10% da despesa para os gastos com a polícia militar e vedava a esta última a posse de artilharia e aviação, num claro intento de limitar a autonomia dos Estados neste ponto nevrálgico: o da força militar<sup>(194)</sup>.

Se as disposições do Código se encaminhavam todas no sentido de reforçar os mecanismos de centralização do poder, aspecto fundamental da plataforma tenentista, por outro lado, implicavam numa restrição à liberdade de movimentos do Interventor e, através da composição e atribuições do Conselho Consultivo (que deveria incluir, entre outros, os maiores contribuintes do Estado), vinculava-o estreitamente às classes dominantes locais.

Por isso o Código será interpretado como uma limitação aos poderes dos Interventores. Cascardo referiu-se a ele dizendo que, antes de sua publicação, havia cumprido vários pontos, "como a redução dos efetivos de polícia e a supressão de alguns municípios"<sup>(195)</sup>. Afirmou, também, que incluiria, "no Conselho Consultivo do Rio Grande do Norte, além dos três maiores contribuintes do Estado, representantes do operariado e da imprensa"<sup>(196)</sup>. Com isso, e apesar dos instrumentos discricionários em vigor, o Interventor potiguar manifestou uma intenção de maior abertura aos segmentos da sociedade civil, e não apenas àqueles representativos dos setores dominantes, como estava expresso no Código.

Mais tarde, quando seu desencanto com os rumos políticos do país já estava bastante acentuado, e ante a insinuação de um repórter a respeito da instituição de Juntas de Reclamações, dirá que para isto já era suficiente o Conselho Consultivo

vo, e que "um novo corpo de reclamações desprestigiaria(...) a ação dos Interventores" (197).

Em 9 de setembro, o Interventor viajou ao Rio de Janeiro, para tratar de assuntos particulares e de problemas administrativos. Além de contactos nos ministérios, onde procurou conseguir verbas para o combate à malária, criação de núcleos agrícolas, abertura de campos de cooperação de algodão, fixação das dunas do Porto de Areia Branca e prolongamento da Estrada de Ferro Mossoró (198), deu uma série de entrevistas a jornais cariocas, abordando principalmente as questões referentes à Constituinte e ao Bloco do Norte.

Quanto à Constituinte, não manifestou, em princípio, posição contrária à reconstitucionalização do país, mas se colocou contra sua convocação imediata e definiu algumas preliminares que deviam ser cumpridas. Não se poderia apoiá-la enquanto continuassem "os erros da política da velha república". Era preciso sanear "completamente o meio político e administrativo brasileiro" (199). A normalidade constitucional só seria desejável quando se tornasse "impossível a reedição dos métodos e processos anteriores a 3 de Outubro". Para isso, era necessária "a completa inutilização das máquinas de falsificação da opinião pública". E enumerou outros pontos, como a "prática de orçamentos honestos, reais e equilibrados", a punição dos responsáveis pela situação do país e a conscientização do povo quanto à necessidade de prevenir-se contra "o uso interessado, apático ou inconsciente do voto popular". Reiterando sempre sua postura constitucionalista, no terreno dos princípios, ressaltou, no entanto, não desejar "uma Constituição apressada que venha a reimplantar o antigo regime" (200).

Na condição de Interventor estadual e tenente histórico, as declarações de Cascardo tinham peso político e reafirmavam a unidade da "esquerda revolucionária" em torno da manutenção indefinida da ditadura. Por outro lado, a postura autoritária e elitista estava presente no velho tema da "inconsciência" das massas (a questão do voto, para o qual as massas estariam imaturas), levantado por Juarez Távora na sua resposta ao manifesto de Prestes, de maio de 1930. É claro que não se pode confundir inteiramente a posição de Cascardo com a de Juarez: a trajetória do primeiro, nos anos seguintes (o rompimento com os antigos revolucionários, a adesão à Aliança Nacional Libertadora - ANL), expressaria um compromisso bem mais coerente com a proposta de reformas sociais e progressistas; enquanto o segundo adotaria uma política de compromissos, seja com as velhas oligarquias, seja com o novo núcleo hegemônico de poder, ao qual se associaria.

O Bloco do Norte tinha como objetivo aglutinar forças políticas, conjugando em frente única (termo em moda, na época) os Estados do setentrião, do Amazonas ao Espírito Santo, para defender os interesses da região junto ao poder central. Ante as críticas da imprensa sulista, que levantou a questão do separatismo, os articuladores do Bloco negaram qualquer intenção de hegemonismo regional, embora reconhecendo como forte motivação, a situação de marginalidade vivida pela região até então<sup>(201)</sup>.

Cascardo também reconhecia esta herança comum ao identificar os Estados nortistas como "os maiores sacrificados com a anterior ordem de cousas". E acentuava a unanimidade do Norte em redor dos postulados revolucionários. Repudiou, todavia, a idéia do Bloco, afirmando até mesmo desconhecer sua existência

(o que era bastante improvável), ajuntando que ninguém lhe ti  
nha falado sobre o assunto.

No seu entendimento, tal formação só teria sentido  
sob o aspecto econômico, para a defesa de interesses comuns; en  
tretanto a própria diversidade econômica entre os Estados da  
região tornava impraticável a idéia.

Se, porém, tratava-se de regionalismo, de tentativa  
de imposição de hegemonia política - acrescentava em tom críti  
co -, então se estava diante de uma reedição de práticas da Ve  
lha República, ao velho estilo, como em São Paulo e Minas, me  
recendo o seu total repúdio<sup>(202)</sup>.

Por mais que os organizadores do Bloco do Norte con  
testassem verbalmente seu caráter de agrupamento com caracterís-  
ticas de regionalismo<sup>(203)</sup>, dificilmente isto poderia ser nega  
do porque sua evidência era por demais flagrante. Ademais, ou  
tro aspecto que resultava da movimentação do Bloco do Norte era  
o papel desempenhado por seu principal animador, o Interventor  
pernambucano Carlos de Lima Cavalcanti, que despontava como li  
derança da região, autorizado a falar em nome de seus interes  
ses. Essa postura de Lima Cavalcanti custar-lhe-ia sérios atri  
tos com outra liderança regional, o paraibano e Ministro da Via  
ção José Américo de Almeida.

Cascardo investiu pesadamente contra o Bloco do Nor-  
te, declarando que revestida do aspecto de regionalismo geogrã  
fico, "tal organização seria odiosa e anti-patriótica". E assim  
ele não poderia aceitar a sua "finalidade de lutar, dentro do  
Brasil, pela hegemonia política, em detrimento dos Estados do  
centro ou do sul"<sup>(204)</sup>.

Essa oposição tenaz de Cascardo ao Bloco do Norte des

faz a imagem de unanimidade da região, veiculada por diversos autores, inclusive PANDOLFI, em seu trabalho já citado. Pelo contrário, as posições de Cascardo, e suas articulações com os Interventores do Ceará e Paraíba, de que trataremos mais adiante, pareciam indicar uma oposição ao projeto de Lima Cavalcanti em apresentar-se como liderança regional.

O Interventor retornou ao Estado a 12 de outubro de 1931, encontrando o ambiente político agitado. Na festa comemorativa da vitória da Revolução no Estado, no dia 8 de outubro, na Praça 7 de Setembro, com a presença do Interventor interino, Dr. Souza, e outras autoridades, houve distúrbios, com disparos de armas de fogo, resultando na morte de um funcionário da Great Western<sup>(205)</sup>. O Jornal, cafeísta, atribuiu a responsabilidade aos perrepistas; a provocação teria sido iniciada pelo Tenente Francisco Bilac de Faria, sobrinho de Lamartine, e pelo sargento de polícia João Elísio, acompanhados de mais três pessoas<sup>(206)</sup>.

Nos dias que se seguiram percebia-se um estado de inquietação parecido aos que caracterizaram alguns momentos das Interventorias Joffily e Moura. Enquanto prosseguia o inquérito policial para apurar as responsabilidades pelos distúrbios do dia 8 de outubro, o Interventor deu declarações à imprensa, afirmando estar "o governo prestigiado pela opinião pública e solidamente apoiado pelas forças armadas"<sup>(207)</sup>. Ao mesmo tempo, a Diretoria de Segurança Pública deu nota, refutando os boatos de alteração da ordem, dizendo-se aparelhada para assegurá-la, juntamente com as forças armadas, e disposta a agir contra os propaladores de "notícias tendenciosas"<sup>(208)</sup>.

Logo depois, o Diretor de A Tarde, diário constitucio

nalista porta-voz da corrente liberal, denunciou ao Chefe de Polícia que exemplares do jornal foram tomados e rasgados por soldados do 299 Batalhão de Caçadores<sup>(209)</sup>. Anteriormente, os articulistas de A Tarde tinham sido acusados pelo Correio do Povo de manter uma falsa postura revolucionária, e de reacionarismo e despeito por terem sido preteridos na Interventoria Jofily<sup>(210)</sup>.

Esta reação do Correio do Povo estava vinculada à campanha de denúncias feita pelo vespertino natalense contra o ex-Prefeito de Mossorô (no início do período revolucionário), Amâncio Leite, cafeísta. Especificamente, A Tarde acusava Leite de dispensar o pagamento de impostos de contribuintes, inclusive os de sua própria firma, e de aumentar os subsídios da representação de prefeito, em sua gestão, de 300 para 500 mil réis. O Procurador Especial da Junta de Sanções, Dr. Carlos Augusto, solicitou a instauração de "rigoroso inquérito", para apurar a procedência das denúncias. A República informava que, pouco antes, acusações do mesmo teor, formuladas por A Tarde, "já foram julgadas improcedentes pela Junta de Sanções"<sup>(211)</sup>.

Para completar o quadro, Cascardo demitiu, em novembro de 1931, da Comissão de Sindicância (órgão vinculado à Junta de Sanções), os Srs. Bruno Pereira, Joaquim Freire e Carlos Dantas, da corrente liberal, que tinham sido nomeados por ele<sup>(212)</sup>.

Todos estes acontecimentos - os distúrbios de rua, os conflitos envolvendo praças do Exército, as lutas entre facções revolucionárias - se reproduziam de forma mais ou menos grave por todo o país. Em agosto tinha ocorrido uma tentativa de deposição do presidente de Minas, Olegário Maciel, promovida

por partidários de Artur Bernardes, com a participação de Oswaldo Aranha e sob o beneplácido de Vargas (que estava a par do movimento), e de outros membros do governo central<sup>(213)</sup>.

No início de setembro houve um levante armado em Niterói, objetivando depor o Interventor, General Mena Barreto. O levante foi liderado por elementos revolucionários do Clube de Outubro e do gabinete do Ministro da Guerra, General Leite de Castro. Os sublevados ocuparam o Corpo de Bombeiros, a Penitenciária e a Polícia Central. O Interventor conseguiu reprimi-los com o apoio da Polícia Militar e do 2º Batalhão de Caçadores<sup>(214)</sup>.

Em outubro foi a vez de o 21º Batalhão de Caçadores se levantar, em Recife, contra o Interventor Lima Cavalcanti. A rebelião, que eclodiu no dia 29, foi debelada nos dias 30 e 31 com auxílio de forças vindas de Alagoas e Paraíba. O Interventor potiguar enviou, por trem, uma tropa de 310 homens, do Exército e Polícia, sob o comando do Tenente Perouse Pontes<sup>(215)</sup>.

Essas tentativas de golpes e rebeliões de quartel faziam parte de um complicado quadro político, caracterizado pela instabilidade decorrente da relativa indefinição das regras que presidiam o jogo de poder no novo regime ainda em gestação. Em São Paulo, o Governo Provisório enfrentava crescentes dificuldades, ante os conflitos envolvendo as lideranças tenentistas de João Alberto e Miguel Costa, de um lado, e o Partido Democrático, de outro. No Paraná, oficiais revolucionários pressionavam pelo afastamento do General Plínio Tourinho da Interventoria.

Os constitucionalistas fizeram alguns avanços. Em 14 de dezembro, Oswaldo Aranha foi substituído, no Ministério da Justiça, por Maurício Cardoso, que tinha como principal tarefa a elaboração da lei eleitoral. Esse fato representou um golpe

para o tenentismo, apesar das fortes posições que seus elementos ocupavam.

No Rio Grande do Norte a campanha constitucionalista ganhou novo alento no final de 1931. O jornal Diário de Natal, católico, e A Tarde, liberal, assumiram a sua frente defendendo o regime federativo e publicando farto material sobre a campanha em todo o país (216).

Estes fatos demonstravam que a fase "pacífica", celebrada pelo Interventor em carta a Oswaldo Aranha, havia sido superada. As conspirações perrepistas, as fricções entre as facções cafeísta e liberal, a propaganda constitucionalista e a luta que se abriria, ao final do ano, contra o novo imposto territorial, considerado "comunizante", apontavam para uma nova fase, em surgimento, em que as correntes, antes "congregadas", agora se distanciavam.

Mas o acontecimento mais importante neste final de ano de 1931, no Estado, foi o encontro de Cascardo com os Interventores da Paraíba, Antenor Navarro, e do Ceará, Capitão Carneiro Mendonça, em Cajazeiras- Paraíba.

O encontro dos três Interventores no alto sertão paraibano (560 km de João Pessoa) gerou especulações na imprensa nordestina e entre a população. O jornalista Nilson Lustosa, enviado dos Diários Associados, enumerou pelo menos três versões para os objetivos do encontro: 1º) discutir questões fiscais, referentes às três unidades; 2º) concertar a atitude do Norte, face à volta ao regime constitucional e do Nordeste frente ao "caso" de Pernambuco; 3º) combinar medidas amplas de combate às secas e de amparo aos flagelados (217).

Este encontro foi precedido por uma viagem de inspeção, ao interior do Estado, do Diretor da Segurança Pública, Sival Moreira Dias, e do Comandante da Polícia Militar, Capitão Sandoval Cavalcanti, para verificar as condições de segurança nas cidades e nas áreas de fronteiras, particularmente em relação a prováveis invasões de cangaceiros. Os dois itinerantes apontaram a seca e a conseqüente queda da produção e do emprego, como fatores que favoreciam o banditismo, ao lado da conivência de autoridades locais, citando o caso do bandido conhecido por "João Mãozinha" (218).

A primeira versão do jornal oficial sobre o encontro entre os Interventores salientou justamente o objetivo de discutir e adotar medidas quanto à "organização e segurança das fronteiras, contra futuras invasões de bandoleiros" (219). Após o regresso do Interventor, no entanto, que fora acompanhado do Comandante da Polícia Militar, ficou claro que os temas abordados tiveram amplitude bem maior, conforme se pode deduzir de suas palavras ao Diário de Pernambuco:

*"O ponto principal da conferência, diz o comandante Cascardo, foi a aplicação do Código dos Interventores nos três Estados para, no caso de necessidades comuns, representarem todos perante o governo central". (220).*

Os Interventores manifestaram apreensão com a redução da Força Pública, imposta pelo Código dos Interventores, face à necessidade de reprimir o cangaceirismo, e adotaram, como medida inicial de acautelamento, o municionamento dos postos policiais de fronteira.

Combinou-se, também, a uniformização da legislação

tributária dos três Estados, e procurou-se estabelecer mecanismos de cooperação fiscal, "de maneira a facilitar o intercâmbio e garantir melhor a arrecadação do imposto".

Discutiu-se, ainda, a possibilidade de, em cooperação entre as três unidades, implantar-se uma fábrica de cimento em Cabedelo (Paraíba), entrando o Rio Grande do Norte com o gesso de suas minas.

Por fim, assegurando que a Constituinte não foi abordada na conferência, Hercolino Cascardo apontou que em matéria política houve "completa identidade de vistas, hipotecando-se solidariedade aos poderes revolucionários centrais" (221).

Os resultados dessa conferência e o "pacto" aí firmado, mesmo não sendo isso admitido pelos protagonistas, apontavam um processo (embora incipiente) de constituição de um novo eixo político na região, contrapondo-se à liderança do Interventor pernambucano, Lima Cavalcanti, em nenhum momento consultado sobre assuntos que certamente eram de seu interesse e do seu Estado, sem esquecer-se a crítica implícita que sofrera da parte de Cascardo, no referente à articulação do Bloco do Norte. O afastamento de Cascardo da Interventoria potiguar, ocorrido poucos meses depois, naturalmente impediu uma maior explicitação dessa tendência, a qual dependeria ainda da evolução da conjuntura política.

O rumo que tomaram os acontecimentos na política nacional, neste final de ano de 1931 e início de 1932, deixou Cascardo extremamente apreensivo. Em carta a Oswaldo Aranha, de 8 de janeiro de 1932, expressou este estado de espírito, fazendo confidências e expondo as suas inquietações. Para começar, dizia não entender a saída de Aranha do Ministério da Justiça (222).

Cascardo prosseguiu nas suas observações, sempre em tom de perplexidade. Achava a situação política incompreensível. Não conseguia "advinhar" a orientação de sua corrente política. Reclamou da falta de solução para os casos de São Paulo e Paraná. Os Interventores não mantinham unidade de ação; enquanto ele próprio se conservava alheio à política, na Bahia e no Pará os Interventores organizavam partidos. Os constitucionalistas estavam "donos da situação". Comentou que "Zé Américo fez uma burrada", desligando-se do 3 de Outubro.

"Chegou a hora de entregar os pontos?", perguntou, patético. Preocupava-se com a extinção da Comissão de Correição. "Peço que me avise a chegada da hora em que eu tiver de pedir desculpas ao Lamartine e a todos os ex-prefeitos condenados pela Junta local". Declarou-se desorientado e resolvido a demitir-se do cargo.

Confessou que não aspirava ser chefe político no Rio Grande do Norte - era carioca. O orçamento do Estado era sólido, mas em outras unidades havia "equilíbrio fictício" ou "déficit declarado". O momento exigia sacrifícios. Dever-se-ia cortar gastos e aumentar impostos. Pediu a realização da projetada reunião de Interventores<sup>(223)</sup>.

Em entrevista concedida a 20 de janeiro de 1932, posterior a esta carta dramática, Cascardo retomou a proposta de um Congresso de Interventores no Rio de Janeiro, para tratar de um plano geral de administração, informando que iria telegrafar a Oswaldo Aranha neste sentido<sup>(224)</sup>. Ainda no início de janeiro de 1932, deu posse ao Conselho Consultivo do Estado, nomeando, entre outros, os presidentes da Associação Comercial e da Sociedade Agro-Pecuária<sup>(225)</sup>.

Inesperadamente, no dia 29 de janeiro Cascardo, por telegrama, comunicou a Vargas, sua renúncia ao cargo de Interventor<sup>(226)</sup>. O motivo imediato do pedido de demissão estava ligado ao episódio envolvendo o ex-governador Juvenal Lamartine, condenado pela Junta de Sanções do Estado à perda dos direitos políticos e ao pagamento de uma indenização de duzentos e poucos contos de réis. Quando o Interventor preparava-se para pôr em execução a condenação, remetendo o processo à justiça federal, o Procurador da Comissão de Correição Administrativa advertiu-o de que a competência para executar os julgamentos da justiça revolucionária era da alçada exclusiva do Chefe do Governo Provisório<sup>(227)</sup>.

Sentindo-se melindrado, Herculino Cascardo pediu demissão. O Ministro da Justiça, Maurício Cardoso, ponderou que o seu pedido era imótivado e solicitou-lhe que o reconsiderasse<sup>(228)</sup>.

A renúncia do Interventor provocou imediata mobilização de amplos setores da sociedade local, visando obstar o ato. Na noite do mesmo dia houve uma manifestação popular em frente à Praça 7 de Setembro, seguindo a multidão, acompanhada da banda de música da Polícia Militar, até a Vila Cincinato, residência oficial da Interventoria. Foram oradores da manifestação o jornalista Café Filho, Presidente do "Centro de Defesa dos Interesses do Rio Grande do Norte", e o Padre Luís Wanderley. Os oradores ressaltaram a obra administrativa do Interventor, confrontando-a com a dos governos passados e apelaram (Café Filho) para que continuasse no governo. Em sua resposta, Cascardo salientou "a necessidade de fazer de cada potiguar um cidaão inteiramente livre, independente e consciente de seus di

reitos" (229) .

Imediatamente depois era formada a "Comissão pró-Rio Grande do Norte", encarregada de coordenar as manifestações de solidariedade a Cascardo e obter sua continuação no governo. A "Comissão" indicou um conselho diretor constituído de pessoas representativas de vários segmentos da sociedade civil (Igreja, médicos, advogados, comerciantes, agro-pecuaristas, operários, Partido Liberal) e de órgãos estatais (Exército, Marinha, Polícia, Prefeitura) (230). Em telegrama a Vargas, um grupo que dizia representar "todas as classes sociais do Rio Grande do Norte" declarava:

*"... inconformados brusca resolução comte. Cascardo deixar Interventoria, onde sua ação se vinha manifestando eficientemente na reconstrução financeira e soerguimento moral de nossa terra, interpretando sentimento unânime potiguar, apelam v. excia., sentido obstar se efetive essa renúncia..."* (231) .

O telegrama foi assinado, entre outros, pelo Bispo de Natal, D. Marcolino Dantas; pelo presidente do Tribunal de Justiça, Dr. João Dionilsio Filgueira; pelo presidente da Ordem dos Advogados, Dr. Hemetério Fernandes; por representantes dos jornais A Tarde, Bruno Pereira, Diário de Natal, Monsenhor Alfredo Pegado, Imprensa Oficial, Fontes Galvão; pelos presidentes da Associação Comercial, da Sociedade Agro-Pecuária, do Instituto Histórico, dos Escoteiros, dos Odontólogos; pelos comandantes do Exército, da Marinha, da Polícia Militar, dos Portos; e por Diretores de Departamentos. Seguiram ainda telegramas de solidariedade do interior, enviados por prefeitos, juizes, vigários e "Centros de Defesa" locais.

O que impressiona nessas manifestações é a aparente unanimidade em torno de Cascardo. Compare-se com as saídas dos Interventores Joffily e Aluísio Moura. No primeiro caso, a reação foi de relativa frieza - nada de manifestações, de moções de apoio. No segundo caso, recorde-se da batalha de telegramas aos "poderes centrais", com a divisão da opinião pública entre os que propugnavam a permanência e os que pediam o afastamento. Por que esta súbita mudança no caso Cascardo, o que explica esta unanimidade, apesar da campanha constitucionalista do Diário de Natal e de A Tarde, da polêmica a respeito do imposto territorial e das intrigas entre cafeístas e liberais?

O principal elemento para compreender este fato parece ser a operação de composição política do governo Cascardo, que evitava compromissos com os "extremos" (cafeístas e perre-pistas) e dava predominância aos elementos de "centro" (os "apolíticos"), mantendo ao mesmo tempo coerência com o programa da Revolução. Isto inibia os cafeístas de fazerem oposição ao governo apesar de estarem excluídos dos cargos administrativos a nível estadual.

Embora certas contradições a nível local já começassem a aflorar (a discussão sobre a Constituinte e o imposto territorial) conforme salientamos, comprometendo a obra de "pacificação", ainda não havia ocorrido uma ruptura mais decisiva.

Se a renúncia de Cascardo provocou intensa mobilização no Estado, na esfera federal, também houve reação entre membros do Governo Provisório e por parte de Interventores nos Estados. Tanto o Chefe do Governo, como inúmeros de seus ministros e o Clube 3 de Outubro, entre outros, fizeram ver a Cascardo a necessidade de sua permanência à frente da Interventoria

potiguar.

Vargas ressaltou a "integral confiança do Governo Provisório" na ação do Interventor e deu por aprovado o parecer da Comissão de Correição, supondo haver desaparecido o motivo da renúncia. Pedro Ernesto, presidente do Clube 3 de Outubro, em seu nome e dos associados, pediu a Cascardo que permanecesse "no posto de sacrifício", para evitar que os inimigos do tenentismo se glorificassem. Oswaldo Aranha afirmou que Getúlio não podia dispensar os seus serviços, e pediu-lhe que fosse ao Rio de Janeiro, "para resolvermos tudo". Juarez Távora, de Santa rêm, pediu-lhe que aguardasse sua passagem por Natal "antes de resolver, definitivamente, sua renúncia". José Américo, expressou "tristesa" e disse que não se poderia aceitar a renúncia<sup>(232)</sup>. O Almirante Protógenes Guimarães solicitou-lhe que aguardasse no seu posto uma solução satisfatória do Chefe do Governo Provisório<sup>(233)</sup>.

Da mesma forma apelando para que continuasse no cargo, manifestaram-se o Interventor do Piauí, Tenente Landri Sales, e os bacharelados potiguares em Recife (entre eles, Seabra Fagundes e Djalma Marinho). Lamentaram e expressaram sua solidariedade, o Interventor de Goiás, Pedro Ludovico, o Interventor de Sergipe, Tenente Augusto Maynard, o Centro Norte-rio-grandense em Recife e outros. Entre os que apenas acusaram a comunicação, encontravam-se o Ministro da Educação, Francisco Campos; o Ministro do Exterior, Afrânio de Melo Franco; o Presidente de Minas, Olegário Maciel e outros<sup>(234)</sup>.

Como se pode notar, as pressões para a continuidade de Cascardo no cargo partiam sobretudo de setores ligados ao tenentismo: Ministros Oswaldo Aranha, José Américo, Protógenes

Guimarães, além de Pedro Ernesto, Juarez Távora e os Interventores Landri Sales e Augusto Maynard. No entanto, também Vargas e o Ministro da Justiça, Maurício Cardoso, ligado aos constitucionalistas, insisteram para que Cascardo não se afastasse.

Aquele era um momento (estava-se em fevereiro de 1932) extremamente delicado para o Chefe do Governo Provisório. Em São Paulo, em Minas e no Rio Grande do Sul, as forças oligárquicas se reagrupavam e exigiam a imediata reconstitucionalização do país. O caso de São Paulo era mais grave, pois "a frente paulista formou-se com claros propósitos de depor Vargas" (235). Era importante manter o instável equilíbrio de forças vigente, pois um maior avanço do constitucionalismo reduziria a margem de manobra do Chefe do Governo, colocando-o à mercê daquelas forças. E o "Norte", que oferecia a Vargas um apoio sem restrições, deveria manter-se coeso.

Além disso, o Rio Grande do Norte, apesar de ser um pequeno Estado, salientara-se, neste início de Nova República, por uma extrema turbulência política, fato ressaltado inclusive por Juarez Távora. Cascardo conseguira uma relativa pacificação, "aplainara as divergências". Este era mais um motivo para que Vargas não abrisse mão de sua colaboração na Interventoria potiguar.

A 3 de fevereiro de 1932 Cascardo decidiu reassumir a Interventoria (236). No dia seguinte houve uma manifestação operária de solidariedade ao Interventor. A movimentação saiu do bairro operário das Rocas, acompanhada das bandas de música do 29º Batalhão de Caçadores e da Polícia Militar, concentrando-se na Praça 7 de Setembro e rumando em seguida para a residência oficial do Interventor. Usaram da palavra o líder operário

Manoel Aguiar, o marinheiro Agostinho Queirões, o doutorando Luís Marcelino e Café Filho. Em seu discurso, Cascardo agradeceu o apoio do operariado, ressaltou as conquistas sociais da Revolução, pronunciou-se contra a reconstitucionalização e demonstrou a necessidade de sindicalização do trabalhador para a defesa de seus direitos<sup>(237)</sup>.

Mas, no dia 6 de fevereiro, Cascardo partiu de Natal, a fim de entender-se diretamente com o governo federal e tratar de questões administrativas, aproveitando o fato de que a projetada reunião de Interventores no Rio foi substituída pela ida isolada destes para tratar de assuntos dos seus Estados. Evidentemente, no clima de tensões que prevalecia naquela conjuntura, uma reunião de Interventores poderia provocar o aumento da temperatura política.

Na Capital Federal, Cascardo fez intensos contatos políticos, deu entrevistas à imprensa e encaminhou pleitos do Estado junto aos órgãos federais.

Conforme fatos posteriores viriam demonstrar, Cascardo já não pretendia retornar à Interventoria potiguar, no entanto afirmava que deveria voltar dentro de mais ou menos um mês. Em suas entrevistas, além de explicar o "caso" do Rio Grande do Norte ocupou-se freqüentemente de política nacional, para reafirmar sua posição contrária ao retorno imediato ao regime constitucional (reivindicado fortemente pelas "frentes" paulista, gaúcha e mineira) e seu apoio irrestrito ao governo central, particularmente a Vargas. Suas críticas mais contundentes eram reservadas aos partidos gaúchos e ao Ministério do Trabalho e seu titular, Lindolfo Collor. Quanto a este último ponto, colo

cou que a legislação trabalhista "foi feita apenas no papel" e aludiu às acusações de comunismo que lhe foram feitas pela imprensa gaúcha, após ter concitado os trabalhadores a se sindicalizarem, em discurso proferido em Natal. Prosseguiu, acusando as frentes únicas de serem um "concluído imoral" entre homens e partidos de idéias opostas e de concretizarem um "conchavo de patrões", com exclusão "do povo e das classes que trabalham" (238).

Em outras entrevistas Cascardo ressaltou a sua obra administrativa, destacando o saneamento financeiro e a instituição do imposto territorial, e propôs a adoção de um imposto progressivo sobre rendas e heranças, para corrigir a má distribuição de riquezas (239).

Na frente administrativa, continuou a encaminhar os interesses do Estado. No Ministério da Viação conseguiu liberar um depósito de 700 contos em apólices no Banco do Brasil como garantia para a continuidade dos serviços da Estrada de Ferro de Mossoró. Obteve autorização para aumentar o pessoal que trabalhava na estrada de rodagem Parelhas-Entroncamento (que liga a região do Seridó às estradas-tronco paraibanas); a readmissão do pessoal que trabalhava nas oficinas e embarcações do Porto de Natal a 30 de dezembro; 100 contos para os serviços de combate à malária; 10 contos para a compra de sementes; 40 contos para a Escola Doméstica de Natal; o prosseguimento dos estudos para a construção do açude Itans, que deveria se iniciar daí a dois meses; e a vinculação de 300 contos para o pagamento da parcela da dívida externa (240).

No início de março de 1932, como desdobramento dos fatos relacionados ao empastelamento do Diário Carioca, os Partidos Republicano e Libertador gaúchos retiraram seu apoio ao Go

verno Provisório, o que redundou na renúncia dos Ministros Mau  
rício Cardoso, da Justiça e Lindolfo Collor, do Trabalho, além  
 de Baptista Luzardo, Chefe de Polícia da Capital da República  
 e outros. A crise ameaçou a estabilidade do governo Vargas, pois  
 o Rio Grande do Sul era uma de suas peças mais importantes de  
 sustentação. O Presidente conseguiria até certo ponto neutrali  
zar os efeitos dessa crise, sobretudo ao lograr que ela não pro  
piciasse a união das Frentes Únicas gaúcha e paulista (união  
 que poderia ameaçar a sobrevivência do seu governo), o que foi  
 possível graças ao apoio do Interventor do Rio Grande do Sul,  
 Flores da Cunha, e do Ministro da Justiça, Oswaldo Aranha, que  
 dividiram a frente gaúcha.

Enquanto Vargas procurava ganhar tempo, o núcleo mais  
 radical dos partidos gaúchos, à frente Borges de Medeiros e  
 Raul Pilla, endurecia suas exigências, reivindicando eleições,  
 liberdade de imprensa e punição dos autores do atentado<sup>(241)</sup>.

Borges de Medeiros, em nome dos Partidos Republicano  
 e Libertador, remeteu correspondência a Cascardo, informando a  
 solidariedade desses partidos aos políticos demissionários, e  
 declarando-se inibidos de dar ao governo o concurso individual  
 de seus membros, embora isso não implicasse em oposição siste  
mática. Comunicou o envio de documento ao Chefe do Governo, ex  
ponto "o mínimo das aspirações da opinião riograndense" e suge  
rindo a imediata apuração do atentado ao Diário Carioca, "para  
 encaminhar a restauração da ordem legal".

O Interventor interino, Dr. Antônio de Souza, respon  
deu a comunicação dos partidos gaúchos, inicialmente lamentando  
 o dissídio entre estes e o Governo Provisório, que poderia re  
tardar a obra de regeneração do país, mas augurava que os parti

dos rio-grandenses resolvessem "com honra, lastimável desinte  
ligência atual". Quanto à sua posição, era de inteira solidariede  
 ade ao governo Vargas, que estaria auxiliando o Rio Grande do  
 Norte "neste momento de aflitiva situação econômica resultante  
 de prolongada seca". Por fim, conclamava todos os que participara  
 ram do movimento de outubro a contribuir para que o governo  
 construísse "uma nação forte e coesa com o povo irrequieto, in  
disciplinado e descontente que nós somos". O Dr. Souza comunica  
 cou o teor de sua resposta a Cascardo e a Juarez<sup>(242)</sup>.

Cascardo, por sua vez, do Rio, também respondeu à missi  
 siva de Borges de Medeiros. Adiantou que os motivos que levaram  
 à demissão de Maurício Cardoso eram distintos dos que ocasionara  
 ram as dos outros próceres gaúchos, segundo conversa que teve  
 com o próprio Cardoso no Palácio do Catete. Acusou o comportamen  
 to dos partidos riograndenses de faccioso e apontou a solida  
 riedade (aceita e acatada) do Partido Republicano Paulista  
 àqueles como razão para lhes retirar a autoridade de falar em  
 nome da revolução. Sobre a atuação de Collor à frente do Minister  
 tório do Trabalho disse que ele criou sindicatos, mas vedou-lhes  
 a atuação política, contrariando "aspiração nacional que exige  
 a criação desses sindicatos e a sua confederação em classes na  
 representação do Congresso". Acusou Luzardo<sup>(243)</sup> de seguir a  
 orientação do Partido Libertador e não a do Chefe do Governo,  
 dispersando-se em atividades políticas e criando casos. Conside  
 rrou o empastelamento do Diário Carioca um motivo "infinitemen  
te pequeno em relação à magnitude da crise provocada" e acentu  
 ou que foi "acontecimento lamentável, mas inevitável em époc  
 as de anormalidades..."<sup>(244)</sup>.

Tanto Cascardo quanto o Interventor interino coincidi

diam no apoio declarado ao Chefe do Governo na questão em apreço. Mas, enquanto a argumentação de Cascardo seguia uma linha ideológica definida (o combate às "oligarquias" e ao "reacionarismo" dos "políticos profissionais"), a do Dr. Souza orientava-se por razões de caráter mais pragmático. Tratava-se, neste último caso, de preservar interesses econômicos e administrativos dependentes do beneplácito do Governo Federal.

Este era, aliás, um comportamento tradicional na política brasileira. Romper com o governo implicava em riscos que deviam ser bem pesados, uma vez que poderiam resultar em perda de votos e bases políticas sustentadas no clientelismo movido a verbas e obras públicas.

Não foi por outro motivo que o próprio Vargas, então na presidência do Rio Grande do Sul, em 1930, conservou uma atitude conciliatória, após o resultado das eleições de 3 de março, quando os mais exaltados de seus correligionários propugnavam o confronto aberto com o governo de Washington Luís<sup>(245)</sup>. A mesma atitude foi tomada por José Augusto, na mesma época, definindo-se pela candidatura oficial de Júlio Prestes, por solidariedade ao governador Juvenal Lamartine, seu parente e aliado político, em atendimento a supostas necessidades econômicas e administrativas do Estado, dependentes da boa vontade do Governo Federal.

Em abril de 1932, respondendo enquete feita pelo jornal carioca Diário da Noite, com os Interventores do "Norte", a respeito da viagem de Vargas ao Nordeste<sup>(246)</sup>, Cascardo ressaltou que a viagem tinha caráter administrativo, mas poderia ter resultados políticos, embora a posição do Norte estivesse definida: de total apoio a Vargas. Adiantou que o Rio Grande do

Norte pleiteava "recursos para melhorar situação dos flagelados". Considerava a seca de 1932 pior que a de 1877. Iria mostrar ao Chefe do Governo a aplicação que fez dos auxílios e chamar sua atenção para a indústria salineira, onde o monopólio dos transportes por "duas grandes firmas" era visto por Cascardo como prejudicial às pequenas indústrias. Vargas, entretanto, seria recebido em Natal pelo Interventor interino, pois Cascardo estava licenciado por dois meses não sabendo se reassumiria o cargo<sup>(247)</sup>.

Observe-se que a esta altura Cascardo estava perfeitamente integrado ao clima político da Capital Federal e articulado à movimentação política da "esquerda revolucionária", participando dos debates no Clube 3 de Outubro e dos entendimentos para solucionar a crise com o Rio Grande do Sul.

A propósito da Constituinte adiantou que a divergência entre as esquerdas revolucionárias e o Sul estava no caráter daquela: enquanto o Partido Libertador "deseja uma Constituinte puramente política", as esquerdas queriam a representação das classes, "uma Constituinte não só política, mas econômica". Uma Constituinte assim não seria "amorfa", "sujeita ao Executivo", mas independente. Certamente, Cascardo não levava na devida conta o fato de que as "classes" se "organizam" sob a tutela direta do próprio Executivo.

Todavia, continuava, para a representação das classes era necessário que elas se organizassem e isso exigiria tempo. Se o país não fosse preparado para a Constituinte, havia o risco de que se voltasse ao "antigo estado de coisas", comprometendo a instauração de um regime duradouro. Identificava nas posições do Partido Libertador um ressentimento antigo: quando da

vitória de Outubro, aquele partido queria que se empossassem nos Estados as facções do Partido Democrático Nacional. A princípio Vargas contemporizou, mas depois chamou os "tenentes", que estavam fazendo governos apolíticos. Daí a campanha do Partido Libertador, que Cascardo atribuía a uma incompreensão intencional. Informou que, quando nomeado para Interventoria potiguar, entendeu-se com Luzardo, Aranha, Juraci Magalhães e muitos outros, tentando explicar-lhes os propósitos dos tenentes, fundados em razões de patriotismo, mas aqueles políticos não desejavam ouvi-lo<sup>(248)</sup>.

Enquanto Cascardo, no Rio de Janeiro, mesmo sem alheiar-se das coisas do Rio Grande do Norte, se envolvia cada vez mais com a política nacional, no Estado, a facção cafeísta e um grupo de oficiais do Exército e da Marinha resolveram abrir um núcleo do Clube 3 de Outubro. Precisamente a 20 de abril era fundada a sucursal potiguar do Clube, sendo Hercolino Cascardo aclamado presidente. Compunham a diretoria: o Capital Sandoval Cavalcanti; o Capitão-Tenente Bertino Dutra da Silva, da Marinha; o Tenente do Exército Sérgio Marinho, divulgador das idéias do tenente cearense Severino Sombra; o Capitão João Niemeier, Comandante do 29º Batalhão de Caçadores; o jornalista Fontes Galvão; Café Filho e outros elementos do seu grupo: Josias Câmara e Dias Guimarães<sup>(249)</sup>.

No interior, o Clube fundou imediatamente núcleos municipais onde a influência cafeísta era maior: em Areia Branca<sup>(250)</sup> e Mossoró<sup>(251)</sup>. Justamente municípios onde a indústria salineira (Areia Branca e Mossoró) e a atividade comercial (Mossoró) eram mais desenvolvidas. Mas, há também notícias dando conta de providências da diretoria do Clube para fundar núcleos em outros municípios<sup>(252)</sup>.

Significativamente, alguns sindicatos operários ade

riram ao Clube, inclusive apresentando delegados. Foi o caso da Sociedade de Padeiros Natalenses, do Sindicato dos Pedreiros, do Sindicato das Mulheres Trabalhadoras, da Liga Operária São José e da Sociedade União e Trabalho, do município de Santa Cruz<sup>(253)</sup>.

Quando Cascardo comunicou não poder assumir a presidência do Clube, por ser vedado esse cargo aos Interventores<sup>(254)</sup>, foram os representantes das classes trabalhadoras que aclamaram o novo presidente, Tenente-Coronel José Barbosa<sup>(255)</sup>. Observa-se o grau de integração das associações operárias ao Clube quando, irrompendo no Rio a crise militar relacionada com a promoção dos revolucionários de 22<sup>(256)</sup>, elas dirigiram telegramas de solidariedade ao Chefe do Governo e às forças armadas, indo, em seguida, à residência do presidente do Clube comunicar-lhe o fato<sup>(257)</sup>.

Essa "ida" do Clube 3 de Outubro à classe trabalhadora não era gratuita. De um lado, era respaldada na atuação da corrente cafeísta existente no movimento sindical. De outro lado, isso se fazia num momento de crescente organização da classe trabalhadora no Estado, beneficiada, em parte, pelo clima favorável propiciado pela Interventoria Cascardo, incentivando a sindicalização e assegurando liberdade de organização.

É de destacar, neste sentido, a criação de uma União Geral de trabalhadores do Rio Grande do Norte - UGT/RN, de orientação comunista, fundada em Natal a 6 de março de 1932. A União Geral dos Trabalhadores tinha como finalidade:

*"... organizar a massa operária em todo o território do Rio Grande do Norte (Natal e interior) unificando e concentrando em suas organizações*

*de classe, num sã bloco (...) para a defesa de seus interesses econômicos, morais, sociais, adotando como princípios os métodos da luta de classe, e visando sua completa emancipação do jugo capitalista".*

Ela propunha-se a organizar os trabalhadores à base da indústria, realizar "intensa propaganda tendente a despertar a consciência dos trabalhadores", posicionar-se contra o corporativismo, "combater as idéias de conciliação de classe", fundar um jornal sindical, promover cursos, conferências, etc., com a finalidade de "educar e elevar o nível ideológico das organizações filiadas" (258).

A União Geral dos Trabalhadores (UGT) representava uma ameaça à hegemonia cafeísta sobre o movimento trabalhista. Atuando à margem da legislação sindical oriunda do Ministério do Trabalho, era uma tentativa de sindicalismo livre da tutela imposta de cima.

Em fevereiro de 1932, os trabalhadores do calçamento em Mossoró fizeram uma greve em protestos contra a diminuição de seus salários e obtiveram a adesão do pessoal da construção civil. No "Boletim de Greve" dirigido à população, os grevistas historiavam as razões do seu movimento, atestando razoável nível de organização. Recebiam 1\$400 (um mil e quatrocentos réis) por metro quadrado construído, que depois passou para 1\$000 (um mil réis) e finalmente \$700 (setecentos réis). Comparavam esta redução com o aumento do custo de vida. Agora, nova redução baixava a remuneração para \$500 (quinhentos réis) por metro quadrado, além da obrigação de pagar a água que bebiam. Os grevistas comissionaram um representante para entender-se com o

Conselho Consultivo, reunido na sede da prefeitura para tentar resolver a questão. Conseguiram aumento da remuneração para \$600 (seiscentos réis) por metro quadrado; água, pedra e areia ao pé da obra; oito horas de trabalho; pagamento de horas extras e readmissão dos grevistas despedidos<sup>(259)</sup>.

O jornal Correio do Povo, que noticiou a greve, porta-voz da facção cafeísta em Mossoró, assumiu posição de simpatia pelo movimento. O mesmo jornal denunciou, em matéria de certa repercussão, a exploração sofrida pelos operários (três a quatro mil) da Estrada de Ferro de Mossoró, por parte dos donos de barracões que lhes forneciam gêneros de primeira necessidade e da própria empresa construtora.

Os donos dos barracões cobravam, em média, preços superiores em 20 a 30% aos de mercado (nos dias de feira essa diferença se ampliava), para produtos como feijão, carne, açúcar, farinha, café, rapadura, arroz, fósforo, etc. Eles se justificavam dizendo que deviam pagar 10% dos seus lucros ao proprietário da Cia. Construtora, o "coronel" Saboinha (Vicente Sabóia Filho). Além disso, o dinheiro emprestado pela Cia. aos operários recebia um ágio de 25% e eles ainda eram obrigados a pagar uma porcentagem de sua diária para a caixa médica.

A denúncia encontrou receptividade, inclusive por parte dos comerciantes de Caraúbas, cidade onde estavam localizados os trabalhadores, e o próprio jornal oficial a reproduziu<sup>(260)</sup>.

Foi nesse momento que começou a se gestar a aliança entre a facção cafeísta e os representantes do poder central, que iria caracterizar a Interventoria seguinte, a do Capitão Bertino Dutra da Silva. Apoiando reivindicações econômicas dos trabalhadores, cooptando sindicatos e lideranças operárias, ten

tava-se ganhar uma base de massa para enfrentar as forças domi  
nantes no passado recente.

Mas, para isso, era necessário afastar, pela violên  
cia, a presença comunista no movimento sindical e entre as mas  
sas das cidades. A União Geral dos Trabalhadores passou a so  
frer restrições à sua atuação. Informado do fato, Cascardo, em  
telegrama ao Clube 3 de Outubro local, determinou que deveria  
"cessar qualquer coação que acaso se exerça contra as classes  
organizadas". Em resposta, informou-se que o Tenente Sandoval  
Cavalcanti, comandante da Polícia Militar e 1º Vice-Presidente  
do Clube 3 de Outubro potiguar, apurou que não houve coação, mas  
apenas determinação dos locais onde se poderiam realizar os  
"meetings" da entidade<sup>(261)</sup>.

Não houve notícias de que a "União Geral" tenha sido  
molestada até a saída definitiva de Cascardo da Interventoria.  
No entanto, logo após, a entidade seria reprimida e desbaratada  
sob as ordens de Café Filho, alçado à Chefia de Polícia.

A 2 de junho de 1932, finalmente, Vargas aceitou a re  
núncia de Cascardo da Interventoria Federal no Rio Grande do  
Norte. O Interventor afirmou que sua atitude "obedeceu a moti  
vos de ordem geral". Mas acrescentou que "desde o incidente La  
martine" sua vontade "foi abandonar o posto, a fim de melhor  
agir, com mais liberdade de ação". E se voltasse ao Estado iria  
rever "certas medidas e reformas que de início me pareciam opor  
tunas"<sup>(262)</sup>.

Na verdade, a atitude de Cascardo já traduzia, em cer  
ta medida, o desencanto que se apossaria dele poucos meses de  
pois, levando-o a desligar-se do Clube 3 de Outubro e a romper

com os antigos companheiros, denunciando o desvirtuamento da "Revolução", que se desviara de seus compromissos com "as reformas sociais, a redistribuição das riquezas e a implantação do socialismo sem lutas sangrentas" (263).

## 2.6 - Interventoria Bertino Dutra (junho de 1932/junho de 1933)

### 2.6.1 - O cafeísmo finalmente no poder

A solução dada por Vargas para a Interventoria do Rio Grande do Norte inscrevia-se na estratégia de reforçar suas próprias posições face ao enfrentamento cada dia mais acirrado com os constitucionalistas. Isto, inclusive, não passaria despercebido às lideranças dessa corrente. Lindolfo Collor, comentando a situação política, externou seu ceticismo diante da inclinação do Chefe do Governo para a esquerda e aludiu às "nomeações dos Interventores para Matto Grosso e Rio Grande do Norte, tirados da fina flor do tenentismo" como um dado importante, que frustrava as suas expectativas e de seus amigos (264).

Cascardo esclareceu de forma mais particular a indicação do Capitão-Tenente da armada, Bertino Dutra da Silva, informando que ela atendeu a reivindicações de elementos do Clube 3 de Outubro local (265). A própria influência de Cascardo deve ter pesado na indicação de Dutra.

Mas o fato importante, em termos de política local, é que esta designação provocou imediatamente uma demarcação muito nítida de campos. Se a obra de engenharia política de Cascardo consistira em manter as diversas facções relativamente neutralizadas, a ponto de, numa avaliação de meio século depois por um

protagonista, seu governo ter sido considerado moderado e pacífico<sup>(266)</sup>, Dutra marcou seu período justamente pela ruptura desse equilíbrio habilmente conquistado, prestigiando abertamente a facção cafeísta em detrimento dos liberais. Com isso Dutra rompeu com a norma cascadiana (de origem tenentista, com nítido caráter tecnocrático) de "administrar sem fazer política".

Um dos primeiros atos do novo Interventor foi a nomeação de João Café Filho para o estratégico cargo de Chefe de Polícia. Em Mossoró, a Prefeitura foi restituída aos cafeístas, com a indicação de Tertuliano Ayres<sup>(267)</sup>, mais tarde substituído por Raimundo Jovino de Oliveira, comerciante, da mesma corrente<sup>(268)</sup>; o mesmo ocorreu em Areia Branca<sup>(269)</sup>. Além desses cargos, os cafeístas ocupariam a direção da Imprensa Oficial, através do advogado Rosemiro Robinson Silva, o qual substituiu o jornalista Joaquim de Fontes Galvão<sup>(270)</sup> (um dos organizadores, em 1935), da Aliança Nacional Libertadora em Natal).

A convivência entre as duas correntes que fizeram a Revolução no Rio Grande do Norte sempre foi marcada pela disputa em torno do poder, por uma rivalidade constante e por conflitos exacerbados. A corrente liberal - de Silvino Bezerra, Dinarte Mariz, Bruno Pereira e outros - estava cada vez mais convencida de que a Revolução fugia a seus compromissos, prolongando a situação discricionária e postergando indefinidamente o reencontro com a ordem constitucional. Para os liberais, uma prova segura dessa disposição era o prestígio dado no Estado ao cafeísmo, cuja sustentação política assentava, segundo a visão do grupo, na agitação das massas operárias. O rompimento definitivo entre as duas correntes se deu em junho de 1932, com a fundação da União Democrática Norte-Rio-Grandense, sob a direção do Mon

senhor João da Matha Paiva e Gentil Ferreira de Souza, ambos revolucionários desiludidos.

A nova organização se inspirava abertamente na experiência das Frentes Únicas do Sul, propondo-se iniciar um movimento cívico no Estado para constituir a frente única pela constitucionalização, em articulação com os partidos gaúchos<sup>(271)</sup>. A consequência natural desse posicionamento foi a aproximação da agremiação recém-criada com a corrente dos políticos derrotados em 1930: José Augusto, o líder mais conspícuo daquela corrente foi indicado como representante do novo partido "junto às forças políticas nacionais".<sup>(272)</sup> Do interior, lideranças políticas representando as "classes conservadoras" se solidarizaram com o novo partido em sua luta pela autonomia do Estado<sup>(273)</sup>.

O jornal A Tarde (porta-voz dos liberais e arauto da campanha constitucionalista) foi submetido à censura. Seu Diretor, Bruno Pereira, queixou-se ao Ministro da Justiça, Francisco Campos, que pediu informações sobre o fato a Bertino Dutra. Respondendo ao Ministro, o Interventor disse que a censura era necessária para impedir que Pereira continuasse divulgando notícias falsas (segundo Dutra ele havia noticiado a queda de Vargas e transmitiu para fora do Estado o anúncio da deposição do Interventor)<sup>(274)</sup>.

Poucos dias depois A Tarde era empastelada. Dutra respondeu às acusações de responsabilidade no empastelamento, atribuindo-o a uma simulação dos adversários com o fito de "provoocar fora do Estado ambiente desfavorável à atual administração"<sup>(275)</sup>. O inquérito mandado instaurar pela Interventoria concluiu seus trabalhos sem nada apurar.

O fato é que a Frente Única potiguar estabeleceu, atra

vês de José Augusto (então no Rio de Janeiro), fortes vinculações com os rebeldes paulistas e conspirou internamente pela de posição do Interventor, envolvendo parte da oficialidade da polícia. Descoberta a conspiração, foram presas suas principais lideranças, entre as quais, o Desembargador Silvino Bezerra, o ex-Deputado Federal Elói de Souza, os "liberais" José Mesquita e Omar Lopes Cardoso e seis oficiais da polícia<sup>(276)</sup>.

A prisão do Desembargador Silvino Bezerra gerou atritos entre o Superior Tribunal de Justiça do Estado e a Interventoria. O Tribunal protestou contra a prisão "sem formalidade e sem motivo conhecido", desconheceu a denúncia de conspiração feita pelo Interventor, repudiou a acusação que este lhe formulou, de intervenção em assuntos políticos e comunicou seu protesto ao Supremo Tribunal Federal<sup>(277)</sup>.

A agitação contra o governo, entretanto, continuava: passeata estudantil em Natal, manifestação de solidariedade a São Paulo em Mossoró<sup>(278)</sup>, movimentação no meio operário da capital. A Interventoria fez ameaças, advertiu os "elementos descontentes", os estudantes "explorados por reacionários", os operários envolvidos "por meia dúzia de comunistas"<sup>(279)</sup>.

Esses primeiros momentos da Interventoria Dutra assinalaram um rearranjo das forças políticas, uma redefinição da correlação de forças. A Interventoria e seus aliados (o cafeísmo) conceberam uma larga ofensiva em várias frentes com o objetivo de conquistar apoio de massa para as suas posições. Apoiando-se na máquina do Estado, e particularmente em seu aparato repressivo e nos instrumentos de arbítrio ditatorial (como a suspensão das garantias individuais, da liberdade de expressão e

de organização), a aliança tenentismo-cafeísmo usou amplamente a repressão policial e a censura para combater os "extremismos": o "extremismo oligárquico", "reacionário", "saudosista", restaurador da velha ordem política destruída em 30; e o "extremismo" comunista, "subversivo", desagregador da ordem social.

Neste momento, o cafeísmo perdeu suas características "heróicas" da primeira fase. Se nos anos vinte, ele fora instrumento de revolta e protesto contra uma ordem liberal-excludente, que marginalizava inapelavelmente as massas urbanas e a classe operária em particular, agora, nos anos trinta, ele se converteu em mera ideologia de manipulação, de imposição do projeto de sindicalização no molde corporativo, apoiado no aparato governamental e centrado na idéia de colaboração - o sindicato concebido como parte do aparelho de Estado, como órgão de cooperação com os poderes estatais.

A política adotada pela aliança tenentismo-cafeísmo em relação ao operariado e às baixas classes médias urbanas (comerciários, funcionalismo civil), tinha duas faces que se complementavam: a repressão e a cooptação. Quanto ao primeiro aspecto, tratou-se de afastar a influência dos comunistas e as tentativas de sindicalismo independente, impondo o modelo do Decreto nº 19.770 ( de 19 de março de 1931) do sindicato único por categoria profissional, reconhecido pelo Estado e submetido à tutela do Ministério do Trabalho<sup>(280)</sup>. Quanto ao segundo aspecto, envolveu a sindicalização massiva, com o objetivo de criar uma extensa massa de manobra, amoldável às conveniências políticas do grupo no poder. Como elemento de concessão, apresentavam-se os novos direitos trabalhistas, como a limitação da jornada de trabalho.

Mas para isso era necessário quebrar a resistência do próprio movimento operário. Neste sentido, a Chefia de Polícia exerceu uma repressão seletiva sobre os comunistas, que eram a única corrente no Rio Grande do Norte que resistia ao sindicalismo de Estado, tentando organizar os trabalhadores de forma independente e politizando a ação sindical enquanto momento da luta de classe do proletariado contra a dominação do capital. Os comunistas, embora fossem bastante organizados, constituíam uma restrita minoria dentro do movimento operário da capital, o que facilitou a tarefa de repressão.

O alvo principal da ação repressiva era o Partido Comunista Brasileiro - PCB e sua organização no meio sindical, a União Geral dos Trabalhadores (UGT). Uma das principais lideranças do PCB em Natal, o sapateiro José Praxedes (futuro membro do Governo Popular Revolucionário de 1935) foi preso e deportado para o Rio de Janeiro.

Quando eclodiu a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em julho de 1932, o Partido Comunista, segundo Praxedes, "ficou contra o movimento paulista e pregava uma posição de neutralidade"<sup>(281)</sup>. No entanto, o partido fazia agitação "pela convocação da constituinte, pela jornada de oito horas de trabalho, pela participação das mulheres no processo eleitoral, pelo voto secreto e pelo voto dos analfabetos"<sup>(282)</sup>.

A UGT foi proibida de funcionar, acusada de fazer "propaganda subversiva à ordem pública" e de proclamar em boletim "um movimento de rebeldia das forças armadas contra as autoridades constituídas". A Chefia de Polícia não hesitou em recomendar abertamente o uso de violência contra reuniões da entidade, "caso se verifique resistência"<sup>(283)</sup>.

Em outra ofensiva contra a UGT, a polícia fechou a sede de um clube esportivo por ela organizado, recolhendo o material esportivo e os bilhetes de uma rifa em benefício do jornal O Proletário. O objetivo do clube, segundo os órgãos policiais, seria "atrair a mocidade operária e dela servir-se na campanha de subversão da ordem pública..." (284).

A mobilização contra a revolta paulista, todavia, conseguiu carrear apoio popular ao governo. O 29º Batalhão de Caçadores e contingentes da polícia militar foram enviados para a frente de luta em São Paulo. A Interventoria criou uma "Milícia Revolucionária", formada por voluntários, recrutada entre operários, estudantes e funcionários. No bairro da Ribeira, a 2ª Cia da Milícia era formada por 100 estivadores (285).

Foram enviados quase três mil homens para combater em São Paulo. Realizou-se um comício de apoio ao Governo Provisório e à Interventoria (286). A própria Milícia colaborou no policiamento da capital, face ao deslocamento de efetivos policiais para o Sul.

A Interventoria, porém, não se descuidou em tomar medidas que lhe assegurassem um apoio mais efetivo e duradouro. Frente à perspectiva de eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, marcadas para 3 de maio de 1933 - cuja realização Vargas reiterara no próprio manifesto em que denunciara à Nação a rebelião paulista -, era necessário que se adotasse uma estratégia adequada, tendente a ocupar espaços políticos. Antes, dado o pouco grau de confiança que inspirava a polícia militar, resolveu-se criar uma guarda civil militarizada, sob o comando de um oficial de polícia e subordinada ao Departamento de Segurança Pública (287).

O aspecto principal, no entanto, da política interventorial nesta conjuntura, foi a estratégia de sindicalização emanada da política trabalhista do Governo Provisório. Neste sentido, o Interventor e Café Filho, em particular, dedicaram-se a uma intensa campanha em prol da sindicalização da classe trabalhadora, estimulando, patrocinando diretamente ou apoiando a organização de novos sindicatos.

O êxito dessa política evidenciou-se no apoio das "classes sindicalizadas" à política interventorial nos mais diversos momentos: por ocasião da rebelião paulista, na campanha do alis tamento eleitoral, em comícios e manifestações de solidariedade ao Interventor e em participação ativa e formal (através de representações designadas) na organização do partido oficial para concorrer às eleições de 3 de maio. Para melhor viabilizar essa mobilização controlada da classe trabalhadora, criou-se uma en tidade, a Federação Regional do Trabalho - FRT, sob a direção do líder cafeísta Sandoval Wanderley, que declarou explicitamente seu objetivo de "controlar" suas congêneres<sup>(288)</sup>.

É significativo que a fundação da FRT tenha se dado no momento em que se desarticulava, pela repressão policial, a União Geral dos Trabalhadores (UGT). Tratava-se de garantir a direção governamental (e cafeísta) sobre o movimento sindical e operário, conduzindo-o dentro do espírito da ordem e da colaboração com as autoridades e respaldando as pretensões eleitorais da facção no poder.

No Rio Grande do Norte os estivadores e os operários das salinas eram as categorias proletárias mais importantes; o cafeísmo investiu pesadamente no controle do sindicato dos estivadores, que foi o primeiro a ser reconhecido pelo Ministério

do Trabalho. Os Estatutos da União dos Operários Estivadores são um modelo enquanto tentativa de imposição e controle ideológicos sobre uma categoria de trabalhadores; neste documento, por exemplo, se declara que ficava proibida entre os estivadores a propaganda de "idéias subversivas" e se proclama que o sindicato não daria apoio a greves que não tivessem intuítos conciliatórios. Apesar deste empenho do governo na área sindical, ao terminar o ano de 1933, somente três sindicatos se achavam reconhecidos pelo Ministério do Trabalho: o Sindicato dos Estivadores de Natal, que passou a chamar-se União dos Operários Estivadores; o Sindicato dos Auxiliares do Comércio de Natal e o Sindicato dos Estivadores de Areia Branca<sup>(289)</sup>.

A presença política dos sindicatos se fez de forma ostensiva e sob o controle oficial. A Chefia de Polícia, a Interventoria e a Federação Regional do Trabalho - FRT participaram diretamente da organização de novos sindicatos, de reuniões e atividades sindicais. Houve uma enorme proliferação de entidades sindicais, particularmente se se considerarem as dimensões de uma economia na qual as atividades urbanas eram ligadas à exportação, ao comércio interno e à administração de governo, praticamente inexistindo indústrias, no sentido moderno do termo. As categorias mais importantes, do ponto de vista da organização econômica, eram estivadores, comerciários, ferroviários, operários da construção civil, motoristas, padeiros, etc., quase todos organizados em sindicatos<sup>(290)</sup>.

ANTUNES<sup>(291)</sup> observa que se a política sindical do governo Vargas tem "uma dimensão controladora", ela só obtém êxito na medida em que a legislação trabalhista faz à classe operária concessões reais que correspondem a reivindicações his

tóricas do proletariado brasileiro (limitação da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho das mulheres e menores, lei de férias, justiça do trabalho, salário mínimo, etc., (292).

Este duplo aspecto da relação do governo Vargas com a classe trabalhadora é que lhe permite conferir alguma eficácia à sua política de manipulação, embora se deva reconhecer que o controle sobre o movimento operário só adquire um caráter mais completo com o uso intensivo do aparato repressivo que se segue à Insurreição Comunista de 1935.

No Rio Grande do Norte, a aliança tenentismo-cafeísmo, particularmente durante a interventoria Bertino Dutra, fez uso da legislação trabalhista como instrumento de legitimação. Isto pode ser exemplificado com a questão da duração da jornada de trabalho, regulamentada em oito horas pelos Decretos federais nºs 21.186, de 22 de março de 1932 (para o comércio) e nº 21.364 (para a indústria e outros setores), de 04 de maio de 1932.

O Interventor baixou circular, dirigida aos chefes de repartições e prefeitos, instruindo o cumprimento dos Decretos no âmbito das administrações estadual e municipais (293). O Prefeito da capital, Capitão Sandoval Cavalcanti, estendeu a regulamentação das oito horas de trabalho ao comércio da capital (294). Em Mossoró, houve uma reunião entre o Prefeito, a Associação Comercial e a União Caixeiral para estudar a execução do decreto federal no município (295).

Apesar do êxito conseguido pela facção no poder em garantir, através dos sindicatos tutelados, o apoio da massa trabalhadora à sua política, nem sempre o movimento sindical limitava-se aos parâmetros impostos de cima. A realidade mais viva da exploração, aliada ao trabalho político, à margem da lei,

dos comunistas, por vezes levava a massa operária ao confronto direto com o capital. E esta luta, mesmo não ultrapassando a esfera das reivindicações econômicas, assumia contornos violentos, dada a resistência da classe dominante em atenuar as condições de superexploração dos trabalhadores.

Em Mossoró o desenvolvimento da atividade salineira concentrava um expressivo contingente operário e a organização da produção dava-se nos moldes da grande empresa. No entanto o caráter sazonal da atividade assegurava uma subordinação real do trabalhador ao capital apenas de forma parcial e temporária. Trabalhador fabril durante parte do ano, transformava-se em me eiro, arrendatário ou assalariado temporário na lavoura, na ou tra parte.

Nesse sentido a formação de uma consciência operária enfrentava dificuldades, mas, ao mesmo tempo, abria possibilidades para questionar (a partir da luta contra a exploração pelo capital industrial avançado, no setor salineiro), também a ex ploração tradicional, baseada na dependência pessoal e nas for mas de dominação política oligárquica, no setor agrícola da re gião do Vale do Açu.

Qualquer movimentação operária na região salineira produzia imediatamente um estado de tensão política, devido ao grau de organização dos trabalhadores e à presença dos comunis tas no trabalho sindical, fazendo a ligação entre os sindica tos de salineiros e outras categorias (estivadores, pedreiros, trabalhadores da estrada de ferro) e os sindicatos rurais das regiões próximas.

Em fins de 1932 os operários das salinas desencadeara m um movimento grevista em protesto contra imposições dos pro gr

prietários, que exigiam uma produção de 36 a 38 cuias de sal por alqueire, considerada ilegal pelos trabalhadores, que reivindicavam o alqueire de 32 cuias<sup>(296)</sup>. Os trabalhadores já haviam se dirigido ao Prefeito, solicitando-lhe fiscalização para impedir a imposição dos proprietários<sup>(297)</sup>, sem que a situação tivesse se modificado.

Correram boatos de que entre os operários havia grupos armados, o que, embora não constatado, levou o titular da 4a. Delegacia Auxiliar, Dr. Epitácio Fernandes, a efetuar prisões de trabalhadores. Intervieram no conflito a Chefia de Polícia, a Federação Regional do Trabalho e o Clube 3 de Outubro local.

O jornal Correio do Povo e o Clube 3 de Outubro apoiaram as reivindicações dos operários, mas o fizeram com cautela. O jornal chegou a criticar a ação do delegado, considerando-a "precipitada"; denunciou os "reacionários" que tentavam explorar a situação e fez um apelo conciliatório aos industriais e grevistas. Por sua vez, o Clube 3 de Outubro de Mossoró afirmou patrocinar o movimento sindical de acordo com o Decreto nº 19.770 e apoiou as pretensões operárias, mas preveniu os grevistas quanto à ação de "elementos extremistas" (os comunistas) e da "facção decaída", dirigindo apelos ao Interventor, à Federação Regional do Trabalho e ao Clube 3 de Outubro de Natal.

Gestões do Interventor interino, Ezequias Pegado, junto ao Clube 3 de Outubro de Mossoró, induziram o prefeito a expedir o decreto nº 42, padronizando o alqueire de 32 cuias, resolvendo, portanto, de acordo com as reivindicações operárias, o conflito grevista<sup>(298)</sup>.

A ação interventorial objetivando legitimar-se junto

às camadas populares não se limitaria, porém, ao movimento sin  
dical. Foram adotadas medidas tendentes a conter a alta do  
custo de vida, com a criação de uma Comissão de Abastecimento  
que tabelou os preços de gêneros de primeira necessidade para  
períodos de quinze dias e fixou uma sobretaxa que incidia na ex  
portação do gado, com o objetivo de garantir o consumo interno  
do Estado. Outras iniciativas foram a construção de uma vila  
operária e a criação de uma Caixa de Crédito Operária, em Na  
tal, para fazer "pequenos empréstimos a operários, jornaleiros,  
pequenos agricultores, etc." (299).

Medidas mais ousadas, sobretudo por ferir interesses  
da classe dominante de grandes proprietários rurais, foram o  
decreto referente ao cercamento dos campos de criação de gado  
e a instituição do crédito agrícola e das Juntas Rurais (300).

O Decreto sobre cercamento de campos de criação, de  
nº 371, de 25 de novembro de 1932, declarava como objetivo a  
defesa da lavoura dos trabalhadores pobres e multava os donos  
de animais que destruíssem lavouras. Esse decreto, naturalmen  
te, gerou numerosos protestos e deve ter reduzido ainda mais o  
prestígio da interventoria junto às camadas tradicionais, embo  
ra não se tenha notícia de sua efetivação. Quanto às Juntas Ru  
rais, seu objetivo era julgar questões de limites de proprieda  
des até 2 contos de réis, desde que uma das partes fosse compro  
vadamente pobre nos termos da lei de assistência judiciária.  
Em princípio, as Juntas poderiam coibir a apropriação de terras  
de posseiros e de pequenos proprietários por parte dos grandes,  
mecanismo tradicional, no Nordeste, de concentração fundiária.  
Na prática, porém, isto exigiria a existência de um judiciário  
independente das pressões dos "caciques" locais e um trabalho

paciente de educação política da massa de trabalhadores rurais, condições que a Interventoria não tinha capacidade, nem talvez interesse em criar.

A implementação do crédito agrícola propunha o ambicioso projeto de libertar o pequeno proprietário "da venda forçada dos seus produtos ainda 'na folha', à mercê da avaliação impiedosa do açambarcador". Todavia as condições exigidas para a concessão do crédito eram demasiado complicadas para trabalhadores desabituados a esse tipo de negócios e, em geral, analfabetos. Exigiam-se hipoteca ou promissória avalizada, além da obrigação de filiar-se a uma cooperativa de produção a ser ainda fundada na capital. Além do mais, as condições de pagamento (quatro prestações quinzenais, sendo a primeira no início do plantio e as restantes durante o tratamento da lavoura) inviabilizavam, para o pequeno produtor agrícola, o cumprimento das obrigações contratuais. Seria necessário esperar que ele comercializasse a safra. Mesmo assim, a estrutura de comercialização nas mãos do capital mercantil e dos grandes proprietários não permitiria que o pequeno agricultor firmasse sua independência financeira, pois isto comprometeria os mecanismos de captação do excedente, na esfera da circulação, por parte daquele capital.

Para completar a absoluta inviabilidade do programa de crédito agrícola, tão decantado pelo órgão oficial, acrescenta-se a carência de recursos financeiros por parte do governo, o que foi admitido pelo Secretário Geral da Interventoria, Tenente Sérgio Marinho, ao colocar as limitações do erário público como o principal entrave para o programa.

Em conclusão, o programa de crédito agrícola é uma

amostra da estratégia interventorial-cafeísta para lançar, entre as classes populares, bases de sustentação. Programa improvisado, revelando desconhecimento e/ou desinteresse em relação às condições reais do pequeno agricultor, ele se revelaria ineficaz do ponto de vista técnico e econômico, e de resultados duvidosos do ponto de vista político.

No início de dezembro de 1932, Bertino Dutra foi à Capital Federal tratar oficialmente de assuntos da economia do Estado. Além de tentar encaminhar uma solução para o problema da dívida externa estadual reivindicou:

*"um navio de pesca para o Estado; construção de um quartel para o 29º Batalhão de Caçadores; restituição do armamento deixado pela polícia; aumento de capital para o Banco do Rio Grande do Norte; armazéns alfandegados para sal; crédito para a lavoura e a indústria"* (301).

Conseguiu liberar autorização para a construção do quartel do 29º Batalhão de Caçadores, dois mil contos para a drenagem do Vale do Ceará-Mirim e recursos para o prolongamento de 100 metros do cais do Porto de Natal (302).

Em longa entrevista a O Radical, Dutra fez um balanço de sua administração. Entre as realizações que enumerou, gostaríamos de destacar as mais relevantes para o entendimento do tipo de problemas que se colocavam e das respostas que traduziam a orientação política de seu governo.

Criou uma Diretoria Geral de Secas (Decreto nº 307, de 13 de julho de 1932), subordinada à Secretaria Geral, o que a colocava sob a supervisão quase direta do Interventor; reivindicou, junto ao Ministro José Américo, a vinda de um Distrito

de Secas (divisão administrativa da IFOCS) para o Rio Grande do Norte, reclamando da subordinação do Estado ao 2º Distrito, localizado na Paraíba, o que lhe acarretava entraves burocráticos e prejuízos econômicos.

Fundou núcleos agrícolas nos vales de Maxaranguape, São Miguel e Jundiá, localizando aí 2.000 trabalhadores, expulsos de sua região de origem pela seca; esses trabalhadores foram orientados para a policultura, iniciando o plantio de algodão, milho, feijão, mandioca, batata, trigo, mamona e outros produtos.

Realizou, em outubro de 1932, um Congresso de Prefeitos, que discutiu uma extensa pauta: 1º) economia: sal, açúcar, algodão, cera de carnaúba, portos, pesca, etc.; 2º) finanças: arrecadação, dívidas, orçamento, fiscalização, crédito agrícola; 3º) problemas sociais: sindicalização, salário mínimo, cooperativismo, secas, emergência, abastecimento; 4º) problemas políticos: organização de partidos, programas, alistamento eleitoral; 5º) problemas administrativos: funcionalismo, obras públicas, saúde pública, instrução e segurança pública, etc.

Outras realizações foram o decreto que determinou o cercamento dos campos de criação e a instituição das Juntas Rurais, ambos já comentados. Houve também a criação da Diretoria de Estatística e da Comissão de Abastecimento e das Guardas Civil e Noturna devido à desconfiança com o quadro de oficiais da polícia militar, muitos dos quais haviam se comprometido com a revolta paulista<sup>(303)</sup>.

## 2.6.2 - Constituinte à vista

Embora não haja transpirado no noticiário jornalístico, Bertino Dutra deve ter discutido, com Vargas e outros próceres políticos, a questão da preparação visando às eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, que se realizaria a 3 de maio de 1933.

A derrota da revolução paulista não significou o fim das aspirações constitucionalistas, que persistiam fortemente em Minas, no Rio Grande do Sul e mesmo em São Paulo derrotado, assim como nos outros Estados. Ao Governo Provisório, vitorioso na guerra civil e contando agora com o sólido apoio das situações dominantes em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, afigurava-se vantajoso conduzir o processo de reconstitucionalização segundo os seus interesses e de acordo com suas regras.

Acresce que Vargas, um político atento às mudanças econômicas e sociais do país, era também um conservador, um estancieiro formado na escola da oligarquia e não lhe interessava cair sob a tutela das lideranças tenentistas, o que poderia ser inevitável se ele resolvesse prolongar a ditadura. Certas propostas do tenentismo, como a realização de uma reforma agrária ou a formação de um partido nacional revolucionário, não teriam o seu assentimento, embora ele não tivesse interesse em descartar inteiramente o apoio do grupo, pelo menos até certo momento. Outra razão era a necessidade de desarticular o tenentismo enquanto movimento autônomo, que comprometia a disciplina militar, a preservação dos padrões de hierarquia no seio da força armada, particularmente do Exército, o que preocupava seriamente generais e oficiais superiores.

Com as eleições, os tenentes se veriam obrigados a

conduzir sua ação política fora dos quartéis, no âmbito dos partidos a serem criados, onde tenderiam a ser relativamente diluídos junto aos grupos civis.

Logo após a rendição paulista, a 2 de outubro de 1932, Vargas reorganizou o ministério e reafirmou a convocação da Constituinte. Para o Ministério da Justiça ele convocou o gaúcho Francisco Antunes Maciel Júnior; para o Ministério da Educação e Saúde Pública, o mineiro Washington Pires (em substituição ao também mineiro Francisco Campos), e para o da Agricultura, Juarez Távora<sup>(304)</sup>. Esta reorganização ministerial atendeu a necessidade de contemplar as forças que deram respaldo ao combate contra a sublevação de São Paulo.

Os tenentes, em sua maioria, se adaptaram à nova situação, embora com restrições. Alguns, como Hercolino Cascardo, se desiludiram e se afastaram progressivamente do Clube 3 de Outubro, convictos de que a Constituinte traria de volta o domínio dos "políticos profissionais".

Agora, a palavra de ordem entre os antigos tenentes passou a ser o trabalho de articulação partidária, utilizando a máquina das Interventorias, particularmente as do "Norte". Juarez Távora foi o grande articulador deste movimento. Em reunião no Ministério da Agricultura discutiu-se a arregimentação do Partido Liberal do Rio Grande do Sul e do Partido Progressista de Minas com vistas ao pleito constituinte. Na mesma reunião resolveu-se providenciar a organização de partidos revolucionários no Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte<sup>(305)</sup>.

O Interventor, ao retornar ao Rio Grande do Norte no início de janeiro de 1933, organizou uma excursão ao interior do Estado, acompanhado de Café Filho e outros auxiliares, fazen

do a propaganda do alistamento eleitoral e arregimentando apoio político. Além de prefeitos, autoridades, lideranças políticas e representantes das "classes conservadoras", Dutra foi recebido por líderes operários e fez visitas a sindicatos<sup>(306)</sup>. Na capital fizeram-se passeatas, comícios e reuniões cívicas, visando ao alistamento eleitoral, onde a presença das entidades sindicais era sempre destacada<sup>(307)</sup>.

Apesar do prestígio que cercou o Governo Provisório após a vitória sobre São Paulo, e do otimismo que caracterizava a movimentação do Interventor e seus aliados, as oposições se organizaram mais rapidamente.

Vimos como a campanha pela Constituinte e pela autonomia do Estado e a solidariedade à revolução paulista reaproximaram gradativamente determinados segmentos da Aliança Liberal e o Partido Republicano de José Augusto e Lamartine. Por ocasião da formação da União Democrática Norte-Rio-Grandense, em junho de 1932, pelos revolucionários descontentes com a orientação das interventorias e o prestígio do cafeísmo, já essa aproximação era evidente sendo o partido representado por José Augusto "junto às forças políticas nacionais".

Quando um grupo, formado por esses antigos aliados e políticos egressos da situação deposta, se uniu para se solidarizar com São Paulo e promoveu comícios e reuniões cívicas, articulando uma conspiração contra o Interventor Bertino Dutra, que envolveu, inclusive, oficiais da polícia militar, a repressão que se seguiu (prisão de inúmeras pessoas em Natal e Mossoró, demissão de funcionários, proibição da imprensa oposicionista) soldou definitivamente a nova aliança. No comentá

rio de Dinarte Mariz: "A derrota de São Paulo ao invés de traumatizar aqueles que estavam contra a ditadura, ao contrário, estimulou-os a novas lutas e a perseguirem o regime democrático" (308).

A confirmação da convocação da Constituinte (que tinha sido o principal objetivo da Revolução Paulista) e as novas articulações políticas que se fizeram a nível nacional (reforma ministerial, reorganização da comissão constitucional, alistamento eleitoral, organização de partidos) de certa forma conferiram prestígio e deram ânimo novo às correntes constitucionalistas. CARONE comenta que naquele momento "a voz geral é a luta a favor de um retorno ao regime constitucional" (309).

Dinarte Mariz renunciou à prefeitura de Caicó pouco antes de Bertino Dutra assumir a Interventoria e articulou-se com a oficialidade do 29º Batalhão de Caçadores, em grande parte comprometida a acompanhar o movimento de São Paulo. Todavia o Batalhão terminou por seguir para a frente paulista, incorporando-se às forças legalistas do Governo Federal.

Este fato e o desbaratamento da conspiração contra Bertino Dutra obrigaram Dinarte Mariz a seguir com nome ficticio para o Rio de Janeiro, onde fez contatos com José Augusto e, através dele, "com ativistas da Revolução constitucionalista", inclusive o Coronel Luís Lobo, que comandava um grupo de oficiais que seguia para São Paulo, não indo ele próprio para a frente de batalha por conta de dificuldades surgidas à última hora.

Juntos, no Rio de Janeiro, Mariz e José Augusto repassaram a situação política do Rio Grande do Norte e, quando o primeiro voltou a Natal, foi portador de cartas de José Augus

to às antigas lideranças do Partido Republicano e às novas lideranças surgidas da Revolução de 30. MARIZ relata que seu grupo (os liberais) chegou à conclusão de que teria de "fazer política, e só podíamos fazer política com o povo e com aqueles que tivessem popularidade para nos ajudar" (310). Resolveram trazer o ex-governador, que foi recebido em Natal por representantes de quase todos os municípios do Estado.

José Augusto fez "a conciliação entre os elementos novos" e aqueles "que vinham do passado, e que obedecendo à sua liderança incrivelmente unânime ainda, dispostos a lutar a seu lado". Já havia, então, um certo consenso em torno da necessidade de uma nova agremiação política "para combater a ditadura" (311).

José Augusto, Dinarte Mariz e mais alguns correligionários percorreram quase todos os municípios do Estado, enfrentando proibição de comícios, interrupção de passagem e ameaças. "Não houve um município em que uma chefia daquelas antigas recusasse o apoio a José Augusto" (312).

A 12 de fevereiro de 1933, com a participação de representantes de todos os municípios do Estado, era fundado o novo partido, que se chamaria Partido Popular do Rio Grande do Norte, resultado de uma fusão dos antigos Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte, dirigido por José Augusto, e União Democrática Norte-Rio-Grandense, dirigido pelo Monsenhor João da Matha Paiva. O Presidente e o Vice-presidente do Partido Popular eram, respectivamente, José Augusto e o Monsenhor Matha. Faziam parte da diretoria provisória Francisco Martins Vêras, Joaquim Ignácio de Carvalho Filho, Dinarte Mariz e outros (313).

Segundo Dinarte Mariz, os partidários da Intervento

ria haviam decidido não permitir a reunião de fundação do Partido Popular. Esta só foi possível devido à presença de Francisco Martins Vêras, Delegado Auxiliar em Recife, inibindo a ação policial contra os "populistas", como passariam a ser conhecidos os partidários da nova agremiação. Chiquito Vêras havia sido companheiro de conspiração de Dinarte Mariz em 1930, transferindo-se depois para Pernambuco, onde assumiu cargo policial de relevo, chegando a ocupar interinamente a chefia de polícia. Convidado, por iniciativa de Mariz, a compor a chapa do partido à Assembléia Nacional Constituinte, veio participar de sua fundação<sup>(314)</sup>.

Justificando as idéias do Partido Popular, José Augusto identificou na ausência de castas e classes privilegiadas e no "sentido de liberdade" revelado em nossa história, a "vocaçãõ democrática" do País. Por outro lado, atribuiu as falhas da democracia brasileira à ausência de política educacional, de partidos nacionais programáticos e ao presidencialismo, que promovia a concentração do poder e alimentava as tendências à ditadura<sup>(315)</sup>.

O programa do Partido Popular fez algumas concessões vagas e genéricas às novas idéias que ocupavam a cena ideológica com o advento do Movimento de 30, sem se comprometer, porém, com o reformismo social ou o intervencionismo estatal, mantendo basicamente fidelidade aos postulados do ideário liberal. Neste sentido emitiu formulações sobre a instituição de "Conselhos econômicos e técnicos de caráter informativo...", a "Consagração do princípio dos direitos sociais" e a unidade do poder judiciário e do direito substantivo e processual, este em seus princípios básicos. Mantinha, no entanto, a proposta de um regi

me representativo sob uma forma parlamentarista, o sistema fe  
derativo com base explicitamente nos Estados e a autonomia munici  
cipal. Propugnava o voto secreto proporcional e o voto feminino.

A proposta de unidade do direito e do processo não impl  
plicava, no programa do partido, unidade de organização do pode  
der judiciário em todos os níveis, ponto básico do programa do  
Clube 3 de Outubro, destinado a preservar o judiciário da influên  
ência dos "poderes locais". A defesa do regime representativo  
"puro" opunha-se à proposta do Clube 3 de Outubro e da União  
Cívica Nacional (partido organizado pelos tenentes) da representa  
ção por "classes". E o sistema federativo supunha a conservaç  
ção de grande parte dos poderes dos Estados, conflitando com a  
proposta das correntes outubristas por uma maior centralização.

No plano econômico o programa referia-se ligeiramente  
à indústria para consagrar proteção àquelas "que tenham possibi  
bilidade de florescimento no país", mantendo implicitamente a  
velha e retrógrada distinção entre indústrias naturais e artifici  
ciais. Defendia a propriedade privada, pedia incentivos para a  
agricultura, plano de transportes, crédito agrícola, combate ao  
latifúndio (mas, sem indicar como) e "constitucionalização do  
problema das seccas do Nordeste".

No plano social, defendia o casamento indissolúvel,  
o ensino religioso facultativo, a assistência social e a defesa  
do operário e do sindicalismo livre. Este último ponto conflitava  
abertamente com a orientação dominante no governo de manter um  
sô sindicato por categoria profissional, sob a tutela do Estado  
do<sup>(316)</sup>.

Deve-se notar que esses pontos referentes ao programa  
social do Partido Popular já indicavam uma aproximação com as

propostas da Igreja Católica neste terreno. Esta, preocupada em recuperar no campo da sociedade civil a influência que perdera desde a laicização do Estado com a República, vai procurar aliar-se aos partidos que abram espaço à ação social da Igreja e concordem com certas concepções fundamentais.

A defesa da família e do casamento indissolúvel, do ensino religioso nas escolas, da assistência social aos "pobres" (onde a Igreja poderia "colaborar") e do sindicalismo livre, incluíam-se nesta perspectiva. Este último ponto era extremamente importante, dado o interesse da Igreja em penetrar no meio operário-sindical, interesse este dificultado pelo regime do sindicato único<sup>(317)</sup>.

Enquanto o Partido Popular lançava-se à campanha eleitoral, a Interventoria aglutinava suas forças políticas preparando a fundação do partido oficial. A agremiação seria tributária da União Cívica Nacional, articulada por Juarez Távora e Oswaldo Aranha.

Dutra e Café Filho não se descuidaram de procurar apoio em chefes políticos tradicionais, geralmente divergentes ou desafetos da política de José Augusto e Lamartine, representantes das oposições municipais, das correntes que nos municípios, por motivos pessoais, por brigas entre famílias, por razões econômicas ou políticas foram preteridos no "velho regime" em favor de outras facções.

É ilustrativo neste sentido o caso dos Saldanha ("coronéis" Benedito e Joaquim Saldanha), do Vale do Apodi. No governo José Augusto, em decorrência de divergências municipais, as propriedades dos Saldanha foram invadidas por uma força policial que praticou depredações, espancou e prendeu familiares

e dependentes. Os Saldanha tornaram-se inimigos jurados de José Augusto e seus aliados e mobilizaram 150 homens em armas na Revolução de 30.

Nem todas as chefias tradicionais que acompanhavam a Interventoria tinham motivos tão drásticos para fazê-lo; mas é impossível negar que havia (até naturalmente, pelo caráter "pa

O escritor e jornalista Peregrino Júnior afirmou em entrevista que, além do povo, do operariado, ao lado do Comte. Dutra estava

*"os Saldanha, os Vêras, os Azevedos, os Dantas, os Carrilhos, os Varelas, os Barbalhos, os Rodopianos, os Siqueiras, os Leites, os Macedos, os Fonecas, os Herôncios, os Pinheiros, etc<sup>(318)</sup>."*

Isto demonstra, portanto, que a aliança Café-Bertino Dutra permitiu a constituição de mais uma facção "oligárquica", em oposição à facção que dominara no passado recente.

O Partido Social Nacionalista do Rio Grande do Norte (PSN) foi fundado a 4 de abril de 1933, com a presença de representantes dos municípios, delegados dos núcleos regionais do Clube 3 de Outubro, representantes de associações de classe do interior e da capital "e demais elementos do nosso mundo social e político". O diretório efetivo era presidido pelo Padre José de Calazans (membro do Conselho Consultivo estadual) e constituído pelo Tenente Sérgio Marinho, Café Filho, Dr. Aníbal Martins Ferreira (Prefeito de Natal), Srs. Rodopiano de Azevedo e

Joaquim Saldanha e Dr. Pedro Dias Guimarães (319).

Em seu manifesto o Partido Social Nacionalista criticou o velho regime pelo desvirtuamento dos princípios democrático-republicanos, pela hipertrofia do Executivo e pela concentração de poderes na pessoa do presidente. A Revolução de 1930 respondeu aos anseios de liberdade e sua ideologia era "orientada em sãos princípios de moral, justiça, honestidade e assistência social". Propunha-se a trabalhar pela "paz, distribuição de justiça e respeito aos direitos outorgados por lei".

O programa definiu-se por: República Federativa com representação política e profissional; voto secreto universal para a representação política; eleição indireta para o presidente da República e governadores dos Estados; "Conselho Federal e Estadual que assegurem a continuidade administrativa da União, Estados e Municípios"; "Conselhos Consultivo e técnicos"; Concurso para admissão de funcionários.

Na área social defendeu a sindicalização das classes, o direito "à greve pacífica", o salário mínimo regional, o "Ensino religioso facultativo nas escolas públicas", o culto cívico e educação moral nas escolas, a exigência de exame pré-nupcial, a certidão de saúde e de meios para a manutenção da família; e a repressão ao banditismo.

Na área econômica exigiu a racionalização do protecionismo industrial; substituição dos impostos sobre a produção por direitos sobre renda, herança, capital imobilizado, imposto territorial, etc.; nacionalização da energia hidráulica, minas e riquezas naturais; combate ao latifúndio; "estimular a siderurgia nacional"; desenvolvimento dos meios de transporte, sistematização da colonização agrícola e proibição de alienação do

solo a estrangeiros.

Em relação à defesa nacional, devia caber às forças armadas a exclusividade "do uso de artilharia, aviação militar e dispositivos para guerra química". As polícias militares deviam se restringir "às necessidades da manutenção da ordem". Devia haver uma só direção técnica para o Exército e a Armada.

A solução do problema das secas devia ser considerada "uma questão vital para o Estado"<sup>(320)</sup>.

O nacionalismo econômico, a centralização política e o intervencionismo estatal definiam o programa e as idéias do partido "revolucionário" em acordo com as tendências gerais do bloco político que se opunha às "oligarquias fortes" (paulistas, mineiras, gaúchas) a nível nacional.

Mas, ao mesmo tempo, o capítulo referente ao ensino religioso e à família denuncia uma concessão às reivindicações católicas, demonstrando que, assim como o Partido Popular, também o Partido Social Nacionalista estava atento à influência eleitoral da Igreja Católica.

Em Recife, a 15 de abril de 1933, a União Cívica Nacional (UCN), à qual o Partido Social Nacionalista era filiado, promoveu um congresso, sob a presidência de Juarez Távora, com a presença de interventores e partidos estaduais do "Norte", para definir algumas questões programáticas<sup>(321)</sup>. Apesar da expectativa que cercou o congresso, o tenentismo, às vésperas das eleições de 3 de maio, enfrentava profundos desgastes internos. O Capitão Cascardo, representando a ala esquerda do movimento, já manifestara seu completo desacordo com os métodos políticos em voga e afastara-se definitivamente do Clube 3 de Outubro.

O Interventor Lima Cavalcanti via com ceticismo os rumos políticos do Governo Provisório e reclamava de discriminações contra Pernambuco<sup>(322)</sup>. Por sua vez, José Américo e Lima Cavalcanti envolveram-se em disputas, recriminando-se mutuamente (José Américo colocou-se "contra a tentativa de formação de um bloco do norte"), o que chegou a ameaçar a própria realização do congresso<sup>(323)</sup>.

Quanto a Juarez Távora, agora integrado ao Ministério de Vargas, avaliando a situação política após a derrota paulista, considerou aconselhável o afastamento da interferência do Clube 3 de Outubro na administração civil e a subordinação dos líderes tenentistas aos seus superiores hierárquicos no Exército<sup>(324)</sup>. Observe-se, aqui, que este diagnóstico de Távora coincidia com as posições do General Góes Monteiro no sentido de fazer os militares retornarem aos quartéis e abolir a política no Exército (para realizar, na visão de Góes, a política do Exército sob a liderança das chefias hierárquicas).

O tenentismo enquanto grupo coeso que atuava através do Clube 3 de Outubro, com um projeto político-ideológico definido estava definitivamente desarticulado depois de 1932<sup>(325)</sup>.

A União Cívica Nacional (UCN), representava uma nova tentativa de articulação, distinta da que caracterizara o Clube 3 de Outubro. Agora tratava-se de atuar como "bloco político centralizador" subordinado ao esquema getuliano.

O congresso da União Cívica Nacional (UCN), realizado em Recife em abril de 1933, contou com presenças políticas de peso<sup>(326)</sup> e aprovou um conjunto de teses que deveriam orientar a ação dos partidos filiados. Entre estas estão um Conselho Supremo da República (e Conselhos Estaduais, à semelhança daque

le), a eleição indireta do Presidente da República, a unidade do processo e da organização judiciária, a nacionalização das minas e quedas d'água, a introdução do referendo e do plebiscito, o casamento indissolúvel, o ensino religioso facultativo nas escolas e nos quartéis e a nacionalização da imprensa. A luta contra a seca e o combate ao banditismo foram declarados questões de interesse nacional.

Embora houvessem pontos de divergências acentuadas entre os programas do Partido Social Nacionalista (PSN) e do Partido Popular (PP), na área social havia uma opção conservadora comum (a proposta do casamento indissolúvel, do ensino religioso nas escolas), fruto das pressões da hierarquia católica e da possível influência da igreja sobre o eleitorado, particularmente o feminino.

### 2.6.3 - A campanha eleitoral para a Assembléia Nacional Constituinte

Ao Rio Grande do Norte caberiam quatro vagas na Constituinte.

Em assembléia deliberativa de 23 de abril de 1933 o Partido Popular definiu a sua chapa: Dr. Francisco Martins Vêras, Capitão Júlio Perouse Pontes, Dr. Alberto Roselli, Dr. José Ferreira de Souza. Os dois primeiros nomes da lista foram revolucionários em 30; o Capitão Perouse fez parte, inclusive, da Junta Militar que ocupou o poder no Estado logo após a queda de Lamartine.

O diretório central do Partido Social Nacionalista definiu sua chapa a 21 de abril, ficando assim constituída: Dr.

Kerginaldo Cavalcanti de Albuquerque, Dr. João Peregrino Júnior, Dr. Ricardo Barreto e Dr. Mário Leopoldo Pereira da Câmara.

O Dr. Kerginaldo Cavalcanti era correligionário histórico de Café Filho; o Dr. Ricardo Barreto era filho do falecido industrial Juvino Barreto e descendente de Pedro Velho, além de cunhado de Irineu Joffily; Dr. Mário Câmara era funcionário do gabinete de Vargas.

A campanha desenvolveu-se em clima de acusações mútuas. O jornal oficial do Partido Popular, A Razão, que circulava desde 26 de janeiro de 1933, substituindo A Tarde (que fora empastelada em julho do ano anterior), foi censurado e, oito dias antes do pleito, teve a sua circulação suspensa por ordem da Interventoria. O Tenente Sérgio Marinho, Secretário Geral da Interventoria, justificou a censura, afirmando que os "elementos reacionários" tinham feito agitação na capital e no interior, com apoio de seu órgão de imprensa (A Razão), só sendo admissível "a crítica serena e construtiva"<sup>(327)</sup>.

As Associações Comerciais de Natal e Mossoró protestaram contra o que consideraram imposições do orçamento estadual, que ocasionou o aumento dos impostos incidentes sobre o algodão, tomando por base a tributação do vizinho Estado da Paraíba. O assunto seria explorado politicamente, e um folheto do Partido Popular em Mossoró anunciou que o partido faria a reforma dos impostos, de modo a aliviar o peso que recaía sobre o comércio e a indústria<sup>(328)</sup>.

Os populistas denunciaram, pela imprensa local e do Sul do país, violências e "compressão" por parte das autoridades estaduais e dificuldades interpostas ao alistamento do partido. Através de José Augusto, essas denúncias encontraram eco junto

aos Ministros Antunes Maciel, da Justiça, e José Américo, da Viação. A receptividade deste último ficou evidente em telegrama enviado do Rio de Janeiro por José Augusto, a Monsenhor Matha, dizendo textualmente: "Amigos procurem cofiantes Ministro Viação" (329).

Em outro telegrama, José Augusto informou que: "o ambiente nos é altamente favorável, mesmo nas altas esferas" (330). Em fins de março, comunicou que o conceito dos "dominantes" (a Interventoria e aliados) era ruim, mas as "providências são poucas e pouco eficientes" (referia-se às medidas pleiteadas quanto às alegadas coações da Interventoria sobre os populistas). Por outro lado, setores ligados a Bertino Dutra tentavam (no Rio de Janeiro) a transferência do 29º Batalhão de Caçadores, cujos oficiais e soldados teriam sido "trabalhados" por elementos do Partido Popular e dificultavam a ação do Interventor. A ameaça de transferência também pairava sobre oficiais ligados ao partido oposicionista, como o Capitão Júlio Perouse Pontes, candidato populista a Deputado Federal (331).

A campanha do Partido Popular bateu numa tecla limitada, de grande efeito junto às "classes conservadoras", aos trabalhadores rurais manipulados por uma ideologia social conservadora e a parcelas da pequena burguesia urbana: a defesa da propriedade, da família, do casamento indissolúvel e da religião católica. Seu lema era: "conservar, melhorando". Aos adversários, acusava de comunismo, socialismo, divorcismo e desagregação da família.

Um panfleto de autoria do Bispo de Niterói e ex-Bispo de Natal, Dom José Pereira Alves, distribuído em Mossoró, afirmava que os católicos e patriotas deveriam colaborar com a LEC

(Liga Eleitoral Católica), e se orientar por sua ação, do contrário "entregam a sorte christã do Brasil aos inimigos de Jesus Christo e do patrimônio secular da nossa era catholica". Conclamava os padres, irmandades, pais e mães católicas a trabalharem pelo alistamento, e as juntas paroquiais a promovem-no ativamente. Quem se posicionar contra isto "está traíndo a causa de Jesus Christo no Brasil, não tem patriotismo nem verdadeira consciência dos deveres da sua fê" (332).

Outro panfleto, do Padre Manoel Lucena, de Areia Branca, dizia que os inimigos da Igreja iriam procurar "destruir os mais sagrados direitos da família brasileira..." (333).

Num folheto de Mossorô, lia-se:

*"O Partido Popular combate o comunismo. Não é fascista. Quer a união das classes, sob os princípios da solidariedade humana e sem exclusivismos!"* (334).

É curioso observar que, embora um dos candidatos do Partido Social Nacionalista, o Dr. Ricardo Barreto, fosse também presidente da Liga Eleitoral Católica no Estado, e a presidente do PSN fosse o padre Calazans Pinheiro, os diretórios locais da LEC e os padres, em sua grande maioria, principalmente no interior, apoiavam ostensivamente o Partido Popular.

A República protestou contra o tom da campanha dos adversários da interventoria e a interferência dos padres, que acusavam os revolucionários de serem "comunistas e divorcistas", ameaçando de maldição "todo aquele que não obedecer as suas imposições descabidas" (335).

O fato é que a agressiva campanha populista colocou

os partidários do PSN na defensiva, extremamente preocupados em responder às acusações, como pode ser exemplificado em "slogans" do jornal Correio do Povo: "Os revolucionários são os sentinelas do lar e da família"(336).

Em artigo sobre a Liga Eleitoral Católica, foi denunciado o apoio desta ao Partido Popular e a maçons como José Augusto, Aldo Fernandes (chefe do partido em Mossoró) e outros<sup>(337)</sup>. Como se sabe, a maçonaria exigia a radical separação entre Igreja e Estado e colocava-se frontalmente contra o ensino religioso nas escolas.

O Clube 3 de Outubro de Mossoró lembrou que o programa da União Cívica Nacional considerava "a família como base da organização da sociedade"<sup>(338)</sup>.

Em outro artigo, no dia das eleições, o Correio do Povo afirmou que o Partido Social Nacionalista garantia "a inviolabilidade do lar e segurança da família, o respeito a religião católica, a integridade e a felicidade da nação Brasileira"<sup>(339)</sup>.

Em "Convite" dirigido ao eleitorado, o jornal informava que o PSN era filiado à União Cívica, a qual fazia questão fechada em dois pontos que estavam no programa mínimo da LEC: 1) indissolubilidade do matrimônio e 2) ensino religioso nas eslas. Demonstrando a identidade de métodos de aliciamento, o "Convite" finalizava oferecendo hospedagem aos eleitores na residência do prefeito<sup>(340)</sup>.

A preocupação em aparecer confiáveis ao eleitorado conservador, aliás, vinha de cima. Em carta a Alceu Amoroso Lima, Secretário Geral da Liga Eleitoral Católica, Oswaldo Aranha

comunicou a adesão da União Cívica Nacional (UCN) e partidos filiados, no congresso de Recife, "às aspirações mínimas dos católicos brasileiros na Constituinte", enumerando os tópicos principais:

- a) *indissolubilidade do laço matrimonial;*
- b) *ensino religioso facultativo nas escolas públicas;*
- c) *assistência religiosa facultativa às classes armadas, prisões, hospitais, etc.;*
- d) *distinção entre os poderes, temporal e espiritual, dentro de recíproca cooperação pelo bem comum".*

Amoroso Lima fez saber que levou o fato ao conhecimento do Cardeal Leme. No entanto, dava a entender, no contexto da carta, que não bastava a adoção desses pontos como questões fechadas, mas a União Cívica deveria escolher candidatos com "qualidades morais e intelectuais" que os fizessem merecedores dos votos dos católicos e capazes de "votar e defender, na Constituinte, a matéria constante desses pontos"<sup>(341)</sup>. Dessa forma, habilmente, não comprometia um apoio formal da LEC à União Cívica Nacional, o que implicitamente abria espaço às lideranças católicas locais para decidirem da conveniência da adesão a este ou aquele partido ou candidato.

O próprio governo, no afã de satisfazer às reivindicações da Liga Eleitoral Católica, adiantou-se na regulamentação do ensino religioso facultativo nas escolas públicas, ainda em período eleitoral. No Rio Grande do Norte, o Tenente Sérgio Marinho, no exercício interino da interventoria, baixou portaria dando instruções a respeito<sup>(342)</sup>.

Na verdade, na ausência de diferenças ideológicas de

peso entre as duas correntes, no que diz respeito às concepções sobre a organização social, a adesão dos padres só pode ser explicada pelos vínculos sociais que os mantinham estreitamente ligados às camadas tradicionais de grandes proprietários, nucleados na sua grande maioria em torno do Partido Popular.

Se no que diz respeito à defesa da família, da religião, da pátria, os dois partidos não se diferenciavam - antes cada um fazendo profissão de fé nos valores tradicionais -, [no terreno especificamente político] o Partido Social Nacionalista - PSN procurava estabelecer diferenças, apresentando-se como fiador das conquistas revolucionárias, enquanto o Partido Popular - PP representaria "o passado que não quer morrer".

Neste sentido, procurou ressaltar o que considerava as conquistas positivas da Revolução: o voto secreto, a liberdade de pensamento, os direitos sociais, o "império da moralidade e da lei", contrapostos ao "antigo regime oligárquico" sob o "mando discricionário dos politiqueros profissionais". A vitória do Partido Popular

*"Será o restabelecimento das praxes degradantes das roubalheiras escandalosas dos dinheiros públicos, das sevícias à virola, das prisões arbitrárias dos adversários nas infectas geladeiras, dos confiscos de bens em forma de impostos, dos fuzilamentos sumários de presos indefesos, (...) dos esbulhos e depurações dos eleitos ... "* (343).

O Partido Popular era qualificado como um bloco heterogêneo, um ajuntamento de egressos das fileiras da Revolução (os "liberais") e "reacionários impenitentes" (os perrepistas). A Revolução deu ao povo direitos, liberdade, e o livrou "das

degradações cívicas e morais"<sup>(344)</sup>. Creditava-se também ao governo revolucionário ter salvo da morte 200 mil nordestinos durante a seca de 1932<sup>(345)</sup>.

No início de abril de 1933, Juarez Távora tentou intervir na política potiguar, com o objetivo de harmonizar as duas correntes, encaminhando-as ao seio da União Cívica. Mas, a mediação desagradou e serviu de pretexto a explorações, perdendo as possibilidades de êxito, segundo Juarez. Desgostoso, Távora considerou suas missão conciliatória encerrada, entregando a solução do caso ao Ministro da Justiça e comunicou esta decisão ao Interventor, ao Capitão Abelardo Torres de Castro e a seu irmão, Dr. Ademar Távora, ficando "à margem dos acontecimentos políticos naquele Estado" vez que não mais desejava ser juiz ou parte nos mesmos<sup>(346)</sup>.

Em entrevista à imprensa, Juarez negou fundamento às notícias de que estivesse dando apoio ao partido de José Augusto, com quem, ressaltou, não tinha diferenças pessoais. Mas, por uma questão de coerência com os seus princípios revolucionários, não iria prestigiar um "partido contrário à orientação do Interventor Bertino Dutra". Quanto à ingerência de seu irmão, Ademar Távora, na política do Estado, ressalvou que se tratava de coisa estritamente pessoal<sup>(347)</sup>.

A imprensa, no entanto, não perdoaria o episódio. Após a derrota do partido oficial nas eleições, O Globo comentaria maliciosamente que:

*"... o capitão Bertino Dutra, interventor no Rio Grande do Norte, viu-se em palpos de aranha durante o pleito, pois o major Juarez Távora, dando um pulo em Natal, intrometeu-se na política*

*estadoal, para salvar a família Fernandes, composta dos seus primos e adversários do referido interventor..." (348).*

Com efeito, o Dr. Ademar Távora teve destacada atuação na campanha do Partido Popular, merecendo reconhecimento público por parte de José Augusto, em convenção do próprio partido, pelos serviços que prestou<sup>(349)</sup>. Mais ainda: em carta ao Monsenhor Matha, José Augusto apresentou Ademar Távora como a sua "melhor e mais cara conquista", recomendando-o vivamente<sup>(350)</sup>.

Que esta participação não foi irrelevante, demonstramos a irritada reação do Interventor Bertino Dutra, denunciando a aliança Ademar Távora/José Augusto, e as informações da imprensa a respeito da ação "mediadora" do irmão do Ministro, exercendo pressão sobre a Interventoria e participando inclusive das negociações para a substituição de Café Filho, na Chefia de Polícia, pelo Capitão Paulo Mário, às vésperas da eleição<sup>(351)</sup>.

O resultado das eleições de 3 de maio de 1933 representou um duro golpe para os representantes do Governo Provisório e seus aliados no Rio Grande do Norte. O Partido Popular elegeu três dos quatro representantes do Estado na Assembléia: Francisco Martins Vêras, Alberto Roselli e José Ferreira de Souza. O Partido Social Nacionalista só conseguiu eleger Kerginaldo Cavalcanti de Albuquerque, ligado ao cafeísmo.

Votaram 13.927 homens e 2.980 mulheres, num total de 16.907 votantes, num universo de 19.055 eleitores alistados. O comparecimento, em termos gerais, foi da ordem de 88%. O Partido Popular obteve 9.244 votos de legenda, enquanto ao Partido

Social Nacionalista couberam 7.078 votos. Foram anuladas duas secções, a 2a. de Caicó e a 1a. de Santana do Matos, sendo realizadas novas eleições nas duas cidades, respectivamente, a 3 e 5 de junho, sem alteração significativa do resultado final. Os maiores colégios eleitorais, pela ordem, eram Natal (2.988 alistados; 2.496 votantes), Caicó (1.561 alistados; 1.350 votantes) e Mossoró (1.285 alistados; 1.142 votantes) (352).

Logo após as eleições, o jornal A Razão, órgão do Partido Popular, era fechado e seus redatores e diretores, Eloy de Souza, Gentil Ferreira de Souza e Dinarte Mariz, presos e deportados, o primeiro para Recife, os dois últimos para o Rio de Janeiro (353).

O 299 Batalhão de Caçadores foi realmente transferido de Natal, por estar envolvido em desordens contra a Interventoria, o mesmo acontecendo ao Capitão Abelardo de Castro, antigo membro da Junta Militar estadual em 1930 e ex-Comandante de Polícia à época de Bertino Dutra, o qual divergiu do Interventor durante as eleições (354).

A prisão de Gentil Ferreira de Souza gerou um grave desentendimento entre o Capitão Everardo Barros de Vasconcelos, oficial do Exército, adepto do Partido Popular (e conspirador revolucionário em 30) e o Chefe de Polícia Café Filho, que ficou gravemente ferido, atingindo por disparos de arma de fogo, desferidos pelo oficial (355). José Augusto comentava "... a volta ao regime canibalesco anterior à eleição" (356).

Com a derrota, a situação do Capitão Dutra ficou insustentável. Em longa carta a Vargas, encaminhando seu pedido de demissão, ele deu a sua versão dos fatos. Atribuiu a derrota

a um conjunto de circunstâncias que teriam conspirado contra o seu governo, entre as quais destacaríamos: 1º) o apoio dado aos "reacionários" por "elementos situacionistas estranhos ao Estado". Referiu-se explicitamente ao Dr. Francisco Martins Véras, 1º Delegado Auxiliar em Recife, candidato eleito do Partido Popular, que "externa-se de maneira violenta contra o meu governo" e ao Dr. Ademar Távora, Prefeito em um município do Espírito Santo, irmão do Ministro Távora; 2º) o facciosismo da Justiça Estadual: "... magistrados e escrivães na fase de alistamento (...) criaram toda sorte de embaraços aos correligionários da revolução, impedindo que comparecessem às urnas milhares de seus eleitores". Dutra identificou a origem deste comportamento na autonomia conferida à magistratura com a reforma do Judiciário realizada por Cascardo, subtraindo-o da influência e controle tradicionalmente exercidos pelo Executivo; 3º) o apoio "inexplicável" do clero e de parte da oficialidade do 29º Batalhão de Caçadores; 4º) a receptividade encontrada pela obra de "mistificação reacionária" do grupo de José Augusto junto ao Ministério da Justiça e da imprensa "a seu serviço" (357).

O Capitão Herculino Cascardo também fez a sua avaliação, considerando a situação de Bertino Dutra "constrangedora":

*"Delegado do Governo Central, soffria a hostilidade de alguns dos mais graduados membros desse mesmo governo, um accorrendo em auxílio da numerosa parentela toda ella pertencente à situação decahida, outro recebendo em seu gabinete velhas raposas reacionárias, acolhendo com estardalhaço representações absurdas contra o Interventor e mandando a censura fechar os olhos a publicações tendenciosas" (358).*

Outra avaliação, agora do Correio do Povo, dava uma imagem, sob a perspectiva do partido oficial, de como ocorreu a campanha no interior do Estado, particularmente na região Oeste. Teriam trabalhado contra o Partido Social Nacionalista:

*"os milionários, esteios do regime decaído, os chefes das grandes empresas, o próprio funcionalismo público, os padres (...) e, mais que tudo, a ignorância de muitas mulheres e camponeses..." (359).*

A vitória do Partido Popular demonstrou a força dos grupos políticos remanescentes do "antigo regime", com o apoio de novas lideranças, descontentes com os rumos da Revolução. As interventorias não souberam cindir a "frente oligárquica" e o apoio conquistado entre as massas urbanas, sustentado na política social do novo regime, não foi suficiente para vencer o voto rural, amplamente dominante no Rio Grande do Norte.

Aliás, a política trabalhista agressiva, desenvolvida sobretudo na gestão do Capitão Bertino Dutra, sob a orientação de Café Filho, embora centrada na idéia de colaboração de classes e de subordinação e repulsa com que foi recebida pelas classes dominantes a política interventorial.

Sendo assim, não foi difícil ao Partido Popular, reativar a velha máquina eleitoral e movimentar os "currais" para bater a interventoria nas urnas. É interessante observar que o Partido Popular não se opôs frontalmente à Revolução, ao Governo Provisório. Destacou, inclusive, algumas conquistas consideradas positivas, como o voto secreto. Mas, em nenhum momento referiu-se à legislação social e trabalhista, preferindo a este respeito manter silêncio.

De qualquer forma, é inegável que se tratou, também, de uma derrota do Governo Provisório. Encerrou-se uma etapa do novo regime no Rio Grande do Norte. Era o momento, sobretudo para o Governo Central, de reavaliar posições e rever sua política no Estado, levando em conta o resultado eleitoral e a nova realidade que despontava: o início do processo constituinte.

NOTAS E PREFERÊNCIAS

- (1) Cf. MARTINS, Luciano. A Revolução de 1930 e seu significado político. In: REVOLUÇÃO de 30: seminário ..., p. 678.
- (2) MARTINS, L. Op.cit., p. 679.
- (3) Havia no Congresso Nacional uma Comissão de Verificação de Poderes, constituída por parlamentares das bancadas majoritárias, que tinha a faculdade de rejeitar ou aprovar os resultados eleitorais nos Estados de acordo com os interesses das facções dominantes a nível nacional. Por vezes esta comissão promovia o que na época se chamava a "degola" de representantes eleitos, como aconteceu com toda a bancada do Estado da Paraíba nas eleições de março de 1930.
- (4) SAES, Décio A.M. Classe média e política no Brasil: 1930-1964. In: FAUSTO, Bôris, dir. História geral da civilização. t.3,v.3, p. 456-7.
- (5) A justiça eleitoral e o voto secreto embora representassem avanços formais no sentido da democracia sô assumiriam uma importância mais decisiva no pós-45. Nas eleições de 1933 (Assembléia Constituinte) e de 1934 (estaduais e Congresso Federal), o voto de cabresto e a influência das oligarquias sobre o judiciário garantelhes o controle sobre o Parlamento, o que lhes permite manter alguns dos princípios do liberalismo na Carta de 1934, apesar das pressões das tendências corporatistas, representadas pelos deputados classistas e pelas bancadas ligadas à União Cívica Nacional - UCN, de orientação "tenentista".
- (6) Maria do Carmo Campello de Souza descreve o regime da Constituição de 1891 como "liberal na sua forma, oligárquico quanto ao funcionamento efetivo". SOUZA, Maria do Carmo C. de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme, org. Brasil em perspectiva, p. 167.
- (7) Em consequência "o governo deixa de contar com sua base de sustentação para os momentos decisivos, como os acontecimentos de outubro iriam revelar". FAUSTO, Bôris. A Revolução de 1930, p.99.
- (8) A revolta de Princesa foi uma sedição armada comandada pelo "coronel" José Pereira contra o Governador da Paraíba, João Pessoa. Deflagrada a 28 de fevereiro de 1930, perdurou até 26 de julho. Este movimento contou com o apoio velado do Presidente da República e dos governantes dos Estados vizinhos (Pernambuco e Rio Grande do Norte). RODRIGUES, Inês C. Lopes. A Revolta de Princesa, p. 15 e 35.  
Esta revolta é exemplo típico da exacerbação de conflitos intra-oligárquicos provocando séria contestação à facção no poder. Dada a condição de João Pessoa na qualidade de candidato a Vice-Presidente da República na chapa de oposição ao governo federal, o conflito teve repercussão nacional.
- (9) RIO GRANDE DO NORTE. Governador (José Augusto). Mensagem à Assembléia Legislativa. Natal, Typ. d'A República, 1924.
- (10) SOLIDARIEDADE do Centro Operário Natalense, Liga operária e Centro dos Choffeurs ao governador José Augusto. A República, 22 jan. 1927, p. 2.
- (11) Mais ou menos em fins da década de 20, o contingente operário concentrado nas salinas variava em torno de três a cinco mil trabalhadores, conforme a época. O trabalho era sazonal, pois dependia das condições climáticas, especialmente do regime de chuvas e, dada a inexistência de mecanização, era executado manualmente. A sazonalidade, por sua vez, determinava que parte da força de

trabalho fosse temporária, constituída de meeiros, parceiros, assalariados e pequenos proprietários agrícolas que na entressafrã acorria às salinas. Cf. FERREIRA, Brasília Carlos. O Sindicato do Garrancho, p. 95.

- (12) Após uma safra excepcional de algodão no período 1929 + 1930 (20.675.313 kg), bastante superior à média do quinquênio 1925-30, que se situou em torno de 13.285.000 kg., a produção começou a decrescer na safra 1930-31 (iniciada em julho de 1930) que chegaria a 10.925.440 kg. In: RIO GRANDE DO NORTE. Interventor (Mário Câmara). Exposição apresentada ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas, M.D. Presidente da República, pelo Interventor do Rio Grande do Norte, Natal, Gabinete da Interventoria, 1935, p. 10.
- (13) A receita pública que vinha demonstrando tendência ascendente até 1929, quando atingiu o ponto mais alto da década, chegando a 11.574 contos caiu em 1930 para 7.742 contos. Por sua vez, o déficit, que, nos anos de 1926 e 1928, foi relativamente reduzido (367,883 e 485 contos respectivamente), ascendeu a 3.194 e 3.173 contos em 1929 e 1930.
- (14) LAMARTINE, Juvenal. Meu governo, p. 85. Segundo o autor, o partido existia "sem uma constituição escripta, ou estatutos".
- (15) LAMARTINE, J. Loc. cit. negou esta intenção. A reunião partidária para definir a candidatura deveria se realizar em janeiro ou fevereiro de 1931, em Natal, após a reorganização do Partido.
- (16) BEZERRA NETO, Silvino. Explicação necessária. Arquivo Mons. João da Matha - JMP.
- (17) MARIZ, Dinarte. Discurso; comemoração dos seus 80 anos. Natal, 1983. A esposa de José Augusto era gaúcha. Seus parentes tinham militância política e apoiavam Vargas. Segundo Mariz, José Augusto foi o único político nordestino a comparecer à posse de Vargas no governo estadual em 1928 e teria sido procurado para compor a chapa de Vargas na Vice-Presidência, antes da definição do nome de João Pessoa.
- (18) BEZERRA NETO, S. Op.cit.
- (19) MARIZ, Dinarte. Entrevista ao Programa Memória Viva, p. 28-9. José Murilo de Carvalho ressaltava a importância da participação dos sargentos no levante revolucionário, acentuando que sem eles os oficiais rebeldes não teriam conseguido sublevar as tropas. V. CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política, 1930-1945. In: A REVOLUÇÃO DE 30: seminário ... p. 107-87.
- (20) Mariz, D. Op.cit.
- (21) Este aspecto, o da participação meramente episódica das massas populares, e, em especial, do proletariado, é ressaltado por diversos autores. FAUSTO, B. Op.cit., p. 103, afirma que as forças revolucionárias "contam com o apoio das classes médias e com a presença difusa das massas populares".
- (22) A Junta era constituída pelos seguintes oficiais comissionados no posto de coronel pelo Comando Revolucionário no Nordeste: Major Luis Tavares Guerreiro (Presidente); Capitão Abelardo Torres de Castro e o Tenente Júlio Perouse Pontes.
- (23) ACTOS da Junta governativa. A República, Natal, 11 out. 1930.
- (24) "... já vinha de Serra Negra onde eu havia evitado que incendiassem as terras de Lamartine..." "... depois de 30 eu passei a liderar todos aqueles que vinham do regime passado." MARIZ, D., Op.cit., p. 29 e 33.

- (25) DISTRIBUIÇÃO de víveres a pobreza e aos estivadores de Natal. A República, Natal, 12 out. 1930, p. 4.
- (26) Estas nomeações estão publicadas em vários números do jornal A República do mês de outubro (09, 11 e 12 - Actos da Junta Governativa).
- (27) Café Filho afirmou que vetou muitos nomes apresentados por Juarez Távora devido a sua vinculação com os políticos "decaídos". CAFÉ FILHO, João. Do Sindicato ao Catete, p. 64. O Desembargador Silvino Bezerra Neto foi convidado por José Américo, em comum acordo com Juarez Távora, mas não aceitou. Cf. A REPÚBLICA. Natal, 14 jan. 1931, p. 1. Outro convidado teria sido o Desembargador Felipe Guerra, que também recusou. Cf. GUERRA, Otto de Brito. Entrevista ao autor. Natal, 23 nov. 1983.
- (28) O Dr. Nestor dos Santos Lima, na época em que era Secretário de Educação, no Governo José Augusto, defendia o celibato das professoras. Cf. FURTADO, João Maria. Vertentes, p. 88.
- (29) CARONE, Edgard. A Segunda República (1930-1937), p. 19-20.
- (30) A INVESTIDURA do Pte. Irenêo Joffily nas altas funções de Interventor Federal do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 23 nov. 1930, p. 1.
- (31) CARONE, Edgard. O Tenentismo, p. 178-9.
- (32) OS GRAVÍSSIMOS acontecimentos ocorridos nesta capital na noite de 07 de fevereiro último. A República, Natal, 16 out. 1930. O FUZILAMENTO dos presos em Mossoró. A República, Natal, 18 out. 1930.  
A Caravana Luzardo foi tiroteada (com mortes e ferimentos em diversas pessoas) por provocadores aparentemente instruídos pela própria Chefia de Polícia. Quanto às mortes dos cangaceiros Bronzeado e Mormaço, e dos criminosos Thomaz Lopes e Waldemar parece ter havido uma simulação de acidente sob instrução do próprio governador. É o que se deduz do depoimento de um dos principais envolvidos, o Capitão Laurentino de Moraes. Os números seguintes do jornal oficial continuam acompanhando o inquérito.
- (33) AUGUSTO, J. Política do Rio Grande do Norte: Carta ao Interventor Irineu Joffily. Neste documento José Augusto tentou responder às acusações.
- (34) NOTAS do Palácio. A República, Natal, 18 out. 1930. p. 4. A República, Natal, 22 out. 1930.
- (35) NOTAS do Palácio. A República, Natal, 24 out. 1930. p. 2.
- (36) JOFFILY, Irineo. Carta a Juarez Távora, 13 nov. 1930. Cf. A República, Natal, 02 dez. 1930. Interesses do Estado. p.1. O Interventor solicitou, ainda, que a União procedesse ao pagamento de pouco mais de 867 contos de réis, referentes a despesas feitas pelo Estado com serviços federais e na organização da "defesa da legalidade" em 1926 (provável referência à passagem da Coluna Prestes).
- (37) Id., Telegrama ao Ministro da Viação. Cf. A República, Natal, 06 dez. 1930. Notas do Palácio, p. 1.
- (38) ESTRADAS de rodagem. A República, Natal, 19 dez. 1930.
- (39) A CRISE da indústria do sal. A República, Natal, 28 dez. 1930. Para uma análise da ideologia do "progresso nacional". Vid. SILVA, Janice Theodoro da. Raízes da ideologia do planejamento: nordeste (1889-1930).

- (40) Cf. GUERRA, O. de B. Op.cit.
- (41) O jornal estranhou que "em face de problemas de alta transcendência, política, econômica, social, financeira e administrativa, só estivessem sendo objeto de cogitações doutrinárias o número de funcionários a ser conservado ou a ser 'derrubado', como nos tempos da monarquia..." Cf. ORGANIZAÇÃO administrativa. Diário de Natal, Natal, 16 jan. 1931. p. 1. O jornal oficial respondeu a este editorial, declarando o Diário de Natal inimigo da Revolução. Cf. "ORGAM catholico..." A República, Natal, 17 jan. 1931, p. 1. Neste número o Diário de Natal transcreveu manchete de O Globo contra a censura à imprensa, feita pelo Governo Provisório.
- (42) Certo promotor de uma cidade do interior enviou-lhe telegrama, logo após a posse, cumprimentando-o por seu "fecundo governo". Respondeu-lhe: "É cedo ainda para dizer se meu governo será fecundo". A outros chefes políticos, expulsou do próprio Palácio de Governo. Cf. GUERRA, O. de B. Op. cit.
- (43) Um chefe militar devolveu-lhe um ofício exigindo que os termos do mesmo, um tanto ríspidos, fossem refeitos. Ele então riscou o "respeitosas saudações". Cf. GUERRA, O. de B. Op.cit.
- (44) GUIMARÃES, Manoel Luiz L.S. et alii, orgs. A Revolução de 30: t.2, passim.
- (45) PARTIDOS políticos. A República, Natal, 19 out. 1930, p. 1.
- (46) PARTIDO Liberal de Mossoró. A República, Natal, 30 out. 1930, p. 2.
- (47) O que se segue sobre as Legiões é baseado na análise desenvolvida por FLYNN, Peter. A Legião Revolucionária e a Revolução de 1930. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima, org. Os militares e a Revolução de 30, p. 78-130. A citação é da p. 80.
- (48) FLYNN, P. Op. cit., p. 91.
- (49) Id., ibid., p. 111.
- (50) LEGIÃO revolucionária do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 27 nov. 1930, p. 1;  
LEGIÃO revolucionária. A República, Natal, 29 nov. 1930, p. 1.  
LEGIÃO revolucionária do Rio Grande do Norte. A República, 07 dez. 1930, p. 1.  
A LEGIÃO. A República, Natal, 10 dez. 1930, p. 1.
- (51) CORREIO DO POVO. Mossoró, 21 dez. 1930.  
Ibid. Mossoró, 04 jan. 1931.  
A REPÚBLICA. Natal, 16 jan. 1931.
- (52) Em entrevista ao jornal A União. João Pessoa, 20 jan. 1931, Café Filho lamenta que Joffily tenha "abolido as manifestações". Cf. O GOVERNO do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 29 jan. 1931, p. 1. Outro contemporâneo ressalta o isolamento do Interventor: GUERRA, O. de B. Op.cit.
- (53) NOTAS de Palácio. A República, Natal, 18 nov. 1930, p. 4.
- (54) TELEGRAMAS oficiais. A República, Natal, 02 dez. 1930, p. 1. O que se pode deduzir de uma entrevista de José Américo é que a movimentação de Café Filho, arregimentando seu próprio grupo político, com o objetivo de "conquistas futuras", estaria provocando descontentamento em outras correntes. Cf. A REPÚBLICA, Natal, 14 jan. 1931, p. 1.
- (55) TELEGRAMAS. A República, Natal, 20 dez. 1930, p. 4. Perrepistas ou "perrês" era como os adeptos da Aliança Liberal designavam os elementos do Partido Republicano e, em seguida, do Partido Popular no Rio Grande do Norte.

- (56) LUZARDO, Baptista. Carta a Irineu Joffily. Rio de Janeiro, 22 nov. 1930. Cf. A República, Natal, 20 dez. 1930.
- (57) SEPAREMOS os campos. A República, Natal, 17 dez. 1930.
- (58) A SITUAÇÃO financeira do Estado ... A República, Natal 23 dez. 1930, p. 1.  
 ORÇAMENTO para 1931. A República, Natal, 24 dez. 1930, p.1.  
 ORÇAMENTO Estadual. A República, Natal, 23 jan. 1931, p. 1.  
 O COMÉRCIO de Jardim do Seridó está mal orientado. A República, Natal, 11 jan. 1931, p. 1.
- (59) PARA o julgamento do povo. A República, Natal, 15 jan. 1931. Transcrito do Diário Carioca, 27 dez. 1930.
- (60) NOVO comandante do 29º B.C. A República, 23 jan. 1931, p.1. O NOVO comandante do Regimento Policial Militar. A República, Natal, 23 jan. 1931, p. 1.
- (61) EDITORIAL. A República, Natal, 19 dez. 1930, p.1.
- (62) Por exemplo, em Açu são demitidos o juiz de direito, o promotor público e o escrivão interino Cf. A REPÚBLICA, Natal, 28 dez. 1930; em Angicos são demitidos três juizes distritais Cf. A REPÚBLICA, Natal, 14 jan. 1931; em Goianinha o adjunto de promotor Cf. A REPÚBLICA, Natal, 16 jan. 1931.
- (63) AS DEMISSÕES de ontem. A República, Natal, 23 jan. 1931, p. 1. São demitidos dois médicos, um dentista e um professor.
- (64) RIO GRANDE DO NORTE. Leis, decretos, etc. Decreto nº 42. A República, Natal, 28 jan. 1931.
- (65) EDITORIAL. A República, Natal, 23 jan. 1931, p. 1.
- (66) PEREIRA, Bruno. Carta à Getúlio Vargas. 18 jan. 1931. Arquivo Oswaldo Aranha, OA 31.06.25/4 (FGV/CPDOC).
- (67) A DIREÇÃO do Loyd e os governos dos Estados do Rio Grande do Norte e da Parayba ... A República, Natal, 14 jan. 1931.
- (68) JUAREZ Távora fala à imprensa carioca. A República, Natal, 10 jan. 1931.
- (69) A DIREÇÃO ... A República, Natal, 14 jan. 1931. José Américo afirmou que Joffily era possuído de "um temperamento de intranquência vidrenta, incapaz de condicionar-se as circunstâncias políticas".
- (70) A REPÚBLICA, Natal, 13 jan. 1931.
- (71) JUAREZ Távora fala à imprensa carioca. A República, Natal, 10 jan. 1931.  
 PARA o julgamento do povo. A República, Natal, 20 jan. 1931, p. 1.
- (72) Ibid., A República, Natal, 13 jan. 1931. Transcrito do Diário Carioca, 20 dez. 1930.
- (73) A VERDADEIRA situação do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 13 jan. 1931. Transcrito de A Esquerda, Rio de Janeiro, 09 jan. 1931.
- (74) OS MAIS reacionários elementos da oligarquia deposta no Rio Grande do Norte estão tentando assaltar o poder. A República, Natal, 10 jan, 1931. Transcrito de A Pátria, Rio de Janeiro, 09 jan. 1931.
- (75) Cf. documento da própria empresa: Arquivo Oswaldo Aranha, OA 31.02.00/1 (FGV/CPDOC). Entre outras informações o documento enumera as atividades de sua casa matriz em Mossoró-RN nos ser

tões da Paraíba e suas ligações com grandes proprietários aos quais fornecia "machinismos e largos capitais para a cultura e beneficiamento de algodão e garantia dos rebanhos, vendendo-lhes cereaes a longos prazos, nas épocas de calamidade das seccas." E a seguir nomeia vários "coronéis" daquela região, mortos ou vivos, com os quais mantinha vínculos.

- (76) JOFFILY, Irineu. Explicação. A República, Natal, 06 fev. 1931. Transcrito de A União, João Pessoa-PB.
- (77) O Dr. Alberto Roselli era articulista do Diário de Natal, jornal católico que fazia velada oposição ao Interventor, embora declarando apoiar os propósitos que deram origem ao movimento revolucionário.
- (78) Cf. Arquivo Oswaldo Aranha, OA 31.02.00/1 (FGV/CPDOC).
- (79) JOFFILY, I. Op. cit.
- (80) JOFFILY, I. Telegrama ao Capitão Juarez Távora. Arquivo Oswaldo Aranha, OA 31.01.20/1 (FGV/CPDOC).
- (81) TÁVORA, Juarez. Telegrama a Oswaldo Aranha. Arquivo Oswaldo Aranha, OA 31.01.21/2 (FGV/CPDOC).
- (82) Id., Telegrama a Oswaldo Aranha. Arquivo Oswaldo Aranha, OA, 31.01.22/2 (FGV/CPDOC).
- (83) Id., Telegrama a Irineu Joffily. Arquivo Oswaldo Aranha, OA, 31.01.20/2 (FGV/CPDOC).  
Id., Telegrama a Antenor Navarro. Arquivo Oswaldo Aranha, OA, 31.01.20/3, (FGV/CPDOC).
- (84) Id., Telegrama a Irineu Joffily. Arquivo Oswaldo Aranha, OA, 31.01.20/2, (FGV/CPDOC).
- (85) CARNEIRO, Levi. Carta a Oswaldo Aranha. Arquivo Oswaldo Aranha, OA 31.01.24/1, (FGV/CPDOC).
- (86) TÁVORA, J. Telegrama a Oswaldo Aranha. Arquivo Oswaldo Aranha, OA, 31.01.22/2 (FGV/CPDOC).
- (87) Id., *ibid.*
- (88) Sr. Dr. IRINEU JOFFILY passa o Governo ao Ten.-Coronel Aluísio Moura. A República, Natal, 29 jan. 1931, p. 1.
- (89) O ex-Governador Juvenal Lamartine, exilado em Paris, onde permaneceu até 1933, ficou temporariamente afastado das articulações políticas. José Augusto, do Rio de Janeiro, onde ficara, assumiu o comando das forças derrotadas em outubro, com o apoio de Orlando Dantas e Dioclécio Duarte, ex-Deputado Federal.
- (90) AS VERRINAS de um pasquim contra o governo de um militar digno. A República, Natal, 05 mar. 1930. Comentários a artigos publicados no Diário de Notícias, do Rio de Janeiro.
- (91) DIÁRIO DE NATAL. Natal, 30 jan. 1931. p. 4. Transcreve notícia do Diário Carioca, Rio de Janeiro, 29 jan. 1931.
- (92) O RIO GRANDE DO NORTE recebe o bravo general Juarez Távora. A República, Natal, 27 fev. 1931. p. 1.
- (93) A REPÚBLICA. Natal, 03 mar- 1931.
- (94) ARANHA, Oswaldo. Telegrama a Aluísio Moura. s.d. Arquivo Oswaldo Aranha, OA 31.07.00/11 (FGV/CPDOC).
- (95) A REPÚBLICA. Natal, 21 mar. 1931, p. 1.
- (96) As palavras são de Agildo Barata reproduzidas em CARONE, E. Op. cit., p. 177.

- (97) O teor do "Pacto" é reproduzido em CARONE, Edgard, Op.cit., p. 386-9, que no entanto aponta equivocadamente a data de fins de 1931.
- (98) WIRTH, John D. O tenentismo na Revolução de 30 In: FIGUEIREDO, org. Op.cit., p. 49-50.
- (99) COMO foi recebida a notícia... A República, Natal, 05 mar.1931.
- (100) DENTRO do programa revolucionário. A República, Natal, 24 mar. 1931, p. 1.
- (101) COMISSÃO de sindicância; nota oficial, A República, Natal, 19 abr. 1931, p. 1.
- (102) A VISITA do Sr. Interventor Federal ao bairro Anchieta. A República, Natal, 07 abr. 1931. Note-se que as Rocas foi rebatizada como "Anchieta", mas os oradores insistiam na antiga denominação, que permanece até hoje.
- (103) O RIO GRANDE DO NORTE um semestre após a Revolução. A República, Natal, 19 maio 1931, p. 1. Transcreve entrevista a O Jornal, do Rio de Janeiro.
- (104) CORREIO DO POVO. Mossoró, 12 abr. 1931.
- (105) ASSOCIAÇÃO Comercial, A República, Natal, 10 abr. 1931
- (106) INDÚSTRIA do sal. A República, Natal, 03 maio 1931.
- (107) NOTA Oficial. A República, Natal, 31 mar. 1931.
- (108) TELEGRAMAS. A República, Natal, 20 maio 1931.
- (109) PEREGRINO JR. O caso do Rio Grande do Norte. Arquivo Monsenhor João da Matha. JMP. Transcrito do A Pátria, Rio de Janeiro, 22 jan. 1931.
- (110) O CASO da firma M.F. do Monte e Cia. A República, Natal, 17 maio 1931, p. 1.
- (111) CHEGOU ontem, a esta capital... A República, Natal, 11 jun.1931.
- (112) NOTAS de Palácio. A República, Natal, 13 jun. 1931.
- (113) Id., ibid.  
NOTAS de Palácio. A República, Natal, 18 jun. 1931. Bruno Pereira denunciou que Cascudo, quando diretor do Ginásio Estadual, suspendeu por 20 dias alunos que foram a uma missa por João Pessoa. In: PEREIRA, Bruno. Carta a Getúlio Vargas. 25 jun. 1931. Arquivo Oswaldo Aranha, OA 31.06.25/4 (FGV/CPDOC).
- (114) GALVÃO, Joaquim de Fontes. Carta a Oswaldo Aranha. 26 jun.1931. Arquivo Oswaldo Aranha, OA 31.06.26/8 (FGV/CPDOC).
- (115) PEREIRA, B. Op.cit.
- (116) Por exemplo, telegrama a Vargas assinado por Dias Guimarães, Sandroval Wanderley, Oliveira Júnior, Ricardo R rreto, Josias Câmara e Amaro Magalhães. Arquivo Oswaldo Aranha, OA 31.03.02/3 (FGV/CPDOC). Outro, de Macaíba, faz as mesmas denúncias. Id. OA 31.03.02/3.
- (117) LEITE, Amâncio. Carta a Juarez Távora. 28 jun. 1931 (com cópia para Aranha) Arquivo Oswaldo Aranha, OA 31.06.30/2 (FGV/CPDOC).
- (118) PEREGRINO JR, Op. cit.
- (119) TÁVORA, J. Carta a Getúlio Vargas. 28 jun. 1931. Arquivo Getúlio Vargas, GV 31.06.28 (FGV/CPDOC).
- (120) AS MANIFESTAÇÕES das classes às realizações administrativas do tte. Aluizio Moura ... A República, Natal, 24 jun. 1931.

- (121) A PALAVRA de um magistrado. A República, Natal, 24 jun. 1931. O jornal O Mossoroense também reproduziu a carta que recebe-  
ria acerba crítica do Correio do Povo, também de Mossoró, que  
indagou se o Desembargador Bezerra estaria autorizado a falar  
em nome de todo o Estado.
- (122) ARANHA, O. Carta a Getúlio Vargas. 13 jul. 1931. Arquivo Os-  
waldo Aranha, OA 31.07.16/1 (FGV/CPDOC).
- (123) CAFÉ FILHO, J. Telegrama a Reginaldo Fernandes. 19 jun. 1931.  
In: FURTADO, J.M. Op.cit., p. 84.
- (124) SARMANHO, Walder. Carta a Rubem. (FGV/CPDOC). Sarmanho, ofici-  
al de gabinete de Vargas, encaminha o Capitão Sandoval Cava-  
lanti a uma conferência com Aranha sobre a política do Rio  
Grande do Norte.
- (125) A Frente Única Paulista foi uma aliança entre o Partido Demo-  
crático - um dos fiadores da Aliança Liberal e do Movimento  
de Outubro - e o Partido Republicano Paulista, o principal  
sustentáculo da Velha República, contra a qual se fizera o le-  
vante revolucionário. A Frente Única Gaúcha foi uma coalizão  
entre os Partido Libertador e Republicano do Rio Grande do  
Sul que, embora revolucionários, colocaram-se contra o progra-  
ma de reformas da corrente tenentista e exigiram de Vargas  
uma opção clara pela convocação imediata de eleições. Os mes-  
mos motivos explicam a formação da Frente Única Mineira, que  
reunia a ala bernardista do Partido Republicano Mineiro e o  
Partido Progressista do Interventor Olegário Maciel.
- (126) CARONE, Edgard. A República Nova (1930-1937), p. 308.
- (127) "Elle [Café Filho], com sua facção, ficou à margem do governo,  
preparando-se para as próximas eleições". Teria recebido "co-  
municação de Assis Brasil para activar esses preparativos".  
CASCARDO, Herculino. Carta a Oswaldo Aranha. Arquivo Oswaldo  
Aranha, OA 31.08.14/7 (FGV/CPDOC).
- (128) "Sou o árbitro e posso imprimir a orientação que desejar".  
CASCARDO, H. Carta a Oswaldo Aranha. Arquivo Oswaldo Aranha,  
OA 31.08.14/7 (FGV/CPDOC).
- (129) TAKEYA, D.M. & LIMA, H.M.F. História Político-administrativa  
da agricultura do Rio Grande do Norte - 1892/1930, p. 121-22.
- (130) O COMANDANTE Herculino Cascardo expõe, em entrevista ao Jor-  
nal do Brasil, alguns aspectos do seu plano administrativo.  
A República, Natal, 18 set. 1931.
- (131) UMA PALESTRA do Interventor Herculino Cascardo com o redactor  
do vespertino A Tarde. A República, Natal, 26 ago. 1931.
- (132) O COMANDANTE Herculino Cascardo, Interventor Federal do Rio  
Grande do Norte, fala ao Diário de Pernambuco. A República,  
Natal, 05 dez. 1931.
- (133) AS DECLARAÇÕES do Interventor do Rio Grande do Norte. A Repú-  
blica, Natal, 24 fev. 1932. Transcreve entrevista ao Jornal  
do Brasil. p.1.
- (134) OS PROBLEMAS da atualidade brasileira através da palavra do  
Interventor potiguar. A República, Natal, 24 fev. 1932. p.1.
- (135) COMANDANTE H. Cascardo. A República, Natal, 02 jun. 1932.
- (136) BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto 21.183 de 21.03.1932. A  
República, Natal, 10 abr. 1932. O primeiro trecho, Caraúbas-  
-Patu, compreendendo 40 km, só foi inaugurado a 30 de setem-  
bro de 1936.
- (137) PROSSEGUEM animadores os trabalhos da via-férrea mossoroense.  
A República, Natal, 20 mar. 1932.

- (138) O REGRESSO do Sr. Interventor Federal. A República, Natal, 11 out. 1931.
- (139) O Sr. INTERVENTOR Federal acredita que... A República, Natal, 06 ago. 1931.
- (140) TAKEYA, Denise M. Um outro nordeste, p. 69.
- (141) Loc. cit.
- (142) Op. cit. p. 72. Essa descrição refere-se especificamente às primeiras décadas do século XX. Não temos conhecimento de estudos que abordem a questão específica das relações de trabalho nos anos 30. É de se supor, todavia, que não tenham ocorrido mudanças significativas entre os anos 10 e os anos 30.
- (143) OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião, cap.2, p. 45-57.
- (144) O REGRESSO do Sr. Interventor Federal. A República, Natal, 11 out. 1931.  
O COMANDANTE Cascardo fala aos Diários Associados. A República, Natal, 02 out. 1931.
- (145) Para um quadro da produção e exportação de sal potiguar no período 1930-39. Vid. AUGUSTO, José. O sal do Rio Grande do Norte. In: BRITO, Raimundo Soares de, org. Indústria e comércio do oeste potiguar, p. 21-4.
- (146) Por exemplo: Salinas Alfredo Fernandes Ltda., grande produtor local, associou-se à firma inglesa Wilson Sons e Co. Ltda. para explorar a salina Camboinhas. In: BRITO, R.S. de, org., Op. cit., p. 40-3.
- (147) CASCARDO, H. Carta a Oswaldo Aranha. Arquivo Oswaldo Aranha. OA 31.08.14/7 (FGV/CPDOC).
- (148) O COMANDANTE Hercolino Cascardo fala aos Diários Associados sobre os interesses máximos do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 16 set. 1931.  
Em Canguaretama, município litorâneo próximo à divisa com a Paraíba, onde um núcleo de pequenas empresas produzia sal em escala modesta, exportando-o para municípios vizinhos, criou-se pela mesma época, um Sindicato do Sal em moldes parecidos com os propostos por Cascardo.
- (149) O COMANDANTE Cascardo fala aos Diários Associados. A República, Natal, 02 out. 1931.
- (150) GURGEL, Protásio. Nos domínios do sal. Correio do Povo, Mossoró, 21 fev. 1932. O autor aborda o assunto sob o mesmo título na edição de 27 mar. 1932.
- (151) NOTAS de Palácio. A República, Natal, 24 out. 1931, p. 6.
- (152) RIO GRANDE DO NORTE. Leis, decretos, etc. Decreto nº 158, de 01.11.1931. In: Decretos do Governo Revolucionário: 1930-1932.
- (153) Por exemplo, o jornal A República, de 24 mar. 1932 e 28 abr. 1932, noticiou a invasão de Mossoró e Açu, respectivamente. Estes fatos se repetiram com frequência em outras cidades.
- (154) PROTEÇÃO aos flagelados da seca. A República, Natal, 13 abr. 1932.
- (155) EM TELEGRAMA ao chefe do Governo, o ilustre intinerante ... A República, Natal, 22 abr. 1932.
- (156) TAKEYA, D.M. & LIMA, H.M.F. Op.cit., passim.

- (157) FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil, p. 122.
- (158) GURGEL, Nizário. Ainda em tempo. A República, Natal, 14 abr. 1932.
- (159) A VISITA do Ministro da Viação ao Norte. A República, Natal, 22 abr. 1932.
- (160) AS OBRAS de emergência do nordeste. A República, Natal, 20 maio 1932.
- (161) SOUZA, M. do C. C. de. Op.cit., passim.
- (162) CARVALHO, J.M. de. Op.cit. p. 108-87.
- (163) A PALAVRA do Comte. Herculino Cascardo ao povo do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 28 jul. 1931.
- (164) O COMANDANTE Herculino Cascardo fala aos Diários Associados sobre os interesses máximos do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 16 set. 1931.
- (165) PANORAMA da administração do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 05 jan. 1932. p. 1 e 4. Transcreve entrevista ao Diário de Notícias, Rio de Janeiro.
- (166) A PALAVRA do Comte. Herculino Cascardo ao povo do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 28 jul. 1932.
- (167) A POSSE do Comte. Herculino Cascardo na Interventoria Estadual. A República, Natal, 01 ago. 1931.
- (168) PANORAMA da administração do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 05 jan. 1932. Transcreve entrevista ao Diário de Notícias, Rio de Janeiro.
- (169) ESTA folha entrevista o Dr. Souza Pinto, A República, Natal, 28 ago. 1931. p. 1. O surto de malária expandiu-se para o interior do Estado; o índice de mortalidade nas populações atingidas alcançou a taxa de 40%. Segundo o Dr. Souza Pinto a alta taxa de mortalidade deveria ser atribuída ao estado social da população e não à "malignidade da doença".
- (170) O RIO GRANDE DO NORTE sob o regime revolucionário. A República, Natal, 20 jan. 1932. Transcreve entrevista a O Jornal, de Natal.
- (171) SANTA ROSA, Virgínio. O sentido do tenentismo, p. 63.
- (172) Como se sabe, os militares que participaram da campanha republicana, influenciados pela doutrina do positivismo, eram civelistas. Certamente Cascardo quer referir-se a esta tradição, embora CARVALHO, J.M. Op.cit. p.21, observe que os tenentes "mais facilmente aceitaram o predomínio militar na política ...".
- (173) PALAVRAS do Comte. Cascardo ao jornal A Batalha, do Rio de Janeiro. A República, Natal, 17 mar. 1932, p. 2.
- (174) OS PROBLEMAS da atualidade brasileira através da palavra do Interventor potiguar. A República, Natal, 24 fev. 1932.
- (175) PANORAMA da administração ... A República, 15 jan. 1932.
- (176) REORGANIZAÇÃO judiciária do Estado. A República, Natal, 19 ago. 1931.
- (177) RIO GRANDE DO NORTE. Leis, decretos, etc. Decreto nº 154. A República, Natal, 27 out. 1931, p. 2.
- (178) REORGANIZAÇÃO ... A República, Natal, 19 ago. 1931.
- (179) A REFORMA da magistratura. A República, Natal, 12 nov. 1931.

- (180) SOUZA, Eloy de. A reforma da magistratura. Diário de Natal, Natal, 27 out. 1931.
- (181) A REFORMA ... O Mossoroense, Mossoró, 15 nov. 1931.
- (182) CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, B. org. Op. cit., p. 121-224.  
A análise do programa do Clube 3 de Outubro faz-se às p.133-9; as citações são extraídas das p. 134-5.
- (183) COMBATE ao latifúndio. A República, Natal, 15 out. 1931.
- (184) TENDO o Sr. Interventor Federal recebido ... A República, Natal, 19 nov. 1931.
- (185) O DIREITO dos pobres. Correio do Povo, Mossoró, 13 dez. 1931.
- (186) RIO GRANDE DO NORTE. Leis, decretos, etc. Decreto nº 183, de 23 dez. 1931. A República, Natal, 27 dez. 1931.
- (187) Particularmente, o Diário de Natal, de matiz mais conservador, e o jornal A Tarde, da corrente liberal dos revolucionários locais, que assumiram postura constitucionalista.
- (188) AS VANTAGENS do novo imposto territorial. A República, Natal, 26 jan. 1932.
- (189) Id., ibid.
- (190) TENHO tomado providências contra os latifúndios... A República, Natal, 17 mar. 1932. Na mesma entrevista defendeu o imposto progressivo sobre rendas e heranças para eliminar a "má distribuição das riquezas".
- (191) EM TORNO do novo imposto territorial. A República, Natal, 11 fev. 1932.
- (192) MARSON, Adalberto. A ideologia nacionalista em Alberto Torres, p. 170-88.
- (193) Cf. Análise de OLIVEIRA, F. de. Op.cit., espec. Cap.4.
- (194) O "Código" está publicado parcialmente publicado em CARONE, E. Op. cit., p. 374-81.
- (195) O COMANDANTE Herculino Cascardo fala aos Diários Associados sobre os interesses máximos do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 16 set. 1931.
- (196) O COMANDANTE Herculino Cascardo expõe, em entrevista ao Jornal do Brasil, alguns pontos do seu plano administrativo. A República, Natal, 18 set. 1931.
- (197) O RIO GRANDE DO NORTE sob o regime revolucionário. A República, Natal, 20 jan. 1932. p.6.
- (198) O REGRESSO do Sr. Interventor Federal, A República, Natal, 11 out. 1931.
- (199) ÚLTIMA hora. A República, Natal, 12 set., 1931, p. 4.
- (200) A OPINIÃO do Comte. Herculino Cascardo sobre o Bloco do Norte e a Constituinte. A República, Natal, 17 set. 1931, p. 1. Transcreve entrevista telegráfica, do Rio, à Gazeta de Notícias, Fortaleza-Ce.
- (201) PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Ângela M. de Castro, coord. Regionalismo e centralização política, p. 349-50.
- (202) A OPINIÃO ... A República, Natal, 17 set. 1931, p. 1.

- (203) PANDOLFI, D.C. Op.cit., p. 349.
- (204) A OPINIÃO... A República, Natal, 17 set. 1931, p. 1.
- (205) AS COMEMORAÇÕES de ante-ontem, em homenagem à libertação do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 08 out. 1931.
- (206) AS FESTAS revolucionárias de Natal terminaram com uma nota triste. Correio do Povo, Mossoró, 11 out. 1931. Transcreve artigo de O Jornal, 08 out. 1931.
- (207) A PALAVRA esperançosa do Comte. Herculino Cascardo ao povo potiguar. A República, Natal, 24 out. 1931.
- (208) A DIRETORIA da Segurança Pública faz sentir... A República, Natal, 24 out. 1931. Manchete no alto da p. 1.
- (209) GOVERNO do Estado. Departamento da Segurança Pública. A República, Natal, 27 out. 1931.
- (210) CORREIO DO POVO. Mossoró, 08 e 15 out. 1931.
- (211) PROCURADORIA Especial da Junta de Sanções. A República, Natal, 10 nov. 1931.
- (212) OS SINDICANTES demitidos. Correio do Povo, Mossoró, 22 nov. 1931. Transcrito de O Jornal, 18 jan. 1931.
- (213) TELEGRAMAS oficiais. A República, Natal, 19 ago. 1931. Sobre o mesmo fato vid. a análise de BOMENY, Helena M.B. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In: GOMES, A.M. de C., coord. Op.cit., p. 155-60.
- (214) TELEGRAMAS oficiais. A República, Natal, 05 set. 1931. Ver também CARVALHO, J. M. de. Op.cit., p. 175.
- (215) O LEVANTE do 21º B.C. A República, Natal, 30 out. 1931.
- (216) PELA Constituinte. Diário de Natal, Natal, 11 dez. 1931. Os nºs seguintes continuam em defesa da Constituinte.
- (217) A REUNIÃO, em Pilões, dos Interventores da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. A República, Natal, 03 dez. 1931. Entrevista do jornalista Nelson Lustosa ao Diário de Pernambuco.
- (218) IMPRESSÕES de uma viagem ao nosso 'hinterland'. A República, Natal, 22 nov. 1931. p. 1.
- (219) A VIAGEM do Sr. Interventor Federal ao interior da Paraíba. A República, Natal, 24 nov. 1931.
- (220) Note-se que, anteriormente, Cascardo elogiara essa disposição do Código, anunciando, inclusive, já ter determinado por sua própria conta a redução do efetivo policial, como medida de contenção de gastos.
- (221) O COMANDANTE Herculino Cascardo, Interventor Federal no Rio Grande do Norte, fala ao Diário de Pernambuco. A República, Natal, 05 dez. 1931.  
OS RESULTADOS da viagem do Sr. Interventor Federal à cidade de Cajazeiras. A República, Natal, 28 nov. 1931.
- (222) Na verdade, Aranha fora deslocado para o Ministério da Fazenda, substituindo o banqueiro paulista José Maria Whitaker, indo para o seu lugar o gaúcho Maurício Cardoso, representando a tendência pró-Constituinte.
- (223) CASCARDO, Herculino. Carta a Oswaldo Aranha. Arquivo Oswaldo Aranha, OA 32.01./2 (FGV/CPDOC).
- (224) O RIO GRANDE DO NORTE sob o regime revolucionário. A República, Natal, 20 jan. 1932.

- (225) CONSELHO Consultivo do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 05 jan. 1931. Os membros do Conselho eram: Dr. Carlos de Freitas, Dr. Amaro Silva (presidente da Sociedade Agro-Pecuária e Inspetor Agrícola), Sr. José Lagreca (presidente da Associação Comercial), Sr. Luís Veiga Filho e Sr. Frederico de Ávila Melo (funcionário público).
- (226) NOTA Oficial. A República, Natal, 30 jan. 1932, p.1.
- (227) O COMANDANTE Cascardo renunciou à Interventoria do Rio Grande do Norte. Correio do Povo, Mossoró, 31 jan. 1932.  
O INTERVENTOR do Rio Grande do Norte a caminho do Rio de Janeiro. A República, Natal, 13 fev. 1932. Transcreve entrevista ao Diário de Pernambuco.  
LAMARTINE, J. Op.cit., p. 53-5 defende-se das acusações.  
FURTADO, J.M. Op.cit., p. 88, informa que a condenação de Lamartine jamais foi efetivada, o que, aliás, seria comum em todo o país. Veja-se, por exemplo, o comentário de CARONE, E. Op. cit., p. 288, sobre a trajetória da Justiça revolucionária, que minguarda "esquecida e inútil".
- (228) UM APELO do Ministro Maurício Cardoso. A República, Natal, 03 fev. 1932.
- (229) A SOLIDARIEDADE do povo potiguar ao Sr. Comte. Herculino Cascardo. A República, Natal, 30 jan. 1932.
- (230) COMISSÃO pró-Rio Grande do Norte. A República, Natal, 02 fev. 1932. Do conselho diretor faziam parte: o Tenente-Coronel Sandoval Cavalcanti, Comandante da Polícia Militar; dr. Hemetério Fernandes, presidente do Instituto dos Advogados; dr. Ernesto Fonseca, Presidente da Sociedade de Medicina; Dr. Amaro Silva, Presidente da Sociedade AGro-Pecuária; Dr. Bruno Pereira, "chefe do partido liberal"; Dr. Gentil Ferreira, Prefeito da capital; Dr. Sival Moreira Dias, Chefe de Polícia; Tenente Sérgio Marinho, representante do 29º BC; comand. Leonel Bastos, representante da Marinha; Jornalista Café Filho, pelo "Centro de Defesa dos Interesses do Rio Grande do Norte" e sindicatos operários.
- (231) A SOLIDARIEDADE potiguar ao Interventor Herculino Cascardo. A República, Natal, 04 fev. 1932.
- (232) CONFORTADORAS manifestações de solidariedade ao Comte. Herculino Cascardo. A República, Natal, 03 fev. 1932.
- (233) PEÇO, em meu nome e demais camaradas ... A República, Natal, 04 fev. 1932.
- (234) CONFORTADORAS manifestações ... A República, Natal, 03 fev. 1932.
- (235) BRANDI, Paulo. Vargas: da vida para a história, p. 90.
- (236) O REINGRESSO do Comte. Herculino Cascardo aos destinos administrativos do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 04 fev. 1932.
- (237) AS MANIFESTAÇÕES das classes proletárias ao Comte. H. Cascardo. A República, Natal, 05 fev. 1932.  
A MANIFESTAÇÃO operária ao Comte. Cascardo. Correio do Povo, Mossoró, 14 fev. 1932. Transcreve o discurso de Cascardo publicado por O Jornal.
- (238) OS PROBLEMAS da atualidade brasileira através da palavra do Interventor potiguar. A República, Natal, 24 fev. 1932. Entre vista a A Batalha, do Rio de Janeiro, transcrita do Diário de Pernambuco de 20 fev. 1932.

- (239) TENHO tomado providências ... A República, Natal, 17 mar.1932. Declarações à imprensa do Rio de Janeiro.
- (240) TELEGRAMAS oficiais. A República, Natal, 25 fev. 1932. ACABA de ser assinado ... A República, Natal, 20 fev. 1932. Manchete.
- (241) CARONE, E. Op.cit., p. 308.
- (242) A SOLIDARIEDADE do Rio Grande do Norte ao governo revolucionário. A República, Natal, 23 mar. 1932, p. 1.
- (243) GUIMARÃES, Protógenes. Carta a Hercolino Cascardo. Arquivo Oswaldo Aranha, OA 32.04.09/1 (FGV/CPDOC). O Ministro da Marinha informou a Cascardo que Luzardo esteve a 1º de março em sua residência, manifestando o desejo de afastar-se do Governo. A 2 de março, com Aranha e o Comte. Ary Parreiras, ouviu de Vargas que a atuação de Luzardo não o agradava, visto cuidar mais de política que de administração.
- (244) A RESPOSTA do Comte. Cascardo dos 'leaders' gaúchos. A República, Natal, 27 mar. 1932.
- (245) Apesar dessa atitude pública, entretanto, Vargas não deixou um só minuto de conspirar.
- (246) Esta viagem só viria a realizar-se em agosto de 1933.
- (247) Na verdade, o Interventor já havia encaminhado sua carta definitiva de demissão a 26 de março. Esta, no entanto, só seria concedida a 02 de junho. Talvez, a fórmula da "licença" tenha sido encontrada até que Vargas desse solução ao caso.
- (248) A PALAVRA dos Interventores do norte. A República, Natal, 16 abr. 1939.
- (249) PELA revolução. A República, Natal, 21 abr. 1932.
- (250) O CLUBE 3 de Outubro de Areia Branca. Correio do Povo, Mossoró, 08 maio 1932. Organizado por Francisco Solon Sobrinho (presidente), Alfredo Rebouças, Protásio Gurgel, Dimas P. Ramos, todos cafeístas.
- (251) CLUBE 3 de Outubro do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 31 maio 1932. Mossoró comunicou a fundação do Núcleo Regional, organizado por Tertuliano Ayres (presidente), comerciante José Otávio (secretário), Raimundo Jovino de Oliveira (tesoureiro), farmacêutico Joaquim Medeiros, José F. de Paula e José Martins de Vasconcelos, todos identificados com o cafeísmo.
- (252) Ibid., A República, Natal, 07 maio 1932. Os municípios seriam Açu, Ceará-Mirim, Macaíba, Canguaretama, Santa Cruz, Currais Novos, Acari, Jardim do Seridó e outros.
- (253) Ibid., A República, Natal, 20 maio 1932. Para a adesão do sindicato de Santa Cruz, consultar o mesmo jornal, 10.05.1932, "Clube ...". Para a Liga Operária São José, edição de 31.5.1932.
- (254) Ibid., A República, Natal, 26 abr. 1932.
- (255) Ibid., A República, Natal, 20 maio 1932.
- (256) BRANDI, P. Op.cit., p.64. A medida gerou protestos nos quartéis e fez-se necessária a intervenção do Chefe do Governo.
- (257) CLUBE 3 de Outubro... A República, Natal, 31 maio 1932, p. 1.
- (258) ESTATUTO de União Geral dos Trabalhadores do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 21 abr. 1932.

- (259) UMA GREVE justa. Correio do Povo, Mossoró, 28 fev. 1932. p.2. Atente-se para o título da matéria, que demonstra o propósito do jornal cafeísta em angariar as simpatias do operariado.
- (260) OS FORNECIMENTOS aos operários do trecho Caraúbas - Boa Esperança. Correio do Povo, Mossoró, 24 abr. 1932. EM DEFESA do operariado. A República, Natal, 07 maio 1932. Transcreve matéria do Correio do Povo, de 01.05.1932.
- (261) CLUBE 3 de Outubro... A República, Natal, 26 abr. 1932.
- (262) O COMANDANTE Cascardo e o Rio G. do Norte. A República, Natal, 05 jun. 1932. Transcreve entrevista de Cascardo a O Jornal, do Rio de Janeiro, de 03.06.1932.
- (263) CASCARDO, Hercolino. Carta ao Conselho Nacional do Clube 3 de Outubro. Arquivo Amaral Peixoto, AAP 33.02.23 (FGV/CPDOC). In: GUIMARÃES, M.L.S. et alii. Op.cit. p. 387-9.
- (264) COLLOR, Lindolfo. Carta a João Neves Fontoura. Arquivo Lindolfo Collor. Lc 32.06.15/3. (FGV/CPDOC). Na mesma carta, Collor faz referência à anunciada demissão coletiva do Ministério, que abriria espaço a uma reorganização mais favorável ao constitucionalismo, e que acabou não ocorrendo.
- (265) TRECHO da importante entrevista do Comte. Hercolino Cascardo a O Radical, do Rio. Correio do Povo, Mossoró, 19 jan. 1932. Bertino Dutra da Silva era comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros em Natal e membro da diretoria local do Clube 3 de Outubro. Nomeado a 08.6.1932 tomou posse no dia 11.6.1932.
- (266) MARIZ, Dinarte. Palestra. In: SEMINÁRIO SOBRE A VIDA E OBRA DE JOSÉ AUGUSTO. Natal, 23 set. 1980.
- (267) A REINTEGRAÇÃO de Mossoró nos postulados da Revolução. Correio do Povo, Mossoró, 19 jun. 1932. Também noticia a posse de Ca Fê Filho.
- (268) CORREIO DO POVO. Mossoró, 23 out. 1932. Notícia substituição de Tertuliano Ayres por Raimundo Jovino.
- (269) CORREIO DO POVO. Mossoró, 24 jul. 1932. Nomeados os prefeitos de Areia Branca (secretário do Clube 3 de Outubro municipal, cafeísta) e Angicos.
- (270) FOI demitido. Correio do Povo, Mossoró, 20 nov. 1932.
- (271) UNIÃO Democrática Norte-Riograndense. A República, Natal, 19 jun. 1932. FRENTE Única. Correio do Povo, Mossoró, 10 jul. 1932.
- (272) AUGUSTO, José. Carta a Monsenhor Matha. Arquivo Monsenhor João da Matha, JMP 32.07.07.
- (273) Telegramas de Santana do Matos e de São José do Seridó. Arquivo Monsenhor João da Matha. JMP 32.06.26 e JMP 32.07.05.
- (274) NOTAS de Palácio. A República, Natal, 05 jul. 1932.
- (275) BARATA, Aluizio. Na capital do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 12 jul. 1932.
- (276) NOTA do Palácio da Interventoria. A República, Natal, 21 jul. 1932.
- (277) NOTAS de Palácio. A República, Natal, 23 jul. 1932. A PRISÃO, no Rio Grande do Norte, do desembargador Silvino Bezerra. A República, Natal, 03 set. 1932.
- (278) Delegacia de Polícia. Correio do Povo, Mossoró, 25 set. 1932. A manifestação resultou nas prisões do dr. João Marcelino; advogado Joel Carvalho, sr. Francisco Bianor e outros.

- (279) NOTA DO Palácio da Interventoria. Correio do Povo, Mossoró, 19 jun. 1932.  
DEPARTAMENTO de Segurança Pública. A República, Natal, 02 ago. 1932.
- (280) O Decreto nº 19.770, do Governo Provisório, regulamentava a organização em sindicatos de "todas as classes patronais e operárias, que, no território nacional, exercerem profissões idênticas, similares ou conexas...". MORAES FILHO, Eváristo de. O problema do sindicato único no Brasil, p.220. O Artigo 9º e seu parágrafo único determinavam a existência de um só sindicato por categoria profissional (Id. *ibid*, p. 221).  
A inspiração anti-liberal e corporativista do Decreto é revelada na exposição de motivos do Ministro Lindolfo Collor, quando este afirma: "Foi o século XIX a era do individualismo econômico; o século XX será, como já está sendo, o da sindicalização das forças produtoras". (Id. *ibid.*, p. 222).  
Por seu lado, Joaquim Pimenta, um dos autores do projeto que redundou no 19.770, explicita a finalidade pretendida de fazer uma "aproximação" das classes trabalhadoras "com o Poder", na perspectiva de que o Estado deve "reconhecer no sindicato, mais do que uma simples sociedade civil, um órgão necessário ao equilíbrio da ordem jurídica na economia nacional." (Id. *ibid.*, p. 222, nota 222).  
A idéia do sindicato como aparelho ideológico de Estado, a serviço da consolidação da ordem burguesa, não poderia ser expressa de forma mais nítida.
- (281) OLIVEIRA FILHO, Moacyr de. Praxedes: um operário no poder, P. 39.
- (282) Id., *ibid.*, p. 40.
- (283) DIRETORIA da Segurança Pública. A República, Natal, 31 ago. 1932.
- (284) *Ibid.*, A República, Natal, 13 set. 1932.
- (285) MILÍCIA Revolucionária. A República, Natal, 24 jul. 1932. *Ibid.* A República, Natal, 13 jul, 1932.  
A organização da Milícia deve-se à iniciativa do Clube 3 de Outubro.
- (286) O GRANDE comício de ontem, na Av.Tavares de Lira. A República, Natal, 27 jul. 1932.
- (287) GUARDA Civil. A República, Natal, 12 jul. 1932.
- (288) FEDERAÇÃO Regional do Trabalho. A República, Natal, 10 set. 1932. Fundada a 08 de setembro de 1932.  
Note-se que em Pernambuco também durante o ano de 1932 existem duas federações sindicais disputando a direção do movimento da classe trabalhadora, que guardam grande semelhança com as existentes no Rio Grande do Norte no tocante aos objetivos políticos e, inclusive, na denominação.  
A União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco (UGT) propõe-se a aglutinar os sindicatos organizados à margem da legislação vigente (Decreto nº 19.770) e mantém um jornal, O Norte Proletário. Já a Federação Regional das Classes Trabalhadoras atua no âmbito das normas definidas pelo Ministério do Trabalho e presta toda a solidariedade ao interventor Lima Cavalcanti, que mantém certa aproximação com a entidade. C. PANDOLFI, D.C. Op.cit., p. 377.
- (289) FERREIRA, B.C. Op.cit. p. 28-9. ESTATUTO da "União dos Operários Estivadores". A República, Natal, 15 dez. 1933, p.5-6.

- (290) Uma listagem, talvez incompleta, de organizações sindicais em Natal, em 1932 e início de 1933, incluiria as seguintes:
01. Sociedade de Estivadores Natalenses (depois, União de Operários Estivadores, reconhecida pelo Ministério do Trabalho).
  02. Sindicato dos Pedreiros de Natal
  03. Sociedade de Padeiros Natalenses
  04. União Social Beneficente dos Motoristas
  05. Ferroviários da Great Western
  06. Sindicato dos Marceneiros e Carpinteiros de Natal
  07. União Sindical dos Trabalhadores da Prefeitura
  08. Sindicato dos Trabalhadores das Docas do Porto
  09. Sindicato das Mulheres Trabalhadoras de Natal
  10. Sindicato dos Pintores
  11. Sindicato dos Professores Norte-RioGrandenses (fundado a 08 de dezembro de 1932)
  12. Sindicato dos Trabalhadores
  13. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Natal
  14. Centro Operário Natalense
  15. Liga Artístico-Operária
  16. Federação Regional do Trabalho - FRT
  17. União Geral dos Trabalhadores do Rio Grande do Norte-UGT
- Fonte: A República, 1932: 20 de agosto, 10 e 11 setembro, 07, 13 e 20 novembro, 10 e 31 dezembro; 1933: 06 janeiro, 01 abril, 18 maio e 14 junho.
- (291) ANTUNES, Ricardo. Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil, p. 74 e segs. Seguimos a análise aí desenvolvida pelo autor.
- (292) Id., ibid., p. 74.
- (293) A REGULAMENTAÇÃO das horas de trabalho. A República, Natal, 25 ago. 1932.
- (294) O HORÁRIO do comércio. A República, Natal, 15 nov. 1932.
- (295) A LEI de oito horas para os empregados no comércio. Correio do Povo, Mossoró, 20 nov. 1932.
- (296) Além do seu sentido de medida agrária, o alqueire também é definido como medida de capacidade, e com este significado é usado nos sertões do nordeste. Esta é uma das acepções que lhe dá o Aurélio: "Antiga medida de capacidade para secos e líquidos, variável de terra para terra." (p. 74). A cuiá, por sua vez, é definida por Aurélio como uma "Medida de capacidade para secos, equivalente a 1/32 do alqueire." (p.408). Aínda no Nordeste 5 litros corresponde a 1 cuiá.
- (297) DA SECRETARIA do Sindicato dos Trabalhadores nas salinas de Mossoró. Correio do Povo, Mossoró, 20 nov. 1932.
- (298) GREVE dos trabalhadores nas salinas. Correio do Povo, Mossoró, 31 dez. 1932, p. 1.  
CLUB 3 de Outubro em Mossoró. Correio do Povo, 31 dez.1932. p. 4.  
Ibid., Correio do Povo, Mossoró, 15 jan. 1933.  
A extensão do movimento leva o Serviço de Secas a oferecer trabalho aos operários, na construção de estradas de rodagem, enquanto se resolve a questão.  
FERREIRA, B.C. Op.cit. Consultar esta obra para uma análise do movimento sindical em Mossoró e da atuação do Partido Comunista.
- (299) COMISSÃO de abastecimento. A República, Natal, 31 ago. 1932.  
TAXA de exportação sobre gado. A República, Natal, 04 dez. 1932.  
AMPARANDO o operário. A República, Natal; 12 out. 1932.

VIDA operária. A República, Natal, 09 out. 1932.

- (300) AS REALIZAÇÕES da administração revolucionária do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 04 jan. 1933.  
O SR. INTERVENTOR Bertino Dutra... A República, Natal, 25 jan. 1933, p. 1. Manchete.  
O PANORAMA revolucionário do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 21 mar. 1933.  
CRÉDITO agrícola. Correio do Povo, Mossoró, 05 fev. 1933.
- (301) A CHEGADA do Comte. Bertino Dutra à capital do paiz. A República, Natal, 15 dez. 1932.
- (302) PROBLEMAS do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 17 dez. 1932.
- (303) AS REALIZAÇÕES da administração revolucionária no Rio Grande do Norte. A República, Natal, 04 jan. 1932.
- (304) BRANDI, P. Op.cit., p. 67.
- (305) ARREGIMENTAÇÃO e articulação de partidos. A República, Natal, 21 de jan. 1933.
- (306) A EXCURSÃO do Comte. Bertino Dutra. A República, Natal, 05 fev. 1933. O jornal segue noticiando a excursão nos n.ºs de 07 e 08.02.33.
- (307) PRÓ ALISTAMENTO eleitoral. A República, Natal, 28 jan. 1933.
- (308) MARIZ, D. Op.cit.
- (309) CARONE, E. Op.cit., p. 317.
- (310) MARIZ, D. Op. cit.
- (311) Id., ibid.
- (312) Id., ibid.
- (313) Ata da reunião de fundação do "Partido Popular" do Rio Grande do Norte. Arquivo Monsenhor João da Matha. JMP 33.02.12 (PUC-SP/NPDH).
- (314) MARIZ, D. Entrevista ao Programa Memória Viva.
- (315) AUGUSTO, José. A democracia e os partidos políticos. In: BARBOSA, Edgar. História de uma campanha.
- (316) Id. ibid., passim.
- (317) L.W.Vianna observa a contradição na prática da Igreja, através da LEC, entre esta adesão ao liberalismo no terreno sindical e suas concepções antiliberais no terreno da organização da sociedade. E adianta a hipótese "de que a forma liberal, reivindicada pela Igreja, não passou de manobra tática para a consecução de seu projeto autoritário de organização da sociedade brasileira." VIANNA, Luís Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. p. 156. Para uma discussão mais ampla da questão p. 155-72.
- (318) O RIO GRANDE DO NORTE arregimenta revolucionários para o pleito constituinte. A República, Natal, 30 mar. 1933.
- (319) PARTIDO Social Nacionalista do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 05 abr. 1933.
- (320) Ibid. A República, Natal, 13 abr. 1933, p. 01-06.
- (321) Acta da sessão permanente da União Cívica Nacional em Recife. Arquivo Oswaldo Aranha, OA 33.03.22/4 (FGV/CPDOC).
- (322) CAVALCANTI, Carlos de Lima. Carta a Juarez Távora. Recife, 27 out. 1932. In: GUIMARÃES, M.L.L.S. et alii, orgs., Op. cit. p. 382-6.

- (323) ALMEIDA, José Américo de. Entrevista. Arquivo Getúlio Vargas, GV 33.07.15/1 (FGV/CPDOC).
- (324) TÁVORA, Juarez. Carta a Carlos de Lima Cavalcanti. Rio de Janeiro, 10 out. 1932. In: GUIMARÃES, M.L.L.S. et alii, orgs., Op. cit., p. 380-1.
- (325) FORJAZ, Maria C. Spina. Tenentismo e forças armadas na Revolução de 30, p. 215-6.
- (326) Estão presentes Juarez Távora, Luís Aranha (irmão de Oswaldo Aranha, Secretário Geral da UCN), Lima Cavalcanti, Agamenon Magalhães (PSD de Pernambuco), Bertino Dutra, Aníbal M. Ferreira (PSN do Rio Grande do Norte), Major Magalhães Barata (Interventor do Pará), Capitão Juraci Magalhães (Interventor da Bahia), Capitão Afonso de Carvalho (Interventor de Alagoas), Capitão Punaro Blay (Interventor do Espírito Santo), representantes dos Interventores do Amazonas, Sergipe, Piauí e Rio de Janeiro e delegados de doze partidos estaduais. In: Acta da sessão permanente... Arquivo Oswaldo Aranha, OA 33.03.22/4 (FGV/CPDOC).
- (327) NOTA da Secretaria Geral do Interventor Federal. A República, Natal, 12 mar. 1933.
- (328) "O Partido Popular do Rio Grande do Norte pleiteará..." Arquivo Monsenhor João da Matha. JMP (PUC-SP/NPHD) (pafleto).
- (329) AUGUSTO, José. Telegrama a Monsenhor Matha. Rio de Janeiro, 27 fev. 1933. Arquivo Monsenhor João da Matha. JMP.(PUC-SP/NPHD)
- (330) Id. ibid., Rio de Janeiro, 11 mar. 1933. Grifos de José Augusto.
- (331) Id. ibid. Rio de Janeiro, 29 mar. 1933.
- (332) "Um documento importante" Arquivo Monsenhor João da Matha. JMP. (PUC-SP/NPDH).
- (333) "Aos católicos de Areia Branca".Arquivo Monsenhor João da Matha. JMP (PUC-SP/NPHD) (folheto).
- (334) Arquivo Monsenhor João da Matha. JMP (PUC-SP/NPHD).
- (335) CAMPANHA deselegante e capciosa. A República, Natal, 19 mar. 1933.
- (336) CORREIO DO POVO. Mossoró, 26 fev. 1933, Manchete.
- (337) LIGA Eleitoral Católica. Correio do Povo, Mossoró, 26 fev. 1933, p. 1.
- (338) CLUBE 3 de Outubro. Correio do Povo, Mossoró, 02 abr. 1933.
- (339) FACEã face com o povo: Correio do Povo, Mossoró, 03 maio 1933.
- (340) CONVITE. Correio do Povo, Mossoró, 26 fev. 1933.
- (341) AMOROSO LIMA, Alceu. Carta a Oswaldo Aranha. Rio, 22 abr. 1932. Arquivo Oswaldo Aranha, OA 33.05.22/4 (FGV/CPDOC).
- (342) O ENSINO religioso nas escolas. A República, Natal, 11 fev. 1933.
- (343) DE PÊ, pela vitória. Correio do Povo, Mossoró, 19 fev.1933.
- (344) FACE a face... Correio do Povo, 03 maio 1933.
- (345) "Ao povo católico de Areia Branca" Arquivo Monsenhor João da Matha. JMP. (PUC-SP/NPHD).

- (346) TÁVORA, Juarez. Carta a Antunes Maciel, 25 abr. 1933. Arquivo Antunes Maciel, AM 33.04.25/3 (FGV/CPDOC).
- (347) A POLÍTICA potiguar e o Ministro Juarez Távora. A República, Natal, 23 abr. 1933. Transcreve entrevista de Távora a jornalistas do Rio.
- (348) NA BERLINDA, as interventorias do Amazonas, Rio Grande do Norte e Sergipe. A República, Natal, 10 jun. 1933. Matéria de O Globo, transcrita do "Jornal do Recife", de 06.06.33. O Globo acrescenta o exemplo do cap. Maynard, em Sergipe, que estava reconstituindo "a velha política familiar."
- (349) "Ata da Assembléia Deliberativa do Partido Popular do Rio Grande do Norte" Natal, 23 abr. 1933. Arquivo Monsenhor João da Matha. JMP. 33.04.23.
- (350) AUGUSTO, José. Carta a Monsenhor Matha. Rio, 08 abr. 1933. Arquivo Monsenhor João da Matha. JMP (PUC-SP/NPHD). No governo José Augusto vários membros da família Távora, parentes dos Fernandes, receberam asilo político no Rio Grande do Norte. Ademar Távora chegou a ser nomeado pelo governador, adjunto de promotor público em Pau dos Ferros. Vid. MARIZ, D. Palestra. In: SEMINÁRIO SOBRE A VIDA E OBRA DE JOSÉ AUGUSTO. Natal, 23 set. 1980.
- (351) A MARGEM de uma entrevista. A República, Natal, 27 maio 1933. Ibid. A República, Natal, 06 jun. 1933. Dutra afirma que aceitou a princípio a mediação de Ademar Távora, mas em seguida descobriu ser ele "exaltado propagandista do Partido Popular."
- (352) DIRETORIA Geral de Estatística; estatística eleitoral. Diário Oficial, Natal, 28 jul. 1933.
- (353) BARBOSA, E. Op.cit., p. 20.
- (354) A VINDA do 29º BC de Natal. A República, Natal, 03 jun. 1933. Para substituí-lo foi enviado o 21º BC, que em 1931 havia promovido uma revolta em Recife, contra o interventor Lima Calvalcanti.
- (355) LAMENTÁVEL ocorrência. A República, Natal, 01 jun. 1933. Quando Vargas esteve em Natal, em agosto de 1933, o General Gões Monteiro, que o acompanhava, rasgou o processo em que o capitão Everardo Barros de Vasconcelos era indiciado por atentado a Café Filho.
- (356) AUGUSTO, José. Carta a Monsenhor Matha. Rio, 31 maio 1933. Arquivo Monsenhor João da Matha. JMP (PUC-SP/NPHD).
- (357) PORQUE pediu demissão da Interventoria do Rio Grande do Norte o Comte. Bertino Dutra. A República, Natal, 30 jul. 1933.
- (358) CASCARDO, H. Carta a Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, 12 jul. 1933 (FGV/CPDOC).
- (359) IRREGULARIDADES no alistamento eleitoral e nas eleições de 3 de maio, nesta cidade. Correio do Povo, Mossoró, 21 maio, 1933.

## CAPÍTULO III

### INTERVENTORIA CIVIL E REAÇÃO OLIGÁRQUICA (1933-1935)

#### 3.1 - Sob o signo da conciliação

*"Gerações de isolamento social num Estado miserável e sub-povoado produziram uma elite social e econômica fechada, muito unida". (1)*

Compreende-se melhor a questão da sobrevivência política das velhas e novas oligarquias, no pós-30, quando se observa, seguindo o raciocínio de SOUZA, que o governo que emerge da "Revolução" não objetiva liquidar "as estruturas políticas regionais pré-existentes", mas apenas subordiná-las e delimitar "seu âmbito de atuação" (2).

Se este é o sentido mais geral que confere inteligibilidade à montagem e ao funcionamento do sistema interventor e mesmo da escolha dos governadores constitucionais em 1934-35, não é algo que seja dado "a priori", como mecanismo teleológico e dirigir a trama dos eventos. É, antes, a consequência de um denso processo histórico-político, concentrado em curto espaço de tempo, que só se revela em sua inteireza, como resultado, quando iluminado através do processo de investigação e análise científica. Enquanto tal, a forma como se dá em cada caso a relação poder central/interventoria/classe dominante regional assume particularidades que enriquecem a compreensão daquele sentido.

Nessa medida, o Rio Grande do Norte apresenta uma

singularidade. Na maioria dos Estados os novos grupos dominantes eram, via de regra, setores dissidentes das antigas elites partidárias, ou lideranças vindas de fora aliadas a estes setores.

No Rio Grande do Norte a estrutura do velho Partido Republicano foi transferida praticamente intacta para o novo Partido Popular e impôs duas derrotas consecutivas a Vargas: nas eleições para a Constituinte em maio de 1933 e, mais tarde, nas eleições estaduais (e para o Congresso Federal) de outubro de 1934.

O período 1933-35 testemunhou uma crise de acomodação entre o poder central e a classe dominante local, no Rio Grande do Norte. O fato de que a crise tenha sido tão prolongada (o último Estado a dar posse ao governador constitucional), e de que o seu desfecho só tenha se dado, de fato, com a insurreição comunista de novembro de 1935 foi decorrente, em larga medida, da ambigüidade política ou da extrema manipulação de Vargas, apoiando aparentemente, ao mesmo tempo, as duas correntes em luta (a facção interventorial e a dos políticos ligados ao "antigo regime") e postergando uma solução definitiva.

Este período (1933 a 1935) assistiu a nível nacional, à emergência de movimentos políticos que provocaram intensa polarização ideológica, tendo como pano de fundo uma mobilização crescente das camadas populares e da classe operária, em particular. Se nos anos 1930-35 o movimento operário conheceu momentos alternados de ascenso e descenso, o biênio 1934-35 apontou para o ressurgimento e apogeu do movimento grevista da década, segundo a análise de ANTUNES<sup>(3)</sup>. Tal processo, que se deu num quadro jurídico-institucional de relativa libe

ralização, culminou na organização da Aliança Nacional Libertadora - ANL, no início de 1935, um movimento dirigido pelo Partido Comunista sob a forma de frente popular e que ganhou rapidamente o apoio do operariado e de parte da classe média urbana.

Para SOUZA, esta mobilização, somada à intervenção do movimento integralista, possibilitou as condições que permitiram harmonizar a ideologia liberal com o corporativismo autoritário<sup>(4)</sup> abrindo espaço à consolidação do executivo forte, acima dos partidos e do parlamento.

Reconhecendo que, na história política do país, os padrões de cooptação de interesses sempre foram dominantes em relação aos padrões de representação autônoma desses mesmos interesses, essa mesma autora identifica nos anos 30, tanto no plano ideológico como no plano propriamente institucional, uma recriação do padrão cooptativo, através do qual os interesses - regionais, funcionais, de classe -, sem passar pela mediação dos mecanismos formais de representação, fazem-se representar diretamente no próprio aparato institucional do Estado: autarquias, institutos, conselhos técnicos, etc<sup>(5)</sup>.

Este processo, que não é linear, e remonta aos anos finais da República Velha, passou necessariamente pelo rompimento com o federalismo e o liberalismo da Constituição de 1934. A resistência das classes dominantes rurais ao centralismo e da burguesia industrial à legislação trabalhista foi sendo vencida, na medida em que elas iam descobrindo as virtudes do governo "forte" e do enquadramento sindical contra os "excessos" da luta de classes. A adesão aos novos padrões de cooptação se consolidou a partir de meados de 1935 e, sobretudo

do, após os levantes comunistas de novembro.

No âmbito estadual, se durante este período de crise houve radicalização de posições, o próprio clima político resultante, impossibilitando a preservação da "ordem" e abrindo espaço à revolta das classes subalternas, iria reconciliar o formalismo liberal das oligarquias com a orientação autoritário-corporativista do grupo dirigente ao nível do Estado central, permitindo a adesão dessas oligarquias aos novos padrões de cooptação e, simultaneamente, colocando o governo federal, solidariamente, no mesmo terreno do governo estadual: a defesa intransigente da ordem ameaçada.

### 3.1.1 - Mário Câmara: o Interventor civil e potiguar (agosto de 1933 a outubro de 1935)

O período que se inicia após as eleições constituintes de 3 de maio de 1933 assiste a uma relativa liberalização do regime. Persistem, no entanto, resquícios discricionários e limitações, como a manutenção da censura à imprensa e a negativa de registro eleitoral ao Partido Comunista Brasileiro<sup>(6)</sup>. O resultado das eleições pusera em evidência a pujança das máquinas eleitorais oriundas do antigo regime. Vargas seria obrigado a levar em conta a força das oligarquias num quadro de declínio do tenentismo e de afirmação concomitante da hierarquia do Exército. Os objetivos políticos do momento para o grupo que constituía o núcleo do poder central se expressavam, sobretudo, na necessidade de consagrar no novo texto constitucional a ampliação das prerrogativas do executivo federal; o que significava em poucas palavras reforçar os mecanismos de centrali-

zação e intervencionismo para direcionar as atividades econômicas e as relações entre as classes e frações de classes.

Subsidiariamente a este objetivo colocava-se a necessidade de assegurar a Vargas a chefia do governo no período constitucional: em muitos momentos dos trabalhos da Constituinte este seria o tema central ao qual outras questões se subordinavam. Essa questão, no entanto, dividiu as grandes bancadas estaduais e o próprio grupo palaciano. Seu encaminhamento seria pontilhado de pequenos golpes, de contragolpes e negociações tensas. Góes Monteiro, uma das eminências pardas do regime, conspirava abertamente contra Vargas, mas não conseguiu aglutinar as Forças Armadas nem angariar o apoio das forças regionais. Em maio de 1934, Vargas, numa tentativa de desarmar os espíritos, anistiou os revolucionários de 32 e suspendeu a censura à imprensa<sup>(7)</sup>.

Talvez o que definisse melhor este momento conjuntural, que foi até mais ou menos a eleição presidencial (indireta) e a promulgação da nova Constituição (em julho de 1934), fosse a conciliação. Vivia-se, assim, sob o signo da conciliação.

Se Vargas dispunha de ampla maioria na Constituinte, isto não significava que ele aí obtivesse apoio automático; além disso, a situação política continuava instável, do que davam provas: a situação nos quartéis, os movimentos na cúpula militar e as lutas entre as facções políticas nos Estados. Vargas precisava assegurar a si próprio, o apoio mais amplo possível. As bancadas dos grandes Estados, não obstante o seu situacionismo, obedeciam a lideranças relativamente autônomas, com

interesses próprios e algumas diferenças com o próprio Vargas. Era o caso de Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul; Olegário Maciel e Artur Bernardes, em Minas Gerais; Armando de Salles Oliveira, em São Paulo, e mesmo Lima Cavalcanti, em Pernambuco.

Por isso Vargas prudentemente compôs-se com os grandes Estados e procurou se aproximar das facções oligárquicas que imprimiram derrota aos Interventores em seus Estados, como foi o caso de São Paulo e Rio Grande do Norte.

A nomeação do novo Interventor do Rio Grande do Norte se inseria nesta estratégia de ampliar apoios inclusive entre as forças mais conservadoras.

O indicado, Mário Leopoldo Pereira da Câmara, era um típico representante do novo modelo de tecnocrata em gestação nos anos 30. Embora com raízes familiares nos grupos oligárquicos locais (seu pai, Augusto Leopoldo Raposo da Câmara era um político tradicional bem sucedido no "velho regime", tendo sido Deputado Federal pelo Rio Grande do Norte e Vice-Governador do Estado<sup>(8)</sup>; a família tinha bases eleitorais na zona açucareira do município de Ceará-Mirim), Câmara fez carreira na burocracia pública federal, como técnico em finanças, chegando a trabalhar no Gabinete do Vargas.

Mário Câmara fora candidato derrotado, pelo Partido Social Nacionalista, à Assembléia Nacional Constituinte - candidato do PSN sem, no entanto, "jurar bandeira", na expressão de seu irmão, Paulo Câmara.

O novo Interventor recebeu de Vargas uma missão bem precisa: aproximar-se do grupo de José Augusto para dar, no

Rio Grande do Norte, cobertura ao seu governo. Mas essa aproximação deveria se fazer de forma tal que Mário Câmara pudesse dar as cartas, ser o poder decisório último. Fracassando esse intento, deveria Câmara fundar um partido de sustentação para o governo. Verificada a impossibilidade de com esse partido vencer as eleições (estaduais), só então, em terceira e última hipótese, deveria ele procurar se aliar a Café Filho<sup>(9)</sup>.

Para melhor desempenho da missão, Câmara e Vargas entenderam-se quanto à necessidade de afastar Café Filho do Estado, para isso valendo-se dos bons ofícios do Ministro do Trabalho, Salgado Filho, e de José Américo, Ministro da Viação, que deveria pessoalmente convencer Café da conveniência de sua retirada.

A saída de Café Filho da Chefia de Polícia (e, posteriormente, do Estado) e a nomeação de um secretariado "apolítico", incluindo o Dr. Antônio de Souza na Secretaria Geral, foram fatores que, na avaliação do próprio Interventor, contribuíram para criar "uma atmosfera de grande simpatia e confiança"<sup>(10)</sup>. Vários dos novos auxiliares nomeados eram, no entanto, seus parentes. Entre eles, o novo Chefe de Polícia, Dr. Luís Potiguar Fernandes, e o Diretor do Departamento de Educação, Dr. Anfilóquio Câmara que, por sinal, exercia a mesma função durante o governo José Augusto. Mais tarde, um analista do Partido Popular diria que "todo mundo fechava os olhos às tendências olygarchicas que o homem demonstrara, logo à escolha dos seus auxiliares"<sup>(11)</sup>.

No momento, porém, a avaliação do Partido Popular era consistentemente positiva:

"À sua chegada, os homens bons o cercaram, levados pela comovida impressão de vê-lo, à frente dos destinos do Estado, alguém que fazia parte da comunidade pelo sangue e pelo mesmo desejo de apagar as queixas contra a revolução"<sup>(12)</sup>.

Câmara declarou que seu objetivo era exclusivamente administrar, sem preocupações partidárias, pacificar o Estado e a família potiguares, criando um "ambiente de paz, de harmonia e de cooperação eficiente" essenciais ao desenvolvimento do Estado.

José Augusto elogiou as intenções do "conterrâneo digno" e do Governo Provisório por este nomear interventores civis e filhos da terra para São Paulo e o Rio Grande do Norte e permitir a volta ao país de políticos anteriormente afastados. Concluiu, recomendando aos correligionários que se devia ajudar o governo em sua "nova e salutar orientação"<sup>(13)</sup>.

A liberalização promovida pelo novo Interventor permitiu que reaparecessem os jornais A Razão e O Mossoroense, que haviam deixado de circular por determinação do ex-Interventor Bertino Dutra (o primeiro jornal, por um período superior a dois meses). Os políticos deportados durante aquela intervenção também puderam voltar ao Estado<sup>(14)</sup>.

A Razão, porta-voz do Partido Popular, em editorial de 12 de agosto de 1933, recomendou que se facilitasse a Mário Câmara o desempenho de suas tarefas. Em outro editorial, de 22 de agosto, afirmou que não incomodaria o Interventor com pedidos políticos, mas depois pleiteou a substituição de prefeitos e auxiliares diretos da administração<sup>(15)</sup>.

Este liberalismo, no entanto, tinha mão única, pois

enquanto prosseguiam os gestos de boa vontade em relação aos populistas, o tratamento dispensado aos cafeístas revelava a outra face da Interventoria - a do autoritarismo.

Da cobrança em relação aos compromissos políticos de Mário Câmara com o Partido Social Nacionalista (ele que fora candidato do partido), o cafeísmo passou à crítica aos atos da administração, sofrendo por isso duras represálias.

O órgão cafeísta na imprensa, O Jornal, foi submetido à censura policial e sofreu ameaças de empastelamento, inclusive de oficiais reformados da Polícia Militar. Seu diretor, jornalista Elias Malmann, e o gerente foram presos; acusado, o primeiro, de usar "linguagem insultuosa" contra o governo do Estado. Próceres cafeístas, como Sandoval Wanderley e José Otávio, funcionários federais, foram transferidos ou demitidos. O presidente da Federação Regional do Trabalho (FRT), operário Manoel Aguiar, também foi preso, sob o pretexto de envolvimento em "briga de rua"<sup>(16)</sup>.

Os cafeístas denunciaram esta situação à imprensa nacional, ao Ministério da Justiça, ao Parlamento e à Associação Brasileira de Imprensa. O representante do Partido Social Nacionalista na Constituinte, Deputado Kerginaldo Cavalcanti, em nota à imprensa carioca, afirmou que Mário Câmara formou "o seu secretariado de parentes e desaffectedos nossos, de elementos que toda vida serviram às oligarchias do Estado incondicionalmente". Valendo-se das relações feitas no partido na época da campanha eleitoral, o Interventor tentou aliciar para os seus propósitos as chefias locais do Partido Social Nacionalista. "Encontrando resistência, passou a demitir os recalci trantes, a espaldeirar os operários e a encher as prisões"<sup>(17)</sup>.

Respondendo a uma interpelação do deputado pelo Rio de Janeiro, Martins e Silva, Mário Câmara justificou a prisão do redator e do gerente de O Jornal "por haverem desrespeitado determinações policiais sobre censura"<sup>(18)</sup>. Ao Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Herbert Moses, porém, o Interventor respondeu que não pesava sobre O Jornal qualquer forma de censura, apesar de este fazer "oposição sistemática e muito pouco esclarecida aos atos da minha administração, descendo sem demora às leviandades, às interpretações errôneas e até às injúrias...". Reconheceu, no entanto, de forma implícita, a repressão a O Jornal, quando afirmou não poder admitir o desprestígio da autoridade<sup>(19)</sup>.

Os cafeístas, que nunca se mostraram incomodados com os atos de arbítrio cometidos na interventoria anterior contra A Razão e o Partido Popular, antes tendo neles responsabilidade direta por ocuparem a Chefia de Polícia, agora clamavam contra a "compressão" e os atentados à liberdade de imprensa.

Por seu lado, os populistas, que na situação anterior haviam protestado mais ou menos nos mesmos termos em que o faziam agora seus adversários, viam no governo Mário Câmara um modelo de liberalismo e de prática democrática.

### 3.1.2 - Viagem de Vargas ao Nordeste, programa administrativo de Mário Câmara, aproximação com as "classes conservadoras"

Entre fins de agosto e o início do mês de setembro de 1933 Getúlio Vargas empreendeu uma demorada viagem às regiões Norte e Nordeste do país. A viagem rendeu importantes dividen

dos políticos, reforçando a candidatura do Chefe do Governo Provisório à presidência constitucional, pela entusiasmada recepção popular à comitiva presidencial e reafirmação da lealdade dos interventores da região. Para os interventores, a viagem representou uma boa ocasião para apresentar as reivindicações de seus Estados e barganhar verbas. Acompanhavam o Chefe do Governo Provisório, os Ministros Juarez Távora, José Américo e Gões Monteiro<sup>(20)</sup>.

Em Natal, Mário Câmara recebeu Getúlio Vargas fazendo um balanço das realizações do Governo Provisório no país e das administrações locais no Estado; apontou prioridades e definiu objetivos de governo, considerando encerrada a primeira fase da revolução, a fase "demolidora". Ressaltou a contribuição do Governo Federal na solução do problema das secas, rompendo com a visão tradicional, que considerava o Nordeste um peso morto. Em sua visão os problemas vitais da região eram água, transportes e educação; apontou as questões que entravam o desenvolvimento da região e do Estado: secas, insuficiência de crédito agrícola, deficiências em transportes e obras portuárias e carência na área do ensino técnico-profissional. "O essencial (...) é assegurar a continuidade à assistência federal ao Nordeste", destacando-se a luta contra as secas e a construção de estradas de ferro e de rodagem, abandonando-se a prática de medidas emergenciais e provisórias.

Finalizou, declarando seu apoio ao nome de Vargas para o futuro período presidencial, para assegurar a "continuidade de diretrizes" indispensável ao "progresso do Brasil"<sup>(21)</sup>. Vargas ainda percorreu o interior do Rio Grande do Norte, sendo saudado como futuro presidente da República<sup>(22)</sup>.

José Augusto recomendara a seus correligionários que participassem das homenagens a que fossem convidados, inclusive, pela presença de José Américo e Juarez Távora, ressaltando a participação deste último "em benefício de nossas liberdades" (23).

Se no terreno político o clima era de franco entendimento entre a Interventoria e a corrente populista que representava os interesses dos setores dominantes, Mário Câmara procurou dar consistência a essa aproximação, elaborando um programa administrativo voltado para as grandes questões econômicas que envolviam o desenvolvimento do Estado.

Como não poderia deixar de ser, algodão, sal, portos, estradas de ferro e de rodagem, açudagem, poços, crédito agrícola e educação absorveram os esforços da Interventoria, até mesmo porque os problemas de infra-estrutura técnica que impediam um maior desenvolvimento econômico do Estado estavam diagnosticados há muito tempo, sem que as soluções, algumas de fácil execução (dependendo de verbas e decisão política dos governos federais), fossem implementadas. Para dar um exemplo, a carência na área de transportes e de portos era dramática, impedindo a integração do espaço econômico interno e dificultando as relações comerciais com outras regiões. Gerações de parlamentares (Elóy de Souza, Juvenal Lamartine, Café Filho) denunciavam a evasão de rendas do Estado, através dos impostos federais, sem que houvesse uma contrapartida em obras e benefícios reais. Empreendimentos vitais, como a Estrada de Ferro de Mossoró, arrastavam-se décadas a fio, sofrendo atrasos e paralisações.

As secas continuadas, a baixa produtividade agrícola

(conseqüência dos métodos primitivos de cultivo, relacionados ao caráter "atrasado" das relações de trabalho), as altas ta xas de mortalidade (as principais causas de morte eram o impa ludismo, as desinterias e a tuberculose) e o analfabetismo (80% da população) completavam um quadro de miséria e pobreza abso luta a que eram indiferentes as classes dominantes e os seto res dirigentes<sup>(24)</sup>.

Mário Câmara, em sua política de "aproximação com as classes conservadoras", vai editar uma série de decretos, con sagrando medidas revogadoras de disposições anteriores de ou tras interventorias, ou criando novas disposições mais favorã veis àquelas "classes" nas áreas fiscal e tributária. Entre os impostos que tiveram suas taxas reduzidas, podem ser citados os de "exportação, transações comerciais, territorial, várias várias taxas dos impostos de consumo, indústria e profissão, viação e transmissão"<sup>(25)</sup>.

O Decreto nº 517, de 28 de setembro de 1933, aboliu o cerco do gado, instituído na Interventoria do Capitão Dutra, que, na expressão do Presidente da Associação Comercial, "tan tos vexames e malsinações trouxe".

O polêmico decreto de Cascardo sobre o imposto terri torial teve os seus dispositivos alterados pelo Decreto nº 540, de 23 de novembro de 1933, reduzindo-se a incidência das taxas, principalmente sobre as propriedades de mais de 500 hec tares; além disso, foram dispensadas multas e débitos referen tes a 1932. Com essas medidas, o imposto territorial perdeu o seu caráter progressivo e de penalização das propriedades im produtivas e também a sua limitada finalidade redistributiva.

Tornou-se inócua, o que é demonstrado pela queda na arrecadação do mesmo nos anos fiscais que se seguiram.

Pelo orçamento vigente em 1933 o imposto de transações comerciais incidia sobre um mesmo produto tantas vezes quantas fossem as transações em que ele fosse envolvido; o Decreto nº 524, de 3 de outubro de 1933, reduziu imediatamente essas cobranças a apenas duas e no orçamento de 1934 sua incidência se daria sobre apenas uma transação. Essa medida vinha corrigir um aspecto que tinha gerado atritos entre o comércio e o Interventor Bertino Dutra.

As Associações Comerciais de Natal e Mossoró foram convidadas a colaborar diretamente na elaboração do orçamento estadual para 1934, sendo designado para representá-las na comissão de elaboração do orçamento o Dr. Alfredo Lira, Presidente da Associação de Natal (o próprio Diretor do Departamento da Fazenda era um grande comerciante importador, Sr. José Lagreca).

O orçamento de 1934 consignou significativa redução para artigos de exportação, produtos da indústria local e gêneros de consumo popular.

O imposto de exportação foi reduzido para produtos como algodão em pluma, algodão em caroço, cera de carnaúba, açúcar, peles e outros, beneficiando diretamente o capital comercial desses ramos de negócios.

O imposto de consumo sofreu redução para arame liso, arame farpado (empregados, como se sabe, na pecuária), açúcar, bacalhau, bacalhau, café, feijão, milho, charque, ovos, leite, hortaliças. Além disso, a redução beneficiou certos produtos

de artesanato doméstico rural, como colheres de madeira, artefatos de palha de carnaúba, urupemas, pilões, cestos, etc..

A par da redução orçamentária de impostos, a Interventoria tomou medidas legislativas que favoreceram a produção industrial de óleo de oiticica e farinha de mandioca.

No primeiro caso, concedeu isenção total de impostos estaduais e municipais, por doze anos, à Companhia Brasil Oiticica S.A. e à Empresa de Óleos Brasileiros Limitada, que pretendiam instalar fábricas no Rio Grande do Norte. Complementou este incentivo, proibindo o corte da oiticica e a exportação de suas sementes, a fim de garantir às duas empresas o suprimento da matéria-prima.

No segundo caso, ofereceu prêmios em dinheiro e concedeu isenção do imposto de indústria e profissão a quem instalasse fábricas de farinha de mandioca, um produto de grande consumo popular importado em larga escala<sup>(26)</sup>.

Em fins de outubro de 1933, Mário Câmara foi a Mossorô e Areia Branca, reunir-se com os respectivos prefeitos (Antônio Soares Júnior e Alfredo Rebouças), o Presidente da Associação Comercial de Mossorô, Aldo Fernandes, e representantes das grandes empresas salineiras. Na reunião acertou-se: reduzir o imposto estadual de cinco mil e seiscentos para cinco mil réis, ressalvada a obrigação de alcançar a previsão orçamentária; pleitear do governo federal isenção ou abatimento do imposto de consumo sobre o sal destinado às charqueadas e obrigação de só exportar o sal grosso comum quando iniciada a extração da safra seguinte<sup>(27)</sup>.

Retomou-se, em bases diferentes, a proposta de Herco

lino Cascardo, de criação de um Instituto do Sal. A Interventoria patrocinou várias reuniões com representantes das empresas salineiras e autoridades municipais, chegando a ser apresentado um projeto, elaborado pelos próprios salineiros.

As exportações anuais para o mercado nacional seriam limitadas, determinando-se cotas para cada empresa, com base nas médias de produção das cinco últimas safras. Os impostos seriam substituídos por uma taxa de 25 mil réis por tonelada de sal exportado, até o limite de 240 mil toneladas anuais; a partir desse limite a taxa seria reduzida para 6 mil réis por tonelada. O fundo constituído por esses recursos seria aplicado a juros no Banco do Brasil, sob o controle do Instituto, que daí repassaria ao Estado o correspondente à parcela orçamentária dos impostos (estaduais e municipais), rateando o saldo entre os produtores de acordo com as cotas de produção anteriormente estabelecidas.

Como se vê, o projetado Instituto do Sal poderia se constituir num verdadeiro cartel de grandes produtores, às expensas das pequenas empresas, do erário público e dos grandes consumidores (charqueadores e outros) do Sul do país, caso tivesse se concretizado.

Permaneciam, entretanto, as velhas questões que entravavam um maior desenvolvimento da indústria salineira. Destas, uma das mais importantes era a dos portos de Areia Branca e Macau, escoadouros do produto. A situação da barra desses portos impedia a entrada de navios de grande ou médio calado, obrigando a que o embarque do sal e outras mercadorias (algodão, cera de carnaúba, peles, gesso, etc.) fosse feito a mi

lhas de distância, transportado em pequenas barcaças, tornando a operação extremamente lenta e financeiramente custosa. A este problema vinha juntar-se o peso do imposto de consumo federal e as manobras dos intermediários comerciais para encarecer o preço final, ocasionando constantes atritos com os importadores, que pressionavam o governo federal a liberar a importação do sal estrangeiro.

Para se ter uma idéia da dimensão do problema, faz-se necessário saber que uma tonelada de sal era vendida na salina por seis a oito mil réis; pagava-se pelo imposto de consumo federal, vinte e dois mil réis; pelo transporte da salina ao costado do navio, seis mil réis; pelo frete para o Sul, trinta e seis a quarenta mil réis. Dessa forma, o produtor, principalmente o pequeno, que não dispunha de navios para o transporte do produto, como ocorria com os grandes (também proprietários das empresas de navegação) ficava com uma parte ínfima do valor produzido.

O Interventor denunciou a evasão de rendas do Estado através do imposto federal, que tinha produzido a importância de noventa mil contos de réis nas três primeiras décadas do século, sem que o governo central tivesse recompensado essa contribuição com obras necessárias ao bom funcionamento dos portos. Para resgatar em parte essa dívida, Mário Câmara propôs que se criasse um fundo especial, formado por cinquenta por cento do imposto federal, para subsidiar as obras dos portos, proposta esta que, como outras, cairia no vazio<sup>(28)</sup>.

Mas é para o algodão que os esforços da Interventoria Mário Câmara foram dirigidos de forma mais sistemática.

Na visão do Interventor os principais produtos da economia estadual eram o algodão, o sal, o açúcar, a cera de carnaúba e o gado. Destes, o mais importante seria o algodão: "... a base da economia norte-rio-grandense repousa, principalmente, na exploração algodoeira, a qual chega a concorrer com mais de 30% para a receita pública estadual". Apesar dessa importância, os métodos do cultivo do algodão eram primitivos. "Quasi nada de máquinas, de seleção de sementes, de racionalização, em summa".

A Interventoria concebeu uma série de medidas para tentar mudar esse quadro. Pelo Decreto nº 618, de 7 de maio de 1934, o Estado foi dividido em cinco zonas de cultivo de algodão, a fim de que cada variedade (mocô, ou seridô, de fibra longa; verdão, de fibra média e mata, de fibra curta) ficasse circunscrita à região onde melhor se adaptasse. Disseminaram-se campos de cooperação, cuja finalidade era familiarizar os agricultores com métodos racionais de cultura; estes campos, que eram 6 até meados de 1933, com uma área total de 47,5 hectares, passaram a 30 em 1934, ocupando uma área de 718 hectares.

Também deu-se incentivo a estações de sementes, cujo objetivo era obter melhorias genéticas das variedades cultivadas no Estado e oferecer sementes selecionadas aos agricultores. Estes serviços funcionavam através de cooperação entre os governos estadual e federal. O Campo de Sementes de Sacramento desenvolvia estudos para o melhoramento da variedade verdão, enquanto a Estação Experimental de Cruzeta (no Seridô) tentava "obter uma linhagem pura do Mocô" e realizava experiências para determinar a época ideal de plantio, "sistemas de poda", etc.

Outras medidas relacionadas às anteriores foram a

criação da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Estado, a qual adquiriu cultivadores, máquinas, extintores, pulverizadores, arados e inseticidas, repassando-os aos agricultores ao preço de aquisição, e fez distribuição gratuita de sementes selecionadas a pequenos agricultores.

Além disso, a administração Mário Câmara, em cooperação com a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), perfurou vinte e um poços em diversos municípios (Mossoró, Açú, Macau, Angicos, Areia Branca, Touros) e construiu instalações em outros treze.

Fizeram-se reparos na estrada de automóveis do Seridó, numa extensão de 175 quilômetros e transferiram-se recursos financeiros às prefeituras para serviços de reparos em estradas, pontes, açudes, barragens, drenagem de rios, etc. (29).

A este esforço desenvolvido pelo governo estadual (em cooperação com o federal) no campo da produção agrícola, devem-se acrescentar os cuidados que foram tomados com as atividades de beneficiamento da produção. A Inspetoria de Plantas Têxteis no Estado, Órgão do Ministério de Viação e Obras Públicas, fez um rigoroso levantamento da situação técnica da indústria de beneficiamento em 34 municípios algodoeiros, visando promover o seu "reajustamento", ou seja, padronização e adequação a certas condições. Foram identificadas 308 fábricas, sendo 2 de beneficiamento de subprodutos e 8 prensas de reenfiamento para exportação. Essas fábricas, com 11.973 serras de descarregar algodão, tinham capacidade de produzir 47.900 toneladas num período de seis meses (junho a novembro), enquanto as prensas poderiam enfardar 1.560 volumes diários de 180 qui

los, o que as capacitava a processar, entre julho e março, uma safra de 60.000 toneladas de algodão.

Em relação ao seu estado, das 308 fábricas, apenas 25 eram consideradas ótimas; 117, boas e o restante, sofríveis (119), ruins (38) ou péssimas (9). O capital fixo investido na indústria algodoeira era de 15.378 contos de réis, com um contingente de 2.650 operários<sup>(30)</sup>.

A Comissão de Padronização e Beneficiamento da Inspeção de Plantas Têxteis exigiu das fábricas consideradas ruins ou péssimas que adotassem medidas de remodelação e, em consequência de sua ação, cem fábricas passaram por melhoramentos e importaram-se dez máquinas beneficiadoras<sup>(31)</sup>.

Com efeito, a produção e a exportação do algodão, nas safras de 1933-34, 1934-35 e 1935-36, cresceram significativamente em relação à safra de 1932-33, chegando a superar em mais de 60% os níveis mais altos alcançados na década anterior. Considerando-se a safra de 1929-30 como base (foi a maior dos anos vinte, chegando a 18.420 toneladas de algodão em pluma) e atribuindo-se-lhe o índice 100, tem-se uma produção que chega ao seu nível mais baixo em 1932-33, com um índice de 29 (5.314 toneladas), para recuperar-se em 1933-34 (índice 97). Mas só supera os níveis de produção da safra 1929-30 em 1934-35 (índice 158), alcançando o pico da década em 1935-36 (índice 166); a partir daí caem os níveis de produção (mas sem nunca ficar abaixo do nível de 1929-30), para se recuperar de forma mais apreciável em 1940-41.

Vale a pena ressaltar mais dois aspectos. O primeiro é relativo à área cultivada, que ascende de 55.000 hectares em

1932-33 a 150.000 hectares em 1935-36. O segundo aspecto é relativo à produtividade ou ao rendimento médio, que tendo sido de 322 quilos por hectares (para o algodão em caroço) em 1932-33, chega a 691 quilos em 1934-35; sofrendo, no entanto, uma queda acentuada nas safras de 1937-38 e seguintes.

TABELA 1 - Safras algodoeiras do RN - 1921-1939

ANOS	Área cultiv. em (ha)	Prod.de alg. em pluma(t)	Rend. médio p/ha. de alg. em caroço (kg)
1921-22	52.732	10.440	660
1922-23	63.190	12.385	653
1923-24	65.407	13.016	663
1924-25	85.255	17.571	687
1925-26	87.278	17.700	676
1926-27	69.310	13.765	662
1927-28	66.568	13.500	676
1928-29	87.557	17.500	666
1929-30	99.353	18.420	618
1930-31	56.604	11.575	682
1931-32	80.832	14.986	618
1932-33	55.000	5.314	322
1933-34	100.000	17.827	593
1934-35	140.000	29.052	691
1935-36	150.000	30.570	679
1936-37	-	18.757	430
1937-38	-	22.526	500
1938-39	-	20.066	445

FONTES: SILVA, Marconi Gomes da et alii. A economia nor-  
te-rio-grandense e a crise de 29. Natal, Ed.Uni-  
versitária/Cooperativa Cultural, 1986, p.97.  
RIO GRANDE DO NORTE. Interventor Federal (Rafael  
Fernandes Gurjão). Relatório apresentado ao  
Exmo. Sr.Dr. Getúlio Vargas, Presidente da Re-  
pública, 1938-1939. Natal, Imprensa Oficial, 1940, p.41.

TABELA 2 - Produção de Algodão em pluma do RN (1921-1940)

ANOS	Índice (1929-30 = 100)
1921-22	57
1922-23	67
1923-24	71
1924-25	95
1925-26	96
1926-27	75
1927-28	73
1928-29	95
1929-30	100
1930-31	63
1931-32	81
1932-33	29
1933-34	97
1934-35	158
1935-36	166
1936-37	102
1937-38	122
1938-39	109
1939-40	120
1940-41	164

FONTE: SILVA, Marconi Gomes da et alii. op.cit.,  
p.97.

Pode-se perguntar se havia uma relação positiva entre a política algodoeira dos governos interventoriais e este sensível aumento na produção e produtividade do algodão em meados dos anos trinta. Embora não possamos responder amplamente a esta questão sem uma massa maior de dados, algumas considerações se impõem.

Quanto à produtividade, observe-se que o nível mais

alto alcançado nos anos trinta, precisamente na safra de 1934-35, correspondendo a 691 quilos por hectare, superou apenas ligeiramente o nível mais alto obtido nos anos vinte, de 687 quilos na safra de 1924-25.

Outro dado relevante refere-se ao aproveitamento industrial do algodão potiguar. Enquanto o seu fibra longa (o mocô ou o seridô) tinha um aproveitamento de no máximo 50%, o piratininga (o fibra longa paulista) tinha um aproveitamento industrial da ordem de 70 a 80%. Segundo Osman da Silveira, inspetor de plantas têxteis no Rio Grande do Norte, esta situação devia-se à falta de uniformidade do algodão potiguar (e nordestino em geral), só não sendo mais grave, porque a produção do fibra longa era marginal na cotonicultura paulista<sup>(32)</sup>.

Houve progressos quanto à qualidade (grau de limpeza) do algodão exportado, assim como um aumento da participação do fibra longa no total da exportação, que, sendo de 40% na safra 1936-37, chegou a 50% na safra 1938-39. Da mesma forma, o capital fixo da indústria de beneficiamento do algodão, que era de aproximadamente quinze mil contos no início de 1935, aumentou em cerca de um terço, passando a aproximadamente vinte mil contos em 1936<sup>(33)</sup>.

Como se pode deduzir dos dados expostos, o aumento significativo da produção do algodão potiguar nos anos trinta deveu-se fundamentalmente a uma ampliação da área cultivada, sem que se verifique uma elevação real de produtividade. Foi um aumento puramente extensivo, vegetativo, decorrente da mera incorporação de terras e força de trabalho ao processo produtivo. Algumas melhorias, mesmo assim modestas, se deram apenas

na esfera do beneficiamento da produção.

A cotonicultura potiguar continuou com um nível de produtividade dramaticamente baixo, submetida a métodos primitivos de cultura, conforme denunciavam monocordicamente os relatórios dos governantes nos anos trinta. A produção, cujo aumento se revelou auspicioso na safra 1935-36, voltou a cair nos anos seguintes, sendo o fator determinante mais uma vez, "a irregularidade, má distribuição e pequenez das quedas pluviométricas" (34).

Se o aumento de produção do algodão nos anos trinta deu-se de forma puramente extensiva, o estímulo para que isso ocorresse veio fundamentalmente da recuperação do mercado externo a partir de 1933. A Inglaterra e a Alemanha eram os principais importadores do algodão potiguar. Ao mesmo tempo, o espetacular crescimento da cotonicultura paulista nos anos trinta não ameaçou a vinculação do algodão potiguar à indústria têxtil do Centro-Sul, uma vez que a produção paulista concentrava-se maciçamente nos tipos de fibra curta, abrindo espaço à penetração do algodão seridô, largamente utilizado pelas indústrias de tecidos finos (35).

Mas a "prosperidade" dos anos 30-concretizada na expansão da economia, na elevação da produção algodoeira, no aumento da exportação para o estrangeiro e até na diversificação do mercado externo, na obtenção de preços compensadores, em virtude da retenção da oferta norte-americana, e no acréscimo sensível das receitas públicas—permitiu ao Interventor Mário Câmara celebrar esses fatos como feitos de sua administração. A República divulgava dados a respeito do comércio exportador

e importador, do movimento do porto e do tráfego de caminhões, procurando relacionar estas atividades ao clima político interno e às diretrizes administrativas do Interventor.

E, efetivamente, as medidas iniciais do governo Mário Câmara, revisando atos de administrações anteriores que foram causa de atritos com grandes agricultores e comerciantes e executando uma política de "abertura" a estes setores, permitiram uma trégua nos constantes atritos que, desde o início do período revolucionário, afetavam as relações entre as interventorias e as "classes conservadoras". Em novembro de 1933, as Associações Comerciais de Natal e Mossoró ofereceram um banquete ao Interventor Mário Câmara, ocasião em que o presidente da Associação de Natal afirmou que o Interventor realizou a "harmonia entre as Classes Conservadoras e o Governo" (36).

### 3.1.3 - A difícil conciliação

Tudo parecia caminhar no melhor dos mundos possíveis. Enquanto os cafeístas amargavam o fel da censura, das prisões e do banimento, a aproximação Interventor-populistas só aparentava harmonias. Em novembro de 1933, a bancada populista na Constituinte Nacional enviava ao Interventor um telegrama que corroborava essa impressão:

*"Rio, 24 - No desempenho do mandato confiado pelo Partido Popular, cumprimos o grato dever de significar ao digno Interventor em nossa terra os nossos aplausos à sua orientação administrativa, de pacificação da família northeriograndense, de segurança dos direitos, de garantia*

da liberdade, pondo-nos à sua disposição pela causa *commum* do nosso Estado. Recebemos com prazer as sugestões do prezado amigo, no instante em que nos animam propósitos superiores de cooperação decisiva no sentido de fortalecer, cada vez mais, a unidade nacional" (37).

No aniversário da revolução, a 24 de outubro, A Razão dizia:

"(...) Trez annos são passados entre esperanças e desillusões. Trez annos de luctas e trêguas, trez annos de incertezas, que permitta Deus, se desvaneçam com o retorno do paiz à sua ordem jurídica interrompida e ao regime de garantias necessàrias à fructificação do trabalho" (38).

No entanto, alguns fatos, certas diferenças, faziam prever desacordos futuros. O Partido Popular exigia a substituição de vários prefeitos no interior, considerados seus adversários. Era o caso dos municípios de Santana do Matos, Lages, Currais Novos, Touros e Goianinha. Fazia também severas restrições aos Diretores dos Departamentos de Saúde Pública, Obras Públicas e de Educação (este, parente do Interventor) (39).

Apesar disso, o próprio clima na esfera federal favorecia as condições para um acordo. Os trabalhos constituintes estavam se iniciando, Vargas aliciava apoios, os tempos eram de barganha. José Augusto comentava a situação às vésperas da reunião da Constituinte, apontando o entendimento dos grandes Estados "no sentido da república conservadora" (40).

Os trabalhos da Constituinte foram iniciados a 15 de novembro de 1933. Houve uma primeira fase em que foi debatido e emendado o anteprojeto apresentado pelo Governo Provisório.

Foi escolhida uma Comissão Constitucional encarregada de estudar o anteprojeto e as emendas apresentadas, elaborando, ao final, um substitutivo para apreciação do plenário. Esta Comissão tinha um representante de cada Estado e dos grupos profissionais, num total de 26 pessoas; por isso ficou conhecida por Comissão dos 26. O representante potiguar na Comissão era o líder da bancada populista, Deputado Alberto Roselli. Os trabalhos da Comissão dos 26 estenderam-se de novembro de 1933 a março de 1934, quando apresentou à Assembléia o substitutivo ao anteprojeto governamental de Constituição.

Aqui cabem algumas observações sobre o quadro político mais geral que envolve a convocação e funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte de 1933-34, seguindo-se, neste aspecto, a análise desenvolvida por GOMES<sup>(41)</sup>.

Como se sabe, a convocação da Constituinte, embora compromisso de primeira hora dos que fizeram a Revolução de Outubro, foi uma imposição das dissidências oligárquicas que foram até a guerra civil para conseguir seu intento. Para muitos autores, inclusive, a principal consequência da Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo foi exatamente a convocação da Constituinte, apesar da derrota militar. Esta convocação se deu num momento em que o Governo Provisório encarava, de um lado, um tenentismo enfraquecido; de outro, as oligarquias militarmente derrotadas e/ou desarticuladas. Coube ao Governo Provisório, portanto, apropriar-se da palavra de ordem da Constituinte e conduzir o processo de sua convocação e instalação.

Assim, a Constituinte teve sua autonomia grandemente limitada pela intervenção governamental que apresentou, já

elaborado, o anteprojeto de Constituição, impôs o regimento interno da Assembléia e interferiu na escolha dos membros de sua mesa diretora.

Esta Constituinte, além da autonomia limitada, tinha mais duas características importantes: uma estrutura partidária de caráter nitidamente regional, como na Velha República, e um caráter situacionista, pela ampla maioria governista que abrigava.

Entretanto, esses fenômenos devem ser melhor qualificados. Segundo GOMES, os novos partidos regionais, organizados pelos interventores, obedeciam a um princípio de formulação distinto daquele que orientara a constituição dos partidos estaduais da Primeira República, representando, esta nova máquina partidária "tanto o fortalecimento do interventor e de parcelas das forças políticas locais, como a penetração da influência do governo central no Estado e o seu crescente poder de interferência" (42).

Quanto ao caráter situacionista da Assembléia, isto não implicava alinhamento automático com as posições de Vargas e de seus porta-vozes. Em muitos momentos Vargas foi obrigado a recuar ou teve suas pretensões francamente cortadas. Finalmente, o texto aprovado, embora ampliasse grandemente o poder de intervenção estatal nas áreas econômica e social e absorvesse muitas das propostas nacionalistas do grupo tenentista, conservava, ainda, uma grande margem de autonomia estadual e de limitação aos poderes do executivo federal.

Outra observação importante é que "sob a aparência mais visível de continuidade, uma série de alterações havia ocorrido no cenário político do país de forma irreversível" (43).

A velha oposição tenentismo/oligarquias deixou de ter um caráter polarizado, dada a falta de coesão no interior dos dois grupos. Da mesma forma, a oposição federalismo /centralização, embora tivesse grande peso nos debates, não se dava de forma simples, e muitos adeptos do federalismo admitiam algum grau de intervenção estatal no âmbito da economia e do social, como necessidade imposta pelos efeitos da crise que atingia o capitalismo em escala mundial, com reflexos na economia do país<sup>(44)</sup>.

Tudo isso condicionaria o rumo dos debates e encaminhamentos políticos na Assembléia, imprimindo-lhe algumas características. A primeira delas é que os grandes blocos em que se dividia o plenário (a maioria, agrupando basicamente as bancadas dos grandes Estados; e a minoria, agrupando as bancadas situacionistas do "Norte" sob a liderança de Távora) se orientavam ambos por uma postura situacionista, não obstante as divergências doutrinárias. A segunda característica é que esses grandes blocos não constituíam formações monolíticas, ocorrendo divisões e realinhamentos constantes na Assembléia em função das questões e temas discutidos. A terceira característica é que as vicissitudes da política regional condicionavam em muitos momentos o posicionamento das bancadas estaduais.

Nesse contexto a bancada do Partido Popular se movimentava com extrema cautela, tentando preservar e/ou adaptar seus princípios programáticos às exigências do processo político. Se a própria conjuntura acima descrita favorecia essa prática do equilibrismo, nem sempre era possível preservar os princípios, impondo-se o seu sacrifício, com os olhos voltados para a perspectiva que se oferecia de recuperar no Estado as

posições perdidas.

As instruções de José Augusto a respeito da postura a ser adotada na Constituinte eram muito precisas, no seu pragmatismo elementar: o partido devia ficar ao lado de José Américo<sup>(45)</sup>, reconhecidamente uma das mais importantes forças do Ministério de Vargas.

É assim que a bancada do Partido Popular participou de reuniões com Oswaldo Aranha, fez entendimentos com Juarez Távora e José Américo e assinou a polêmica "indicação Medeiros Neto" (Deputado do Partido Social Democrático baiano, líder do governo na Assembléia), que pretendia inverter a ordem dos trabalhos constitucionais, colocando a eleição presidencial antes da votação do texto da carta, o que alteraria o regimento imposto pelo próprio governo. A "indicação", que tinha o propósito casuístico de assegurar a Vargas, de antemão, o mandato constitucional, gerou violenta reação, tanto na Assembléia quanto na imprensa, apesar do apoio inicial de algumas bancadas de grandes Estados, como Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. A reação cresceu e mesmo elementos governistas, como Oswaldo Aranha, a ela se opuseram<sup>(46)</sup>.

O deputado populista Alberto Roselli fez sérias restrições à indicação, em sua correspondência. Não entendia "presidente constitucional sem constituição, isto é, sem base orgânica, sem norma fundamental de sua administração"<sup>(47)</sup>. Mas o líder Medeiros Neto pressionava Roselli. Este considerava a proposta mal-elaborada (um "aleijão"), um "passo errado". Juntamente com o General Barcelos, deputado fluminense, em conversa com Medeiros Neto, fez objeções à indicação, mas não conseguiu convencê-lo e acabou assinando-a "para não sacrificar a

nossa situação aí", como explicou a Monsenhor Matha. Os outros membros do Partido Popular, Francisco Martins Vêras e José Ferreira de Souza, também eram contrários, mas dispunham-se a votar favoravelmente, em nome dos interesses do partido no Rio Grande do Norte. "Como toda gente ele [José Ferreira] achava que a inversão dos trabalhos era uma inabilidade política e um gesto desastrado" (48). A "indicação" seria posteriormente afastada e substituída por um acordo para apressar os trabalhos da Constituinte.

Já em outra questão, que tocava diretamente em interesses locais do partido, a posição assumida pela bancada foi discrepante em relação à orientação do Governo Provisório. Tal aconteceu quando o substitutivo de Constituição desceu da "Comissão dos 26" para ser aprovado em bloco no primeiro turno. A bancada do Partido Popular votou contra. Alberto Roselli, o líder, fez declaração de voto, pois assinara o substitutivo com restrições. A questão prendia-se ao Artigo 14 das disposições transitórias que, segundo Roselli, "aprova incondicionalmente, no escuro todos os atos dos interventores, sem submetê-los à apreciação ou juízo" (49).

Como já apontamos, a complexidade da conjuntura política e o caráter nitidamente situacionista da Assembléia, favoreceram o posicionamento ambíguo do Partido Popular, permitindo-lhe uma política de conciliação subordinada a seus interesses concretos de partido regional. Apoiado nesse diretriz o partido intensificou os contatos com vistas a um acordo com o Interventor Mário Câmara, ao mesmo tempo que reorganizava suas fileiras.

Em fins de dezembro de 1933, José Augusto voltou do

Rio de Janeiro e percorreu o interior, reunindo as lideranças municipais do partido. Em janeiro de 1934, o Partido Popular reuniu-se em Assembléia Deliberativa e elegeu a Comissão Executiva permanente que o dirigiria pelo período de três anos. O presidente era o Monsenhor João da Matha Paiva e José Augusto foi aclamado presidente de honra<sup>(50)</sup>.

No início de janeiro de 1934, correram boatos de que Mário Câmara seria substituído na Interventoria por interferência do General Gões Monteiro. O Diário de Notícias negou fundamento aos boatos (um dos indicados para substituir o interventor seria Herculino Cascardo), afirmando que "o sr. Mário Câmara modificou o ambiente de intranquilidade ali estabelecido pelos interventores que o antecederam" e que sua administração "se vem mantendo alheia às injunções partidárias", recebendo por isso o apoio de todos os norte-rio-grandenses<sup>(51)</sup>.

A insistência dos boatos, porém, levaria o Chefe da Casa Militar do Governo Federal, General Pantaleão Pessoa, a desmentir em telegrama ao Interventor o envolvimento do general Gões Monteiro na política potiguar<sup>(52)</sup>. É provável que esses boatos tivessem origem na articulação da facção cafeísta visando modificar a situação da Interventoria a seu favor.

Enquanto isto, o Interventor fez circular a proposta de criação de um terceiro partido, que obedeceria à sua orientação; no entanto, esta proposta não encontrou receptividade entre os dirigentes do Partido Popular. José Américo, em conversa com os deputados populistas, considerou-a uma "tolice de Mário"<sup>(53)</sup>.

Em audiência com Vargas os deputados populistas quei

xaram-se do "escrúpulo" de Mário Câmara em se solidarizar com o partido, dando ensejo a explorações dos adversários cafeistas. Getúlio declarou-lhes "que esta história de 'decaídos' não mais se justifica, uma vez que após a Revolução eles se têm posto francamente ao lado do governo, colaborando eficientemente com a atual situação". Assegurou-lhes, ainda, jamais ter conferenciado com Café Filho ou Kerginaldo Cavalcanti<sup>(54)</sup>.

Após demitir o Diretor da Saúde Pública, num gesto que muito agradou aos populistas, o Interventor viajou ao Rio de Janeiro, a 23 de janeiro de 1934. Com o estímulo de Vargas os deputados do Partido Popular mantiveram intensas conversações com Câmara, no sentido de encaminhar um possível acordo com o representante do Governo Provisório no Estado, que naquele momento parecia reunir condições extremamente favoráveis de se viabilizar, inclusive porque o representante do Partido Social Nacionalista acabava de romper com Getúlio em discurso de crítica à censura do governo contra o jornal O Globo.

Nesses contatos os deputados populistas procuravam, como diziam, aplainar o terreno para a obtenção definitiva do acordo na volta do Interventor a Natal. Deste, ouviram queixas pela campanha movida por A Razão contra o Diretor da Educação, seu parente, Anphilôquio Câmara e, sobretudo, porque o partido declarou apoiar o seu governo no plano administrativo, mas não no terreno político. Roselli transmitiu a impressão de que Câmara estava irreversivelmente afastado dos "autênticos" (os cafeistas) e de que a idéia de um terceiro partido estava posta de lado.

Os deputados abordaram os casos das prefeituras de

Santa Cruz, Parelhas, Caicó, Currais Novos, Acari e outras, cujos titulares o Partido Popular pretendia ver substituídos. Roselli avaliou que o acordo caminhava, que havia interesse de Getúlio em favorecer o entendimento, que era possível fazê-lo em bases "honrosas", e recomendou uma maior aproximação com o Interventor.

Mário Câmara regressou a Natal no início de março de 1934. Foi durante este mês e o de abril que se decidiram os rumos da política potiguar, pelo menos até a reunião da Constituinte estadual em fins de 1935.

Para estudar melhor os desdobramentos que se deram nesta conjuntura é necessário fazer uma breve incursão sobre o momento nacional, que apontava para uma consolidação das posições de Vargas. A crise que se desenhara com as notícias descontraídas sobre a candidatura presidencial do Ministro da Guerra, General Góes Monteiro, e os rumores sobre a iminência de um golpe militar, envolvendo também o nome do mesmo General, permitiram ao Presidente aglutinar em torno do seu nome o situacionismo dominante nos principais Estados, as forças majoritárias na Assembléia e importantes chefias militares, culminando num manifesto coletivo do ministério (assinado, inclusive, por Góes) em apoio à sua candidatura<sup>(55)</sup>.

Como seria natural, o fortalecimento de Vargas implicou também em reforço das posições dos Interventores nos Estados. Ilustrativo disso são as anotações feitas pelo Ministro Oswaldo Aranha em abril, que, sem dúvida, traduziam uma orientação de governo: (...) "c) manutenção das actuaes situações estadoaes, devendo-se recíproca solidariedade e auxílio para con

servação das mesmas e para a implantação, nos estados, de nova ordem legal, dentro dos objetivos revolucionários". Caso houvesse substituições, estas deveriam ser "processadas dentro dos quadros da Revolução, dos que participaram do movimento de 30 ou dos que foram fiéis em 32". E acrescentava a necessidade de "unidade política em torno e em apoio ao Chefe do Governo, no período actual e no legal, extensivo aos governos esta doaes..." (56).

Esta orientação explícita do governo federal iria resultar em: 1º) vincular o destino dos interventores ao de Vargas; 2º) concretizar este objetivo no capítulo das disposições transitórias da Carta Constitucional, garantindo a elegibilidade dos interventores. Levando-se em conta essas diretrizes e mais as instruções de Vargas a Mário Câmara, no sentido de tentar o acordo com os populistas-mas em qualquer hipótese conservar o poder em suas mãos-torna-se mais inteligível o rumo que tomaram os entendimentos com o Partido Popular.

Logo após o regresso do Interventor do Rio de Janeiro, o Partido Popular entregou-lhe os termos de uma proposta para oficializar o acordo político. Como já vimos, esta proposta foi antecedida por intensas conversações que contavam com o aval direto de Vargas.

Pela proposta, o partido oferecia ao Interventor "apoio sem reserva", desde que este governasse em harmonia com ele e substituísse as autoridades que lhe fossem hostis. Dispunha-se ainda, (o partido), a acolher os amigos do Interventor, dando-lhes posições nos diretórios locais correspondentes ao seu "prestígio".

O Interventor respondeu-lhes através de uma contra

proposta preconizando a formação de uma nova agremiação, que se denominaria Partido Liberal. A esta agremiação se integrariam o Partido Popular, os independentes em relação às duas organizações existentes e os filiados ao Partido Social Nacionalista que quisessem aderir, exceção feita aos membros de seu diretório central. Este novo partido seria dirigido por uma comissão de dez membros, cinco indicados por Mário Câmara e os outros cinco pelo diretório do Partido Popular. O grupo de Mário Câmara escolheria o presidente do partido, enquanto o Partido Popular indicaria o vice-presidente. As decisões seriam tomadas por maioria de votos do diretório central, cabendo ao presidente (no caso, indicado por Mário Câmara) o voto individual e, em caso de empate, o de qualidade. Nos municípios seriam escolhidas delegações de três a cinco membros, na proporção das forças de cada grupo. Quanto aos prefeitos desavindos com os populistas, o Interventor prometia substituir os nomeados em administrações anteriores "que não tenham a confiança da maioria do directório e que estejam manifestamente incompatíveis com as populações dos municípios em que estão servindo" (57).

Como se vê, tanto a proposta do Partido Popular como a contraproposta de Mário Câmara implicavam na subordinação de um grupo ao outro.

#### 3.1.4 - O rompimento

De olho em seus interesses no Estado, o Partido Popular assinou, em abril de 1934, o manifesto de apoio à candidatura Vargas, articulado pelo líder da maioria na Assembléia, De

putado Medeiros Neto.

Juarez Távora procurou no Rio de Janeiro abrir canais de negociação para salvar o acordo Mário Câmara-Partido Popular, mantendo entendimentos com seus parentes, Fernandes (Rafael e Vicente), com Paulo Câmara e com os deputados do Partido Popular. Rafael Fernandes, no entanto, o advertiu de que "Mário colocava as cousas em terreno difícil". Também José Américo participava dessas negociações, parecendo, segundo Roselli, simpático às propostas do Partido Popular, prometendo entender-se com Getúlio.

Távora, embora surpreso com os termos da contraproposta (a avaliação é de Roselli), era favorável a que prosseguissem as conversações, organizando-se diretórios nos municípios na proporção das forças de cada corrente. Sugeriu o nome de Partido Social Democrático, facilitando sua articulação com o partido nacional em formação (para apoiar Vargas e preservar as "conquistas" da revolução), mas achou a designação de Partido Liberal infeliz. Roselli fez ver a Juarez que Mário Câmara não levava em consideração o Partido Popular, embora este desse apoio a Getúlio no plano nacional<sup>(58)</sup>.

Por essa época, fins de abril de 1934, acompanhando as mudanças, a nível nacional, que apontavam para uma recuperação do movimento grevista da classe trabalhadora, vindo de uma fase de descenso em 1933<sup>(59)</sup>, ressurgiram as paralisações do trabalho no Estado, com uma greve de padeiros iniciada a 29 de abril, que terminou mais ou menos uma semana depois, com a nomeação de uma comissão mista de patrões e operários, sob a intermediação do Ministério do Trabalho e da Interventoria, para "estudar" as reivindicações dos últimos<sup>(60)</sup>. Na sequência dos anos de 34 e 35, cresceu a mobilização da classe tra

balhadora no Estado, principalmente em Natal, Mossoró e na região do Vale do Açu, exigindo, em vários momentos, a mobilização de parte do aparato policial. Não faltariam as acusações recíprocas das facções oligárquicas, recriminando-se mutuamente em relação a instrumentalização desses movimentos, com o objetivo de criar ambiente ou pretextos para golpes, intervenções, desestabilização do poder.

Mudanças importantes estavam se operando, portanto, no momento em que o Partido Popular rechaçava oficialmente os termos da contraproposta do Interventor. A nota da comissão executiva do partido foi precedida por uma consulta aos diretores municipais e aos parlamentares federais. A longa resposta destes últimos traduziu fielmente o espírito com que foi recebida a contraproposta de Mário Câmara pelos setores dirigentes do partido.

Os deputados afirmaram não entender a proposta de fusão entre uma organização política (o Partido Popular)

*"definitivamente organizada, que já passou pelo baptismo de fogo de uma lucta intensa e encarniçada, com os seus elementos inteiramente disciplinados e coesos e com a tradição da mais brilhante victoria eleitoral jamais verificada no Estado e muito rara no próprio Brasil, como uma das partes do entendimento, em pé de igualdade com uma outra mais ou menos amorpha, desorganizada e sem poder eleitoral conhecido ou simplesmente suspeitado, não se lhe conhecendo sequer uma affirmação de idéas, capaz de orientar a elaboração de qualquer programma partidário" (61).*

Por isso eles recusaram o que qualificavam de proposta de suicídio político que Mário Câmara oferecia ao Partido Popular, em troca das benesses de um apoio governamental de curto prazo (após a Constituinte haveria eleições estaduais), que dependia da vontade de Getúlio. Contrapuseram o caráter "democrático" do Partido Popular, onde os diretórios ou chefias municipais participavam diretamente das deliberações, ao caráter personalista do partido proposto pelo Interventor, em que se "faz tábua rasa" da vontade dessas chefias, delegando o poder deliberativo real à vontade do chefe do executivo.

Segundo eles, Câmara "quis fazer conosco, por meio de um acordo, o que o Cafê e o Bertino tentaram pela violência".

*"As questões locais, com a calamidade Cafê-Bertino, assumiram feição tremenda. Cavaram-se fossos intransponíveis entre nós e os nossos adversários, ainda hoje de posse das posições de mando. As perseguições chegaram ao auge (...). Porque, ou Mário manterá os seus actuais mandatários (pois todos são do governo), ou os porá fora, para entregar aos nossos as posições que, de direito, lhe pertencem e de que a vontade popular está espoliada". "Os tais directorios entre elles e os nossos são absolutamente impossíveis" (...).*

*"Nós consideramos que todo accordo sem a condição prévia da substituição de todo o pessoal do interior é uma irrisão, tendo mesmo visos de traição". (62).*

Mas concluíram propondo "a continuação do debate fora dos termos rígidos em que elle, aparentemente talvez, o collocou" (63).

Os diretórios municipais do partido, quase unanimemente, recusaram o acordo contido na contraproposta, à exceção do diretório de Ceará-Mirim, dirigido por Jorge Câmara, parente do Interventor.

A comissão executiva do partido, em nota assinada por José Augusto e demais membros, transmitiu ao Interventor a recusa da contraproposta, com base no pronunciamento dos diretórios municipais<sup>(64)</sup>.

No Rio de Janeiro, entretanto, Juarez Távora insistiu em que o acordo fosse viabilizado. Propôs a Roselli e a Ferreira de Souza reiniciar os entendimentos, consultando o partido em Natal acerca da definição das "condições últimas possíveis" do acordo elaborando os três, conjuntamente, uma nova proposta. Vargas em audiência com os deputados populistas, também insistiu no acordo e na necessidade de evitar-se a luta; admitiu que Câmara só pudesse impor o prefeito nos municípios onde sua força política lhe desse este direito. Roselli supõe que Câmara dava a entender a Vargas ter maioria em todo o Estado. Colocou em pauta a lealdade do Partido Popular, sua assinatura no manifesto da candidatura presidencial, e a não correspondência de Mário para com essa atitude, "uma vez que não demitira os prefeitos incompatíveis (...) e que vinham do domínio de João Café"<sup>(65)</sup>.

No entanto, o acordo já soçobrara definitivamente. Em fins de abril de 1934, o Prefeito de Parelhas, Ageu de Castro, e o Subdelegado de Polícia local espancaram um eleitor populista. A 2 de maio foi assassinado em Apodi o chefe populista do município, "coronel" Francisco Pinto. Roselli e Ferreira de Souza transmitiram telegramas ao Interventor acusando que se

estava "revivendo lamentável espírito intolerância facciosa". O Partido Popular acusou o Prefeito local, Luís Leite, de envolvimento intelectual no crime. A partir daí, o clima de tensão e violência assumiu proporções incontroláveis<sup>(66)</sup>. O jornal A Razão se dizia ameaçado de fechamento pelo Interventor que, por sua vez, aproximava-se dos Saldanha, velhos inimigos de José Augusto.

Vargas, no entanto, persistiu na tentativa de chamar as partes a um acordo, indagando dos deputados em que termos isto poderia ser encaminhado. "Getúlio quiz saber detalhes das propostas e contrapropostas e insistiu em um meio de prosseguirem as negociações". Roselli respondeu-lhe ser impossível ante a "obstinação" de Mário<sup>(67)</sup>.

Por sua vez, Mário Câmara, em relato detalhado a Vargas, deu a sua versão sobre o fracasso do acordo. Procurado pelo Partido Popular e diante dos termos inaceitáveis de sua proposta, apresentou a sua contraproposta "de um 3º partido em cujo diretório os meus amigos figurassem em igualdade de condições com os do Partido Popular". Disse que este partido adiou a solução do acordo quando surgiu a candidatura Gões Monteiro. O ôrgão do partido publicava entrevistas de Gões e notícias favoráveis à sua candidatura, mas silenciava sobre o manifesto de lançamento da candidatura de Getúlio. São trinta e três dias após receber sua contraproposta é que o Partido Popular a respondeu.

Câmara acrescentou que tinha sido procurado por politicos do interior que o aconselharam a "reagir e fundar um partido". Deveria realizar-se, daí a cinco dias, uma reunião fora

da capital para discutir a questão. Aceitava o desafio, mas queria a opinião de Getúlio, sua "diretriz", "... vou trabalhar com entusiasmo para o Rio Grande do Norte não cair novamente nas mãos de José Augusto e de Lamartine". Ressaltou as realizações de sua administração, sobretudo na área financeira e educacional (construção de trinta prédios escolares em andamento), como base para conquistar posições políticas<sup>(68)</sup>.

Távora tentou uma última cartada: sugeriu um acordo com sete itens. Seria formado um novo partido, com um diretório central de onze membros, sendo cinco indicados pelo Partido Popular, cinco indicados pela corrente do Interventor, e o presidente escolhido em comum acordo. Os diretórios locais teriam cinco membros: três indicados pela corrente majoritária e dois indicados pela corrente minoritária. As decisões seriam tomadas em escrutínio secreto e o presidente do Diretório Central não teria voto, atuando em caso de empate como conciliador. Esperava que essas bases harmonizassem a política potiguar. Em nota, sugeriu que José Augusto se mantivesse à margem das negociações e fora do primeiro diretório, sem que isso o excluísse de indicações futuras para cargos eletivos<sup>(69)</sup>.

A proposta de Távora caiu no vazio. Roselli não a considerou muito diferente da contraproposta de Câmara e chegou a acoimá-la de pueril e idealista. Rafael Fernandes de saconselhou Juarez a enviar a proposta por considerá-la inaceitável.

O Partido Popular ainda jogou esperanças nas possibilidades de que a Constituinte, no capítulo das disposições transitórias, aprovasse a inelegibilidade dos interventores.

Roselli aventou esta hipótese, anotando que mesmo nas reuniões de coordenação com Juarez e com o líder da maioria, Medeiros Neto, tinham-se levantado posições contrárias à elegibilidade, com apoio na imprensa<sup>(70)</sup>.

A orientação do Governo Provisório a este respeito, no entanto, era inequivocamente favorável à elegibilidade dos interventores, colocando este ponto e outros como questões fechadas e mobilizando as bancadas situacionistas com este objetivo. O Ministro da Justiça, Antunes Maciel, enviou telegrama urgente e reservado aos interventores em vários Estados, determinando que eles recomendassem às suas bancadas votação cerrada na aprovação dos atos do Governo Provisório e dos interventores, na concessão de faculdade ao Chefe do Governo para promulgar decretos-leis, na elegibilidade dos interventores e em outros pontos<sup>(71)</sup>. A proposta de inelegibilidade dos interventores caiu por um acordo entre as grandes bancadas, com exceção de São Paulo, e o apoio dos deputados classistas<sup>(72)</sup>.

A sorte estava lançada. O confronto político que então se iniciava seria o mais violento da história do Rio Grande do Norte.

### 3.2 - O confronto político

#### 3.2.1 - A estratégia da "compressão"

Com o encerramento da fase de negociações abriu-se o confronto político entre a facção interventorial e a facção do Partido Popular. Vargas, que estimulara ativamente

a aproximação das duas facções, assumia agora uma postura de aparente neutralidade. Em suas linhas gerais, porém, a ação do Interventor seguiu o programa traçado previamente pelo Chefe do Governo que, em substância, implicava na submissão das forças locais ao representante do governo central.

É característico de Vargas, no entanto, que os canais para o diálogo com o Partido Popular permaneçam sempre abertos, mesmo nos momentos mais críticos. Isto conferia à sua postura uma ambigüidade que desconcertava as partes e as deixava em permanente estado de insegurança.

O Interventor vai usar largamente a máquina do Estado e impor medidas de arbítrio, apesar do clima de liberdade formalmente asseguradas pela Constituição que entrou em vigor em julho de 1934.

Num primeiro momento, Mário Câmara tratou de arregimentar suas próprias forças. Em constantes viagens ao interior do Estado, acompanhado de auxiliares, sobretudo os Diretores de Educação e de Agricultura e Obras Públicas, inaugurou ou prometeu obras, fez contactos com lideranças políticas e tentou conquistar apoios. O Seridó foi uma região particularmente visada, pois era aí que se concentravam os mais fortes contingentes populistas.

Os alvos prioritários da ação interventorial eram o Judiciário, a Polícia e o Exército, procurando nestas áreas desfazer oposições e colocar elementos confiáveis. Disto resultaram inúmeros atritos, oferecendo ao Partido Popular ocasião para articular uma ampla campanha de denúncias contra o Interventor.

Na área do Judiciário e da Polícia, particularmente, Mário Câmara executou uma verdadeira ação estratégica para criar novas lealdades e vencer com o peso da máquina oficial a resistência de seus opositores.

No primeiro caso, Câmara retomou a crítica, feita anteriormente por Bertino Dutra, à reforma judicial da Interventoria Cascardo, que teria criado ou reforçado as condições para que o grupo de José Augusto controlasse o processo de alistamento de eleitores, que em grande medida determinava o próprio resultado dos pleitos. Como, para as eleições de 14 de outubro de 1934 (para a Câmara Federal e Constituinte Estadual), houvessem sido reabertas as inscrições de eleitores, apressou-se Câmara em criar mais 32 cartórios eleitorais, permitindo-lhe nomear, de acordo com seus interesses, novas autoridades para esses cartórios. No início de julho de 1934, atendendo exposição de motivos do Presidente do Superior Tribunal de Justiça do Estado, que argumentou com a sobrecarga de serviços decorrente das necessidades da Justiça Eleitoral, aumentou de sete para nove o número de desembargadores do Tribunal, cuja nomeação cabia ao Executivo estadual (73).

Na área policial, tornou-se rotina a substituição de delegados, o remanejamento no quadro de oficiais e o recrutamento de novos elementos, inclusive de fora do Estado. É ilustrativo a respeito, o atrito entre o Interventor e o Dr. João Medeiros Filho, Delegado Auxiliar da capital, que respondia interinamente pelo Departamento de Segurança Pública. O Interventor teria determinado ao Chefe Interino de Polícia a demissão de vinte autoridades policiais no interior,

ao que este se recusara, demitindo-se do cargo, não sem antes baixar circular aos delegados no interior orientando-lhes no sentido de não se envolverem em disputas partidárias<sup>(74)</sup>.

O Partido Popular continuou tentando se fazer ou vir junto a Vargas. Pouco antes da eleição do Presidente da República pela Assembléia Nacional Constituinte, os deputados populistas queixaram-se, a José Américo e a Medeiros Neto, que, apesar de sua disposição de votar em Vargas, este amparava o Interventor que estava organizando um partido contra eles.

Enquanto Roselli e Ferreira de Souza - com a intermediação do líder da bancada mineira, Deputado Waldomiro Magalhães, cunhado do Ministro da Justiça - relatavam a este as ocorrências do Estado, na esperança de medidas restritivas à ação do Interventor, o Deputado Francisco Martins Vêras desligou-se do Partido Popular, no desfecho de uma dissidência que vinha desde a escolha do líder da bancada na Constituinte<sup>(75)</sup>.

Por seu turno, Mário Câmara afirmou que o objetivo do Partido Popular e, em especial de José Augusto, era fazer o Estado retornar ao regime anterior a 1930. A Razão fazia "contra o Interventor uma campanha torpe de calúnias e infâmias". Segundo Câmara, o Partido Social Nacionalista, "o antigo partido de Café", propôs-lhe uma frente única contra José Augusto, mas a atitude do deputado Kerginaldo Cavalcanti na Constituinte (estava-se às vésperas da eleição presidencial), da oposição a Vargas, representava um obstáculo. Só com uma declaração p**ú**blica daquele parlamentar em apoio à candidatura Vargas, e o beneplácito deste último, continuariam os ententen

dimentos<sup>(76)</sup>.

Entrementes, o Partido Popular Popular e o Partido Social Nacionalista dedicavam-se intensamente ao trabalho eleitoral. Os populistas avançavam no trabalho de alistamento eleitoral e promoviam, sob a liderança de José Augusto, concentrações em diversos pontos do interior com movimentação de caravanas políticas<sup>(77)</sup>.

Os social-nacionalista, por sua vez, reorganizavam diretórios nos municípios, criavam comitês eleitorais, fundavam um Comitê Feminino em Mossorô e procuravam sensibilizar o operariado, acenando com as leis trabalhistas, a sindicalização das classes e a representação das classes no Parlamento, e apontando a vinculação do Partido Popular com a República Velha, quando o direito de sindicalização era negado e o governo lançava mão da repressão policial contra o operariado. Alertava também o eleitorado contra o envolvimento dos padres que apresentavam o Partido Popular como o partido da Igreja e acusavam, mais uma vez, os social-nacionalistas, de comunistas e divorcistas<sup>(78)</sup>.

No Rio de Janeiro, os deputados do Partido Popular continuaram o ingente trabalho de tentar obter garantias do governo federal contra a ofensiva do Interventor. Após a promulgação da nova Carta Constitucional, a 16 de julho de 1934, Vargas reorganizou seu ministério, com exceção das pastas militares, para atender à nova correlação de forças que se estabeleceu. São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas, Bahia e Pernambuco ofereciam ao governo suas bases de sustentação e foram contemplados com o novo arranjo. O Ministério da Justiça pas

sou às mãos de Vicente Rão, político de São Paulo, que, à diferença do Ministro anterior (Antunes Maciel), manteve em relação ao Partido Popular uma atitude hostil. Isto obrigou o partido a novas rearticulações para conseguir fazer-se ouvido. Estabeleceu-se um jogo de influências, onde cada parte procurava ganhar apoios para reverter a seu favor a ação do governo federal. Roselli comentava o caráter "impassível" de Vargas. "Ele nem sequer tem o trabalho de resolver. O tempo se encarrega de dar a solução adequada. E ele fica com quem vence, sem nunca se comprometer" (79).

Roselli sentia dificuldade em arrancar do governo federal algo de concreto. O Interventor também tinha seus apoios na esfera federal. O Secretário particular do Presidente, Walder Sarmanho, era um deles. Roselli sentia o ambiente "envenenado": Vargas teria sido informado de modo "duvidoso" sobre a participação de José Augusto em reunião da minoria na qual se tratou de candidatura presidencial e dos votos da bancada do Partido Popular na eleição de 17 de julho de 1934. Tentou "desfazer as intrigas". Vargas negou que tivesse autorizado ou insinuado a Mário Câmara que fizesse pressões ou violências contra o Partido Popular, argumentando que sequer fizera isto contra São Paulo, cuja conduta era bem diferente da do Partido Popular. Autorizou Roselli a desmentir "as gabolices e mentiras de Mário e Vêras". Roselli era de opinião que A Razão deveria fazê-lo sem indicar a fonte, até que Getúlio cumprisse a outra parte do acordo, pois ele "muda muito e pode nos negar o resto que prometeu".

Vargas pediu aos deputados populistas um relatório escrito, circunstanciado. Neste, Roselli abordou certos fatos

polêmicos: a criação, pelo Interventor de trinta e dois novos cartórios para alistar no máximo (segundo sua avaliação), mais doze mil eleitores, quando nas eleições de 3 de maio se alistaram dezanove mil com o número de cartórios existentes; o episódio não esclarecido do arrombamento do cartório de Miguel Leandro, na capital; a prisão do delegado populista em Baixa-Verde, Francisco Ataliba; a redução do saldo do Tesouro de 1.500 contos para 800 em um mês e sua possível redução para 500 em julho; o desvio de dinheiro para Amfilóquio Câmara, Diretor da Educação e de 600 contos para esgotos, "pretexto para compra de eleitores".

Reivindicou a Vargas "liberdade no pleito, garantias para o eleitorado, cessadas as violências e perseguições e desmandos. Ele prometeu. Veremos". (80).

De início, Vargas prometeu chamar Mário Câmara ao Rio de Janeiro a fim de dar-lhe explicações; depois abandonou essa intenção, comprometendo-se a mandar um telegrama ordenando que cessassem as violências; por fim, declarou que o caso estava entregue ao Ministro da Justiça, autorizando, no entanto, que se desmintisse seu apoio à fundação do partido oficial ou à adoção de medidas de violências contra os populistas. Com essas atitudes, e sem se comprometer explicitamente, Vargas podia manter o apoio dos dois grupos até que as eleições definissem a situação. Após tantas audiências e negociações, os deputados enviaram ao diretório do partido em Natal o seguinte telegrama:

"Rio, 10 - Acabamos conferenciar longamente Presidente Getúlio sobre situação Estado. S.excia., reafirmando declarações anteriores, autori

zou-nos desmentir notícias ahí propaladas qual  
 quer interferência sua na fundação partido  
 official ou solidariedade attitude oppressiva  
 interventor, cujos processos reprova, extra  
 nhando propaganda exploração seu nome. Adean  
 tou-nos podermos tranquilizar Estado tomadas  
 todas providencias energicas cessação violên  
 cias combate cangaceirismo contractado, garan  
 tindo absoluta liberdade voto, respeito vanta  
 de povo, segurança famílias, cohibindo desman  
 dos administrativos. Ministro Justiça encarre  
 gado providenciar. Presidente Tribunal Eleito  
 ral inteirado situação, declarou agirã severa  
 mente. Ahrs. (as) Alberto Roselli, Ferreira de  
 Souza" (81).

O Interventor fundou o Partido Social Democrático  
 a 26 de julho de 1934, em reunião em casa de seu pai, o advo  
 gado Augusto Leopoldo da Câmara. A presidência do partido re  
 cém-criado, coube ao Deputado Francisco Martins Vêras, ex-Par  
 tido Popular. O Vice-Presidente era Antônio Soares Júnior, pre  
 feito de Mossorô, ligado a Mário Câmara. Outros membros do  
 diretório eram Ezequiel Fonseca Filho, prefeito de Açu; o  
 Monsenhor Alfredo Pegado e o Dr. Augusto Leopoldo, secretário.  
 O partido aprovou moções de solidariedade a Vargas e Mário  
 Câmara (82).

Em seus estatutos o Partido Social Democrático admi  
 tia alianças com partidos de outros Estados, objetivando a  
 formação de partidos nacionais, ou com partidos locais, "para  
 fins eleitorais" (83). Estes dois dispositivos tinham alvos  
 óbvios: o primeiro facilitava sua articulação com um provável  
 partido nacional de sustentação a Vargas; o segundo visava sua  
 iminente aliança com o Partido Social Nacionalista, pois para

isto o partido fora organizado.

Mas o Interventor também enfrentava dificuldades. O Tenente do Exército Nei Peixoto, ao deixar o comando da Polícia Militar, fez recolher ao quartel da 7a. Região Militar boa parte do armamento da Polícia e realizava ostensivamente, segundo Mário Câmara, trabalho de alistamento eleitoral entre sargentos e praças da polícia em favor do Partido Popular. Por isso a situação do batalhão policial seria de indisciplina e falta de confiança na oficialidade<sup>(84)</sup>.

A 13 de agosto de 1934, um comício do Partido Popular em Parelhas terminou em tiroteio. Há duas versões sobre o incidente. Uma delas, veiculada pelos adeptos do Partido Popular, atribuía o fato a uma provocação organizada pelo Prefeito da cidade, Ageu de Castro, que teria armado bandidos com o fim de impedir o comício. Estes, quando o comício já terminava, atacaram a bala os caravaneiros populistas, que reagiram buscando armas no Tiro de Guerra local, resultando na morte de um atacante, o bandido Sabiã, e ferimentos leves em dois caravaneiros. A outra versão, da corrente simpática a Mário Câmara, afirmava que o Partido Popular deliberadamente tinha provocado o incidente, conduzindo a Parelhas homens armados, sob o comando do Capitão do Exército, Everardo Barros, que teria atacado o destacamento de polícia local, com o objetivo de caracterizar uma situação de desordem generalizada<sup>(85)</sup>.

Poucos dias após o tiroteio de Parelhas, o Comandante do 21º Batalhão de Caçadores, Major Adalberto Pompílio da Rocha, enviava telegrama ao Ministro da Guerra e ao Comandante da 7a. Região Militar, em nome dos oficiais do Batalhão, denunciando a "incompatibilidade" das autoridades estaduais

com a opinião pública do Estado e sua incapacidade em restaurar a ordem pública, motivando constantes apelos à força federal. No início da madrugada, um grupo de três oficiais dirigiu-se à residência do Interventor, com uma cópia do telegrama em mãos, para, segundo uma versão, interpelá-lo sobre a atitude que tomava face à manifestação da oficialidade do exército, insinuando sua renúncia e, segundo outra versão, apenas para "alertá-lo" quanto à gravidade da situação, por uma questão de "lealdade" à autoridade constituída<sup>(86)</sup>.

Há indícios de articulação pelo menos entre parte da oficialidade e o Partido Popular, pois enquanto os oficiais interpelavam o Interventor, adeptos deste partido reuniam-se nas proximidades do palácio do governo e do quartel do 21º Batalhão de Caçadores, enquanto José Augusto dirigia telegrama a correligionários do interior, anunciando a deposição de Mário Câmara e pedindo respeito ao adversário<sup>(87)</sup>.

O Interventor teria respondido aos oficiais que sô acatava ordens do Presidente da República, de quem era delegado, e pediu apoio ao comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros e de uma corveta da marinha ancorada no porto, recebendo garantias de manutenção de sua autoridade<sup>(88)</sup>.

O Ministério da Guerra informou não ter recebido o telegrama do Comandante do 21º Batalhão de Caçadores e ordenou ao General Manoel Rabelo, Comandante da 7a. Região Militar, sediada em Recife, a adoção de medidas enérgicas e punição aos oficiais que tivessem se imiscuído em questões partidárias<sup>(89)</sup>. O General Rabelo enviou a Natal, o Major José Inãcio Veríssimo para proceder o inquérito sobre os fatos. Em consequência o Major Adalberto Pompílio da Rocha foi afastado

do 21º Batalhão de Caçadores e o Tiro de Guerra em Parêlhas foi desarmado.

O clima de violências policiais, porém, continuaria. O Interventor promovia o remanejamento de vários oficiais do Batalhão Policial Militar, especialmente em Mossorô e Caicó. O Partido Popular denunciava o espancamento de correligionários por policiais em Baixa-Verde, Ceará-Mirim, Macaíba, Areia Branca, São José do Sabugi, Goianinha, Santa Cruz e Mossorô, e o envio de contingentes de "jagunços" para o Seridó. Eleitores protegidos por "habeas corpus" eram presos; a revista de pessoas pela polícia era rotina. O "coronel" João Câmara - chefe populista em Baixa-Verde, proprietário de terras, grande comerciante e industrial - estava impedido de circular nas áreas onde mantinha atividades<sup>(90)</sup>.

A 30 de agosto de 1934, José Augusto apresentava ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) documentos que indicavam as supostas arbitrariedades cometidas sob o beneplácito ou com o estímulo do Interventor. A estas acusações Mário Câmara respondia, enviando ao TSE representação, também documentada, justificando entre outras coisas a criação de cartórios pelas necessidades dos registros eleitoral e civil e o aumento dos efetivos policiais face ao pequeno contingente (320 homens), insuficiente para as necessidades de segurança do Estado. Quanto à substituição de autoridades policiais, alegava que muitas das autoridades substituídas eram partidárias do Partido Popular e que, em todo caso, estas substituições eram rotina administrativa, só agora transformadas em casos políticos<sup>(91)</sup>.

Os segmentos mais representativos das classes dominantes posicionavam-se francamente solidários com o Partido

Popular. Um grupo de mais de cem senhoras da "alta sociedade", lideradas pela esposa do Presidente da Corte de Apelação do Estado, d. Elvira Filgueiras, dirigiu apelo a Vargas e aos Ministros da Justiça e da Guerra, responsabilizando o Interventor pelo clima de violências e pedindo seu afastamento<sup>(92)</sup>.

A Associação Comercial de Natal, pela sua diretoria, enviava telegrama ao Ministro da Justiça e à Federação das Associações Comerciais do Brasil, denunciando o clima de insegurança que impedia alguns de seus associados de exercerem suas atividades, solicitando que fosse normalizada a situação "afim possam classes conservadoras agir livremente..."<sup>(93)</sup>.

Também pronunciaram-se no mesmo sentido o Instituto da Ordem dos Advogados de Natal e um grupo de jovens potiguares no Rio de Janeiro, representado por universitários, bacharéis, médicos e funcionários<sup>(94)</sup>.

O Interventor abriu crédito especial de cento e vinte contos de réis para "defesa da ordem pública" e "para informar ao paiz da situação do Estado", motivando denúncia do Deputado Ferreira de Souza, na tribuna da Câmara Federal<sup>(95)</sup>.

### 3.2.2 - As eleições de 14 de outubro de 1934 no Rio Grande do Norte

A Assembléia Nacional Constituinte havia determinado que as eleições para a Câmara e o Senado federais, assim como para as Assembléias e os governos dos Estados, deveriam se realizar a 14 de outubro de 1934. Os deputados federais e estaduais seriam eleitos em pleito direto, enquanto o governador e os senadores federais seriam eleitos pelas respectivas Assem

bléias estaduais.

O Rio Grande do Norte alistou 47.702 eleitores (contra 19.000 nas eleições de 3 de maio de 1933) para indicar cinco deputados federais e vinte e cinco estaduais.

O Partido Popular realizou sua convenção a 23 de setembro de 1934 na residência do "coronel" João Câmara em Natal, sob a presidência de José Augusto, presentes representantes de 40 municípios. A candidatura "natural" do partido, a do Desembargador Silvino Bezerra, foi afastada em favor da candidatura do médico e comerciante de algodão Rafael Fernandes, antigo Deputado Federal e parente de Juarez Távora. Para o Senado foram indicados Elói de Souza, ex-Deputado Federal e ex-Senador, e Joaquim Ignácio de Carvalho Filho, Vice-Governador de Juvenal Lamartine (1928-30). Para a Câmara Federal, José Augusto, Bruno Pereira, José Ferreira de Souza, Luiz Antônio e Alberto Rosselli<sup>(96)</sup>.

Segundo Dinarte Mariz, a sugestão de substituir Silvino por Rafael foi sua, a fim de quebrar possíveis resistências na área federal; o partido aceitou constrangidamente o afastamento do nome de Silvino Bezerra. Mariz alegava que o nome de Silvino era explorado pela imprensa do Sul como representativo do retorno de uma oligarquia. Já o parentesco de Rafael com Juarez Távora tornaria seu nome mais aceitável aos detentores do poder nacional. Mariz estava moralmente autorizado a encaminhar essa proposta, pois nas eleições de 3 de maio renunciara à posição de cabeça de chapa para ceder seu lugar a Francisco Vêras, então Delegado Auxiliar em Recife<sup>(97)</sup>.

Rafael Fernandes, que fora chefe político em Mossoró, trazia o apoio financeiro dos fortes grupos ligados à ex

portação do algodão e do sal, e o apoio eleitoral da grande região polarizada pela cidade de Mossorô, o Oeste. Isto, ao lado do contingente mobilizado pelos "coronéis" do Seridô, tornava sua candidatura imbatível.

A Razão, em editorial de 24 de setembro, apresentou Rafael Fernandes como um "correligionário sem antecedentes extremistas" que "não fará do cargo instrumento de perseguição contra os adversários" nem "consentirá que continue dividida a família norte riograndense"<sup>(98)</sup>.

O jornal mossoroense Correio do Povo, no entanto, em artigo intitulado "A política do pacificador", ofereceu de Fernandes uma imagem bem diversa, de político arbitrário e personalista. Segundo o jornal, o "ilustre candidato do Partido Popular", assumindo a chefia política de Mossorô, ao tempo da República Velha, em substituição ao Dr. Almeida de Castro, permitiu que presos fossem arrancados da cadeia pública e assassinados por soldados do destacamento, e aumentou ao triplo os impostos cobrados de comerciantes aliancistas, pelo crime de apoiar a Aliança Liberal<sup>(99)</sup>.

A Comissão Executiva do Partido Popular, por sugestão do Monsenhor Matha, dirigiu telegrama a Vargas comunicando-lhe os resultados de sua Convenção, apresentando-se como:

*"Expressão legítima da grande maioria do Rio Grande do Norte em número, valor do seu patrimônio moral intelectual e econômico teremos de ser e temos sido uma força conservadora dentro do espírito de necessária renovação inteiramente devotada aos elevados interesses do Brasil".*

Mas, no mesmo telegrama, a Comissão Executiva in-

cluiu uma denúncia dos atos de Mário Câmara:

*"Sentimos comunicar que apesar das providências tomadas por v. excia. para garantia do pleito o senhor Interventor continua a alarmar a população com a remessa de soldados para o interior copiosa munição e até metralhadoras com o propósito de impedir a livre manifestação das urnas pt". (100).*

Mesmo após esse telegrama, o Partido Popular prosseguiu denunciando a ação da Interventoria. Esta continuaria a usar largamente o aparato repressivo contra os seus adversários. Sucediã-se as cenas de proibição de comícios, prisões de eleitores e chefes políticos, desrespeito a "habeas corpus", espancamentos, invasão de propriedades para apreensão de armas, etc. (101).

Mário Câmara organizou a Aliança Social (AS), resultado da coligação entre o Partido Social Nacionalista (PSN), de Café Filho, e o Partido Social Democrático (PSD), de Mário Câmara; o candidato a governador era o próprio Interventor. A chapa de deputados federais apresentou os nomes de Café Filho, Ricardo Barreto e Edgard Azevedo (PSN) e Francisco Vêras e Antônio Soares Júnior (PSD). Para deputados estaduais foram apresentados 13 nomes do Partido Social Nacionalista e 12 do Partido Social Democrático. Além do candidato a governador, o PSD também indicou o candidato a Presidente da Assembléia Estadual Constituinte. O Deputado Kerginaldo Cavalcanti, que originalmente era candidato à reeleição pelo Partido Social Nacionalista, figurou na coligação como candidato ao Senado, num remanejamento que parece tê-lo desagradado.

A coligação promoveu caravanas ao interior e um comício na capital que, segundo A República, reuniu 10.000 pessoas. A propaganda da Aliança Social apresentava o Partido Popular como o partido da grande burguesia, "dos açambarcadores do alto comércio", contraposto à Aliança Social como representativo da pequena burguesia, da "maioria dos pobres e humildes", o que mais se aproximaria do operariado.

Enquanto a Aliança Social, sobretudo pelo seu componente cafeísta, fazia um discurso populista, anti-oligárquico, procurando atingir o operariado e a massa da baixa pequena burguesia urbana, o Partido Popular fazia questão em se identificar com a "elite econômica e social" e falar abstratamente em nome de todo o "povo".

Ambos os discursos traíam práticas mistificadoras. A Aliança Social (o Partido Social Nacionalista, particularmente) era mais sensível aos interesses das massas trabalhadoras urbanas, o que se revela, inclusive, na forma como o jornal Correio do Povo apóia as reivindicações da classe trabalhadora, destacando cuidadosamente seus aspectos econômicos, recomendando o não-envolvimento político, combatendo o "extremismo", preconizando a submissão dos sindicatos à tutela do Estado. Isso demonstra que o partido cafeísta estava aberto aos sinais dos novos tempos, reconhecendo a legitimidade das reivindicações operárias e procurando ativamente enquadrá-las nos parâmetros da ordem.

A postura do Partido Popular era mais tradicional. Reconhecia a legitimidade da "questão social" com mais dificuldade e lentidão. Pelo menos seus elementos mais avançados (Rosselli, Ferreira de Souza) percebiam as insuficiências do libe

ralismo clássico para dar conta das questões contemporâneas (estava-se, nos anos 30, em plena afirmação do capitalismo monopolista e do intervencionismo estatal) e apontavam a necessidade da "democracia social", do "Estado de Bem Comum". Mas, na prática, essas questões estavam distantes das preocupações do partido. Sua visão de "povo" era essencialmente ruralista, na perspectiva da "casa Grande": massa de dependentes, conduzida bovinamente pelos "chefes" nos currais eleitorais. Os trabalhadores urbanos, como entidade social e política, ainda não existiam para o Partido Popular.

Além da Aliança Social (PSN-PSD) e do Partido Popular, concorreram ao pleito de 14 de outubro mais duas organizações partidárias: o Partido União Operária e Camponesa do Brasil e a Ação Integralista Brasileira (AIB).

Segundo o historiador CHILCOTE, o Partido União Operária e Camponesa do Brasil era uma saída legal para que o PCB pudesse apresentar seus candidatos, uma vez que as autoridades impediram o seu reconhecimento<sup>(102)</sup>. No Rio Grande do Norte, o Partido União Operária e Camponesa do Brasil apresentou candidatos à Câmara Federal e à Assembléia Constituinte Estadual. O nome de Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), futuro Secretário Geral do PCB após os levantes de 1935, aparecia nas duas listas. Outros nomes apresentados como candidatos à Câmara Federal eram os de Asgostinho Dias da Silva, Acrísio João de Araújo, José Tertuliano da Mota e Luíza Gomes dos Santos<sup>(103)</sup>.

Desconhecem-se as condições em que o Partido União Operária e Camponesa do Brasil desenvolveu a sua propaganda no Rio Grande do Norte, assim como os resultados eleitorais conseguidos; sabe-se, porém, que não elegeu representantes. É pro

vável que a massa operária sindicalizada, mesmo conhecendo os esforços do PCB na área dos direitos sindicais e trabalhistas, tenha direcionado os seus votos para as candidaturas ligadas ao cafeísmo.

A Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada por Plínio Salgado no ano de 1932, em São Paulo, era expressão organizativa de um movimento político e cultural de extrema direita, profundamente anti-comunista e influenciado pelas ideologias fascistas em ascensão na Europa. Segundo LEVINE, o culto do passado nacional, a concepção do país como ente orgânico, a pregação de uma ordem política autoritária, a adesão a um elaborado ritual e a fidelidade sem limites ao chefe nacional caracterizavam o integralismo<sup>(104)</sup>.

Assim como o fascismo europeu, o integralismo procurava se apresentar como uma "terceira via", fazendo da crítica às tradições liberais e ao comunismo seu "leitmotiv", e pretendendo afirmar sobretudo os interesses da "nação" (como entidade mítica) e dos valores tradicionais: Deus, pátria e família.

A AIB se diferenciava dos partidos tradicionais por ter um caráter nacional, de massas e mobilizador. Segundo FORJAZ, seu discurso era dirigido à classe média, buscando manipular o medo representado pelo crescimento do movimento operário e do PCB nos anos trinta<sup>(105)</sup>.

O núcleo da AIB-RN teve sua fundação no dia 14 de julho de 1933, sob a presidência do professor Francisco Vêras Bezerra, da Congregação Mariana de Moços. O professor Vêras, que foi designado por Plínio Salgado para implantar o núcleo potiguar, ressaltou a idéia do chefe nacional do movimento, de que o integralismo era uma revolução cultural, um movimento

sem caráter político-partidário.

A atividade de propaganda do Tenente do Exército Sérgio Marinho (Secretário Geral na Interventoria Bertino Dutra) e o apoio do professor Ulisses de Góis, Presidente da Congregação Mariana de Moços, foram decisivos para o êxito inicial do movimento no Estado<sup>(106)</sup>. Em meados de agosto, o próprio Plínio Salgado visitava Natal, e a 11 de janeiro de 1934 era a vez de Gustavo Barroso, chefiando uma Bandeira Integralista<sup>(107)</sup>.

O movimento tratou de sua expansão, procurando abrir núcleos no interior e buscando atrair a juventude estudantil e católica. A República noticiou que numa das primeiras reuniões compareceram mais de 100 estudantes do Colégio Ateneu e da Escola de Comércio, além de jovens marianos<sup>(108)</sup>.

O jornalista CORTEZ, que fez uma série de reportagens sobre o integralismo no Rio Grande do Norte, ressalta o apoio de padres e bispos à AIB, apesar de este fato não implicar em comprometimento oficial<sup>(109)</sup>.

O primeiro grupo dirigente da AIB no Rio Grande do Norte foi um triunvirato, do qual faziam parte o professor Francisco Vêras Bezerra, o folclorista e historiador Luís da Câmara Cascudo e o advogado Miguel Seabra Fagundes (Ministro da Justiça no governo Café Filho e Presidente do IAB em 1970); pouco tempo depois Cascudo era o Chefe Provincial, e Miguel Seabra Fagundes se afastaria, reconhecendo, mais tarde, ter-se equivocado, pois se identificaria mais com o programa da ANL.

O Prof. Otto de Brito Guerra, militante integralista (na época, acadêmico de Direito e Secretário do Interventor

Mário Câmara), afirmou, em depoimento prestado a CORTEZ, que o integralismo "no Rio Grande do Norte não obteve penetração nas camadas populares, mesmo com alguns operários e camponeses no seio dele" (110).

O integralismo, ao contrário do comunismo, que era combatido, tinha uma coluna diária no jornal governamental, A República (111). Isto demonstra que para os setores no poder, o integralismo talvez fosse uma forma de neutralizar a influência comunista entre as massas populares.

Os maiores núcleos da AIB-RN se constituíram nas cidades de Acari e Currais Novos, no Seridó, onde o integralismo teve "grande penetração". Entre seus adeptos na região, incluíam-se o padre Walfredo Gurgel (governador em 1966-71, apoiado por Aluísio Alves) e o maestro Felinto Lúcio (112). Segundo informação do professor Otto de Brito Guerra, os "coronéis" do Seridó "não molestavam o movimento, mas também não davam nenhum apoio" (113).

O núcleo integralista de Mossoró tinha mais de 100 membros e editava um jornal, A Voz Integral (mas o órgão pioneiro de divulgação do movimento no Rio Grande do Norte foi A Renovação, fundado em Natal pelo escritor católico Manuel Rodrigues de Melo). O advogado José Augusto Rodrigues, líder integralista em Mossoró, informa sobre a composição social do movimento nessa cidade:

*"A maioria dos integralistas era composta por pequenos comerciantes, professores, estudantes, profissionais liberais, bancários e operários de formação religiosa (pintores, pedreiros, alfaiates, auxiliares do comércio e da in*

*indústria*). Não havia burgueses, mas alguns ajudavam o movimento e os filhos eram plinianos" (114).

Esses dados confirmam algumas teses defendidas pela historiografia que analisa o integralismo. A classe média tradicional, ligada à estrutura econômica e social da agro-exportação, compunha os quadros do movimento no Rio Grande do Norte: intelectuais católicos conservadores, profissionais liberais, pequenos comerciantes, professores. A classe operária, ao que parece, não foi atraída pelo integralismo. Quanto aos grandes proprietários do campo e à burguesia, assumiram uma atitude de nem adesão, nem combate: tolerância. Nisto, as classes dominantes revelaram agir com um fundamentado cálculo político, atentos ao papel do integralismo como meio de contenção contra a organização operária e o avanço do "comunismo".

Deve-se ressaltar, na trajetória do integralismo português, a significativa participação dos meios católicos, sobretudo intelectuais.

As classes dominantes, afeitas à política de clientela e aos conchavos de gabinete, não tinham interesse em apoiar aquele movimento exótico, mas de grande potencial mobilizador, embora apreciassem seu anticomunismo e seu culto a tradição. Preferiam, sem hostilizá-lo ou estimulá-lo, mantê-lo como força de reserva eventual; daí a "tolerância".

Alguns integralistas queixavam-se de que a falta de apoio dos "coronéis" não permitia que o movimento crescesse no Rio Grande do Norte. Outros, como Otto Guerra, tinham do integralismo mais a visão de um movimento cultural e ideológico,

de caráter nacionalista, do que propriamente político.

A AIB-RN apresentou candidatos apenas a deputado estadual nas eleições de 14 de outubro: Otto Guerra, Waldemar de Almeida, Everton Dantas Cortez, não conseguindo qualquer resultado digno de nota.

No início de setembro, o Partido Popular podia exibir dois trunfos importantes para as eleições de 14 de outubro: junto ao governo federal obteve o compromisso da nomeação de um "observador" para examinar "in loco", e por delegação do próprio Presidente da República, a situação política potiguar. O impacto dessa medida pode ser sentido na reação de Mário Câmara, que se sentindo diminuído em sua autoridade e na confiança do Chefe do Governo, aventou a hipótese da renúncia, que só não foi efetivada, segundo ele, devido a instâncias de amigos.

A outra medida, conseguida junto ao Superior Tribunal Eleitoral, foi a autorização para que o Tribunal Regional requisitasse a força federal para garantia do pleito.

Quanto ao "observador", sua escolha recaiu em um funcionário dos Correios e Telégrafos, o Dr. João Augusto Neiva Júnior, primo de José Américo e sobrinho de um antigo político paraibano, Venâncio Neiva, colega de Câmara Federal de José Augusto e Lamartine. Além disso, Neiva Júnior era parente da esposa do Dr. Mariano Coelho, de Currais Novos (na região do Seridó), candidato populista a deputado estadual. Apesar desses fatos, as informações sobre o observador eram contraditórias. Logo após sua partida para Natal, Roselli informou que ele era "suspeito", pois teria sido indicado pelo General Pantaleão

Pessoa (Chefe da Casa Militar do Governo Federal), supostamente hostil ao Partido Popular.

A figura do "observador" era uma novidade introduzida por Getúlio Vargas, que representava mais uma forma de intervenção na política dos Estados, por cima das facções, que tanto podia resultar numa tentativa de "harmonização", como na imposição dos interesses de uma delas. Em São Paulo, Vargas havia nomeado um desses "observadores" logo após as eleições de 3 de maio de 1933. O "observador" paulista teve uma participação ativa no encaminhamento da solução política para o "caso" de São Paulo, que acabou por beneficiar a corrente da Chapa Única por São Paulo Unido<sup>(115)</sup>.

No caso do Rio Grande do Norte, a atuação do "observador" foi bastante limitada, sem conseqüências importantes, não produzindo alterações apreciáveis no curso dos acontecimentos. Apesar disso, teve alguma repercussão, pelas reações que a sua simples presença provocou. Disso trataremos um pouco mais adiante.

No que diz respeito à autorização para que o Tribunal Regional pudesse requisitar a força federal, na verdade o Partido Popular havia feito o pedido diretamente ao Superior Tribunal, que entendeu caber a requisição ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE). O Partido dirigiu-se, então, a este último, que apreciou o pedido a 8 de outubro de 1934, mas levantou a preliminar de se ouvir o Interventor, que teve o efeito de prejudicar a concessão da medida. A 12 de outubro, no entanto, o TRE resolveu requisitar a polícia estadual, que, por ser parte da luta política, contribuiria para que inúmeros conflitos perturbassem o pleito.

Às vésperas da eleição o Ministério da Justiça determinou que o Interventor se afastasse temporariamente do cargo. O índice de gravidade da situação é revelado pelo acórdão do Superior Tribunal Eleitoral, de 12 de setembro de 1934, reconhecendo a situação de intranquilidade e insegurança no Estado como ameaça concreta à liberdade eleitoral e solicitando ao governo providências no sentido de restabelecer a confiança<sup>(116)</sup>.

O que marcou a véspera e o dia das eleições de 14 de outubro de 1934 em quase todo o Estado, segundo proclamou o Partido Popular, foi a utilização generalizada da violência física, por parte da Interventoria, contra o eleitorado opositor. Policiais militares, elementos da Guarda Civil e particulares armados pela polícia cometiam abusos e intimidavam eleitores, chefes políticos e até mesários e juizes eleitorais. O município de Santa Cruz, no Agreste potiguar, um reduto populista, teria sido palco privilegiado dessas formas de violência. O delegado, um sargento da polícia, recusou-se ficar à disposição do juiz eleitoral, impediu o acesso dos eleitores à urna de votação, prendendo automóveis e caminhões que os conduziam. Os presidentes das quatro seções eleitorais do município dirigiram telegrama coletivo ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral denunciando a situação de insegurança, as ameaças do delegado, as revistas de eleitores, o "empiquetamento" (formação de piquetes ou barreiras policiais) de estradas e a desobediência às ordens do juiz. Em consequência disso, não houve eleições em Santa Cruz no dia 14 de outubro<sup>(117)</sup>.

Nas estradas que davam acesso às sedes dos municípios, a polícia organizava piquetes de soldados, guardas-civis e particulares armados, alegando a necessidade de apreensão de

armas. BARBOSA, em seu livro História de uma Campanha, repro-  
 duz fac-símile de um documento firmado pelo Capitão de Polícia  
 José Nicácio Sobrinho, Comandante da 3a. Companhia de Fuzilei-  
 ros em Mossorô, no qual este presta contas ao próprio Coman-  
 dante da Polícia Militar de "serviços de piquete, nos dias de  
 eleição", na cidade de Martins, no Oeste do Estado<sup>(118)</sup>. O  
 "empiquetamento", de acordo com a versão dos populistas, gerou  
 enormes abusos: os caminhões (em que eram transportados eleito-  
 res) sofriam apreensão, tinham os pneus esvaziados ou se viam  
 obrigados a voltar; os eleitores sofriam agressões e ameaças.  
 Isto teria ocorrido de forma particularmente grave e ampliada  
 na região Oeste (alto sertão do Estado), e no Seridô, princi-  
 pal reduto populista.

Em Caicô, principal município do Seridô, acusou o  
 Partido Popular, estavam presentes mais de cem soldados, arma-  
 dos de fuzis e metralhadoras, sob o comando de dois tenentes.  
 As estradas que davam acesso à cidade estavam tomadas por pi-  
 quetes; eleitores eram detidos, obrigados a voltar ou fazer  
 percursos de léguas a pé. Em outras cidades da região ocorriam  
 prisões, espancamentos e exibição de força armada<sup>(119)</sup>. Em Na-  
 tal, o Monsenhor João da Matha Paiva, Presidente do Partido  
 Popular, foi agredido, às portas do Tribunal Regional Eleito-  
 ral, por elementos não identificados, sob o pretexto de desar-  
 má-lo<sup>(120)</sup>. Logo após as eleições, a 16 de novembro, o Partido  
 Popular publicava um detalhado e circunstanciado manifesto à  
 nação denunciando toda a série de violências. As posições ha-  
 viam se invertido; o partido que apoiara a administração "libe-  
 ral", "magnânima" e "apartidária" de Mário Câmara, agora so-  
 fria as conseqüências da pressão interventorial, que se exer-

cia com todo o peso da máquina repressiva.

Grande parte das violências alegadas pelo Partido Popular podia, numa certa medida, ter procedência. Para isso a Interventoria (e os cafeístas) contavam com o aparato da Polícia Militar e da Guarda Civil, e a colaboração ativa de chefes políticos afeitos a esses processos (como os já citados "coronéis" Saldanha). Ademais, a disposição de Mário Câmara e de seus aliados era de ganhar a qualquer preço as eleições, e a utilização da coação física, nesses casos, era um dado incorporado à cultura política da época. Acrescente-se, como reforço, a sustentação que Vargas dispensava a seus delegados nos Estados, sem excluir o apoio ao uso da força, desde que feito de forma eficiente.

No entanto o Partido Popular não pode ser visto como simples objeto passivo da "compressão" interventorial. Os populistas contavam com o apoio de grande parte da oficialidade do Exército e da maioria dos chefes locais (os "coronéis") com seus jagunços armados. Por isso a violência era recíproca e, no clima de extrema confusão resultante, ficava difícil estabelecer a responsabilidade em cada caso concreto, embora a Interventoria tivesse a vantagem de controlar o aparato repressivo oficial.

O "observador" Neiva Júnior, em entrevista ao Diário de Pernambuco, de Recife, fez uma avaliação benevolente do pleito eleitoral no Rio Grande do Norte. Disse que havia muita "exacerbação de ânimos" nas duas correntes e que muitos casos relatados por pessoas dos dois grupos que o procuravam "não passavam de méros incidentes pessoais". Resolveu assistir à eleição no Seridó, pois era apresentada como a zona mais agita

da, indo a Caicó, Parelhas, Jardim do Seridó e Acari. Considerou que o pleito transcorreu calmamente e em ordem, o mesmo ocorrendo na capital. Apontou alguns incidentes, "de pouca monta", e a não realização das eleições em Santa Cruz, "porque os mesários não se reuniram". Disse que conviveu indistintamente com as duas correntes e faria relatório circunstanciado ao Ministro da Justiça. Por fim, elogiou a ação administrativa de Mário Câmara na área econômica e educacional (121).

Mário Câmara acusou o "observador" de ter sido um instrumento nas mãos do Partido Popular e de ter afastado, aonde chegava, a força policial da cidade, dificultando o acesso dos eleitores da Aliança Social às urnas.

Por sua vez, o Partido Popular denunciou Neiva Júnior por ter sido indulgente e por não ter adotado medidas concretas quanto às pressões policiais da Interventoria. Apesar disso, reconheceu que sua presença no Seridó, embora por pouco tempo, impediu violências maiores.

Um acontecimento ocorrido no dia das eleições em Areia Branca ilustra bem o caráter dos conflitos do período. Um membro do Partido Popular foi assassinado por um trabalhador chamado José Mariano. O trabalhador era um dos militantes comunistas responsável pela organização sindical na região salineira. O assassinado, Francisco Bianor, era feitor de salinas, conhecido por sua oposição sistemática a atividade de sindicalização naquela área e pela violência que usava no trato com os operários.

Cometido o crime, foram afixados cartazes na cidade com uma lista de patrões e feitores passíveis de "execução" caso continuassem reprimindo os trabalhadores. O pânico genera

lizou-se e as principais famílias locais refugiaram-se em Mos soró. A polícia entrou imediatamente em ação efetivando inúmeras prisões de trabalhadores e utilizando a tortura como meio de interrogatório. A extensão da repressão policial destruiu o sindicato dos salineiros em Areia Branca e a organização do Partido Comunista<sup>(122)</sup>.

A reação da Interventoria, dos cafeístas e do Parti do Popular ao episódio traduz a forma como as três facções, em luta pelo poder numa situação de crise, se posicionam frente ao conflito de classes.

A Interventoria, através do aparato policial, coordenou toda a ação repressiva, procurando basicamente destruir a organização dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, Mário Câmara comunicou a Vargas que havia um surto comunista em Areia Branca, com ramificações em Mossoró e Macau, ao qual estaria indiretamente ligado o Partido Popular (o elemento de ligação entre os comunistas e o Partido Popular seria, segundo o Interventor, um Tenente comissionado do Exército, José Pessoa, cabo eleitoral de José Augusto no Seridó). Com essas alegações Câmara pretendia justificar o aumento dos efetivos policiais e a substituição de oficiais por "homens de confiança", mas, ao mesmo tempo, reclamava da falta de armamentos, e solicitava seis fuzis-metralhadoras com munição e 50 mil "tiros de fuzil"<sup>(123)</sup>.

Os cafeístas, aliados da Interventoria, mas sem responsabilidade direta de governo, assumiram uma atitude de mediação. Fizeram apelos ao "operariado consciente" no sentido de lutar "dentro da ordem" e, por outro lado, denunciaram as arbitrariedades do Delegado de Polícia de Aréia Branca, Tenen

te Trindade, e seus métodos de tortura. "Esses processos tem o fim deliberado de intrigar o operariado com a República Nova que instituiu as leis de sindicalização, acidentes, etc." (124).

Quanto ao Partido Popular, apontando a condição populista do morto, atribuiu o assassinato ao situacionismo local, aludindo ao fato de que o crime ocasionou o não comparecimento às eleições de inúmeros eleitores do partido (125).

A apuração das eleições pelo Tribunal Regional Eleitoral foi cercada por um clima de tumultos. As denúncias de violências na capital, com prisões e espancamentos arbitrários, eram freqüentes. O Tribunal implicitamente reconheceu a violência que cercou o pleito, quando convocou eleições suplementares em 39 seções eleitorais de 23 municípios (o Estado tinha 41) e concedeu "habeas corpus" para vários eleitores. Grande parte do eleitorado havia sido impedida de comparecer e havia indícios comprovados de violência eleitoral.

O Interventor viajou ao Rio de Janeiro no final de novembro de 1934, alegando ir participar de uma reunião sobre algodão sintético no Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE). Entrevistado por vários jornais cariocas declarou que foi tratar apenas de interesses administrativos. Negou que pleiteasse a retirada do 21º Batalhão de Caçadores e que tivesse havido coação nas eleições, apontando um comparecimento de 80% que se elevou a 90% no Seridó. Na verdade, de um total de 47.702 deixaram de ser computados aproximadamente 20.000 votos, o que não coincide com as informações de Câmara. Disse que em Arez, Touros, Santana do Matos e Santa Cruz "os adversários da Aliança Social procuraram perturbar as eleições". À tarde do dia de sua chegada, o Interventor conferenciou com Vargas e

com o Ministro da Justiça, devendo supor-se que não se tratou apenas de algodão sintético<sup>(126)</sup>.

Após sua volta a Natal, o Interventor comunicou-se com o seu irmão Paulo Câmara que se encontrava no Rio de Janeiro<sup>(127)</sup>, consultando-o a respeito da circular de Távora a interventores do "Norte", que propunha a formação de "um grande partido nacional revolucionário", centrado na "idéia social democrática", para dar combate à "frente única partidária" das oposições coligadas, que começava a se esboçar como resultado da vitória da "reação" em três ou quatro Estados. Em sua proposta, Távora queria contar com os PSD's já organizados em vários Estados e, se basear no situacionismo paulista (Partido Constitucionalista, de Armando de Salles Oliveira) como "pólo de convergência"<sup>(128)</sup>.

Mário Câmara pediu ao seu irmão que contactasse Luís Vergara, secretário de Vargas, para saber se essa articulação contava com a aquiescência do "Chefe", bem como se a nova organização se agregariam o Rio Grande do Sul, com Flores da Cunha, e Minas Gerais. Mas pediu cuidado para "que o Rafael Fernandes não seja convidado pelos seus parentes Távoras...". Aproveitou para queixar-se da "mã-vontade" do Ministro da Guerra a seu respeito, pois não tinha obtido até então a devolução do armamento recolhido pelo Tenente Nei Peixoto, quando este deixou o comando da Polícia Militar, apesar de já ter-se dirigido ao General Manoel Rabelo. Informou que o Batalhão da Polícia dispunha apenas de 4 a 5 mil tiros e precisava de munição, ante a conspiração que se alastrava pelo país e face à movimentação de seus adversários populistas, muitos dos quais tinham ido a Recife contactar com João Alberto. Apontou, também, como amea

ça a seu governo, as ligações que Dinarte Mariz mantinha com a polícia da Paraíba<sup>(129)</sup>.

A articulação de Juarez Távora era uma das tantas que se faziam naquela conjuntura obedecendo aos mais diversos objetivos: dar continuidade ao "poder revolucionário", satisfazer ambições de hegemonia regional e/ou pessoal ou de grupos; o "partido nacional" para dar sustentação ao "poder revolucionário" e ao predomínio de Vargas, na impossibilidade de se articular a partir de blocos regionais, como queriam Távora e Flores da Cunha, vai surgir dos quartéis, sob o comando das chefias hierárquicas de Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. No entanto este processo ainda demandaria algum tempo.

Estas preocupações demonstram a insegurança do Interventor ante a onda de conspiração que assolava o País e o Estado e um certo confusionismo de sua parte frente ao quadro político nacional marcado por um contínuo realinhamento de forças. Restava-lhe, como única diretriz orientadora neste ambiente conturbado, a sua fidelidade inabalável ao "Chefe", a Vargas.

O final do ano de 1934 trouxe ao Interventor as preocupações com a elaboração do orçamento para 1935. Como no ano anterior, ele convidou representantes das "classes conservadoras" para participarem das discussões, antes de submeter o projeto ao Conselho Consultivo, e anunciou a futura criação de uma Comissão de Propaganda e Expansão Comercial, nos mesmos moldes do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), em obediência a instruções do governo central.

O Interventor, que em todo o período tentava atender os interesses econômicos das classes dominantes de grandes plantadores, comerciantes e industriais salineiros, também

anunciou a uniformização dos impostos municipais sobre o algodão e a intenção de criar uma carteira agrícola no Banco do Estado. Outras iniciativas importantes foram a destinação de créditos para a construção de um sistema de esgotos em Natal e de um hotel, que só viriam a ser realizados na administração Rafael Fernandes<sup>(130)</sup>.

O jornal A Razão foi empastelado por duas vezes, no espaço de um mês, entre novembro e dezembro de 1934. Da primeira vez, a 29 de novembro, o ato foi comandado e executado pessoalmente pelo "coronel" Benedito Saldanha. O Chefe de Polícia, em nota oficial, atribuiu ao fato caráter estritamente pessoal, desvinculando-o de conotações político-partidárias. O "coronel" Saldanha, no entanto, era partidário do Interventor e candidato a deputado estadual na chapa governista. Da segunda vez, exatamente um mês depois, a Chefia de Polícia limitou-se a dar uma nota para explicar, como fizera em outras ocasiões com relação a O Jornal (cafeísta), que se tratava de "uma farsa dos adversários da situação, com o fim premeditado de atribuir ao governo a responsabilidade"<sup>(131)</sup>.

O jornal oficial iniciava uma série de reportagens sobre a situação comercial do Estado, com o objetivo de responder às acusações da oposição de que o clima de opressões e violências atingia as atividades comerciais, deixando-as sem garantias. As reportagens incluíam entrevistas com dirigentes de empresas comerciais, industriais e plantadores de algodão, apontando o aumento da produção, o crescimento das exportações e importações e o ritmo crescente dos negócios em geral.

Efetivamente, após a superação da grande seca de 1932, a produção algodoeira se recuperava, o comércio mundial

do produto se expandia, a demanda nacional também crescia em virtude da recuperação industrial do país a partir de 1933, e os preços eram compensadores.

A República comparou o movimento comercial de 1933 e 1934, com o dos anos anteriores, apontando para o seu crescimento, e disse que a prosperidade não seria possível se o governo "se mantivesse na administração por fórmulas de compressão e de arbítrio" (132).

### 3.2.3 - As eleições suplementares e a greve geral em Natal

O Tribunal Regional Eleitoral escolheu o período de 3 a 28 de fevereiro de 1935 para a realização de eleições suplementares em 39 seções eleitorais de vários municípios do Estado, que haviam sido anuladas pelo mesmo Tribunal por irregularidades. O Partido Popular, através de representação feita pelo Deputado Federal e advogado Alberto Roselli, conseguiu no Tribunal Regional Eleitoral ordem de "habeas corpus" para eleitores em diversas seções, mas teve negada a requisição de tropa federal para garantia do pleito. O Tribunal Superior Eleitoral, no entanto, autorizou o Tribunal Regional a requisitar tropa.

Feita a requisição da tropa federal pelo Presidente interino do TRE, Desembargador Antônio Soares, um grupo de desembargadores enviou uma contra-ordem ao Comandante do 21º Batalhão de Caçadores, contestando a competência do Presidente do Tribunal para fazê-lo. O conflito gerado só foi resolvido após comunicação do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ministro Hermenegildo Barros, reafirmando a competência

do Presidente do Tribunal Regional. Mas a demora na comunica  
ção terminou acarretando a ausência da tropa federal em várias  
 localidades, ocasionando novos conflitos e acusações de parte  
 a parte <sup>(133)</sup>.

Durante o período das eleições suplementares eclodiu  
 em Natal uma greve dos operários da Cia. Força e Luz Nordeste  
 do Brasil, uma empresa estrangeira que atuava em todo o terri  
tório nacional e monopolizava em Natal o serviço de bondes,  
 energia elétrica, telefones e o abastecimento de água. A greve  
 se estendeu de 12 a 19 de fevereiro de 1935; as reivindicações  
 dos operários abrangiam um pedido de aumento de 40%, 8 horas  
 de trabalho, preenchimento de vagas existentes, pagamento de  
 meia diária em caso de doença e melhoria do serviço médico.  
 Natal ficou imediatamente sem bondes, luz e água. Outras cate  
gorias aderiram à greve e a cidade ficou praticamente paralisa  
da, com o comércio em colapso e falta de gêneros essenciais,  
 como pão, carne e outros.

Curiosamente a greve fora precedida por notas no  
jornal oficial, A República, nas quais a "poderosa companhia  
estrangeira" era acusada de ser "usurpadora e gananciosa" e  
 responsabilizada por oferecer em Natal o pior serviço de bon  
des de todo o país. As reivindicações operárias eram apresenta  
das como reclamações justas, enquanto o gerente, Mr. W. Brown,  
 era visto como intransigente e insensível aos reclamos dos  
 trabalhadores.

Se isto não autoriza qualquer interpretação mecani  
cista de instrumentalização da greve por parte da Intervento  
ria, por outro lado, deixa claro que esta perseguia objetivos  
 que a greve, ou ao menos sua ameaça, poderia favorecer. Acres

cente-se a isto que, na capital do Estado (com facilidades de comunicação para o interior e o resto do país) a repressão de um movimento generalizado com amplo apoio na população seria extremamente desgastante num momento de disputa eleitoral acirrada contra uma forte corrente política.

O gerente da empresa era parente de Octávio Lamartine, recentemente assassinado pela polícia no interior do Estado. Comentava-se que havia interesses, por parte do Interventor, em afastá-lo do Rio Grande do Norte.

Os operários em greve ocuparam as instalações da empresa; a Guarda-Civil, a pedido do gerente, também se fez presente, mas sem desalojar os operários, como reclamava o Comandante do 21º Batalhão de Caçadores. O Interventor nomeou uma comissão presidida pelo Bispo Diocesano para negociar um acordo com a comissão de operários. Os contactos entre as duas comissões contaram com a colaboração da Inspeção do Ministério do Trabalho.

A gravidade da situação pode ser observada pela reação do comando da 7a. Região Militar, com sede em Recife, que determinou ao Comandante do 21º Batalhão de Caçadores que intervisse para pôr fim à paralisação, e pela presença, em Natal, do advogado da empresa no Rio de Janeiro, Dr. Máximo Luz.

A intervenção do comando do Exército e a ameaça de ocupação militar das instalações materiais da empresa e de repressão ao movimento fizeram com que as negociações, já interrompidas, fossem retomadas, agora com a presença de Café Filho, que apelou aos operários para que suspendessem o movimento. Finalmente, depois de uma semana de greve, e após algumas concessões por parte da empresa, a paralisação foi suspensa, enquan-

to a questão salarial era estudada pelo tribunal arbitral da Inspetoria do Trabalho<sup>(134)</sup>.

Outro grave acontecimento que ocorreu na mesma época da realização das eleições suplementares foi o assassinato do engenheiro agrônomo Octávio Lamartine, filho do ex-Governador Juvenal Lamartine, fato ocorrido em sua fazenda, Ingã, no município de Acari, situado na região do Seridó.

Octávio Lamartine foi morto a 14 de fevereiro de 1935, por uma volante policial sob o comando do Tenente da Força Pública Oscar Rangel; esta volante, como tantas outras, realizava no interior trabalho de busca e apreensão de armas, pretexto de que se servia a Interventoria para atemorizar pela violência os partidários do Partido Popular.

Este crime provocou enorme ebulição na atmosfera política. Toda a imprensa dele se ocupou. A oposição responsabilizou Mário Câmara. O Ministério da Justiça passou a acompanhar o inquérito que foi conduzido por um delegado militar, o Tenente do Exército José Fernandes<sup>(135)</sup>. Para se ter uma idéia das implicações deste assassinato político de grande repercussão, o próprio Câmara comentou com o seu secretário que o crime teria sido um erro político de seus amigos e que, a partir daí, sua candidatura a governador estava irremediavelmente comprometida<sup>(136)</sup>.

A 2 de abril de 1935, o Tribunal Regional Eleitoral concluía a apuração das eleições no Rio Grande do Norte com a vitória da Aliança Social sobre o Partido Popular. O TRE proclamava eleitos para a Câmara Federal pela Aliança Social, João Café Filho, Francisco Martins Vêras e Ricardo Barreto; pelo

Partido Popular, José Augusto e Alberto Roselli. Para a Constituinte estadual foram considerados eleitos 15 deputados da Aliança Social e 10 do Partido Popular. Roselli considerou esse resultado uma "usurpação" do Tribunal Regional, que teria agido, segundo ele, orientado por um "facciosismo degradante" (137).

Mário Câmara, entretanto, não pôde comemorar a vitória, pois estes resultados seriam imediatamente contestados junto ao Tribunal Superior Eleitoral, que iria dar provimento à grande parte dos recursos pleiteados pelo Partido Popular, determinando que o Tribunal Regional procedesse a novas apurações (138).

A imprensa sulista simpática ao Partido Popular acusou Mário Câmara de ter alterado durante seu governo a composição do Tribunal Eleitoral para atender a seus interesses políticos. Tais acusações eram formuladas, por exemplo, em artigo do jornal O Globo, do Rio de Janeiro, de 5 de fevereiro de 1935, intitulado "A sediação dos Juizes Eleitorais" e num outro, do prestigioso jornalista Macedo Soares, no Diário Carioca, de 16 de fevereiro de 1935, intitulado "Banditismo Político". O jornal A República não deixou requisitório da imprensa carioca sem resposta, procurando demonstrar que as alterações introduzidas na composição do Tribunal resultaram exclusivamente de mudanças decorrentes da legislação federal ou por causas externas (aposentadoria e morte de juizes). É evidente, porém, inclusive pelas próprias declarações do Interventor e do jornal oficial, que seu governo considerava estratégico aos seus objetivos políticos o controle do Judiciário para o que não hesitou em interferir na composição do Tribunal, seja valendo-se

das prerrogativas conferidas pela nova legislação, seja através de legislação própria (antes da Constituição de 16 de julho) (139).

A apuração final, em outubro de 1935, daria a vitória ao Partido Popular, que elegeria três representantes para a Câmara Federal, acrescentando-se aos nomes já citados o de José Ferreira de Souza, enquanto o candidato Ricardo Barreto, da Aliança Social, perderia sua vaga. Para a Assembléia Constituinte Estadual, o resultado final daria ao Partido Popular 14 cadeiras, contra 11 cadeiras da Aliança Social. Com esta maioria, o Partido Popular conseguiria eleger, através da Assembléia Estadual, o Governador Rafael Fernandes, e os Senadores federais, Eloy de Souza e Joaquim Ignácio de Carvalho Filho.

#### 3.2.4 - Radicalização de posições

O ano de 1935 marcou o início de um processo de fechamento político que liquidou paulatinamente a liberalização iniciada com as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte.

As eleições estaduais de outubro do ano anterior confirmaram em sua esmagadora maioria as facções situacionistas fiéis a Vargas. Porém, no Rio de Janeiro, Mato Grosso, Pará e Rio Grande do Norte, a apuração das eleições se arrastou durante quase todo o ano de 1935, criando dificuldades para que Vargas pudesse impor, nestes casos, as soluções mais convenientes aos seus interesses.

Apesar de Armando de Salles Oliveira, Governador de

São Paulo, ter-se transformado num importante aliado de Vargas - o que conferia a este mais tranqüilidade para atuar no resto do país - a movimentação de Flores da Cunha, Governador do Rio Grande do Sul, representava uma ameaça potencial, na medida em que ganhava autonomia e se configurava como proposta de aglutinação de um novo pólo político. A interferência de Flores nos vários "casos" regionais que se deram no período, com o objetivo de estabelecer esferas de influência, irritou e incomodou a Vargas, embora a colaboração do governador gaúcho lhe fosse ainda extremamente importante, inclusive na de sarticulação de golpes militares.

Nesta última frente dificuldades sérias persistiram antes que o governo pudesse impor a disciplina hierárquica necessária ao projeto de dominação do Estado sobre a sociedade civil. Em grande medida a inquietação nos quartéis era fruto do envolvimento dos militares com facções políticas diversas, ou da atuação do Partido Comunista, ou do tenentismo de esquerda.

Os anos 1934-35 assistiram o crescimento do movimento operário e de massas, numa escalada ascensional que culminou na formulação de uma política de frente popular cuja expressão organizativa mais avançada foi a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Propondo-se a combater o imperialismo e o latifúndio e preconizando a realização de amplas reformas na sociedade brasileira, a ANL ganhou rapidamente o apoio de extensos setores do operariado e das classes médias urbanas. O governo, as chefias militares, os grupos oligárquicos e as frações burguesas convergiram para a necessidade de criar instrumentos adequados à defesa do Estado e da ordem sócio-econômica vigente

te. Neste processo, os escrúpulos liberais de parte das classes dominantes foram cedendo terreno à necessidade de combater o "extremismo", que teve sua dimensão superestimada por Vargas, pela cúpula militar e pelo aparato policial-repressivo.

No Rio Grande do Norte a luta entre as duas facções resultaria ainda numa prolongada contenda. A força do Exército sediada na capital seria constantemente solicitada pelas correntes em luta, na continuidade de um envolvimento que vinha de outubro de 1930. Este envolvimento ficou patente durante a realização das eleições suplementares e na greve dos operários da Força e Luz, em fevereiro de 1935. Divergências entre as forças do Exército e o Interventor tinham sido acentuadas sobretudo durante as administrações de Irineu Joffily e Bertino Dutra, e se repetiam agora com Mário Câmara. Isto já tinha ocasionado a transferência de um comandante, o Major Adalberto Pompílio da Rocha e vários oficiais, inclusive os Capitães Everardo de Barros Vasconcelos e Luis Lobo. Agora, sob o comando do Major Josué Freire, estas divergências voltavam a se acentuar.

No dia 5 de março de 1935, em pleno carnaval, ocorria um conflito de grandes proporções entre soldados do 21º Batalhão de Caçadores e elementos da Guarda Civil, ocasionando a morte de seis pessoas: dois soldados, dois guardas-civis e dois populares. Conflitos da mesma natureza se verificariam em outros pontos do país, especificamente em Manaus e Fortaleza. O Ministro da Guerra, General Gões Monteiro, comentando os fatos, atribuiu-os à agitação de elementos extremistas que estariam atuando no seio do Exército e relacionou-os à questão de reajustamento dos vencimentos dos militares, cujo encaminhamen

to no Congresso estava produzindo descontentamentos.

No caso de Natal, entretanto, parece-nos que as questões locais tinham precedência; as divergências entre o Interventor e o 21º Batalhão de Caçadores, que se manifestaram em vários momentos, traduziam-se em severa hostilidade entre aquele Batalhão e a Guarda Civil. Segundo o então 2º Delegado Auxiliar da capital, João Maria Furtado (um dedicado cafeísta), em suas memórias, as desordens foram coordenadas por elementos do Partido Popular em articulação com oficiais do Exército e tinham como objetivo o assassinato de Mário Câmara, o qual, alertado, deixou de comparecer aos festejos carnavalescos<sup>(140)</sup>.

O comando da 7a. Região Militar, mais uma vez, instaurou inquérito, enquanto o Ministério da Guerra convocava ao Rio de Janeiro o Major Josué Freire e os Tenentes Ivo Borges e Raimundo Dutra.

O Comandante do 21º Batalhão de Caçadores acusava elementos ligados à Interventoria de ter provocado o conflito com o intuito de retirá-lo do comando e substituí-lo por alguém maleável. O General Manuel Rabelo, Comandante da 7a. Região Militar, com base nas informações do Major Josué Freire, transmitiu ao General Pantaleão Pessoa, Chefe da Casa Militar do Governo Federal, a informação de que a cidade encontrava-se infestada de "cangaceiros" e o Chefe de Polícia e o Interventor eram incapazes de "libertar-se mãos elementos de que se cercaram". Os praças do Batalhão se viam desafiados por grupos armados, constituídos por guardas civis e "indivíduos suspeitos", com aquiescência das autoridades policiais. Tais fatos eram resultado, na avaliação do General Rabelo, de "manobras políticas e interesses contrariados", envolvendo a força fe

ral nas lutas políticas, obrigando-a ora a "manter autorida  
 interventores sem apoio opinião pública", ora a "garantir  
 verdade de voto oposição que só pode ser ameaçada por quem  
 tá à testa Estado". Pedia a atenção do governo federal para  
 manter a ordem no Rio Grande do Norte sem violências e sem en  
 ver o Exército nas disputas políticas<sup>(141)</sup>.

Vargas, bem informado a respeito de tudo, socorreu  
 Interventor, enviando a Natal um homem de sua confiança, o  
 lente-Coronel Teixeira de Vasconcelos, com a missão específi  
 de colaborar com Mário Câmara na manutenção da ordem. O Coro  
 Vasconcelos (cuja missão oficial era conduzir o inquérito  
 re os incidentes do carnaval), para não quebrar os canais  
 erárquicos, passou pelo comando da Região Militar, antes de  
 rigir-se a Natal, porém o General Rabelo não tinha conheci  
 nto dos reais objetivos de sua viagem. Ao mesmo tempo, o Se  
 tário do Presidente, Luis Vergara, enviou a Mário Câmara  
 a cópia do telegrama reservado do General Rabelo.

O Presidente, no entanto, mandou recomendar expressa  
 te a Câmara que retirasse da capital "os indivíduos vindos  
 fóra e reconhecidos como desordêiros ou perigosos, a fim de  
 venir possíveis incidentes, que só servem para intranquili  
 a população". O comentário de Vergara denotava um certo  
 de cumplicidade: "O Presidente continua satisfeito e acha  
 ça das tuas aperturas de político novato, mas já um tanto  
 quiavélico"<sup>(142)</sup>.

Apesar dessas instruções, que revelavam o apoio ine  
 voco de Vargas ao Interventor, seu comportamento frente ao  
 tido Popular continuava dúbio, alimentando neste a esperan  
 de uma postura arbitral. É assim que, enquanto despachava

essas instruções, Vargas recebia Roselli e mostrava-se "impresionado" com os documentos que expunham, na linguagem do deputado, a "triste situação" do Rio Grande do Norte e se comprometia a telegrafar para Câmara, dando ordens para que fosse retirada a "cangaceirada". Mas, ia além, prometendo que, se ficasse provado em inquérito a responsabilidade do Interventor no conflito do carnaval, este seria afastado<sup>(143)</sup>.

O General Rabello fez a defesa do Major Josué Freire e dos Tenentes Ivo Borges e Raimundo Dutra, pedindo que fosse sustada a ordem de embarque dos referidos oficiais até que o inquérito presidido pelo Tenente-Coronel Vasconcelos apontasse os verdadeiros culpados pelos incidentes. Pelembrou a sua posição, na qualidade de Comandante da Região Militar, de não tolerar o envolvimento de oficiais na política partidária, invocando sua atuação contra os oficiais do mesmo 21º Batalhão de Caçadores, quando estes se comprometeram, sob o comando do Jamor Pompílio, numa manobra de deposição do Interventor Mário Câmara. Apesar dessa intervenção do General Rabello, o Major Freire e os oficiais foram retirados do Batalhão, numa demonstração de força e prestígio de Mário Câmara junto ao poder federal<sup>(144)</sup>.

José Augusto, já como deputado na Câmara Federal, sentiu a necessidade de adotar uma atitude oposicionista a nível nacional e a bancada do Partido Popular passou a compor o bloco da Minoria no Congresso, que se caracterizava naquele momento por uma oposição moderada ao Presidente da República. No início de maio, a Minoria indicou João Neves da Fontoura como seu líder e elegeu uma comissão central da qual fazia parte José Augusto, ao lado de Borges Medeiros (RS), Artur Bernar

des (MG), Otávio Mangabeira (BA), Roberto Moreira (SP), Sampaio Correia (DF) e Rêgo Barros (PE), "para articular e orientar a oposição do país, dando-lhe feição nacional, e tornando-a segura e eficiente" (145).

Anteriormente (janeiro e abril de 1935), o Congresso e a opinião pública tinham sido agitados pela discussão em torno do projeto da Lei de Segurança Nacional. Essa questão era de extrema importância, pois os dispositivos propostos na nova Lei cancelavam na prática as liberdades consagradas no texto da Constituição. O projeto era articulado pelos setores mais reacionários do governo e um dos seus inspiradores era o Ministro Vicente Rão, inimigo declarado do Partido Popular. Embora a proposta visasse especificamente o movimento operário e popular e tivesse como justificativa o combate ao "extremismo", sua amplitude tornava-a utilizável contra qualquer manifestação de oposição ao governo.

Contra a Lei de Segurança se manifestaram os mais variados setores da sociedade civil. Os sindicatos, percebendo que o principal alvo do dispositivo repressivo da Lei era a organização dos trabalhadores, reagiram de forma particularmente vigorosa. Mas também se manifestaram contrariamente a esta lei quase toda a imprensa carioca, numa reação coordenada pela Associação Brasileira de Imprensa, lideranças políticas no Congresso e o Clube Militar, em manifesto que apontou a Lei de Segurança como instrumento de "opressão das camadas populares".

Vicente Rão, e as principais chefias militares, Góes Monteiro, Protógenes Guimarães, além de Armando Salles de Oliveira e Flores da Cunha, se esforçaram pela aprovação da Lei, em nome dos "interesses nacionais". Os comandantes militares

mandaram prender o Capitão Moésia Rolim, o Major Costa Leite, o Capitão Walter Pompeu e outros articuladores do manifesto do Clube Militar, ao lado de Trifino Correia, Plínio Tourinho, Roberto Sissón e outros<sup>(146)</sup>.

Kerginaldo Cavalcanti, Deputado do Partido Social Nacionalista (PSN), partido coligado a Mário Câmara, assumiu posicionamento favorável à Lei de Segurança, argumentando com a defesa dos "interesses nacionais" e declarando-se partidário dos "governos fortes"<sup>(147)</sup>.

O mesmo não aconteceu à bancada do Partido Popular, que assumiu em plenário voto contrário à matéria. O "interesse nacional" do Partido Popular estava aqui: tudo que naquele momento reforçasse os poderes do governo central e dos Estados poderia beneficiar a política de Mário Câmara e contrariar a do Partido Popular, por isso, era preciso cuidado e necessário se fazia colocar-se contra a "famigerada lei" embora não fosse "ainda de rezear os seus efeitos" (sobre a luta entre as facções no Rio Grande do Norte, é claro)<sup>(148)</sup>.

Enquanto ocorriam esses fatos o Tribunal Superior Eleitoral continuava julgando os recursos referentes às eleições potiguares, muitas seções das eleições suplementares de fevereiro de 1935 foram anuladas por "coação governamental". As decisões do TSE favoreciam em geral o Partido Popular e, em fins de maio, as projeções do resultado já apontavam para a vitória deste partido, embora se estivesse longe ainda da conclusão final das apurações. A 31 de maio, Alberto Roselli telegrafava do Rio de Janeiro informando que a vitória do Partido Popular estava definitivamente consolidada. A comissão executiva do Partido já se reunira no dia 30 para comunicar a José

Augusto e a Rafael Fernandes as congratulações pela vitória e reafirmar ao último o apoio à sua candidatura<sup>(149)</sup>.

O estado-maior do Interventor também se reuniu a 30 de maio em casa de Ricardo Barreto, para decidir pela renúncia de Mário Câmara à sua candidatura governamental, num "expontâneo gesto de despreendimento pessoal", indicando em seu lugar o nome do Desembargador Elviro Carrilho, membro da Corte de Apelação do Rio de Janeiro (e parente do Interventor). A chapa ao Senado era refeita, entrando Mário Câmara ao lado de Kerginaldo Cavalcanti. Ao que se comentava, a designação do Desembargador Carrilho visava atrair as simpatias de alguns membros do Tribunal Superior Eleitoral que haviam sido seus colegas<sup>(150)</sup>.

O Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, Ministro Hermenegildo Barros, enviara telegrama no dia 15 de junho de 1935 ao Desembargador Luiz Lira, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, comunicando-lhe o resultado final do julgamento dos recursos, pelo qual várias seções eram anuladas e outras tantas renovadas, e determinando ao Tribunal Regional a recontagem dos votos.

A Razão publicava a 26 de junho o resultado final das apurações do TRE em que o Partido Popular elegia 3 deputados federais contra 2 da Aliança Social e 14 deputados estaduais contra 11 dos adversários. Mas os fios do complicado novelo ainda não estavam de todo desenrolados. Desta vez a Aliança Social tentou junto ao Superior Tribunal reverter os resultados. A demanda se arrastaria exasperantemente até outubro de 1935.

No início de julho irrompeu em Mossorô uma greve dos

operários da estrada de ferro, exigindo 100% de aumento sala  
rial. A diretoria da companhia construtora fez uma contrapro  
posta de 50%, recusada pelos operários, que decidiram conti  
nuar o movimento e lograram a adesão de outras categorias de  
trabalhadores, paralisando a cidade.

No mesmo momento, entre os dias 5 e 6 de julho, um  
grupo de trabalhadores armados, no Vale do Açu, defrontou-se  
com forças policiais. Imediatamente foram mobilizados os desta  
camentos de polícia das cidades de Açu, Angicos, Santana do Ma  
tos e Macau que deram combate aos rebeldes, ferindo alguns de  
les, efetivando vinte prisões e libertando um refém, o fazen  
deiro Jorge Barreto.

O Interventor interino, José Lagreca, enviou um trem  
especial com uma tropa de 60 homens da polícia, sob o comando  
do Capitão Severino Elias, que não chegou a entrar em opera  
ções.

Em Mossoró, a greve nos outros setores arrefeceu,  
mas a da Estrada de Ferro continuou por mais alguns dias, até  
que se chegasse a um acordo. Segundo o relato do delegado bra  
sileiro no VII Congresso da Internacional Comunista, a greve  
de Mossoró transformou-se numa verdadeira insurreição, com os  
operários afastando as autoridades e controlando realmente o  
poder por alguns dias. Essa versão, embora um tanto fantasiq  
sa, comprova o impacto que teve o movimento.

As notícias sobre os conflitos armados no Vale do  
Açu e as greves de Mossoró, que puseram em cheque a capacidade  
das autoridades estaduais em manter a "ordem", provocaram re  
percussões alarmistas na imprensa do Sul e chamaram a atenção  
do governo federal. O Ministro da Justiça encaminhou um pedido

de informações ao Interventor interino, e este respondeu-lhe que ambos os movimentos tinham caráter extremista, mas já haviam sido dominados pela ação do governo estadual<sup>(151)</sup>.

Os acontecimentos do Vale do Açu e Mossoró não eram, porém, fatos isolados. Eles se inscreviam no bojo de um processo de ascenso e radicalização da luta da classe trabalhadora que datava de 1934, propiciado em parte pelo clima de liberalização então experimentado. Já vimos que em Natal ocorreram algumas greves em 1934 e 1935 que caracterizaram a retomada da mobilização dos trabalhadores por suas reivindicações econômicas. São exemplos disto a greve dos padeiros, em fevereiro de 1934, por aumento salarial; a greve dos motoristas, em fins de maio, contra um decreto do governo federal que aumentava o imposto cobrado às pequenas empresas rodoviárias (esta greve, de caráter regional, articulada pelo Sindicato dos Motoristas de Pernambuco, paralisou o tráfego urbano e as comunicações com o interior e com outros Estados)<sup>(152)</sup>; e a greve dos operários da Cia. Força e Luz, em fevereiro de 1935, que se generalizou a toda a capital. Em Mossoró, durante o período da colheita do sal, em 1934, 5.000 trabalhadores de 32 salinas entraram em greve, exigindo aumento salarial e melhores condições de trabalho. O movimento estendeu-se a todas as outras categorias mais importantes de trabalhadores e os patrões se viram obrigados a negociar e atender suas reivindicações. No início de 1935, mais uma vez os salineiros de Mossoró paralisaram o trabalho por algumas horas, em protesto contra a prisão de um de seus líderes, Joel Paulista, e realizaram uma passeata de solidariedade, com a participação de 300 operários, conseguindo sua liberação<sup>(153)</sup>.

Pode não parecer muito, mas se compararmos com a década anterior, quando se registraram apenas duas greves na capital, em 1920 (ferroviários, também a nível regional) e em 1923 (têxteis), e se atentarmos para a capacidade que tiveram esses movimentos de ganhar a adesão de outros segmentos de trabalhadores, isso atesta uma mudança de qualidade no caráter da mobilização operária: mais organizada e solidária, mais consciente de seus interesses de classe.

A presença do Partido Comunista, sobretudo em Natal e Mossoró, certamente contribuía para esse processo. Em abril de 1935 o partido realizou uma conferência estadual, reorganizou a sua direção e elegeu os objetivos de ação política. Incorporou elementos de classe média ao quadro dirigente estadual, o que provavelmente tinha alguma relação com a política de frente popular que sua direção nacional passava a adotar<sup>(154)</sup>. Pouco depois organizou-se no Estado a Aliança Nacional Libertadora (ANL), sob a direção do jornalista Joaquim Fontes Galvão (Diretor do jornal A República na Interventoria Cascardo), que imediatamente passou a fazer propaganda, promover reuniões e manifestações. Em junho de 1935 veio a Natal uma comissão de líderes operários de Pernambuco com o objetivo de preparar aqui um Congresso Pró-Unidade Sindical do Nordeste, com o apoio da ANL local<sup>(155)</sup>.

Mas, voltando aos fatos ocorridos em Açu e Mossoró, sobretudo à questão da "guerrilha" de Açu, é preciso compreender que, além dos determinantes gerais do avanço das lutas operárias naquele momento, ela tinha a ver com as condições específicas daquela região salineira. Ali, o trabalho do Partido Comunista tinha bastante autonomia em relação ao trabalho da

direção estadual em Natal. Esse trabalho, que se fazia em condições de intensa repressão patronal, obrigou muitos dos militantes - envolvidos na organização do sindicato e do partido na área - a optarem pela clandestinidade. Como o PCB havia estendido esse trabalho para a Várzea do Açú (região que abastecia as salinas de mão-de-obra sazonal), fundando um sindicato rural e núcleos partidários, esperava-se que daí viesse o apoio de massa para a luta armada do grupo colocado na ilegalidade. Mas o fator determinante para que o grupo desencadeasse efetivamente ações de luta armada era a perspectiva de revolução nacional conduzida pelo partido e pela ANL, que, como se sabe, era colocada concretamente pela direção nacional do PCB como iminente.

Quanto a isto, o partido, na região de Mossoró, não tinha dúvidas: a luta armada, a insurreição com o apoio das massas das cidades e do campo, estava prestes a ocorrer. O que se discutia era a oportunidade de iniciá-la na região: para a direção local do partido e a maioria dos militantes, simpatizantes e aliados (inclusive cafeístas que participavam das reuniões em que a questão era discutida), dever-se-ia esperar a insurreição nacional, para secundá-la; para os clandestinos ela deveria ser iniciada imediatamente, e foi o que fizeram, mesmo contra a decisão da maioria<sup>(156)</sup>. FERREIRA ressalta que a guerrilha teve desde o início um caráter defensivo, visando manter o grupo clandestino, até que a revolução fosse desencadeada nacionalmente e no Estado<sup>(157)</sup>.

Isso demonstra que, apesar da relativa mobilização dos trabalhadores nas salinas e em outros setores, a guerrilha obedeceu muito mais a uma radicalização relativamente unilate

ral do grupo partidário e, em especial, daqueles colocados na clandestinidade, que refletiam assim as avaliações subjetivistas da direção nacional do PCB<sup>(158)</sup>.

Toda esta movimentação demonstra que, por trás das acirradas lutas que se travavam entre as facções oligárquicas, havia um pano de fundo que representava concretamente uma ameaça às classes dominantes, que servia de pretexto para que aquelas facções se acusassem reciprocamente de conivência com o "extremismo" e ao mesmo tempo justificassem medidas de repressão cada vez mais radicais.

### 3.2.5 - A luta nos bastidores

O Interventor Mário Câmara viajou ao Rio de Janeiro no dia 6 de julho de 1935 para tratar oficialmente da questão do sal junto ao Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), pois a recente alta de preços havia determinado um movimento do comércio importador do Sul do país, exigindo do governo a liberação da tarifa para a entrada do sal estrangeiro<sup>(159)</sup>. Reservadamente, porém, Câmara entregou-se a intensas articulações visando reverter os resultados desfavoráveis para a Aliança Social junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Boatos circulavam impunemente, numa prova de que a situação continuava bastante confusa e sem aparentes possibilidades de um desfecho imediato. Com efeito, a guerra de bastidores era árdua e ambas as facções procuravam lançar mão de apoios que pudessem influir nos resultados.

Algumas versões davam conta de que o Interventor tentava obter uma vaga de Ministro no Tribunal de Contas da União,

admitindo, portanto, sua derrota; outras versões, porém, falavam em intervenção federal, caso se configurasse a derrota do situacionismo. Havia, ainda, a informação de que o Interventor e o Desembargador Elviro Carrilho (novo candidato governamental da Aliança Social) faziam contactos no Superior Tribunal Eleitoral, na esperança de que algumas questões pendentes mudassem o resultado final<sup>(160)</sup>.

Enquanto isto, o governo federal determinava, pelo Decreto nº 229, de 11 de julho de 1935, o fechamento por seis meses das sedes da Aliança Nacional Libertadora (ANL), na capital do país e nos Estados, com base na Lei de Segurança Nacional aprovada em abril, justificando que a ANL vinha desenvolvendo "actividade subversiva da ordem política e social"<sup>(161)</sup>. A Minoria parlamentar no Congresso esboçou uma tímida reação, enviando ao governo um requerimento de informações, que Roselli prudentemente não assinou. A atitude da Minoria levou os setores mais à direita a acusá-la de "extremismo", ao que ela se apressou em responder, em manifesto à nação, justificando-se<sup>(162)</sup>. A postura de Roselli, não assinando o requerimento de informações, tinha algo a ver com a situação no Estado - onde a ANL se posicionava em apoio às greves e aos insurretos do Açu e Mossoró - e já prenunciava o distanciamento do Partido Popular em relação a oposição parlamentar, reaproximando-se de Vargas à medida em que a vitória no TSE se configurava.

O Interventor, por sua vez, continuou aparentando prestígio nos círculos da política federal, como numa advertência aos adversários. A demonstração de que esse apoio era real e de que traduzia o empenho de Vargas em prestigiar o seu delegado transpareceu em telegrama do Ministro da Guerra ao Coman

dante do 21º Batalhão de Caçadores, ordenando que este prestasse todo o apoio moral e material ao governo estadual na manutenção da ordem pública. Diante da manifestação anterior do Comandante da 7a. Região Militar ostensivamente hostil ao Interventor, isto reafirmava o desejo do Presidente em dar todas as condições para que Câmara pudesse assegurar o poder para sua facção<sup>(163)</sup>.

Em nota posterior, A República deu conta de que, ante as notícias de preparação de um movimento sedicioso, o governo do Estado estava "devidamente aparelhado, já com elementos próprios, já com a cooperação da força federal, para manter a ordem em qualquer emergência ..." (164). Por outro lado, publicamente o Interventor evitava os temas políticos, abordando apenas as questões econômicas e administrativas, e o jornal A República referia-se à prosperidade econômica do Estado como fruto da orientação política do governo estadual<sup>(165)</sup>.

Em fins de 1935 o Rio Grande do Norte e o Rio de Janeiro eram os únicos Estados onde o processo de constitucionalização não havia sido concluído. Por isso, em ambos os Estados, a disputa pela definição do governador constitucional envolvia facções políticas nacionais que procuravam conquistar posições para influir na sucessão presidencial de 1938. Era este o objetivo da movimentação de Flores da Cunha em todo o país, segundo aponta BRANDI, que também se refere a irritação com que Vargas reagia<sup>(166)</sup>.

Vargas promoveu articulações através do Ministro da Justiça (Vicente Rão) visando neutralizar as posições de Flores da Cunha, apoiando-se para isso no forte situacionismo de

São Paulo e de outros Estados, tentando mais uma vez retomar a sempre frustrada proposta de um partido nacional. Antunes Maciel, ex-Ministro da Justiça, político gaúcho intimamente ligado a Flores, advertiu este último quanto aos objetivos da manobra de Rão, que visava enfraquecer o Rio Grande do Sul, isolando-o das correntes oposicionistas nos outros Estados (São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará e outros) que estavam solidárias à sua corrente, obrigando-o, assim, a conviver, no seio do novo partido nacional, com forças hostis, como o situacionismo paulista<sup>(167)</sup>.

Ao contrário do que afirma LEVINE<sup>(168)</sup>, Flores da Cunha também interferiu no "caso" do Rio Grande do Norte, através de Antunes Maciel; este, mantinha entendimentos com Lamar-tine e José Augusto (dos quais era amigo) e se comprometia a interceder junto aos Ministros do Tribunal Superior Eleitoral. Em contrapartida, os dois políticos potiguares, juntamente com Rafael Fernandes, garantiram a Maciel o apoio de sua corrente às articulações políticas de Flores.

Vargas e Vicente Rão trabalhavam por Mário Câmara: Rão, ao que parece, através do Procurador junto ao TSE, Armando Prado, cujos pareceres eram sistematicamente contrários ao Partido Popular; Vargas, através de Armando de Alencar, ao incumbi-lo de fazer o trabalho de convencimento junto aos juizes do TSE, alertando-os quanto aos riscos de uma vitória da oposição norte-rio-grandense. Segundo Alencar "o facciosismo dos elementos que dirigem a oposição no Rio Grande do Norte seria no governo desse Estado, prejudicial à tranquilidade do Paiz..."<sup>(169)</sup>. A interferência de Armando de Alencar chegou ao ponto de, nas etapas finais do julgamento, sugerir a um dos

juizes (Linhares) que pedisse vistas ao parecer do relator Collares Moreira, o qual, no geral era favorável às razões apresentadas pelo Partido Popular<sup>(170)</sup>.

Antunes Maciel não deixou por menos, atuando assiduamente junto aos juizes. Em certo momento, Juvenal Lamartine pediu-lhe para entender-se diretamente com o Ministro Plínio Casado acerca das razões apresentadas pelo Partido Popular<sup>(171)</sup>.

Em meados de setembro de 1935 a apuração dos mapas de votação estava praticamente concluída, definindo a vitória do Partido Popular que elegeu 14 deputados contra 11 da Aliança Social. Esta recorreu, pedindo a recontagem dos mapas de apuração. Armando de Alencar informou a Vargas que não estava perdida a causa, pois, recontados os votos em confronto com a Ata Geral, a Aliança teria mais 400 ou 500, aumentando sua bancada para 12 deputados, contra 13 do adversário. Esta diferença, segundo Alencar, seria puramente nominal, já que se conseguiria o voto decisivo<sup>(172)</sup>.

No entanto, a tentativa mais ousada no sentido de reverter os resultados das eleições potiguares partiu de Carlos Lima Cavalcanti, em contacto com Agamenon Magalhães, Ministro do Trabalho de Vargas. O plano consistia em afastar imediatamente o Comandante do 21º Batalhão de Caçadores, Coronel Brasil, considerado partidário de José Augusto, transferir o seu eventual substituto, Capitão Liberato Barroso, para o 23º Batalhão de Caçadores e classificar o Capitão Aluísio Moura, Comandante da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, no 21º Batalhão de Caçadores, passando este último a comandá-lo. Mesmo que o ex-Interventor Aluísio Moura não assumisse o comando do 21º Ba

talhão de Caçadores, o mais importante era que o coronel "per\_rê" (173) fosse afastado. Segundo Lima Cavalcanti havia "dois deputados do Partido Popular que com um pequeno aperto entrega\_ rão os pontos". O importante era impedir que os deputados rece\_ bessem asilo no quartel do 21º Batalhão de Caçadores, onde fi\_ cariam imunes às pressões da Interventoria. Para isso seria apenas necessário que o Ministro da Guerra instruisse o Gene\_ ral Rabello, Comandante da Região Militar<sup>(174)</sup>, a fazer as mu\_ danças pretendidas.

Este plano apenas em parte foi realizado, com o afa\_ tamento do Coronel Brasil e a passagem do comando do Batalhão ao Capitão Liberato Barroso. A direção do Partido Popular, en\_ tretanto, asilou, na Paraíba, toda a bancada de deputados elei\_ tos (com exceção do "coronel" Felismino Dantas, enfermo) e pro\_ videnciou procurações para os suplentes, prevenindo-se ante ameaças de suborno, prisão ou seqüestro.

A bancada federal do Partido Popular, em audiência com o General João Gomes, Ministro da Guerra, assegurou que o Capitão Aluísio Moura não comandaria o 21º BC e, ao mesmo tem\_ po, obteve o compromisso de que todas as garantias requisita\_ das pelo Tribunal seriam dadas, inclusive com a ida do General Rabello a Natal para acompanhar a instalação da Constituinte Estadual e a execução de suas decisões<sup>(175)</sup>.

### 3.2.6 - O Partido Popular no poder

A 16 de outubro de 1935 o Ministro Hermenegildo Bar\_ ros, Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, autorizou o Tribunal Regional Eleitoral a fazer a convocação e instalação

da Constituinte Estadual. O TSE concedeu "habeas corpus" a to dos os deputados do Partido Popular e garantia de tropa fe deral desde a Paraíba, onde estavam asilados, "até integral exercício mandato" (176).

Mário Câmara entregou o cargo de Interventor ao Capi tão Liberato Barroso no dia 27 de outubro. A 29 de outubro de 1935 a Assembléia Constituinte Estadual foi instalada, elegeu seu Presidente, Monsenhor Matha; o Governador, Rafael Fernan des, e os Senadores federais, Eloy de Souza e Joaquim Ignácio de Carvalho Filho. Rafael Fernandes tomou posse no mesmo dia juntamente com o secretariado (177).

O ambiente continuou extremamente tenso. Rafael Per nandes fez reverter ao serviço ativo vários oficiais da polí cia militar reformados administrativamente durante o período interventorial. Em nota oficial publicada em A República, o Go vernador enfatizou a necessidade de manter a ordem e "pacifi car" o Estado, e pediu aos amigos que guardassem respeito ao adversário (178).

No entanto, logo após a posse, o "coronel" Baltazar Meireles promoveu um levante no interior do Estado, à frente de um numeroso grupo de homens armados, tomando várias cida des. Fernandes cogitou pedir intervenção federal, mas foi demo vido por Dinarte Mariz, que mobilizou seus homens e pediu auxí lio ao Governador da Paraíba, Argemiro Figueiredo, sufocando o levante com a ajuda das polícias daquele Estado e a do Cear rá (179).

O levante de Baltazar Meireles era parte de uma ar ticulação mais ampla arquitetada pelos partidários da Aliança

Social que contariam para isso com decisivo apoio federal. Este foi retirado à última hora, o que talvez tenha motivado as de clarações de Mário Câmara, após entregar o cargo, de que havia sido traído por Vargas. Não teria havido tempo, por isso, de sustar o levante no interior<sup>(180)</sup>.

É provável que Vargas tenha levado em conta, ao reti rar seu apoio a um golpe contra Rafael Fernandes, a falta de respaldo militar de Mário Câmara. O Comandante da 7a. Região Mi litar, General Manoel Rabello, nunca escondera sua hostilidade a Câmara. A oficialidade e o comando do 21º BC sistematicamen te tomavam posição ao lado do Partido Popular, o que motivava constantes substituições de comando e transferências de ofi ciais. Parece que a oficialidade, extremamente ciosa do seu pa pel na defesa da "ordem" e sensível aos apelos contra o "extre mismo", dava algum crédito às alegações do Partido Popular no sentido de que Mário Câmara mantinha uma atitude excepcional mente tolerante em relação ao Partido Comunista. Esta suposi ção é inclusive levantada por LEVINE<sup>(181)</sup>. Provavelmente não seriam estranhas a estas especulações as atividades de militan tes cafeístas no meio sindical; em alguns casos (região sali neira) em estreita colaboração com os comunistas, não obstante suas diferenças ideológicas, como atesta a análise de FERREIRA, apontando a colaboração das duas correntes na organização do Sindicato dos Salineiros em Mossoró e, inclusive, a partici pação de cafeístas em reuniões em que se discutiam as possibi lidades de luta armada<sup>(182)</sup>.

No início de novembro os ferroviários da Great Western paralisaram o tráfego de trens, numa greve de âmbito regional; a greve foi salarial e os ferroviários obtiveram um aumento de

30%. Segundo o documento do PCB publicado em CARONE, esta greve "forneceu o impulso decisivo para a insurreição". Os soldados teriam se recusado a atirar nos trabalhadores<sup>(183)</sup>. Não acreditamos que a greve dos ferroviários tenha sido "decisiva", no caso de Natal, para o desencadeamento da insurreição comunista, embora fizesse parte de um quadro geral de insatisfação popular com a situação política e econômica.

A 20 de novembro, Rafael Fernandes extinguiu a Guarda Civil (criada por Café Filho), provocando um clima de revolta entre os seus integrantes. O comando do 21º BC fora novamente substituído, e o novo comandante, Coronel Otaviano Pinto Soares, abriu inquêrito para apurar atos de indisciplina entre os soldados, anunciando severas punições, contribuindo, aí também, para gerar um clima de descontentamento<sup>(184)</sup>.

O levante comunista eclodiu no dia 23 de novembro de 1935, aparentemente por precipitação da célula militar do partido no 21º BC, que havia sido recentemente constituída e contava com soldados, cabos e sargentos<sup>(185)</sup>.

Os rebeldes dominaram rapidamente o quartel do 21º Batalhão de Caçadores do Exército e, em seguida, tomaram a Casa de Detenção e o Esquadrão de Cavalaria; mas no quartel da Polícia Militar enfrentaram uma resistência que durou 19 horas. O Chefe de Polícia foi preso, mas o Governador, o Prefeito e outras autoridades conseguiram se refugiar.

Instalou-se um Governo Popular Revolucionário, presidido pelo mestre-de-obras João Lopes (que usava o codinome Santa), enviado do Comitê Central do PCB para assessorar a direção estadual do partido. Eram também membros deste governo: o

Sargento Quintino Clementino de Barros (Secretário de Defesa); o ex-Diretor da Casa de Detenção, Lauro Lago (Secretário do Interior e Justiça); o Tesoureiro dos Correios, José Macedo (Secretário de Finanças); o advogado João Galvão (Secretário de Viação) e o sapateiro José Praxedes (Secretário de Aproveitamento). O Governo Popular Revolucionário, que durou o curto período de três dias, baixou decretos destituindo o Governador Rafael Fernandes, dissolvendo a Assembléia Constituinte Estadual, instituindo a reforma agrária e reduzindo os preços das passagens de bondes. Requisitou todo o dinheiro encontrado nas Agências do Banco do Brasil e Banco do Rio Grande do Norte, gêneros alimentícios ao comércio (distribuídos com a população) e automóveis e caminhões particulares para a movimentação das tropas revolucionárias. Foi editado um jornal, A Liberdade, que circulou no dia em que o movimento foi derrotado, e providenciou-se o envio de três colunas para o interior com o objetivo de ocupar todo o Estado e estabelecer contactos com os rebeldes de Estados vizinhos<sup>(186)</sup>.

O levante de Natal, embora fosse parte de um plano de âmbito nacional, constituiu uma precipitação. Discute-se muito se houve provocação policial ou se esta precipitação obedeceu a fatores locais. O fato é que tanto a direção nacional quanto a própria direção estadual do PCB foram apanhadas de surpresa. Nada melhor que o depoimento de Prestes para confirmar este dado: "o que aconteceu em Natal fugiu ao nosso controle", declarou<sup>(187)</sup>. Praxedes, um dos dirigentes do PCB em Natal e integrante do Governo Popular Revolucionário, contou que o Cabo Giocondo Dias (membro da célula do partido no 21º BC) comunicou-lhe a decisão de iniciar o movimento como fato consuma

do, face à inquietação que reinava no quartel, em virtude da expulsão de cabos e soldados; nestas circunstâncias, coube ao PCB assumir o movimento para não ser ultrapassado pelos fatos (188).

É corrente a versão de que muitas pessoas participaram da insurreição pensando tratar-se de um movimento com o objetivo de repor Mário Câmara no poder. O levante abortado do "coronel" Baltazar Meireles era bem recente; no embarque de Mário Câmara para o Rio de Janeiro, houve uma troca de tiros entre guardas-civis da comitiva do ex-Interventor e elementos postos no Café Cova da Onça, tradicional reduto populista. O Estado estava, portanto, convulsionado pelas recentes lutas entre maristas e cafeístas, de um lado, e populistas, de outro, e essas lutas entre facções se combinaram com a inquietação militar e a insatisfação popular contra o governo Vargas para produzir o clima favorável a uma rebelião.

O governo de Rafael Fernandes foi repostado pela ação conjugada do "coronel" Dinarte Mariz (que mobilizou jagunços no Seridó) com o auxílio do Governador paraibano Argemiro de Figueiredo, que enviou forças de sua polícia militar (189).

Em Recife e no Rio de Janeiro, onde ocorreram levantes semelhantes com poucos dias de diferença, as forças governamentais conseguiram debelá-los no nascedouro.

A insurreição comunista e sua derrota mudou a qualidade do relacionamento entre o governo estadual e o federal; os adversários de Rafael Fernandes passavam a ser adversários do próprio regime; seu governo que começara fraco e hesitante se fortalecia com a execução das medidas de repressão ao movi

mento comunista. Criou-se o ambiente propício a uma ampla operação que objetivou liquidar toda e qualquer forma de oposição, apoiada nos instrumentos excepcionais que a decretação do Estado de Sítio (posterior aos levantes de Natal, Recife e Rio de Janeiro) facultava ao governo.

Dessa forma, o Partido Popular, que ascendera ao poder estadual em condições adversas, e corraera os riscos de uma intervenção federal, tinha agora a oportunidade de se associar ao governo central na condição de aliado e contar com o apoio deste para executar a tarefa de liquidar a sua oposição interna. O cafeísmo passou a ser imediatamente identificado com o "extremismo" de novembro de 1935.

Em nome da necessidade de "fortalecer a autoridade", o Partido Popular, no Congresso, dispôs-se a prestar a Vargas todo o apoio que se exigisse para conferir ao governo federal poderes de exceção, reconhecendo que estes também eram necessários ao governo estadual para consolidar suas posições<sup>(190)</sup>.

### 3.3 - Epílogo

De 1935 a 1937 o Partido Popular se consolidou no poder. A oposição ao governo passou a ser crime contra a segurança nacional; maristas, cafeístas, comunistas (e simpatizantes) eram perseguidos sistematicamente. Para dar um exemplo, o levante de Baltazar Meireles foi transformado numa ação "comunista", julgada pelo Tribunal de Segurança Nacional. O "coronel" Joaquim Saldanha foi desarmado pelo Chefe de Polícia, a quem entregou uma metralhadora, 30 fuzis e 2.300 cartuchos. Os sindicatos de trabalhadores da região salineira foram desbara

tados pela ação repressora do governo.

Mas, logo cedo, também começaram a surgir divisões no interior da facção no poder que se manifestaram desde o início, quando da composição do secretariado do novo governo (alguns deputados estaduais ameaçaram passar à oposição) e iriam se aprofundar mais tarde. FURTADO comenta: "A ala mais radical desse partido, liderada por Bruno Pereira que empolgou a Procuradoria Geral, em breve começou a ser desprestigiada pelo governador, certamente enfarado de acobertar perseguições que se iam desmascarando em prejuízo do próprio governo" (191).

Com a proximidade das eleições presidenciais de 1938, as divergências assumiram caráter mais sério: enquanto Fernandes e José Augusto apoiavam o candidato "oficial" José Américo de Almeida, Lamartine apoiava o Governador de São Paulo, Armando de Salles Oliveira.

O golpe de 1937 e a instituição do Estado Novo deixaram evidente a marginalização de grande parte da elite política que conduziu o Partido Popular. José Augusto, Lamartine e Dinarte Mariz foram preteridos. Este último comentou em tom de queixa a atitude do Governador quando do golpe de 10 de novembro de 1937: sabendo da iminência do fato por notícias transmitidas do Rio de Janeiro por José Augusto, procurou Rafael Fernandes com o objetivo de checá-lo, mas este fechou-se em copas e despistou.

Com o Estado Novo, Rafael Fernandes passou a governar sem interferências partidárias; como Interventor dependia apenas de Vargas. O novo regime desenvolveu os mecanismos de centralização política e administrativa a um nível sem prece

dentes e continuou a "modernização" do aparelho de Estado. Nas unidades ~~federadas~~ foram criados Departamentos Administrativos que controlavam as atividades dos Interventores.

A nível estadual criaram-se o Departamento das Muni cipalidades, o Código de Contabilidade dos Municípios, o Serviço de Radio na Força Pública Militar, o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) e o Serviço Estadual de Reedu cação e Assistência Social<sup>(192)</sup>.

Durante a II Guerra Mundial, Natal, em virtude de sua posição estratégica, foi praticamente ocupada por tropas do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e por forças norte-ame<sup>ri</sup> canas que utilizavam a Base Aérea de Parnamirim (a 15 km da capital) para atingir a África e a Europa. Entre 1943 e 1945, cerca de dez mil soldados norte-americanos estavam em Natal (afora os soldados brasileiros)-uma cidade que pelo censo de 1940 tinha uma população de aproximadamente 53.000 habitantes.

A Guerra trouxe algumas mudanças para a economia do Rio Grande do Norte. A presença de tropas nacionais e estran geiras favoreceu um surto de especulação imobiliária e de no vas atividades comerciais e de serviços que originaram fortu nas rápidas e mudaram a fisionomia da capital. Novos produtos vieram agregar-se à tradicional pauta de exportações do Esta do, como a "scheelita", a tantalita (minerais oriundos da re gião do Seridó), e o sisal (uma fibra utilizada na indústria têxtil); outros produtos, como a cera de carnaúba, o sal, ges so, couros e peles, tiveram aumentada a sua participação rela tiva. De um modo geral, houve uma elevação dos preços das ma térias-primas no mercado mundial, o que beneficiou sobretudo o algodão, os mimerais e a cera de carnaúba; com isto deu-se um

grande aumento do fluxo de renda na economia estadual e das receitas fiscais e uma maior diversificação das atividades econômicas (193) .

A transformação de Natal em base militar favoreceu o clima para que se desenvolvesse uma conspiração militar contra o governo civil de Rafael Fernandes. O seu principal mentor era o General Gustavo Cordeiro de Farias, Comandante das forças brasileiras sediadas em Natal e eventual beneficiário de uma mudança na Interventoria. Vargas acabou cedendo às pressões militares para retirar Rafael Fernandes (a 3 de julho de 1943), mas frustrou em parte a conspiração, quando nomeou para substituí-lo o General Antônio Fernandes Dantas, alegando que se tratava de um norte-rio-grandense (que coincidentemente havia sido o Comandante da Polícia Militar estadual no governo Juvenal Lamartine) (194) .

NOTAS E REFERÊNCIAS

- (1) LEVINE, Robert M. O regime de Vargas, 1934-1938, p. 77.
- (2) SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964), p. 85.
- (3) ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil, p. 126-9.
- (4) SOUZA, M.do C.C. de. Op. cit., p.81.
- (5) Id. ibid. cap.4, p. 103-4.
- (6) BRANDI, Paulo. Vargas: da vida para a história, p.76.
- (7) Id. ibid. p. 86.
- (8) Vid. cap. 1 deste trabalho.
- (9) Cf. depoimento de GUERRA, Otto. Entrevista ao autor. Natal, 23 nov. 1983. O entrevistado foi Chefe de Gabinete do Interventor.
- (10) CÂMARA, Mário. Carta a Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, GV 33.08.06/1 (FGV/CPDOC).
- (11) BARBOSA, Edgar. História de uma campanha, p. 22.
- (12) Id. ibid., p. 21.
- (13) AUGUSTO, José. Carta a Monsenhor Matha. Arquivo Mons. João da Matha. JMP. 33.08.23 (PUC-SP/NPDH).
- (14) POLÍTICA do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 25 abr. 1934. Carta de Paulo Câmara, irmão de Mário Câmara, publicada no Correio da Manhã, 20 abr. 1934.
- (15) BARBOSA, E. Op.cit., p. 22 e 24.
- (16) DEPARTAMENTO de Segurança Pública. Nota Oficial. A República, Natal, 19 dez. 1933.  
Ibid. A República, Natal, 30 jan. 1934.  
Ibid. A República, Natal, 01 abr. 1934.  
NA 6ª última, o Delegado Auxiliar ... A República, Natal, 10 abr. 1934.
- (17) ROSELLI, Alberto. Carta a José Augusto. Arquivo Mons. João da Matha. JMP. 34.02.07 (PUC-SP/NPDH).
- (18) A imprensa e o Governo do Rio Grande do Norte (uma nota do Deputado Kerginaldo Cavalcanti). Publicada no Diário Carioca, s.d. Arquivo Monsenhor João da Matha. JMP s/ref.
- (19) EM RESPOSTA a um pedido... A República, Natal, 12 abr.1934.
- (20) UMA CARTA do Interventor do Rio Grande do Norte à A.B.I. A República, Natal, 25 abr. 1934.
- (21) BRANDI, P. Op. cit., p. 80.
- (22) DISCURSO do Sr. Interventor Mário Câmara. A República, Natal, 14 set. 1933.
- (23) A EXCURSÃO presidencial no Rio Grande do Norte. A República, Natal, 15 set. 1933.
- (24) AUGUSTO, José. Carta a Monsenhor Matha. Arquivo Mons. João da Matha. JMP. 33.08.23 (PUC-SP/NPDH).
- (25) Alguns dados deste quadro estão em LEVINE, R.M. Op.cit. p.75. No entanto, o autor aponta o primitivismo dos métodos de cultivo sem relacioná-lo à questão das relações de trabalho. Aqui, naturalmente, não desenvolvemos a questão, que nos levaria mui

to longe dos objetivos deste estudo. Os dados sobre causas de mortalidade estão em entrevista do Diretor de Saúde Pública intitulada A SAÚDE pública no Rio Grande do Norte. A República, Natal, 29 ago. 1933.

- (25) RIO GRANDE DO NORTE. Interventor (Mário Câmara). Exposição apresentada ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas, M.D. Presidente da República, pelo Interventor Federal no Rio Grande do Norte, Natal, Gabinete da Interventoria, 1935, p. 35.
- (26) Id. *ibid.*, *passim*.
- (27) A VIAGEM do Sr. Interventor Federal a Mossoró e Areia Branca. A República, Natal, 01 nov. 1933.
- (28) RIO GRANDE DO NORTE. Interventor (M.Câmara), *Op.cit.* p. 25.
- (29) Id. *ibid.*, p. 128-9.
- (30) SILVEIRA, Osman. Situação, capacidade e valor da indústria algodoeira potiguar. A República, Natal, 24 fev. 1935.
- (31) RIO GRANDE DO NORTE. Interventor (M.Câmara), *Op.cit.*, p. 16.
- (32) CONGRESSO Nacional Algodoeiro. A República, Natal, 05 jun.1935. p. 1 e 2.
- (33) RIO GRANDE DO NORTE. Interventor (Rafael Fernandes Gurjão). Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, 1938-1939. Natal, Imprensa Oficial, 1940, p. 43.
- (34) Id., *ibid.*, p. 41.
- (35) SILVEIRA, Osman. Comportamento da exportação algodoeira na safra de 1933/34 e 1º semestre da safra de 1934/35, pelo porto de Natal. A República, Natal, 20 jan. 1935, p. 1. Dá destaque à diversificação dos mercados de exportação do algodão potiguar na safra 1934/35 (além da Inglaterra, Alemanha, a França, a Bélgica, a Holanda).  
SILVA, Marconni G. da. et alii. A economia norte-rio-grandense e a crise de 29, p. 101-2.
- Destaca o papel do mercado externo na expansão da cotonicultura nordestina, na época, e a vinculação do algodão mocó potiguar com a indústria paulista de tecidos finos.
- (36) O MEMORÁVEL banquete das classes conservadoras ao Interventor Mário Câmara. A República, Natal, 17 nov. 1933.
- (37) BARBOSA, E. *Op.cit.*, p. 25.
- (38) Id. *ibid.* p. 24.
- (39) Id. *ibid.* p. 24-5.
- (40) AUGUSTO, J. Carta a Monsenhor Matha, Arquivo Mons. João da Matha. JMP 33.11.14 (PUC-SP/NPDH).
- (41) GOMES, Angela Maria de Castro et alii. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: FAUSTO, Boris, dir. História geral da civilização brasileira. t.3, v.3, 1981, p. 07-75.
- (42) Id. *ibid.*, p. 20.
- (43) Id. *ibid.*, p. 33.
- (44) *Loc. cit.*
- (45) ROSELLI, A. Carta a José Augusto. Arquivo Monsenhor João da Matha. JMP 34.01.17 (PUC-SP/NPDH).

- 46) GOMES, A.M. de C. Op.cit., p. 41-2.
- 47) ROSELLI, A. Carta a Monsenhor Matha. Arquivo Mons. João da Matha. JMP 34.01.18 (PUC-SP/NPDH).
- 48) Id. Carta a Monsenhor Matha. Arquivo Mons. João da Matha, JMP. 34.02.24 (PUC-SP/NPDH).
- 49) Id. Carta a José Augusto. Arquivo Mons. João da Matha. JMP. 34.03.16 (PUC-SP/NPDH).
- 50) Ata da 2a. reunião da Assembléia Deliberativa do Partido Popular do Rio Grande do Norte. Arquivo Mons. João da Matha. IMP. 34.01.11 (PUC-SP/NPDH). Os demais membros da Comissão eram: Dr. Pedro Amorim, Dr. Joaquim Ignácio, Dr. João Marcelino, Cel. João Câmara, Dr. Luís Antônio, Dr. Aldo Fernandes, Dr. Bruno Pereira, Dr. Gentil Ferreira e Dinarte Mariz.
- 51) INTERVENTORIA norte-rio-grandense. A República, Natal, 13 jan. 1934.
- 52) INTERVENTORIA potiguar. A República, Natal, 16 jan. 1934.
- 53) ROSELLI, A. Carta a Monsenhor Matha. Arquivo Mons. João da Matha, JMP 34.01.18 (PUC-SP/NPDH).
- 54) Id. Carta a Monsenhor Matha. Arquivo Mons. João da Matha. JMP. 34.01.27 (PUC-SP/NPDH).
- 55) A candidatura Gões é lançada tanto pelo Clube 3 de Outubro como pelo Partido Republicano Mineiro - PRM, este, numa tentativa de criar um impasse e impor um "tertius". Ao mesmo tempo, desenvolvem-se articulações para um golpe que colocaria Gões à testa do governo. Vargas, bem informado, coloca oficiais fiéis em comando estratégicos, articula apoio político e desestabiliza o golpe. V. CARONE, Edgard. República Nova (1930-1937), p.321-5; GOMES, A.M. de C. Op.cit., p. 52-6.
- 56) Anotações do Ministro Oswaldo Aranha. Arquivo Oswaldo Aranha.OA 34.04.00/1 (FGV/CPDOC).
- 57) BARBOSA, E. Op.cit. p. 31-2.
- 58) ROSELLI, A. Carta a Monsenhor Matha. Arquivo Mons. João da Matha. JMP 34.04.28 (PUC-SP/NPDH).  
Juarez "fez excelentes referências a José Augusto, com as mais expressivas demonstrações de gratidão".
- 59) Cf. ANTUNES, R. Op.cit., p. 117-29.
- 60) GREVE dos padeiros. A República, Natal, 01 maio 1934.  
GREVE dos operários. A República, Natal, 08 maio 1934.  
Naturalmente, não dispomos de um registro rigoroso dos movimentos grevistas do período a nível estadual, limitando-nos as fontes disponíveis.
- 61) BARBOSA, E. Op. cit. p. 33.
- 62) Id. ibid., p.37.
- 63) Id. ibid. p. 32-8. A carta é assinada apenas por Roselli e Ferreira de Souza e datada de 21 de abril de 1934.
- 64) Id. ibid. p. 33-5. A íntegra do pronunciamento de vários diretores municipais está às p. 32-47.
- 65) ROSELLI, A. & SOUZA, José Ferreira de. Carta a Monsenhor Matha. Arquivo Mons. João da Matha. JMP. 34.05.02 (PUC-SP/NPDH).  
Id. Carta a Monsenhor Matha. Arquivo Mons. João da Matha. JMP 34.05.05 (PUC-SP/NPDH).

- (66) BARBOSA, E. Op.cit. p. 40-4.  
O DEPARTAMENTO de Segurança Pública... A República, Natal, 08 maio de 1934.  
O ASSASSINATO do Cel. Francisco Pinto. A República, Natal, 13 maio 1934.  
NOTAS de Palácio. A República, Natal, 09 jun. 1934.
- (67) ROSELLI, A. Carta a Monsenhor Matha. Arquivo Mons. João da Matha. JMP 34.05.28 (PUC-SP/NPDH).
- (68) CÂMARA, M. Carta a Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas. GV 34.05.10 (FGV/CPDOC).
- (69) TÁVORA, Juarez. Carta a Mário Câmara. Arquivo Getúlio Vargas. GV 34.06.01 (FGV/CPDOC).
- (70) ROSELLI, A. Carta a Monsenhor Matha. Arquivo Mons. João da Matha. JMP 34.06.02 (PUC-SP/NPDH).
- (71) MACIEL, Antunes. Telegrama aos interventores (Pará, Piauí; Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás e Santa Catarina). Arquivo Antunes Maciel. AM 34.05.28/7 (FGV/CPDOC).
- (72) ROSELLI, A. Carta a Monsenhor Matha. Arquivo Mons. João da Matha. JMP 34.06.04 (PUC-SP/NPDH).
- (73) RIO GRANDE DO NORTE. Leis, decretos, etc. Decreto nº 656. A República, Natal, 05 jul. 1934.
- (74) BARBOSA, E. Op. cit. p. 47-8.
- (75) Segundo a versão do partido, Vêras desejava enfeixar a liderança que na opinião de José Augusto deveria caber a Roselli, "pois ser o mais velho e o mais sereno".
- (76) CÂMARA, M. Carta a Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, s./ref (FGV/CPDOC).
- (77) BARBOSA, E. Op.cit. p. 51-3.
- (78) O NOVO rumo. Correio do Povo, Mossorô, 10 jun. 1934.  
AÇÃO Social Nacionalista. Correio do Povo, Mossorô, 10 jun. 1934.  
BRADO de alerta. Correio do Povo, Mossorô, 10 jun. 1934.  
BLOCK - Note. Correio do Povo, Mossorô, 17 jun. 1934.  
ATITUDE injustificável. Correio do Povo, Mossorô, 17 jun. 1934.  
BOLETIM n.6 e n.7 do PSN de Mossorô. Correio do Povo, Mossorô, 24 jun. 1934.  
O CLERO político e a política reacionária. Correio do Povo, Mossorô, 01 jul. 1934.
- (79) ROSELLI, A. Carta a Monsenhor Matha. Arquivo Mons. João da Matha. JMP 34.08.06 (PUC-SP/NPDH).
- (80) Cartas de Roselli a Monsenhor Matha. JMP. 34.07.27; 34.07.30; 34.08.01; 34.08.03; 34.08.04. O município de Baixa-Verde, atual município de João Câmara.
- (81) BARBOSA, E. Op.cit. p.54-5.
- (82) PARTIDO Social Democrático. A República, Natal, 27 jul. 1934.
- (83) ESTATUTOS do Partido Social Democrático do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 02 ago. 1934.
- (84) CÂMARA, M. Carta a Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, GV 34.08.06 (FGV/CPDOC).

- (85) A versão do PP está em BARBOSA, E. Op.cit. p. 55-6. A outra versão encontra-se em FURTADO, J.M. Vertentes, p.99. Otto Guerra, Joanal Dois Pontos, 23-29 mar. 1984, reforça a segunda versão. V. também telegrama de Parelhas, JMP 34.08.14. O prefeito Ageu de Castro realmente trouxera homens da Paraíba e os armara. Pe sava contra o prefeito a acusação, comprovada, de ter respondido a vários processos criminais.
- (86) INTERVENTORIA Federal. Nota Oficial. A República, Natal, 18 ago. 1934.  
BARBOSA, E. Op.cit. p. 59-62.
- (87) OTTO Guerra defende Mário Câmara. Dois Pontos, Natal, 23-29 mar. 1984.
- (88) INTERVENTORIA ... A República, Natal, 18 ago. 1934.
- (89) A SITUAÇÃO do Estado. A República, Natal, 19 ago. 1934.
- (90) BARBOSA, E. Op.cit. p. 65 e 70.
- (91) A SITUAÇÃO no Rio Grande do Norte. A República, Natal, 18 set. 1934. p. 1.
- (92) Arquivo Monsenhor João da Matha. JMP. s.d.
- (93) BARBOSA, E. Op.cit. p. 72-3.
- (94) Id. ibid. p. 58 e 64-5.
- (95) Id. ibid. p. 71-2.
- (96) Para deputados estaduais: "Major" Agenor Lima, Dr. Aldo Fernandes, Dr. Dioclésio Duarte, Dr. Ezequiel Bezerra, Prof. Francisco Gonzaga Galvão, Dr. Francisco Severiano Sobrinho, "Coronel" Felinto Elísio, Capitão Glicério, "Coronel" João Câmara, Mons. João da Matha, Dr. João Marcelino, Dr. Júlio Régis, Dr. José Tavares, Dr. Jocelin Villar, "Coronel" José Mesquita, Dr. José Augusto Varella, Padre Luiz Motta, Senhorinha Maria do Céu Pereira, Dr. Mariano Coelho, "Major" Nominando Gomes, Dr. Paulo Viveiros, Dr. Pedro Amorim, Dr. Pedro Mattos e Dr. Renato Dantas.
- (97) MARIZ, Dinarte. Palestra. In: SEMINÁRIO SOBRE A VIDA E OBRA DE JOSÉ AUGUSTO, Natal, 22 set. 1980.
- (98) BARBOSA, E. Op.cit. p. 84.
- (99) A POLÍTICA do pacificador. Correio do Povo, Mossoró, 08 out. 1934.
- (100) BARBOSA, E. Op.cit. p.85-6.
- (101) Id. ibid. p. 89-97.
- (102) CHILCOTE, Ronald. H. O Partido Comunista Brasileiro, p. 76.
- (103) TRIBUNAL Regional de Justiça Eleitoral. A República, Natal, 10 out. 1934.
- (104) LEVINE, R.M. Op.cit., p. 51.
- (105) Loc. cit.
- (106) A AÇÃO Integralista no Rio G. do Norte. A República, Natal, 16 jul. 1934, p. 4.
- (107) PLÍNIO Salgado. A República, Natal, 18 ag. 1934, p. 1 e 4.  
GUSTAVO Barroso. A República, Natal, 12 jan. 1934, p. 2.
- (108) SOB os melhores prenúncios, funda-se entre nós o primeiro Núcleo da Ação Integralista Brasileira. A República, Natal, 18 jul. 1933, p. 1.

- (109) CORTEZ, Luiz Gonzaga. Pequena história do integralismo no RN, p. 17.
- (110) Id. *ibid.* p. 19.
- (111) Id. *ibid.* p. 20.
- (112) Id. *ibid.* p. 24.
- (113) Loc. cit.
- (114) Id. *ibid.* p. 44.
- (115) GOMES, A. M. de C. et alii. Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização. In: GOMES, A. M. de C., coord. Regionalismo e centralização política. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990, p. 285-98.
- (116) O acórdão é transcrito em BARBOSA, E. *Op.cit.* p. 140.
- (117) Id. *ibid.* p. 114-8.
- (118) Id. *ibid.* entre p. 88-9.
- (119) Id. *ibid.* p. 125-30.
- (120) Id. *ibid.* p. 144.
- (121) A ACTUALIDADE político-social do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 23 out. 1934. Quanto ao episódio de Santa Cruz lembre-se que os mesários e o Juiz eleitoral denunciaram a falta de garantias que impediu o funcionamento das secções eleitorais.
- (122) FERREIRA, Brasília Carlos. O sindicato do Garrancho, p.146-51.
- (123) CÂMARA, M. Carta a Getúlio Vargas (confidencial). Arquivo Getúlio Vargas. GV 34.10.17/1 (FGV/CPDOC), V. também GV 34.10.19/1. Câmara abriu crédito extraordinário de 150 contos e aumentou de 150 praças o efetivo policial-militar.
- (124) GRAVES ocorrências em Areia Branca. Correio do Povo, Mossoró, 21 out. 1934.  
AUTORIDADES, cuidado! Correio do Povo, Mossoró, 28 out. 1934.
- (125) BARBOSA, E. *Op.cit.* p. 102.
- (126) INTERVENTOR Mário Câmara no Rio de Janeiro. A República, Natal, 24 nov. 1931, p. 1.
- (127) CÂMARA, M. Carta a Paulo Câmara. Arquivo Getúlio Vargas. GV 34.12.15 (FGV/CPDOC).
- (128) TÁVORA, Juarez. Circular aos interventores Barata, Almeida, Lamdry, Carlos, Maynard, Juraci, Blay. Arquivo Getúlio Vargas, GV 34.11.30/2 (FGV/CPDOC). Note-se que a circular não foi dirigida a Mário Câmara; este recebeu cópia que alguém lhe enviou. Outra observação é que alguns dos destinatários seriam defenestrados por Vargas logo depois: Barata (Pará) e Maynard (Seripe), ambos "tenentes".
- (129) CÂMARA, M. Carta a Paulo Câmara. Arquivo Getúlio Vargas. GV 34.12.15 (FGV/CPDOC). João Alberto, ex-interventor em São Paulo logo após a revolução, "tenente", deputado dissidente do PSD pernambucano, assumia naquele momento postura de oposição a Vargas. Mais tarde seria Chefe de Polícia ao fim do Estado Novo.
- (130) PROJECTO de orçamento estadual para 1935. A República, Natal, 15 dez. 1934.
- (131) DEPARTAMENTO da Segurança Pública. Nota Oficial. A República, Natal, 20 dez. 1934.  
BARBOSA, E. *Op.cit.* p. 151-6.

- (132) O MOMENTO commercial do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 08 dez. 1934.  
A ELOQUÊNCIA dos algarismo em serviço da verdade. A República, Natal, 13 jan, 1935. Entre um e outro número é publicada uma série de reportagens.
- (133) FREIRE, Josué, major. O exército em face das luctas políticas, p.41-91.  
TRIBUNAL Regional de Justiça Eleitoral. A República, Natal, 26 jan. 1935.  
FOI denegado o Habeas Corpus do Partido Popular. A República, Natal, 30 jan. 1935.  
TRIBUNAL de Justiça Eleitoral. A República, Natal, 03 fev.1935.  
AUGUSTO, J. Carta a Monsenhor Matha. Arquivo Mons.João da Matha. JMP 35.02.06 (PUC-SP/NPDH).
- (134) MAIS uma 'boa' da Cia.Força e Luz. A República, Natal, 16 jan. 1935. Este artigo, anterior à decretação da greve, faz severas críticas à empresa.  
OS OPERÁRIOS da Força e Luz ameaçam grevar. A República, Natal, 12 fev. 1935.  
A GREVE dos operários da Força e Luz. A República, Natal, 13 fev. 1935.  
TERMINOU a greve da Força e Luz. A República, Natal, 21 fev. 1935.  
FREIRE, J. Op.cit. p. 131-48.  
OLIVEIRA FILHO, Moacyr de. Praxedes: um operário no poder. p. 45-7.
- (135) TELEGRAMAS (Declaração do Ministro da Justiça, Vicente Rão). A República, 21 fev. 1935.  
OS ACONTECIMENTOS do Rio Grande do Norte (Carta de Paulo e Aluísio Câmara, irmãos do Interventor, a diversos jornais do Rio). A República, Natal, 26 fev. 1935.  
JUSTIÇA para todos. A República, Natal, 03 mar. 1935.  
OS ACONTECIMENTOS no Rio Grande do Norte (Carta de Paulo Câmara ao Diário da Manhã). A República, Natal, 07 mar. 1935.  
BARBOSA, E. Op.cit. p. 165-7. Anteriormente, havia sido assassinado, no dia 13 de dezembro de 1934, em sua fazenda, Miguel Borges, por uma volante policial comandada pelo sargento Resende. No dia 16 de janeiro de 1935, o "coronel" Felismino Dantas, octogenário, candidato do Partido Popular a deputado estadual, Presidente da Assembléia e Governador Interino na República Velha, foi violentamente espancado em sua fazenda por uma escolta policial comandada pelo delegado de Jardim do Seridó. Escolhemos estes casos, como uma pequena amostra das violências que foram cometidas. Vide BARBOSA, E. Op.cit. p. 158-8 e 162-3.
- (136) Cf. declaração de GUERRA, Otto. Entrevista ao autor. Natal, 23 nov. 1983.
- (137) TRIBUNAL Regional de Justiça Eleitoral. A República, Natal, 03 abr. 1935. Sem prejuízo dos recursos interpostos junto ao TSE, os deputados federais foram imediatamente empossados. A Constituinte Estadual, no entanto, só se reuniria após a apuração final, em outubro.  
ROSELLI, A. Carta a Monsenhor Matha. Arquivo Mons.João da Matha. JMP 18.04.35 (PUC-SP/NPDH).
- (138) ESCLARECENDO. A República, Natal, 09 abr. 1935.  
BARBOSA, Ed. Op.cit. p. 179-83.
- (139) ESCLARECENDO. A República, Natal, 09 abr. 1935.
- (140) FURTADO, João Maria. Vertentes, p. 108-10.

- (141) RABELLO, Manuel, General. Telegrama ao General Pantaleão Pessoa (reservado). Arquivo Luis Vergara. LV 35.03.09-A (FGV/CPDOC) Retransmitido ao Ministro da Guerra e ao Presidente.
- (142) VERGARA, Luis. Carta a Mário Câmara. Arquivo Luis Vergara. LV. 35.03.09 (FGV/CPDOC). Vergara faz outros comentários interessantes; refere-se à "furunculose conspiradora" e agitação nos meios militares e acrescenta: "O Góes agora vae começar a cortar na própria carne...". Pouco depois, Góes Monteiro seria derrubado do Ministério da Guerra.
- (143) ROSELLI, A. Carta a Monsenhor Matha. Arquivo Mons. João da Matha. JMP 35.03.09 (PUC-SP/NPDH).
- (144) RABELLO, M., general. Telegrama (ao Ministro da Guerra). Urgentíssimo e reservado. Arquivo Getúlio Vargas. CV 35.03.16 (FGV/CPDOC).
- (145) TELEGRAMAS. A República, Natal, 04 maio 1935.
- (146) CARONE, E. Op.cit. p. 331-5.  
Id. A Segunda República (1930-1937), p. 58-66 e 417-7.
- (147) UMA entrevista do deputado Kerginaldo Cavalcanti à imprensa de Recife. A República, Natal, 09 fev. 1935.
- (148) ROSELLI, A. Carta a Monsenhor Matha. Arquivo Mons. João da Matha. JMP 35.03.29 (PUC-SP/NPDH).
- (149) BARBOSA, E. Op.cit. p. 183-5.  
Arquivo Monsenhor João da Matha. JMP 35.05.31 (PUC-SP/NPDH).
- (150) A SUCESSÃO governamental do Estado. A República, Natal, 01 jun. 1935.  
BARBOSA, E. Op. cit. p. 186.
- (151) OS ACONTECIMENTOS de Assu e Mossoró. A República, Natal, 10 jul. 1935.  
AS OCORRÊNCIAS de Assu e Mossoró. A República, Natal, 11 jul. 1935.  
AINDA as ocorrências de Assu e Mossoró. A República, Natal, 13 jul. 1935.  
TERMINOU a greve da Estrada de Ferro de Mossoró. A República, Natal, 18 jul. 1935.  
BARBOSA, E. Op.cit. p. 189-90. O interventor interino, em telegrama ao Ministro da Guerra, dizia: "Posso afirmar V.Excia. que em ambas as localidades estão asseguradas a ordem pública, plenas garantias e restabelecidas tranquilidade geral sem mais consequências".
- (152) A GREVE dos 'chauffeurs'. A República, Natal, 31 maio 1984.
- (153) FERREIRA, B.C. Op.cit. p. 164-9.
- (154) OLIVEIRA FILHO, M. de. Op.cit. p. 46.
- (155) A REPÚBLICA. Natal, 01 jun. 1935. Notícia sobre reunião da ANL no teatro.  
COMUNICAÇÕES. A República, Natal, 19 jun. 1935.  
PRÓ-UNIDADE sindical do nordeste. A República, Natal, 22 jun. 1935.  
BARBOSA, E. Op.cit. p. 193. O autor faz referência ao enterro de uma das vítimas nos conflitos de Açu, quando oradores da ANL se pronunciaram.
- (156) FERREIRA, B.C. Op.cit. p. 172-83; 151 e segs. As informações sobre o trabalho político e sindical do PCB em Mossoró, Areia Branca e na Várzea do Açu, assim como dados sobre a guerrilha em 1935, recolhemos nesta obra.

- (157) Id. *ibid.*
- (158) Existem inúmeras obras que analisam os erros de avaliação da direção nacional do PCB após a colocação da ANL na clandestinidade, superestimando as mobilizações de massas e a própria capacidade dirigente da ANL e do PCB. Vide ANTUNES, R. Op. cit. p. 161-6; CHILCOTE, R. Op.cit. p. 76-84; DULLES, John. W.F. Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935), p.419-28.
- (159) PELA nossa indústria salineira. A República, Natal, 06 jul. 1935.  
PELA nossa indústria salífera. A República, Natal, 07 jul. 1935.  
AINDA O sal nacional. A República, Natal, 09 jul. 1935.  
INTERVENTOR Mário Câmara. A República, Natal, 09 jul. 1935.  
DEFESA do sal. A República, Natal, 20 jul. 1935.  
Para se ter uma idéia da importância que a questão assumiu, a reunião do CFCE onde ela foi discutida contou com a presença dos Ministros da Agricultura, da Viação e do Exterior.
- (160) ROSELLI, A. Cartas a Monsenhor Matha. Arquivo Mons. João da Matha. JMP 35.06.11; 35.07.13; 35.07.17. (PUC-SP/NPDH).
- (161) GOVERNO Federal. A República, Natal, 14 jul. 1935.
- (162) ROSELLI, A. Carta a Monsenhor Matha. Arquivo Mons. João da Matha. JMP 35.07.23 (PUC-SP/NPDH).
- (163) 21ª BATALHÃO de Caçadores. A República, Natal, 18 ago. 1935.
- (164) A REPÚBLICA. Natal, 20 ago. 1935. Nota não assinada.
- (165) A INTERVENTORIA potiguar. A República, Natal, 03 ago. 1935.
- (166) BRANDI, P. Op.cit. p. 93 e 97.
- (167) MACIEL, Antunes. Carta a Floresda Cunha. Arquivo Antunes Maciel. AM 35.08.35 (FGV/CPDOC).
- (168) LEVINE, R.M. Op.cit., p.81.
- (169) ALENCAR, Armando de. Carta a Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas. GV 35.08.25 (FGV/CPDOC).
- (170) Id. *ibid.* GV 35.08.00/1 (FGV/CPDOC).
- (171) LAMARTINE, Juvenal. Carta a Antunes Maciel. Arquivo Antunes Maciel AM 35.08.01 (FGV/CPDOC). Lamartine acrescenta que São Paulo trabalhou contra o Partido Popular por Mário Câmara estar comprometido com Armando de Salles Oliveira. Fessalta o choque entre o parecer do Procurador Armando Prado e o do Ministro Collares Moreira, relator.
- (172) ALENCAR, A. de. Carta a Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas. GV 35.10.07 (FGV/CPDOC).
- (173) "Perrês" era a designação pejorativa que os adversários davam aos partidários de José Augusto; os seguidores de Mário Câmara, por sua vez, eram conhecidos por maristas ou "pelabuchos".
- (174) CAVALCANTI, Carlos de Lima. Carta a Agamenon Magalhães (reservada). Arquivo Getúlio Vargas. GV 35.09.26/2 (FGV/CPDOC).
- (175) ROSELLI, A. Carta a Monsenhor Matha. Arquivo Mons. João da Matha. JMP 35.10.21 (PUC-SP/NPDH).
- (176) TRIBUNAL Regional de Justiça Eleitoral. A República, Natal, 19 out. 1935.
- (177) INTERVENTORIA Federal. A República, Natal, 29 out. 1935.  
A CONSTITUCIONALIZAÇÃO do Estado. A República, Natal, 30 out. 1935.

- (178) NOTA Oficial. A República, Natal, 30 out. 1935.  
RIO GRANDE DO NORTE, Leis, Decretos, etc. Decreto n.2. A República, Natal, 30 out. 1935.
- (179) NOTA Oficial. A República, Natal, 01 nov. 1935.  
ORDEM pública. A República, Natal, 05 nov. 1935.  
A ORDEM pública assegurada. A República, Natal, 07 nov. 1935. O grupo do "Coronel" Baltazar Meireles exerceu sua ação em vários municípios da região Oeste e foi desbaratado em Apodi, pressionado pelas polícias do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará e jagunços do "Coronel" Dinarte Mariz, com base no convênio de repressão ao banditismo firmado na Interventoria M. Câmara. Vargas retransmitiu a R. Fernandes o teor do telegrama dos deputados Café Filho e F. Martins Vêras, afirmando que o "coronel" Meireles era fazendeiro e influente chefe político, sendo sua atitude uma reação contra "insolências" praticadas no interior. Fernandes respondeu informando que o grupo "que depredou propriedades, cortou fios telegráficos, surrou cidadãos de destaque" foi desbaratado.  
MARIZ, Dinarte. Entrevista ao Programa Memória Viva, p. 43-4. Narra resistência ao levante de Baltazar Meireles.
- (180) Mário Câmara deu ciência a Luis Vergara a 20 de outubro, da disposição de seus amigos em desencadear a resistência armada para evitar a posse de R. Fernandes. Estariam comprometidos vários deputados da Aliança Social: Café Filho, Sandoval Vanderley, Cincinato Chaves, Gil Soares e outros. Câmara alerta que seria indispensável afastar oficiais partidários do Partido Popular e substituir o comando do 21º BC, para que a pressão sobre os deputados do Partido pudesse surtir efeito. Pedia urgência no encaminhamento dessas soluções e preocupava-se em saber a disposição de Getúlio Vargas. V. CÂMARA, Mário. Telegrama. Arquivo Getúlio Vargas. CV (FGV/CPDOC).
- (181) LEVINE, R.M. Op.cit. p. 163.
- (182) FERREIRA, B.C. Op.cit. passim.
- (183) CARONE, E. A República Nova, p. 363.
- (184) OLIVEIRA FILHO, M. de. Op.cit. p. 53.
- (185) Id. ibid. p. 58.
- (186) Id. ibid. p. 55-75.
- (187) MORAES, Denis & VIANA, Francisco. Prestes: lutas e autocríticas, p. 73.
- (188) OLIVEIRA FILHO, M. de Op.cit. p. 56-7.
- (189) MARIZ, D. Op.cit. p. 45-8.
- (190) Roselli anotou as "boas intenções" do governo federal com relação à administração de Rafael Fernandes e assegurou que o Partido Popular, no Congresso, atenderia os pleitos do governo no sentido de fazer emendas à Constituição. Arquivo Monseñor João da Matha. JMP 35.12.14 (PUC-SP/NPDH).
- (191) FURTADO, J.M. Op.cit. p. 20.
- (192) CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte, p. 225 e segs.
- (193) Id. ibid. p. 391-2 e 403-7.  
BRITO, Raimundo Soares de, org. Indústria e comércio do Oeste potiguar, p. 50-6.
- (194) FURTADO, J.M. Op. cit. p. 212-7.

C O N C L U S Õ E S

Da matéria examinada nos capítulos precedentes, podemos extrair algumas conclusões.

A República, com sua estrutura descentralizada, atendeu às expectativas das camadas dominantes de grandes comerciantes e proprietários rurais exportadores. A maior autonomia conferida aos segmentos regionais do aparelho de Estado permitiu, à oligarquia, consolidar seu poder, assentado no "pacto dos coronéis", que garantia a submissão das massas rurais. Ao mesmo tempo, as classes médias eram sistematicamente cooptadas pela elite dirigente que lhe acenava com o emprego público e a carreira política.

A oligarquia Maranhão dominou absolutamente a política do Rio Grande do Norte durante os primeiros vinte e cinco anos de vida republicana. O mais sério questionamento ao poder da oligarquia dominante foi feito pelo Capitão José da Penha, na primeira metade dos anos dez. Realizando mobilizações de massas nos centros urbanos, o Capitão Penha questionou a oligarquia enquanto classe dirigente, não enquanto classe dominante; caracterizou-se, portanto, esse movimento (apesar do discurso radical), como oposição oligárquica, nos quadros da política "salvacionista" do governo de Hermes da Fonseca.

À medida que a economia açucareira ia perdendo dinamismo, afirmando-se como novo pólo econômico a atividade algodoeira, a oligarquia Maranhão ia cedendo posições, e a "política do Seridó" (região onde se concentrava a cotonicultura) passou a controlar o Estado. Não houve uma determinação mecânica neste processo, mas uma relação de correspondência, não imediata, entre as mudanças na economia e as que se deram na superestrutura política.

Essas mudanças políticas, no entanto, só se completavam ao passar pela mediação do "Centro", ou seja, a ascensão de qualquer nova facção política dependia de articulações que incluía a intervenção do governo central, dos partidos ou dos políticos dominantes na esfera federal. O momento privilegiado para que isso ocorresse coincidia sempre com a sucessão governamental no Estado, o que se deu especificamente na sucessão de Ferreira Chaves em 1914 e de José Augusto em 1924, contra os gover

nadores então no poder e com apoio federal decisivo.

Os anos vinte testemunharam a emergência do movimento operário com relativo grau de autonomia, organizando-se em sindicatos e superando, embora timidamente, a fase mutualista anterior. O Estado, na Primeira República, tratou o movimento operário como "caso de polícia" e liquidou sua organização pela repressão física: sindicato, jornal, escola. Assim, a ordem "liberal" revelava seu caráter excludente, fechando o espaço que possibilitava a organização das classes não-dominantes.

Com a Revolução de 30, foram nomeados interventores para o Rio Grande do Norte, "estrangeiros" e militares em sua maioria, que encontraram dificuldades para acomodar os interesses das duas correntes hostis em que se dividia a Aliança Liberal no Estado e ao mesmo tempo enfrentaram a oposição da corrente tradicional, derrotada pela Revolução, que conservou uma grande capacidade de articulação.

As divisões que se davam entre as correntes revolucionárias no plano nacional, também se refletiam localmente, tendo a campanha constitucionalista como divisor de águas. Disto resultou a cisão definitiva da Aliança Liberal no Estado, com os cafeístas se aliando aos "tenentes" na proposta de prolongar a ditadura e os "liberais" exigindo a "abertura" do regime. A aliança tenentismo-cafeísmo, que marcou sobretudo a Interventoria Bertino Dutra, envolveu a adoção da política de massas, utilizando a legislação trabalhista e o sindicalismo tutelado do novo regime como forma de garantir o apoio dos trabalhadores urbanos (operários e baixa classe média) ao projeto centralizador e reformista do tenentismo. Os "liberais" se rearticularam com as lideranças do velho Partido Republicano, numa frente oligárquica que derrotou o tenentismo-cafeísmo nas eleições constituintes, demonstrando que, mesmo com o voto secreto, a justiça eleitoral e a política de massas, os currais eleitorais continuavam decidindo as eleições no Rio Grande do Norte.

Após o pleito para a Assembléia Nacional Constituinte, a 3 de maio de 1933, ocorreram mudanças no ciclo revolucionário iniciado em 1930, no âmbito nacional e local, saindo-se de uma situação de arbítrio, de Estado "de fato", para uma situação constitucional, de Estado de direito, com liberdades civis formalmente asseguradas. Vargas, que continuava à frente do Executivo, reformulou a sua política em relação aos Estados, procurando garantir bases de apoio, para continuar no poder no período consti

tucional, num momento em que a influência dos "tenentes" era de clinante. Por isso, nos Estados onde a oposição ganhou as elei ções, a política de confronto do tenentismo foi substituída por uma política de compromissos. No Rio Grande do Norte isto teve como conseqüência a nomeação de Mário Câmara, um tecnocrata ci vil, homem de confiança de Vargas, mas potiguar de família tradici onal, com a incumbência de compor com José Augusto, o qual, com as eleições, voltara a ter poder e prestígio.

O fracasso dessa política levou a um confronto entre facções que seria o mais sério da história política do Rio Grande do Norte. Esse confronto teve como pano de fundo uma certa ra dicalização da luta de classes a nível estadual, que era parcialmente um resultado do próprio avanço da classe trabalhadora nos quadros de um processo reivindicativo de cunho econômico (salarial). Essa luta, por sua vez, envolvia o exercício do direito de sindicalização frente a um patronato que não o reconhecia, mesmo em sua versão varguista. Os cafeístas e os comunistas disputaram entre si a direção desse movimento, e embora os últimos estivessem na vanguarda da organização sindical, sobretudo na região salineira e no Vale do Açu, foram os primeiros que colheram os frutos políticos desse trabalho, controlando o voto operário e urbano.

Vargas, habilmente, manipulou o apoio da facção interventorial (aliada aos cafeístas) e da facção mais tradicional, agrupada no Partido Popular, assumindo uma postura pretensamente arbitral; mas, em fins de 1935, parecia firmemente inclinado a dar todas as condições para que o Interventor Mário Câmara pudesse se conservar no poder após a constitucionalização do Estado. A derrota deste último resultou da capacidade que teve a facção oligárquica do Partido Popular em mobilizar a lealdade das chefias tradicionais nos municípios. O Interventor mobilizou contra seus adversários um arsenal repressivo capaz de fazer inveja aos governantes da Velha República, mas as limitações que a situação constitucional do país impunha não permitiram que se levasse a cabo a liquidação completa da oposição.

Aparentemente este fato e, sobretudo, a hostilidade das chefias militares locais e da Região Militar a Mário Câmara impossibilitaram que Vargas concretizasse uma intervenção para depor o governador eleito, Rafael Fernandes, da facção de José Augusto, representante da oposição e da política tradicional no Estado.

Mas, com a repressão ao levante comunista de 1935, houve a reconciliação entre o Partido Popular e Vargas. De um lado, o Partido Popular teve na repressão ao levante a oportunidade de realizar uma operação sistemática de eliminação da oposição (cafeístas, comunistas e os partidários do ex-Interventor Mário Câmara), consolidando um poder que se prolongou pelo Estado Novo e deu origem no pós-45 à União Democrática Nacional (UDN) e ao Partido Social Democrático (PSD). De outro lado, esse mesmo partido sacrificou os princípios de sua ideologia liberal à necessidade de "fortalecer a autoridade" e se subordinou a um poder central que fazia tábua rasa dos postulados federativos, os quais, por sua vez, tinham sido a sua razão de luta e de outros partidos regionais no pós-30.

O retorno ao poder da oligarquia tradicional, representada pelos dirigentes que haviam dominado a sociedade política no regime anterior (Rafael Fernandes, José Augusto, Eloy de Souza, Juvenal Lamartine), fez-se em condições novas, caracterizadas pela imposição de novos padrões de cooptação, em substituição aos padrões tradicionais de representação que a Constituição de 1934 parecera reviver. Embora a vitória do Partido Popular tenha ocorrido sob a égide e graças à vigência daquela Constituição, sua consolidação no poder se deu efetivamente num momento em que ele estava sendo superado pelo padrão autoritário consubstanciado na Lei de Segurança, no Estado de Sítio e de Guerra, e nas medidas de centralização ao nível da administração e da presença estatal na economia, que se tornaria a realidade determinante no Estado Novo.

Por fim, gostaríamos de ressaltar alguns aspectos que se evidenciam da análise do período como um todo.

O primeiro refere-se à emergência de novas formas de mobilização social, diferenciadas da Primeira República. O regime instituído em 1930 incentivou a incorporação das massas populares urbanas - operariado e classes médias - como parceiros no jogo político, mobilizando-as e utilizando seu apoio como instância de legitimação para suas políticas centralizadoras e intervencionistas. Esta "mobilização controlada" centrava-se na idéia de "colaboração de classes" e apoiava-se no sindicato concebido como aparelho ideológico de Estado; mas, por outro lado, incluía o reconhecimento da legitimidade de certas reivindicações e direitos: o direito de greve e de organização sindical, e o direi

to de reivindicar os benefícios da legislação trabalhista. A facção cafeísta foi o principal agente da política sindical-trabalhista no Rio Grande do Norte, utilizando-a como suporte para se consolidar; as interventorias a utilizaram em alguns momentos para atacar as posições da facção oligárquica do Partido Popular.

O segundo aspecto refere-se ao processo de modernização que se manifestou na administração governamental e na economia. É interessante observar que esta modernização, de certa forma, deu continuidade às tendências que já se manifestavam na Velha República, particularmente nos anos 20, quando se afirmou a hegemonia da oligarquia algodoeiro-pecuária. Entretanto, no pós-30, esse processo correspondeu a um projeto "nacional" (presente, entre outros, nos programas do Clube 3 de Outubro), apoiado no poder central e levou à subordinação do governo estadual ao federal.

Essa modernização trouxe algumas conseqüências, analisadas sob dois aspectos.

Em relação à administração governamental, destacamos:

- a orientação no sentido de tornar a administração pública um território "neutro", imune às influências partidárias e eqüidistante das facções políticas;

- a "racionalização" da administração, com extinção de órgãos e serviços supérfluos, reformulação da legislação tributária, criação (Conselho Consultivo, Diretoria Geral de Secas) ou reestruturação de órgãos (na Saúde Pública).

Em relação à intervenção estatal na economia, ressaltamos:

- a imposição de medidas "redistributivas", como o imposto territorial progressivo e o decreto sobre o cerco do gado, que penalizavam o latifúndio improdutivo e procuravam incentivar a difusão da pequena propriedade no campo (essas medidas tiveram, no entanto, poucos efeitos práticos e foram abandonadas na administração Mário Câmara);

- na região algodoeiro-pecuária, a consolidação da infraestrutura necessária às atividades de exportação (estradas de ferro e de rodagem, pontes, açudes, barragens, poços) e a adoção de certas medidas modernizantes, como a divisão do Estado em zonas de cultivo do algodão, a multiplicação de campos agrícolas para distribuição de sementes selecionadas e difusão de técnicas modernas de cultivo (que esbarravam sempre no "atraso" das relações de produção), a instituição de normas para a classificação

do algodão exportado e a fiscalização sobre as fábricas de beneficiamento de algodão. A modernização atingiu sobretudo as fases do beneficiamento e da comercialização, embora a divisão em zonas de cultivo e a distribuição de sementes tenham alcançado a produção;

- no setor salineiro a preocupação das interventorias era consolidar a posição do sal (a produção potiguar era responsável por mais de 2/3 do consumo do país) no mercado nacional. Para tanto, incentivaram-se as exportações para o mercado interno, reduziram-se impostos, impuseram-se normas para garantir a qualidade do produto. As questões referentes a tarifas, transportes e preços passaram a ser discutidas no âmbito do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), com a participação da Interventoria, de órgãos do Governo Federal (inclusive Ministérios), de representantes das indústrias salineiras, dos charqueadores gaúchos, de consumidores da região Sul e Centro-Sul.

Portanto a "modernização" não envolveu uma proposta de industrialização (a qual não existia sequer a nível nacional, naquele momento), mas se deu no plano da administração estatal, da ampliação da infraestrutura da agroexportação e do incentivo a atividades industriais já instaladas.

B I B L I O G R A F I A

- ALVES, Aluizio. A primeira campanha popular no Rio Grande do Norte. Natal, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1976.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo, Brasiliense, 1964.
- ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. 3.ed. São Paulo, Cortez, Autores Associados, Ed. Ensaio, 1988.
- A'RBOCZ, István I.L. Ensaio sobre a história econômica do RN. Natal, UFRN, 1984. Mimeogr.
- AUGUSTO, José. A democracia e os partidos políticos. In: BARBOSA, Edgar. História de uma campanha. Natal, Imprensa Oficial, 1936. Prefácio, p. I-XII.
- \_\_\_\_\_. Política do Rio Grande do Norte: carta ao Interventor Irineu Joffily. Rio de Janeiro, Graf. Alba, 1930.
- \_\_\_\_\_. O sal do Rio Grande do Norte. In: BRITO, Raimundo Soares de, org. Indústria e comércio do Oeste potiguar: um pouco de história. Natal, Secretaria da Indústria e Comércio do Rio Grande do Norte, 1982. p. 21-24.
- \_\_\_\_\_. Seridó. Brasília, Senado Federal, 1980.
- AURELIANO, Liana Maria. No limiar da industrialização. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- BARATA, Agildo. Vida de um revolucionário: memórias. 2.ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
- BARBOSA, Edgar. História de uma campanha. Natal, Imprensa Oficial, 1936.
- BARBOSA LIMA SOBRINHO. A verdade sobre a revolução de outubro-1930. 3.ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1983.
- BASBAUM, Leôncio. História sincera da República (1889-1930). 4.ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976. v.2.
- \_\_\_\_\_. História sincera da República (1930-1960). São Paulo, Fulgor, 1968. v.3.

- BEZERRA NETO, Silvino. Explicação necessária. Arquivo Monsenhor João da Matha - JMP.
- BOBBIO, Noberto et alii. Dicionário de política. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1986.
- BOMENY, Helena Maria Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In: COMES, Ângela Maria de Castro, coord. Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p. 133-235.
- BORGES, Vavy Pacheco. Getúlio Vargas e a oligarquia paulista. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- \_\_\_\_\_. Os sentidos do Tenentismo: memória, história e historiografia (São Paulo, 1930-1932). São Paulo, 1987. Tese dout. Ciências Sociais, PUC/SP.
- BOTTMORE, Tom, ed. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.
- BRANDI, Paulo. Vargas: da vida para a história. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- BRITO, Raimundo Soares de, org. Indústria e comércio do Oeste potiguar: um pouco de história. Natal, Secretaria da Indústria e Comércio do Rio Grande do Norte, 1982.
- CADERNOS de debates. I - História do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1976.
- CAFÉ FILHO, João. Do sindicato ao Catete. Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1966. v.1.
- CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. As interventorias estaduais no Maranhão: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós 30. São Paulo, 1981. Diss. maestr. UNICAMP.
- CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Bóris, dir. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1981. t.3, v.3. p. 121-224.
- \_\_\_\_\_. A Revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: REVOLUÇÃO de 30: seminário internacional. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 1980. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1983. p. 07-46. (Temas Brasileiros, 54).

CÂNDIDO, Aécio. & CRISPINIANO NETO. Garrancho - Ópera sertaneja. Natal, Ed. Universitária, 1985.

CAPELATO, Maria Helana & PRADO, Maria Lígia. O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal 'O Estado de São Paulo'. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

CARDOSO, Fernando H. Dos governos militares a Prudente - Campos Sales. In: FAUSTO, Bóris, dir. História geral da civilização brasileira. 2.ed. São Paulo, Difel, 1977. t.3, v.3, p. 13-50.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1982.

CARONE, Edgard. O P.C.B. (1922-1943). São Paulo, Difel, 1982. v.1.

\_\_\_\_\_. A Primeira República (1889-1930): texto e contexto. São Paulo, Difel, 1969.

\_\_\_\_\_. República Nova (1930-1937). 2.ed. São Paulo, Difel, 1976.

\_\_\_\_\_. A República Velha (instituições e classes sociais). 3.ed. São Paulo, Difel, 1975.

\_\_\_\_\_. Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938). 3.ed. São Paulo, Difel, 1975.

\_\_\_\_\_. A Segunda República (1930-1937). São Paulo, Difel, 1974.

\_\_\_\_\_. O Tenentismo. São Paulo, Difel, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas e política, 1930-1945. In: REVOLUÇÃO de 30: seminário internacional. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC), 1980. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1983. p. 107-87 (Temas Brasileiros, 54).

CARVALHO FILHO, Joaquim Ignácio de. O Rio Grande do Norte em visão prospectiva. Natal, Fundação José Augusto, 1976.

CASCUDO, Luís da Câmara, org. Antologia de Pedro Velho. Natal, Depto. de Imprensa, 1954.

\_\_\_\_\_. Uma história da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte. Natal, Fundação José Augusto, 1972.

\_\_\_\_\_. História da República no Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, Ed. do Val, 1965.

\_\_\_\_\_. História do Rio Grande do Norte. 2.ed. Natal, Fundação José Augusto; Rio de Janeiro, Achiamé, 1984.

- CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista e coadjuvante. In: GOMES, Ângela Maria de Castro, coord., Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. p.41-131.
- CASTRO, Sertório de. A república que a revolução destruiu. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- CHAUÍ, Marilena. Notas sobre o pensamento conservador nos anos 30: Plínio Salgado. In: MORAES, Reginaldo et alii, orgs. Inteligência brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1986. p. 27-42.
- CHAVES, Joaquim Ferreira. Comentários do Desembargador Ferreira Chaves à "Carta Aberta" do Dr. Tavares de Lyra. Natal, Typ. Commercial, J. Pinto, 1919.
- CHILCOTE, Ronald H. O Partido Comunista Brasileiro; conflitos e integração: 1922-1972. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. O maquinista do algodão e o capital comercial. Natal, Ed. Universitária, 1986.
- COELHO, Edmundo Campos. Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro, Forense - Universitária, 1976.
- CORTEZ, Luiz Gonzaga. Pequena história do integralismo no RN. Natal, Clima, Fundação José Augusto, 1986.
- COUTINHO, Carlos Nêlson. Gramsci. Porto Alegre, L&PM, 1981.
- DANTAS, José Ibarê Costa. A Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis. São Paulo, Cortez, 1983.
- \_\_\_\_\_. O Tenentismo em Sergipe (da Revolta de 1924 à Revolução de 1930). Petrópolis, Vozes, 1974.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. O silêncio dos vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- DINIZ, Eli. Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classes. In: FAUSTO, Bóris, dir. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1981. t.3, v.3, cap.2, p. 77-120.
- DÓRIA, Carlos Alberto. O cangaço. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. (Tudo é História, 6).
- DULLES, John W. F. Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

- DULLES, John W. F. O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- FACÓ, Rui. Cangaceiros e fanáticos. 5.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- FARIA, Oswaldo Lamartine de. Os açudes dos sertões do Seridó. Natal, Fundação José Augusto, 1978.
- FAUSTO, Bóris, dir. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1977. t.3. v.1.  
 \_\_\_\_\_ . 1981, t.3, v.3.  
 \_\_\_\_\_ . A Revolução de 1930. 3.ed. São Paulo, Brasiliense, 1975.  
 \_\_\_\_\_ . A Revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme, org. Brasil em perspectiva. 9.ed. Rio de Janeiro, Difel, 1977. p.227-55.
- FENELON, Dêa Ribeiro. 50 textos de história do Brasil. São Paulo, Hucitec, 1974.
- FERNANDES, Florestan. A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- FERREIRA, Brasília Carlos. O sindicato do Garrancho. São Paulo, 1986. Diss. mest. Ciências Sociais, PUC/SP.
- FIGUEIREDO, Eurico de Lima, org. Os militares e a Revolução de 30. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- FLYNN, Peter. A Legião Revolucionária e a Revolução de 1930. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima, org. Os militares e a Revolução de 30. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930). São Paulo, Polis, 1978.  
 \_\_\_\_\_ . Tenentismo e forças armadas na Revolução de 30. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1988.  
 \_\_\_\_\_ . Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- FREIRE, Josué, major. O exército em face das luctas políticas. s.e. Off. Graph. do Est. Central de Material de Intendência, 1938.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 13.ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1975.
- FURTADO, João Maria. Vertentes (memórias). Rio de Janeiro, Graf. Olímpica, 1976.

- GAMBINI, Roberto. O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo. São Paulo, Símbolo, 1977.
- GARCIA, Marco Aurélio. Contribuições para uma história da esquerda brasileira. In: MORAES, Reginaldo et alii, orgs. Inteligência brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1986. p. 193-223.
- GOLDMANN, Lucien. Ciências humanas e filosofia; que é a sociologia. 9.ed. São Paulo, Difel, 1984.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. Empresariado e legislação social na década de 30. In: REVOLUÇÃO de 30: seminário internacional. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC), 1980. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1983. p. 271-98. (Temas Brasileiros 54).
- GOMES, Ângela Maria de Castro, coord. Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- GOMES, Ângela Maria de Castro et alii. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: FAUSTO, Bóris, dir. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1981. t.3, v.3, p. 7-75.
- \_\_\_\_\_. Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização. In: GOMES, Ângela Maria de Castro, coord. Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- GÓES, Moacyr de. De pé no chão também se aprende a ler (1961-64): uma escola democrática. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- GORENDER, Jacob. A burguesia brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1981. (Tudo é História, 29).
- GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz L.S. et alii, orgs. A Revolução de 30: textos e documentos. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982. t.2.
- HERNANDEZ, Leila M.B. A Aliança Nacional Libertadora: ideologia e ação. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985. (Revisão, 16).
- HILTON, Stanley E. O Brasil e a crise internacional: 1930-1945. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- HIRSCH, Joachim. Observações teóricas sobre o Estado burguês e sua crise. In: POULANTZAS, Nicos, dir. O Estado em crise. Rio de Janeiro, Graal, 1977. p. 95-111.

IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

KINZO, Maria D'Alva Gil. Representação política e sistema eleitoral no Brasil. São Paulo, Símbolo, 1980.

KONDER, Leandro. A derrota da dialética; a recepção das idéias de Marx até o começo dos anos trinta. Rio de Janeiro, Campus, 1988.

LAMARTINE, Juvenal. Meu governo. Rio de Janeiro, Ed. Duco, 1933.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 2.ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

LEME, Marisa Saez. A ideologia dos industriais brasileiros: 1919-1945. Petrópolis, Vozes, 1978.

LEVINE, Robert M. Pernambuco e a federação brasileira, 1889-1937.

In: FAUSTO, Bóris, dir. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1977. t.3, v.1, p. 122-51.

\_\_\_\_\_. O regime de Vargas: 1934-1938; os anos críticos. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

\_\_\_\_\_. A Revolução de 1935. 1a. parte: Rio Grande do Norte. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal, 58/69: 121-35, 1976/1977.

LOVE, Joseph. Autonomia e interdependência: São Paulo e a federação brasileira, 1889-1937. In: FAUSTO, Bóris, dir. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1977, t.3, v.1, p.53-76.

LUZ, Nícia Vilela. A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930. 2.ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

MARIZ, Dinarte. Entrevista ao Programa Memória Viva: TV-Universitária, dez. 1980. Natal, Ed. Universitária, 1986.

MARIZ, Marlene da Silva. A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte: 1930-1934. Brasília, Senado Federal, 1984.

MARSON, Adalberto. A ideologia nacionalista em Alberto Torres. São Paulo, Duas Cidades, 1979.

MARTINS, Luciano. Politique et developpement economique: structures de pouvoir et systeme de decisions au Brésil (1930-1964). Paris, 1973. Thèse doct. d'État. Université de Paris V.

\_\_\_\_\_. A Revolução de 30 e seu significado político. In: REVOLUÇÃO de 30: seminário internacional. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC), 1980. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1983. p. 669-89. (Temas Brasileiros, 54).

- MARTINS, Roberto H. A Segurança Nacional. São Paulo, Brasiliense, 1986. (Tudo é História, 112).
- MARX, Karl. O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Textos. São Paulo, Ed. Sociais, s.d. v.3, p. 199-285.
- MEDEIROS, Jarbas. Ideologia autoritária no Brasil, 1930-1945. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- MORAES, Dênis de & VIANA, Francisco. Prestes: lutas e autocríticas. 2.ed. Petrópolis, Vozes, 1982.
- MORAES FILHO, Evaristo de. O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos. 2.ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
- MOTTA, Carlos Guilherme. Brasil em perspectiva. 9.ed. Rio de Janeiro, Difel, 1977.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA FILHO, Moacyr de. Praxedes: um operário no poder (a Insurreição Comunista de 1935 vista por dentro). São Paulo, Alfa-Ômega, 1985.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Ângela Maria de Castro, coord. Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. p. 339-425.
- PANG, Eul-Soo. Coronelismo e oligarquias: 1889-1934 (A Bahia na Primeira República Brasileira). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- PENHA, José da. Ao eleitorado norte-rio-grandense. In: ALVES, Aluízio. A primeira campanha popular no Rio Grande do Norte. Natal, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1976. Anexo.
- PEREIRA, Luís. Capitalismo: notas teóricas. São Paulo, Duas Cidades, 1977.
- \_\_\_\_\_. Primeira República e periodização histórica. In: SILVA, Janice Theodoro da. Raízes da ideologia do planejamento: nordeste 1889-1930. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1978. Prefácio, p.11-9.
- PEREIRA, Nilo. José Augusto Bezerra de Medeiros: um democrata. Natal, Fundação José Augusto, 1982.

- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- PRADO JR., Caio. O programa da Aliança Nacional Libertadora. Escrita/Ensaio, São Paulo, 4(10): 121-36, 1982.
- REVOLUÇÃO de 30; seminário internacional. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC), 1980. Brasília, Ed.Universidade de Brasília, 1983. (Temas Brasileiros, 54).
- RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Planejamento. Diagnóstico estrutural do Estado. Natal, 1975. v.1.
- RODRIGUES, Inês C. Lopes. A Revolta de Princesa. João Pessoa, Secretaria de Educação e Cultura, 1978.
- SAES, Décio. Classe média e política no Brasil (1930-1964). In: FAUSTO, Bóris, dir. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1981. t.3, v.3, p. 447-506.
- \_\_\_\_\_. Classe média e sistema político no Brasil. São Paulo, T.A., Queiroz, 1985.
- \_\_\_\_\_. Coronelismo e Estado burguês: elementos para uma reinterpretação. Escrita/Ensaio, São Paulo, 4(9): 107-27, 1982.
- \_\_\_\_\_. A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- SANTA ROSA, Virgínio. O sentido do Tenentismo. 3.ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- SEGATTO, José Antônio. Breve História do PCB. São Paulo, Ed.Ciências Humanas, 1981.
- SILVA, Janice Theodoro da. Raízes da ideologia do planejamento: Nordeste (1889-1930). São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1978.
- SILVA, Hélio. 1930 - a revolução traída. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- \_\_\_\_\_. 1931 - os tenentes no poder. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- \_\_\_\_\_. 1933 - a crise do Tenentismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- SILVA, Marconni G. da et alii. A economia norte-rio-grandense e a crise de 29. Natal, Ed. Universitária, 1986.

- SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo, Dominus, 1966.
- SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica do desenvolvimento. In: FAUSTO, Bóris, dir. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1984. t.3, v.4, cap.4, p.209-45.
- SOARES, Gil. O Tenentismo em Natal. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Natal, 73/74: 107-12, 1981/1982.
- SODRÉ, Néelson Werneck. Contribuição à História do PCB. São Paulo, Global, 1984.
- \_\_\_\_\_. História da burguesia brasileira. 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme, org. Brasil em perspectiva. Rio de Janeiro, Difel, 1977. p. 856-82.
- SOUZA, Eloy de. O calvário das secas. 3.ed. Rio de Janeiro, Cátedra, 1983.
- \_\_\_\_\_. Memórias. Natal, Fundação José Augusto, 1975.
- SOUZA, Itamar de. O rompimento de Ferreira Chaves com os Maranhões. Vivência, Natal, 2(1): 48-66, 1984.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964). São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- \_\_\_\_\_. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme, org. Brasil em perspectiva. 9.ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Difel, 1977. p. 162-226.
- STEIN, Stanley J. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil: 1850-1950. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- TAKEYA, Denise M. Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915). Fortaleza, BNB-ETENE, 1985.
- TAKEYA, Denise M. & LIMA, Hermano M.F. História político-administrativa da agricultura do Rio Grande do Norte: 1892-1930. Natal, Ed. Universitária, 1987.
- TAVARES, Cláudio. Uma rebelião caluniada: o levante do 21 BC/Pernambuco, em outubro de 1931. Recife, Guararapes, 1982.

- TAVARES DE LYRA, A. Carta aberta aos meus velhos correligionários e amigos do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, s.ed., 1919.
- \_\_\_\_\_. História do Rio Grande do Norte. 2.ed. Natal, Fundação José Augusto, 1982.
- TÁVORA, Juarez. Uma vida e muitas lutas. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1973, 2.v.
- TREVISAN, Leonardo. O que todo cidadão brasileiro precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro. São Paulo, Global, 1985. (Cadernos de Educação Política. O Pensamento Político, 6).
- TRINDADE, Hêlgio. Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30). São Paulo, Difel, 1974.
- VASCONCELOS, José Mauro de. Barro Blanco (romance). 22.ed. São Paulo, Melhoramentos, 1977.
- VESENTINI, Carlos Alberto & DE DECCA, Edgar Salvadori. A Revolução do vencedor. Contraponto, Rio de Janeiro, 1(1): 60-71, nov, 1976.
- VIANNA, Luis Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- VIEIRA, Evaldo Amaro. Oliveira Viana e o Estado Corporativo: um estudo sobre corporativismo e autoritarismo. São Paulo, Grijalbo, 1976.
- VILAÇA, Marcos Vinícius & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. Coronel, coronéis. 2.ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.
- WEBER, Max. Economia y sociedade: esbozo de sociología comprensiva. México, Fondo de Cultura Económica, 1984.
- WIRTH, John D. Minas e a Nação: um estudo de poder e dependência regional, 1889-1937. In: FAUSTO, Bóris, dir. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1977. t.3, v.1, p.76-99.
- \_\_\_\_\_. O Tenentismo na Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima, org. Os militares e a Revolução de 30. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 37-59.
- ZAIDAN FILHO, Michel. PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo, Global, 1985.

DOCUMENTOS1) ARQUIVOS

- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - (CPDOC).
  - . Arquivo Getúlio Vargas - GV
  - . Arquivo Oswaldo Aranha - OA
  - . Arquivo Antunes Maciel - AM
  - . Arquivo Luís Vergara - LV
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)
  - . Arquivo Monsenhor João da Matha - JMP
- FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO (FJA) - Natal
  - . Seminário sobre a vida e obra de José Augusto (fita magnética)
  - . Comemoração dos 80 anos de Dinarte Mariz (fita magnética)
- TELEVISÃO UNIVERSITÁRIA DE NATAL
  - . Programa Memória Viva (entrevistas com Dinarte Mariz, Aluísio Alves, Otto Guerra, Aldo Fernandes, José Medeiros Filho e outros).

2) ENTREVISTAS

- . Dr. Otto de Brito Guerra
- . Desembargador João Maria Furtado
- . Sr. Poty Aurélio Ferreira
- . Sr. João de Deus

3) JORNAIS

- A REPÚBLICA (Natal) - Órgão do governo estadual  
Período consultado: 1927, 1930-1936.
- CORREIO DO POVO (Mossorô) - Órgão ligado à facção cafeísta  
Período consultado: 1931-1934.
- DIÁRIO DE NATAL (Natal - Órgão da Diocese de Natal)  
Período consultado: 1931-1934 (nºs esparsos)
- O MOSSOROENSE (Mossorô)  
Período consultado: 1931-1934 (nºs esparsos).

4) MENSAGENS

- Mensagem do Governador José Augusto - 1924
- Relatório do Interventor Mário Câmara - 1935
- Mensagem do Governador Rafael Fernandes - 1936
- Relatório do Interventor Rafael Fernandes - 1937-38
- Relatório do Interventor Rafael Fernandes - 1938-39.